

Carla Manuela Baptista da Silva Oliveira

**A Ordem Terceira de São Francisco na cidade de Guimarães
(1850-1910)**

Mestrado em Património e Turismo

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Universidade do Minho

Braga, 2003

**A Ordem Terceira de São Francisco na cidade de Guimarães
(1850-1910)**

Dissertação de Mestrado em Património e Turismo apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, orientada pela Prof.^a Doutora Isabel dos Guimarães Sá

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	7
------------------------	----------

PARTE I

A FORMAÇÃO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

Capítulo I - O surgimento e percurso dos franciscanos em Portugal.....	11
Capítulo II - Fundação do convento franciscano em Guimarães.....	15
Capítulo III - Fundação da Ordem Terceira Secular de São Francisco.....	22
Capítulo IV - O contexto citadino.....	27
Capítulo V - Fundação e evolução da Ordem Terceira de São Francisco em Guimarães..	34

PARTE II

REGRAS DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

Capítulo VI - Os Estatutos.....	41
Capítulo VII - A admissão dos terceiros.....	45
Capítulo VIII - Os cargos.....	58
Capítulo IX - As eleições.....	71

PARTE III

OS IRMÃOS DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES DESDE UM PERÍODO DE TRIUNFO LIBERAL ATÉ À INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA

Capítulo X - A caracterização social dos irmãos.....	80
---	----

Capítulo XI - As “mais-valias” sociais presentes na Ordem Terceira de São Francisco.....	98
---	----

PARTE IV

BREVE REFERÊNCIA À ACTIVIDADE INTERVENTIVA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO NA CIDADE DE GUIMARÃES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX ATÉ 1910

ACTIVIDADE ASSISTENCIAL

Capítulo XII - O hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.....	108
---	-----

Capítulo XIII - O asilo dos entrevados da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.....	123
--	-----

Capítulo XIV - A creche da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.....	129
---	-----

ACTIVIDADE CULTURAL

Capítulo XV - As escolas primárias da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.....	133
--	-----

Capítulo XVI - As oficinas de ensino profissional da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.....	140
---	-----

Capítulo XVII - O museu da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.....	144
---	-----

A CONCESSÃO DE CRÉDITO

Capítulo XVIII - A concessão de crédito.....	147
Observações Finais.....	152
Fontes e Bibliografia.....	160

PARTE V

ANEXOS – GRÁFICOS, LISTAGENS, QUADROS E TEXTOS

ANEXO I – GRÁFICOS

1. A entrada anual de irmãos na Ordem Terceira (1850-1910).....	176
2. A entrada anual de homens e mulheres na Ordem Terceira (1850-1910).....	177

ANEXO II – LISTAGENS

1. As ocupações profissionais dos irmãos (1850-1910).....	179
2. As ocupações profissionais das irmãs (1850-1910).....	184
3. Distribuição dos terceiros pelo local de residência (1850-1910).....	186

ANEXO III – QUADROS

1. A entrada de noviços na Ordem Terceira (1850-1910).....	201
2. Estado civil dos terceiros aquando da sua admissão na Ordem Terceira (1850-1910).....	204
3. A Mesa desde 1850 até 1865.....	205
4. Os cargos existentes fora da Mesa entre 1850 e 1865.....	207
5. A Mesa desde 1866 até 1910.....	209
6. Os cargos femininos (1850-1865).....	221
7. Os cargos femininos pertencentes à Mesa (1866-1910).....	223

ANEXO IV – TEXTOS

1. Atribuições da Mesa Administrativa estipuladas pelos Estatutos de 1866.....	229
2. Atribuições da Junta Magna estipuladas pelos Estatutos de 1866.....	231

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS CONSTANTES NO CORPO DA DISSERTAÇÃO

Gráficos

I – . Distribuição dos Irmãos pelas freguesias urbanas e suburbanas mais representativas 1850-1910.....	94
--	----

Quadros

1 - População do concelho e cidade de Guimarães.....	29
2- As substituições nos cargos administrativos.....	74
3- Idade dos noviços (1850-1910).....	81
4- Idade das noviças (1850-1910).....	82
5- Distribuição dos terceiros por grupos de actividades (sexo masculino) 1850-1910.....	87
6- Distribuição dos terceiros por grupos de actividades (sexo feminino) 1850-1910.....	91
7- Irmãos habitantes fora do concelho de Guimarães (1850-1910)	96

INTRODUÇÃO

Após ter finalizado a parte curricular do *Curso de Mestrado em Património e Turismo* e sabendo que tinha pela frente a elaboração de uma tese, o primeiro desafio que se colocou diante de mim foi a descoberta do tema que iria ser versado pela mesma. É certo que num curso que engloba duas áreas distintas, ainda que extremamente relacionadas, o património e o turismo, várias matérias foram leccionadas, desde aquelas referentes ao património documental, arquitectónico, natural, até às técnicas dos profissionais do turismo, multimédia, entre outras.

O leque de opções para um possível tema de dissertação apresentava-se, desta maneira, vasto, situação esta que poderia, simultaneamente, facilitar ou dificultar a minha escolha. Algo estava certo nos meus objectivos: queria desenvolver uma investigação acerca da cidade de Guimarães, de onde sou natural, e mais enquadrada na parte do património, devido a possuir formação académica em investigação de História.

Despertada pela curiosidade, resolvi visitar a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, na busca de resposta para este meu dilema: encontrei-a. Devido à amabilidade com que fui recebida e à imediata disponibilidade do arquivo privado da instituição, e depois de me informar acerca dos documentos guardados no referido arquivo, decidi fazer daquela irmandade o objecto da minha dissertação. Não foi uma decisão inconscientemente rápida pois assegurei-me previamente da viabilidade de desenvolver uma investigação a partir do seu património documental.

Sendo a Ordem e seu espólio arquitectónico e artístico – cuja conservação, restauro e divulgação constitui uma das preocupações da instituição – sempre registado nos folhetos e roteiros turísticos de Guimarães, inequivocamente enquadrado no acervo patrimonial vimaranense e um dos mais visitados da cidade, deparei com um arquivo documental riquíssimo praticamente inexplorado, à semelhança do que acontece com outras instituições. Apesar do desaparecimento de muitos documentos ocorrido por ocasião da extinção das ordens religiosas, a Ordem possui ainda uma notável documentação onde está guardada uma série de fontes cujas informações variadas permitem uma vasta investigação académica e científica. Estas dizem respeito a registos de aspectos individuais, colectivos, financeiros e administrativos da actividade da instituição.

Esse mesmo acervo de documentos remonta à época medieval, embora de forma incompleta quanto mais longe recuarmos no tempo. Para um período histórico mais recente a informação apresenta-se numa sequência relativamente completa, levando-nos a estabelecer como limites cronológicos do nosso trabalho o ano de 1850 e 1910. Pareceu-nos interessante situar a Ordem num contexto português marcado pelo liberalismo e de que maneira o mesmo condicionou a sua actividade no ambiente citadino até à instauração da República, data que por si só já constituiu a viragem de um período histórico para outro devido às grandes transformações que se operaram no país.

No decorrer destes sessenta anos estiveram registados como irmãos quatro mil quinhentos e dois indivíduos de ambos os sexos, levando-nos a pensar que se ultrapassássemos esse âmbito cronológico não levaríamos a bom termo esta investigação dentro dos prazos exigidos, dada a quantidade de elementos informativos registados nos livros para cada terceiro.

Uma parte importante deste trabalho diz respeito à caracterização e abordagem social que nos propusemos fazer para cada indivíduo que deu entrada na instituição. A partir dos livros de entradas de irmãos terceiros estudámos aspectos como o estado civil, a ocupação profissional, a idade, a residência, quanto pagava de jóia de admissão, a data da sua tomada de hábito e posterior profissão, quais os cargos que ocupou na administração da instituição, e outros elementos considerados fundamentais pelo secretário que os registou. Alguns destes diziam respeito à presença de títulos nobiliárquicos (num grupo mais restrito de terceiros), relações familiares ou profissionais entre irmãos, situações de co-residência, entre outros.

Tendo como ponto de partida os livros de entradas de irmãos para a elaboração de uma base de dados, tornou-se necessário efectuar um cruzamento com outras fontes importantes para a abordagem social que pretendíamos e para prosseguir na descoberta das relações existentes entre os irmãos terceiros. Referimo-nos aos livros de entradas de pupilos e de eleições.

Sabendo que umas matérias levam a outras, e depois de obtermos resultados consistentes acerca do razoável equilíbrio entre a presença masculina e a feminina, das actividades profissionais exercidas – perfeitamente enquadradas no quadro profissional citadino - ,dos cargos exercidos dentro da instituição, julgámos imprescindível o conhecimento das regras e princípios que orientavam o conjunto das actuações, procedimentos e rituais dos terceiros vimaranenses.

A etapa seguinte passou, assim, pelo estudo de um outro tipo de documentação: os Estatutos – os quais regulamentavam todos os aspectos das actividades da Ordem -, a Regra da Ordem Terceira de São Francisco e os Livros de termos das sessões da Mesa e Junta Magna, órgãos deliberativos e directivos, por excelência, da Ordem Terceira. Trataríamos, assim, das regulamentações e dos elementos de índole jurídica que sustentavam toda a vida administrativa e assistencial da instituição. Através deles ficamos a saber quais eram os objectivos da mesma, como decorria a sua organização e administração, quais as funções e atribuições dos que ocupavam os cargos governativos, como decorria o processo de admissão de terceiros, quem poderia ser admitido e quem seria excluído deste círculo de sociabilidade específico.

Uma outra parte considerada de grande relevância no seio desta investigação estende-se ao estudo da actividade interventiva da Ordem Terceira na cidade de Guimarães. De facto, a mesma foi evidente no contexto citadino, bem conhecida e reconhecida pela população, e passava pela vertente assistencial, com a criação de um hospital, de um asilo de entevados e de uma creche, e pela actividade cultural, através das escolas primárias, das oficinas de ensino profissional e do museu. A componente assistencial e educativa foi crucial para a projecção local da instituição.

Novas fontes nos surgiram, desta vez respeitantes aos regulamentos internos originais das várias valências, os quais nos serviram de suporte teórico para o conhecimento dessas vivências. As informações nelas contidas foram sempre cruzadas com as dos livros de termos das sessões, os quais eram reflexos da realidade do dia-a-dia e das necessidades e dificuldades passadas.

Os livros de termos das sessões da Mesa e Junta Magna permitiram-nos, igualmente, colher informações acerca de uma prática encetada pela Ordem, a qual constituía um motivo para que estranhos e até mesmo irmãos recorressem à mesma com frequência. Referimo-nos à concessão de crédito, muito vulgarizada por esta instituição e por outras irmandades, sobre a qual teceremos, apenas, algumas anotações, dado que a vertente económica e a administração financeira não se enquadram no estudo social e institucional que pretendemos com a presente investigação.

Para tornar mais completo o estudo dos aspectos formais e assistenciais da Ordem Terceira, não poderíamos deixar de efectuar uma pequena apresentação da história da ordem franciscana, desprovida de qualquer originalidade, da qual a presente instituição terceira deriva. O surgimento e percurso dos franciscanos em Portugal, a fundação do convento da mesma ordem em Guimarães e o contexto religioso da cidade constituem matérias de grande importância para o enquadramento e estudo específico da Ordem Terceira dentro do país e da região minhota. Para conhecermos a formação da ordem religiosa e da Ordem Terceira recorreremos à bibliografia portuguesa sobre tema de índole religiosa e assistencial que, felizmente, vem sendo publicada cada vez em maior quantidade e explora temas até aqui pouco explorados. Ainda assim, apesar do aumento das investigações, existem poucas obras específicas sobre a abordagem social das ordens terceiras, limitando-se quase exclusivamente aos seus elementos institucionais e formais.

Nascida num ambiente citadino específico, a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães era, igualmente, possuidora de características próprias. Apesar da sua especificidade, ao nível dos procedimentos e rituais, poderia ser contextualizada numa dimensão mais ampla, a nível regional e nacional. Veremos de que forma esse enquadramento se processou, demonstrando que em muitos aspectos a instituição constituía um reflexo de um todo mais vasto.

Sabemos que, para além da assistência aos irmãos e da prática da filantropia, a Ordem Terceira desenvolvia outras actividades de extrema importância para os seus membros e para a visibilidade da instituição na cidade: as festividades religiosas e os serviços fúnebres dos terceiros. Temos consciência da relevância desta matéria para a compreensão da irmandade, porém não pudemos desenvolver a mesma por falta de tempo e para conseguirmos cumprir os prazos impostos para o término desta dissertação. Esperamos que os referidos temas venham a ser tratados num próximo estudo.

Através deste empreendimento que nos propusemos efectuar tentaremos caracterizar social e institucionalmente a Ordem Terceira vimaranense num dos períodos áureos da sua existência, pelo rol de actividades assistenciais e culturais que iniciou e desenvolveu no contexto citadino e concelhio, espalhando a sua influência pelas freguesias urbanas, suburbanas e do resto do concelho, e até fora dele.

A base de toda esta investigação está assente no seu património documental, o qual não pode ser descurado e “escondido” pelo artístico, o mais visível e apreciado turisticamente. Pretendemos dar a conhecer e “trazer para fora das portas” um rico espólio documental até agora pouquíssimo explorado, o qual poderá vir a ser tão procurado, investigado e reconhecido publicamente como acontece com o seu património artístico.

PARTE I

A FORMAÇÃO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

CAPÍTULO I

O SURGIMENTO E PERCURSO DOS FRANCISCANOS EM PORTUGAL

Dá-se o nome “franciscanos” aos frades que vivem segundo a regra de vida que São Francisco de Assis (1191-1226) elaborou para todos aqueles que o quisessem seguir, professando na família religiosa intitulada Ordem Franciscana. Esta nova ordem religiosa não era puramente contemplativa como as então existentes, mas seguia o ideal de vida apostólica, em especial a pregação¹.

No princípio da sua formação a designação que tiveram era de Frades Menores, nome dado pelo fundador, por considerar os que dela faziam parte como os mais pequenos, humildes, pobres e os últimos dos últimos. A regra deste estilo de vida foi aprovada em 1210 por Inocêncio III, em forma de esboço, e em 1223 confirmada por Honório III, na sua redacção definitiva². A mesma insistia fundamentalmente nos votos da obediência, pobreza e castidade, na submissão ao Papa, na renúncia total ao dinheiro ou a qualquer propriedade de terras e edifícios. Eram penitentes, vivendo das esmolas e do trabalho, peregrinos de terra em terra falando acerca de Deus, e descansando temporariamente em eremitérios.

A Ordem dos Frades Menores não tardou em espalhar-se pelo continente europeu³ e tornou-se vulgarmente conhecida pela designação de Ordem Seráfica. Apesar de as narrativas acerca da visita de São Francisco a Portugal no ano de 1214, aquando de uma peregrinação a Santiago de Compostela, não encontrarem confirmação segura nas fontes medievais, vários autores relatam que os seus seguidores se estabeleceram nas Espanhas, e no nosso país em 1217, sob a chefia de Frei João Parente, como resultado da decisão tomada no capítulo geral da ordem desse ano, de enviar os primeiros frades para fora de Itália, organizados em grupos que deviam obediência a um ministro, as províncias pessoais⁴. Passados dois anos, no capítulo geral da Porciúncula, de 1219, a organização provincial foi reforçada pela criação das províncias territoriais, sendo uma delas a de

¹ A implantação dos franciscanos em Portugal deu-se num período de descrença e de enfraquecimento das tradicionais ordens monásticas que os precederam – essencialmente compostas pelas ordens de São Bento e de Santo Agostinho - posteriormente agravado nos séculos XIV e XV. A grande expansão que teve em Portugal o movimento franciscano pode considerar-se uma reacção contra o espírito monástico precedente, e, de uma forma geral, contra a burocratização de hierarquia eclesiástica. As congregações antigas eram grupos privilegiados, poderosos e ricos, relacionados com a classe dominante, a nobreza, e tinham comunidades instaladas geralmente nos meios rurais. Contrariamente, a nova ordem, cujo ideal se baseava no testemunho da pobreza evangélica e do amor ao próximo, preferindo os meios urbanos, onde mais facilmente podia difundir a sua mensagem e garantir a sua subsistência, era desprezada e mal vista pelo alto clero, nele encontrando hostilidade e oposição nas várias localidades onde se queriam instalar. Apesar disto, acabaram por difundir a sua mensagem e operar diversas modificações na Igreja Católica dos séculos XVI e seguintes (LOPES, Frei Fernando Félix, *Colectânea de Estudos de História e Literatura. A Ordem Franciscana na História e Cultura Portuguesa*, volume II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997, p. 18).

² *Op. cit.*, p. 6 e 12 e ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, volume I, Porto, Portucalense Editora, 1967, pp. 126-127.

³ Em 1223 a ordem contava já com cinco mil frades e em 1264 possuía oito mil casas.

⁴ Para melhor coordenação das actividades o mundo foi dividido em Distritos e Províncias de Missão. São Francisco quis que a ordem fosse dirigida por um ministro geral, cada província por um ministro provincial, e cada convento por um guardião (PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal. Diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*, volume III, Lisboa, João Romano Torres e C.^a - Editores, 1907, p. 570).

Espanha, ou das Espanhas, a qual abrangia os cinco reinos cristãos que formavam a Península Ibérica: Aragão, Navarra, Leão com a Galiza, Castela e Portugal. Neste último, os primeiros eremitérios foram os de 1217, em Lisboa, Guimarães e Alenquer, e seguiu-se o de Coimbra, que já existia em 1220⁵.

Nesse processo de difusão do ideal franciscano, ficaram conhecidos os nomes dos dois primeiros fundadores, que foram: Frei Zacarias de Roma, em Alenquer, e Frei Gualter, em Guimarães, ainda hoje lembrado na tradição popular vimaranense das Festas Gualterianas.

A ordem franciscana de Portugal dependia da província de Espanha, até esta se dividir em três entre 1232 e 1239: Aragão, Castela e Santiago, incluindo esta última o território português (e por esta razão várias vezes apelidada de Província de Portugal) até 1378, como veremos mais adiante. Dado que a mesma era extensa poderia ser dividida em custódias, formando os conventos portugueses a Custódia de Portugal. No capítulo provincial de 1272 esta foi desmembrada em duas: a de Lisboa – com os sete conventos de Alenquer, Leiria, Évora, Estremoz, Portalegre, Santarém e Lisboa -, e a de Coimbra, composta pelos seis de Lamego, Porto, Coimbra, Covilhã, Guarda e Guimarães. Por sua vez, o convento de Bragança documentado desde 1271, de acordo com o factor de proximidade geográfica, passou a pertencer à de Orense. A terceira custódia portuguesa surgiu em 1330: a de Évora, contando com as casas de Évora, Beja, Portalegre, Loulé, Estremoz e Tavira.

O Cisma do Ocidente – de 1378 a 1415 – contribuiu para a redefinição do enquadramento jurídico dos franciscanos de Portugal, conferindo-lhe a independência. A favor do papa de Avinhão (Clemente VII) estavam as cinco custódias espanholas da Província de Santiago, aderindo à política oficial do reino de Castela, enquanto que as portuguesas mostravam fidelidade ao papa de Roma (Urbano VII), originando em 1382 que a província se desdobrasse em duas, cada uma delas com o respectivo ministro provincial, um em Santiago, relacionado com Avinhão, e o outro em Lisboa, ligado a Roma. Esta ruptura foi ainda mais acentuada entre 1384 a 1387, com a guerra entre Portugal e Castela. A nova província portuguesa teve a sua legalização canónica formalizada no capítulo geral de 1418 ou de 1421⁶.

Nos princípios, os frades franciscanos tinham como principal actividade externa o ministério pastoral da pregação e a celebração dos sacramentos. Atribuindo extrema importância à educação religiosa, alguns conventos depressa abriram escolas públicas onde se ensinava gramática, filosofia e teologia: em Lisboa e Santarém estão documentadas desde 1261, assim como as de Guimarães, Porto, Coimbra, Alenquer, Évora e Beja, quase todas provavelmente do mesmo século XIII. A escola que ganhou maior projecção foi a de teologia de Lisboa, elevada a estudo geral da ordem no capítulo geral de Assis de 1340, e incorporada na universidade da mesma cidade em 1453, pelo papa Nicolau V.

Paralelamente, fazendo ainda Portugal parte da província de Santiago, na ordem franciscana surgiram, desde meados do século XIV, duas tendências: o conventualismo e a observância.

⁵ MOREIRA, António Montes, “Franciscanos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção Carlos Moreira Azevedo, volume C – I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 273 e LOPES, Fernando Félix, “Franciscanos” in *Dicionário de História de Portugal*, direcção Joel Serrão, volume III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, p. 72.

⁶ Esta dúvida entre as datas está presente em MOREIRA, António Montes, “Franciscanos”, in *Dicionário de História Religiosa ...*, p. 274.

Para abrigo das escolas e dos estudantes foram construídos vários conventos desenhados com amplidão, geralmente localizados nos centros urbanos, e, ao mesmo tempo, os papas permitiam que neles houvessem, para sustento dos frades, propriedades e rendas. Com isto os franciscanos foram-se inclinando para a conventualidade e abandonando o contacto íntimo com as populações⁷. Nos conventos adeptos deste movimento dava-se privilégio à disciplina regular da vida comum, praticando-se a regra quanto à matéria de pobreza, com dispensas pontifícias, e mantendo escolas públicas. A vida quotidiana desta geração franciscana era pautada pela regularidade dos ofícios litúrgicos e das lições nas escolas, regida por um ritmo quase monacal, oposto à prática da itinerância dos primeiros frades. Este era o perfil geral dos conventos em Portugal em meados do referido século.

Porém, alguns franciscanos não esqueceram a vida pobre dos eremitérios, e a ela fervorosamente se dedicaram, formando o movimento da Observância em fins do século XIV. Os observantes surgiram na Itália e, posteriormente, na França, Espanha, e em Portugal no ano de 1392, sendo desde então, vários eremitérios e conventos aqui implantados. Moravam, geralmente, em sítios ermos ou em lugares rurais, defendiam a observância integral da regra, a prática da austeridade e da pobreza, a simplicidade dos edifícios, e privilegiavam a oração mental e a pregação de índole popular. Se no início deste movimento a importância dos estudos era desvalorizada, em princípios do século XV, na segunda geração da observância, os mesmos foram retomados e regressava-se progressivamente aos meios urbanos, não abandonando, no entanto, as fundações eremíticas.

Devido às diferenças entre as duas correntes, em 1517, altura em que a província franciscana portuguesa era já independente, o papa Leão X decretou a divisão da ordem na Ordem dos Frades Menores de Regular Observância, ou apenas frades menores, e a dos Frades Menores Conventuais. Esta decisão pontifícia foi igualmente posta em prática no mesmo ano em Portugal, passando a existir a província de Portugal de Regular Observância (vinte e sete casas com sede no Convento de São Francisco da cidade de Lisboa) e a Província de Portugal dos Claustrais ou Conventuais (esta com vinte e duas casas sediadas no Convento de São Francisco do Porto). Quanto às três casas da Madeira ficaram a pertencer aos observantes, e as cinco do arquipélago dos Açores aos claustrais⁸.

Após vários conflitos e disputas, e a pedido do cardeal D. Henrique em 1567, na altura regente do reino, por breve do papa Pio V, os conventuais foram extintos e integrados nos observantes no ano seguinte, regressando a Portugal somente quatro séculos mais tarde, em 1967.

Os franciscanos observantes ficaram a ser conhecidos simplesmente por franciscanos, e conheceram uma grande proliferação no número de fundações e de professores, desde os séculos XIV e XV, como se vê pelo prestígio de que gozavam e pelas mercês que alcançavam dos monarcas, especialmente no século XVI - neste período a Província de Portugal foi progressivamente dividida em províncias menores (segundo proposta de D. João III, alegando que as grandes distâncias entre os conventos dificultava o seu governo) - e aquando da expansão portuguesa, enviando missionários

⁷ Poderemos afirmar que o espírito do fundador permanecia na Ordem, mas faltava a lição do seu exemplo, muito mais eficaz que qualquer prescrição regulamentada na Regra.

⁸ *Op. cit.*, p. 275 e LOPES, Frei Fernando Félix, *Colectânea de Estudos de História e Literatura. A Ordem Franciscana na História e Cultura Portuguesa*, volume I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 5-6.

e formando províncias em Cabo Verde, Guiné, Congo, Brasil, Índia, Moçambique, Ceilão, Macau, Malaca, territórios da actual Birmânia, Tailândia e Indonésia⁹.

Porém, no seio da ordem já desde o século XVII se notavam sinais de decadência, os quais se agravaram na segunda metade do século XVIII, entre eles: ociosidade, não obediência à disciplina regular, enfraquecimento do ideal missionário e recrutamento deficiente de vocações. Para além disto, o número excessivo dos que viviam nos conventos originava, economicamente, dificuldades de subsistência, incompetência na administração, dívidas acumuladas e lutas conflituosas entre casas mendicantes devido a peditórios.

Durante as invasões francesas, entre 1807 e 1811¹⁰, assim como nas lutas políticas entre liberais e absolutistas, o desassossego estava presente na vida disciplinar interna dos conventos. Igualmente a mentalidade iluminista do século XVIII não tinha muita consideração pelas ordens regulares, rotulando-as de grupo social inútil e ocioso, o qual vivia à custa da sociedade. Os homens do vintismo consideravam que, a nível político, económico e social, os institutos regulares não eram compatíveis com os ideais do Portugal que queriam criar. As populações e a liberdade de propriedade e de iniciativa, desejada pela economia liberal, eram ameaçadas e pressionadas pelos foros e outros direitos de vários mosteiros e conventos vindos do Antigo Regime.

Uma série de outros factores alimentaram o desejo do que se veio a tornar realidade em 1834, entre eles: a oposição aos mesmos da Maçonaria e de alguns sectores de população, inclusivé dos religiosos seculares, e as dificuldades monetárias do tesouro nacional face aos empréstimos contraídos no financiamento da guerra civil. Para além disto, foi tido em conta o apoio material e espiritual dado por muitos frades ao regime miguelista. Como consequência, todas as casas das ordens religiosas masculinas – conventos, mosteiros, colégios, hospícios, entre outros - foram extintas por decreto de 30 de Maio de 1834, referendado pelo ministro da justiça Joaquim António de Aguiar, seguindo uma série de outras medidas anticongreganistas anteriores.

Foram extintas todas as casas de religiosos no reino e no ultramar, e os seus bens móveis e imóveis foram incorporados na Fazenda Nacional, com excepção dos paramentos e dos vasos sagrados. Os conventos das vilas, das sedes de concelho e os das cidades foram, na maior parte, transformados em quartéis militares, paços do concelho e da câmara, tribunais, recebedorias, e outros em asilos ou hospitais. Alguns frades retiraram-se para conventos no estrangeiro, outros regressaram à vida secular ou ocuparam-se no ministério pastoral, dedicaram-se à pregação, ao apostolado do confessionário e à assistência a fraternidades da ordem terceira franciscana, em especial no Norte, ou dedicaram-se ao ensino em escolas privadas e públicas. Em 1861 regressaram e em 1910 foram, novamente, banidos, podendo regressar somente em 1929, readmitidos pelas novas leis¹¹.

⁹ MOREIRA, António Montes, “Franciscanos”, in *Dicionário de História Religiosa...*, pp. 276-277.

¹⁰ Sendo vários conventos ocupados por soldados portugueses e estrangeiros, e estando muitos frades envolvidos nos confrontos.

¹¹ LOPES, Fernando Félix, “Franciscanos” in *Dicionário de História...*, p. 73.

CAPÍTULO II

FUNDAÇÃO DO CONVENTO FRANCISCANO EM GUIMARÃES

A data da fundação do convento de São Francisco em Guimarães não é unânime entre alguns autores. Cronistas antigos e autores da actualidade há que apontam para uma mais antiga, e outros para uma mais recente. José Marques enquadra-se neste último grupo, afirmando que, apesar dos relatos dos cronistas acerca da instalação dos conventos ou eremitérios no norte do Douro, essa fixação deve ser revista dado que não se encontram provas que fundamentem as tradições cronísticas, e, pelo contrário, abundam os documentos que induzem para datas mais tardias¹².

Segundo a opinião deste autor, o convento de Guimarães foi posterior à construção da cidade do Porto, a qual teve o seu início em 1244, baseando-se num documento testamentário do cônego vimaranense Pedro Pires que, em 1249, deixou em morabitino ao convento franciscano do Porto, permitindo-lhe concluir a inexistência de qualquer comunidade franciscana em Guimarães, da qual só em 1256 apareceram as primeiras informações, também por meio de um testamento. A partir deste momento, os legados deixados aos Frades Menores de Guimarães multiplicaram-se, de indivíduos da vila e de fora dela.

Fazendo parte do grupo dos cronistas que defendem uma fundação mais antiga, tal como o fazem os monógrafos mais antigos de Guimarães, está Frei Manuel de Esperança¹³, escrevendo a *História Serafica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Província de Portugal*, em 1656, com um cuidadoso pormenor na descrição. Devido a esse pormenor, à antiguidade da obra e à credibilidade do cronista, é esse o relato que aqui tentaremos sumariar. Não pretendemos, com isto, afirmar que representa a versão verdadeira dos factos, nem colocamos nela a nossa total confiança, pois sabemos que o autor manifestava simpatia pelos franciscanos, mas apenas a apresentamos uma hipótese do que poderá ter acontecido.

A história da implantação do franciscanismo em Guimarães passou por várias etapas, delineadas pelas três fundações do convento franciscano.

De acordo com Frei Manuel da Esperança, numa viagem de regresso do Norte de África e de peregrinação a Santiago de Compostela, São Francisco passou em 1214 pelo burgo vimaranense, onde foi recebido por Dona Urraca, esposa de Afonso II, o qual lhe deu a conhecer a sua religião. Esta visita referida pelo frade é alvo de muita controvérsia entre os diversos autores, uns defendendo-a como facto histórico, outros negando-a. Regressando a Itália, em 1216 ou talvez em 1217, no capítulo geral realizado na Porciúncula, decidiu enviar para Portugal Frei Zacarias e Frei Gualter, com a companhia de dois franciscanos, incumbindo o segundo da responsabilidade de fundar um convento em Guimarães.

Chegados a Coimbra, foram recebidos pelo rei D. Afonso II, e a rainha, que havia já mostrado afecto para com a ordem franciscana, “(...) *gançou del-Rei D. Afonso, seu marido* (dizem as nossas

¹²MARQUES, José, *Os Franciscanos no norte de Portugal nos finais da Idade Média*, Separata do Boletim do Arquivo Distrital do Porto, volume I, Porto, 1982, pp. 8-9.

¹³ Natural do Porto, leitor jubilado em Teologia e examinador das ordens militares.

chronicas antigas) *que em Lisboa e Guimarães pudessem auer dous logares, em os quaes os fraires, seruos de Deos, fossem criados da dita Rainha, assi como de madre.*"¹⁴. Receberam licença para morarem em Coimbra, Guimarães, Alenquer e Lisboa, e lá ergueram as suas primeiras fundações entre 1216 e 1218. Certos do amparo real, Frei Zacarias viajou para Lisboa, com um companheiro, e Frei Gualter, com outro, para Guimarães.

Em Guimarães, ainda no mesmo ano, os dois fixaram a sua morada, não se sabe bem por quanto tempo, na encosta do monte de Santa Catarina (hoje mais conhecido por Penha) fora do burgo, numa choupana construída por ramos de árvores. Esse local estava situado junto da fonte que depois foi chamada de Fonte Santa ou de São Gualter, actualmente pertencente à freguesia de Urgeses, termos toponímicos estes que sobreviveram até ao nosso tempo. Sendo muito estimados pelos moradores do burgo devido à sua piedade e amor ao próximo, viviam das suas esmolas. Como resultado desta relação amigável, os vimaranenses convenceram os frades a instalarem-se num lugar mais próximo da vila. Fizeram o que lhes pediram, tornando-se-lhes mais fácil a difusão da mensagem franciscana (visitavam os enfermos, sepultavam os mortos e administravam os sacramentos) e garantindo a sustentação dos religiosos que iam crescendo em número.

Não se conhece ao certo onde foi o local escolhido, somente se sabe que, a nível toponímico, existe uma designação que poderá ajudar na localização do mesmo: "São Francisco o Velho". A mesma encontra-se mencionada na *História Seráfica* e em alguns documentos guardados no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, no Fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, referentes a testamentos e escritura de empraçamento¹⁵. Esse mesmo lugar, depois chamado "Minhotinho", estava situado a meia distância entre a Fonte Santa e a vila, designação que também sobreviveu até aos dias de hoje.

Numerosas dádivas do povo do burgo e legados em testamentos foram suficientes para a sustentação dos frades e para a construção do primeiro convento, onde faleceu Frei Gualter, provavelmente em 1259. Tal situação foi idêntica à registada nos conventos existentes no resto do país: em meados do século abandonaram os eremitérios das cercanias das vilas e cidades, e vieram acolher-se no povoado em conventos de índole claustral.

De acordo com o cronista "Foi entendendo Guimarães quanto melhor lhe estaua a vizinhança do conuento, que a distancia delle, & assi se resolveo em o trazer pero perto dos seus muros, donde os religiosos mais facilmente acodissem às obrigações da caridade christaam."¹⁶. Assim, em 23 de Novembro de 1271, passados os cinquenta e cinco anos em que se mantiveram no primeiro convento, segundo as contas de Frei Manuel da Esperança, perante o alcaide-mor Pero Rodrigues, e outros homens bons, "(...) como então se chamauão os honrados."¹⁷, foi feita doação pelo juiz Mem Martins "(...) d'hum hospital, por outro nome *Albergaria*, no qual se recolhião os pobres, que passavão de caminho, & por ser administrado pelo governo da villa se chamava o *hospital do concelho*."¹⁸.

¹⁴ ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portvgal*, Livro I, Lisboa, Officina Craesbeekiana, 1656, p. 63.

¹⁵ TEIXEIRA, Fernando José, *Convento de S. Francisco. Guimarães*, Porto, Marca – Artes Gráficas, 2000, p. 10.

¹⁶ ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica...*, p. 141.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

O dito hospital estava situado próximo das muralhas da vila, junto a uma das suas entradas, à torre velha. Era local de tratamento de doentes e de alojamento dos caminheiros pobres e, por ser concelhio, era administrado pelas autoridades municipais. Em 25 de Novembro de 1271, com a assistência da “(...) clerizia, & camara, a nobreza, & o pouo (...)”¹⁹, os frades mudaram-se do velho convento para este hospital. Como resultado da grande devoção pelos religiosos, várias herdades e fazendas pertencentes ao hospital foram-lhes doadas, e recebidos legados em testamentos, para usufruto dos mesmos e para construção do novo edifício. Era este o novo domicílio, o segundo convento.

Desde o princípio os frades franciscanos foram tratados com hostilidade pelo clero secular e pelos religiosos de outros institutos²⁰. O desprezo pela ostentação, a pobreza em que viviam, a obediência e a castidade que praticavam, estavam em contraste notório com a prática de grande parte do clero secular da região, nomeadamente dos cônegos e clérigos da Colegiada de Guimarães, cujo gosto pelo dinheiro os documentos testemunham.

As ofertas que as comunidades mendicantes recebiam e o ciúme desse prestígio no seio dos católicos vimaranenses, levaram o cabido da Colegiada, apoiado do cabido catedralício de Braga, a colocar aos religiosos as maiores dificuldades. Lesado nos seus rendimentos, o cabido colegial recorreu ao deão de Braga, que governava a diocese sede vacante, por falecimento do arcebispo D. Martinho Geraldês (1256-1271), o qual os atingiu com censuras. Apesar de os frades serem imunes à jurisdição eclesiástica e de dependerem somente da autoridade pontifícia, constrangeu os seculares para que não contribuíssem para a edificação do novo convento, chegando ao ponto de derrubar pedras já levantadas na construção do mesmo.

Tendo o conflito chegado ao ponto do desespero, o juiz e a câmara de Guimarães, que tinham entregue a administração do hospital aos franciscanos, pediram-lhes que o abandonassem até passar o tempo de violência ou o rei os confirmasse na posse do dito edifício. Assim, em 1272, passados cinco meses e nove dias depois da sua posse, interromperam a obra do novo convento e regressando à antiga residência. Mas não tardaram em voltar para o hospital do concelho, estando já lá presentes em 1274, por intervenção de D. Afonso III. Contudo, os conflitos com a Colegiada mantiveram-se durante anos.

Outras dificuldades vinham já da diocese de Braga, chegando os franciscanos a serem inibidos de pedir esmola, tornando necessária a intervenção do papa Gregório IX, em 1238. Este último expediu duas bulas ao bispo, ao deão e ao mestre-escola da Sé de Orense ordenando que diligenciassem a protecção da actividade apostólica e caritativa dos mesmos na diocese bracarense. Passados vinte anos, em 1258 (estava São Gualter ainda vivo), o papa Alexandre IV queixava-se de que o clero de Guimarães, com o pretexto de porção funerária²¹, retirava para si metade dos legados deixados em testamento, através de actos de censura e violência, ameaçando com privação dos

¹⁹ *Op. cit.*, p. 142.

²⁰ Algo que também se deu aquando da fundação do convento dos frades menores noutras regiões do país. Como exemplo, em Leiria os cônegos regentes de Santa Cruz de Coimbra, detentores dos rendimentos eclesiásticos da vila, tentaram impedi-la, o mesmo acontecendo no Porto, por parte do deão da Sé. Tal opressão dirigia-se igualmente a outra ordem mendicante, a dos dominicanos (BARBOSA, Pedro Gomes, “Franciscanos”, in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, coordenação José Costa Pereira, volume I, Publicações Alfa, 1985, p. 270).

²¹ Isto é, a quarta parte das ofertas por ocasião dos funerais que tivessem lugar.

sacramentos enquanto lhe não pagassem. Nesse ano o papa dirigiu uma bula ao deão de Lamego para que obrigasse o clero vimaranense a desistir desse procedimento e acabar com a perseguição.

A frequência de apelos dos franciscanos à Santa Sé e ao poder real constituía um grande incómodo para o Cabido da Colegiada de Guimarães e para os cónegos da Sé primacial, incómodo este que foi agravado com a nomeação do provincial dos franciscanos de Castela, D. João Telo, para o cargo de arcebispo de Braga²². Temendo que o novo prelado não os apoiasse, os cónegos da Sé de Braga e a câmara municipal, aproveitando a anterior situação da sede vacante, celebraram, em 1279, um pacto no qual se comprometiam a não receber mendicantes na cidade e no couto. Devido a este acordo, os franciscanos só em 1523 se instalaram nos subúrbios de Braga, em São Frutuoso, com a ajuda do arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532).

Depressa se fez sentir a presença de um franciscano na sé bracarense, o qual fez desbloquear os entraves para a execução das obras do edifício conventual, e em 1282 foi lançada a primeira pedra da igreja do convento de Guimarães, erguida perto da parede do hospital onde moravam os frades, no lado oriente. Muito provavelmente o novo edifício conventual situava-se entre a Fonte dos Passarinhos e a igreja de São Dâmaso.²³

O prior e os cónegos da Colegiada não tardaram em reagir, embargando a obra, e alegando que lhe causaria um grande prejuízo, dado que era local de entrada e saída para uma quinta que a mesma possuía. Embora a decisão tenha sido favorável à opositora, o problema foi resolvido através de uma composição, tendo as obras sempre continuação.

Novamente surgiram doações e esmolas de vária natureza: dinheiro (em testamentos, guardados na coleção da Colegiada, do Arquivo Alfredo Pimenta), trabalho, cedência de carros para o transporte de pedra e madeira, partes de casas, herdades, pagamentos dos jornais, “De modo, que sobre casas, & terras, que nos deu a piedade christaam, assentamos toda a planta do conuento, & lançamos hua cerca muito larga até o rio de Couros, deixando na outra banda a quinta, que se chama a *Ramada*, & também nos pertencia.”²⁴. Quer isto dizer que já ocupavam o terreno onde mais tarde seria levantado o terceiro convento.

O episódio seguinte desta história sucedeu mais tarde, em 1322. “Foi o caso, que o Infante D. Afonso (chamarsehia hoje *Príncipe*) rebellando contra seu pae Dom Dinys, tambem alterou o reino, combatendo alguns lugares, que pretendia fazer da sua obediencia. Com este intento poz cerco a Guimaraes, que não obstante defenderse com valentia, & brio, contudo da parte dos dous conuentos, São Domingos, & São Francisco, donde a gente do sobredito Infante, chegada mais aos muros, reforçaua os combates, se vio em grande aperto. Passou isto (...) no principio do anno de 1322”²⁵. Depois de solucionado o conflito entre pai e filho, o Governador de Armas de Guimarães,

²² As datas do seu episcopado situam-se entre 1278 e 1292. Representou um marco importante na expansão do ideal franciscano através da tomada de uma série de medidas de influência franciscana, entre elas: alterações na formação cultural do clero, combate à simonia, obrigatoriedade da celebração da festa de São Francisco, entre outras.

²³ Alguns escritores, como Torcato Peixoto de Azevedo, referem que a segunda fundação teve lugar no hospital do concelho, que depois serviu de recolhimento às beatas do Anjo, portanto, dentro das muralhas, a norte da Torre Velha. No entanto, os relatos não nos induzem a tomar essa conclusão, antes estaria perto da porta da muralha chamada de Torre Velha, mas do lado de fora, à roda dos muros, embora próxima deles. De igual modo, a cerca do convento foi-se dilatando até ao Rio de Couros, logo não era natural que entre o convento e a sua cerca corressem os muros da vila, separando o que deveria estar ligado.

²⁴ ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica...*, p. 146.

²⁵ *Op. cit.*, pp. 147-148.

Mem Rodrigues de Vasconcelos, informou o rei dos perigos que poderiam surgir da localização perigosa dos dois conventos, junto das muralhas, e depressa D. Dinis ordenou a sua demolição, indicando a que distância deveriam estar os terrenos em que poderiam ser reconstruídos.

Cumprido o mandado real, os franciscanos recolheram-se numas casas oferecidas por um fidalgo da família dos Cunhas, cujo nome se desconhece, enquanto não edificassem o seu novo convento, com a ajuda financeira do povo de Guimarães e de fora dele. Receberam, do mesmo modo, o estímulo dos monarcas, do próprio D. Dinis, para remediar os danos causados, de D. Fernando, que aplicara na obra os resíduos dos testamentos desta vila e do seu termo, e de D. João I, que tomou convento sob a sua protecção²⁶, fazendo o mesmo com outros conventos, entre eles o do Porto. Ainda com o auxílio do papa Inocêncio VI, o qual concedeu quarenta dias de indulgência a quem desse esmola, e de diversos religiosos, construíram com licença de D. João I o terceiro convento, em 1400, no local onde está actualmente, fronteiro à Torre Velha, e a condição de que não fosse mais chegado à vila do que estava o convento de São Domingos²⁷.

O convento tinha a sua entrada principal no átrio da igreja, virada a sul, através da qual se tinha acesso, na parte de baixo, ao claustro, às oficinas e à cerca, e na de cima, aos dormitórios, à enfermaria, à própria igreja e suas dependências²⁸.

Apesar das dificuldades de aceitação que os frades encontraram frequentemente no clero secular e noutros institutos religiosos, devido a conflitos de interesses, o seu prestígio entre os fieis crescia de dia para dia²⁹, assim como a consideração que recebiam dos pontífices, monarcas e nobreza. Vários indivíduos de sangue real escolheram sepultura nas igrejas da Ordem, e professavam o hábito franciscano³⁰. Os nobres imitavam a devoção dos monarcas.

Tendo os frades menores ajudado a população da vila e do seu termo com inestimáveis serviços, através da ajuda aos enfermos (especialmente em tempos de epidemia), peregrinos e da caridade para com os pobres, foram recompensados com uma série de doações. Das herdades recebidas, constituíram terrenos de sua propriedade: desde a Torre Velha, da muralha, até ao Rio de Couros. Aqui acaba o relato de Francisco Manuel de Esperança.

A Ordem dos frades menores aí permaneceu até 1834, ano em que sob o governo de D. Pedro IV se decidiu extinguir as ordens religiosas³¹. A Ordem Terceira de São Francisco, com o seu

²⁶ Como se depreende do documento régio de 5 de Novembro de 1400:

“Privilegios de Sam Francisco de Guimarães.

Dom Joham etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee ao guardiam e frades e convento do mosteiro de Sam Francisco de Guimarães teemos por bem e recebemos elles e todos seus beens e casas e vinhas e herdades e caseiros e lavradores e mancebos e servidores e todollos outros seus lugares e todallas cousas que elles teem (...) e ouverem em nossa guarda e encomenda e sob nosso defendimento.” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, livro 2, folha 171 verso, in MARQUES, José, *Os Franciscanos no norte de Portugal...*, p. 43).

²⁷ Certamente, para a nova construção foram utilizadas as pedras do convento demolido, para poupar dinheiro e tempo, sendo possível que alguns elementos artísticos do segundo convento tenham, dessa maneira, passado para o último.

²⁸ TEIXEIRA, Fernando José, *Convento de S. Francisco...*, pp. 9-14.

²⁹ Em 1410, na terceira sexta-feira de Quaresma deslocavam-se para o mosteiro de São Torcato, para assistirem à missa e sermão de um frade do convento de São Francisco da vila de Guimarães, moradores de vinte e seis freguesias do concelho e fora dele (MARQUES, José, *Os Franciscanos no norte de Portugal...*, p. 25).

³⁰ Dona Constança de Noronha, primeira duquesa de Bragança, tomou o hábito da Ordem Terceira de São Francisco e foi sepultada na capela-mor do convento de São Francisco de Guimarães, assim como o seu marido, duque Dom Afonso, na igreja de São Francisco da cidade de Chaves.

³¹ Em Guimarães, já em Março do referido ano, Joaquim Cardoso de Carvalho e Gama, Juiz de Fora, Corregedor, Provedor e Delegado da Polícia interino, procedeu à averiguação dos frades franciscanos que

edifício bem próximo do extinto convento, manteve durante vários anos franciscanos como seus Padres Comissários, nomeados pelos superiores provinciais. Na diocese bracarense, e noutras da região norte, muitas fraternidades contaram com essa assistência durante os primeiros anos. Contudo, com o falecimento desses comissários religiosos, o espírito franciscano tradicional foi lentamente enfraquecendo. O último deles em Guimarães foi Frei Joaquim da Purificação em 1853 seguindo-o no comissariado sacerdotes seculares, professores na Fraternidade, sob a jurisdição do Núncio Apostólico, como era normal.

A igreja e sacristia de São Francisco foram entregues à Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães em 1835 e o convento, durante muito tempo devoluto, serviu várias ocasiões de quartel a diversas unidades militares e de tribunal da comarca, sendo mais tarde atribuído ao ministério da Guerra, que o adaptou para ser hospital militar. Em 1875 foi cedido à Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, em troca de dois contos de reis, no qual desenvolvendo a sua actividade caritativa e social através do funcionamento do seu hospital, asilo dos entrevados, escolas primárias, oficinas de ensino profissional e creche.

Ao longo da existência do franciscanismo em Guimarães, várias comunidades e fraternidades surgiram relacionadas com o convento franciscano. Para além da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, que será tratada mais adiante, referimo-nos à Confraria de Nosso Padre Seráfico Francisco e à Confraria das Chagas de São Francisco.

Quanto à primeira, desde 1253 demonstrava ter uma actividade social intensa, chegando, inclusivé, a possuir um hospital para tratamento de enfermos. Os seus membros trabalharam directamente com os franciscanos, ajudando-os no que dizia respeito ao cuidado dos pobres e dos peregrinos viandantes. Assim, os pobres de Guimarães tinham comida em determinados dias do ano – especialmente nos dias de comemoração da festa de São Francisco, servindo os homens no claustro, e as mulheres no adro -, e os que passavam podiam acolher-se numa das quatro albergarias, que eram a da Rua da Caldeiroa, na Perrota, na Rua do Gado, e perto da igreja de São Paio. Esta confraria usufruiu de vários privilégios, recebeu vários legados através de doações e testamentos – tal como o de Francisco Gerales, que em 13 de Março de 1389 mandou aos juizes da confraria de São Francisco o cumprimento de um legado seu em favor da mesma, e a ela se uniram as confrarias de Santo André, de São Torcade, entre outras, num momento de auge bem diferente daquele vivido em 1656, quase trezentos anos depois, aquando da edição da *História Seráfica*, estando nesse ano “(...) como tão velha, ou decrepita, parece, que vai já acabando os seus dias.”³²

A segunda, Confraria ou Irmandade das Chagas de São Francisco ou de São Francisco das Chagas, foi fundada para rapazes solteiros antes do ano de 1606. A ela se uniu outra, formando uma só, de nome Confraria ou Irmandade do Cordão de São Francisco, onde não havia selecção de pessoas. “Ambas tinham sede na igreja do convento, mas passaram mais tarde para a de São Dâmaso, construída, com o seu hospital anexo, com um valioso legado, testado para esse efeito às

tinham fugido do convento, aquando da entrada das tropas liberais, e daqueles que tinham permanecido. Na mesma data foi instaurado um inquérito sobre as ideias políticas por eles professadas, com audição de testemunhas (FARIA, João Lopes de, *Velharias da Irmandade de S. Pedro e das Ordens 3.ªs*, volume II, Sociedade Martins Sarmiento, pp. 163-163 verso).

³² ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica...*, p. 174.

duas confrarias, por um sacerdote, irmão terceiro, em 1606”³³ ou em 1619³⁴. Esse sacerdote era o abade de Santa Comba de Regilde, Lucas Rebelo, o qual a elegeu como sua herdeira universal, deixando-lhe os seguintes encargos: “Hum hospital pera cura de enfermos, o qual ella administra: o dote de duas orfans cada anno, em cuja eleição concorre o guardião: hua esmola de pão, que por ordem do juiz da irmandade, e d’hum frade do conuento se distribue pelos pobres.”³⁵. O hospital foi instituído para curativo de eclesiásticos que não tinham meios suficientes de subsistência em geral, e para aqueles que eram pobres pertencentes à mencionada freguesia, e ficou a ser conhecido como o Hospital de São Dâmaso, por estar erigido junto à igreja do mesmo nome.

³³ RIBEIRO, Bartolomeu, *Os Terceiros Franciscanos Portugueses, Sete Séculos da sua História*, Braga, Tipografia “Missões Franciscanas”, 1952, p. 233.

³⁴ De acordo com Frei Manuel da Esperança (ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica...*, p. 174).

³⁵ *Ibidem*.

CAPÍTULO III

FUNDAÇÃO DA ORDEM TERCEIRA SECULAR DE SÃO FRANCISCO

De acordo com o Código de Direito Canónico de 1983, cânon 303, as ordens terceiras seculares têm como significado serem “associações cujos membros participando no século do espírito de algum instituto e sob a sua alta orientação, levam uma vida apostólica e tendem à perfeição cristã”³⁶.

Não podemos confundir a Ordem Terceira Secular com a Ordem Terceira Regular, dado que nos vários institutos religiosos desta última emitia-se votos de pobreza, castidade e obediência. Fazem parte deste grupo as Irmãs Hospitaleiras Portuguesas e outras congregações religiosas.

Para melhor compreender a definição das ordens terceiras seculares, há que referir que os seus membros, os terceiros, não são religiosos, nem fazem votos sagrados (relembrando o elemento da secularidade do cânon referido), “(...) porque he hum terceiro estado de gente, que faz hum meyo entre o estado Secular, e Religioso: porque não são verdadeiros Religiosos, como os que vivem em claustros dos Conventos, nem são de todo Seculares, são agregados por voto condicional à Religião de que são Terceiros, e o seu instituto he hum modo de bem viver approved pela Sé Apostolica (...)”³⁷. Eram leigos que faziam noviciado e profissão, e recebiam a investidura do hábito, o qual usavam nos actos públicos da instituição.

Não se classificam como institutos nem simples confrarias, pias uniões³⁸, associações de fiéis ou irmandades. Pelo seu funcionamento e organização assemelham-se às ordens, regendo-se por uma regra aprovada pela Santa Sé (e não obedeciam somente a um compromisso ou Estatutos, como as confrarias e irmandades). Eram verdadeiras fraternidades, gozando de alguns privilégios da ordem religiosa a que pertenciam, sendo fundadas através de aprovações apostólicas e autorizadas com bulas e breves³⁹.

Embora já nos séculos XI e XII se verifique algo parecido do que seriam, posteriormente, as ordens terceiras seculares⁴⁰, Francisco de Assis foi quem deu forma a este novo modo de vida

³⁶ ARAÚJO, António de Sousa, “Ordens Terceiras”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção Carlos Moreira Azevedo, volume J – P, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 348.

³⁷ ENCARNACÃO, Frei Manuel da, *Compêndio da Regra dos Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal, 1685, pp. 2-3, in COSTA, Paula Cristina de Oliveira, *Os Terceiros Carmelitas da Cidade do Porto (1736-1786)*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1999 (policopiada), p. 22.

³⁸ As confrarias tinham como objectivo executar exercícios de piedade e desenvolver o culto público, as pias uniões pôr em prática esses mesmos exercícios de caridade, e as Ordens Terceiras conduzir os fiéis no alcance da perfeição cristã.

³⁹ Aos terceiros seculares que vivessem reunidos em corporação era dado o nome de Fraternidades, e se viviam isolados, Irmãos Dispersos. De acordo com o decreto de 31 de Junho de 1893, era proibido pertencer a diferentes Ordens Terceiras. Era sim permitido passar de uma para outra, ou dentro da mesma, passar de uma fraternidade para outra, devido a mudança de residência, grande distância de fraternidade, entre outros motivos. Não sabemos se no caso concreto da Ordem de Guimarães este princípio era posto em prática, dado que as fontes documentais analisadas nada nos referem acerca do assunto. Através da bibliografia consultada sabemos que no Brasil do século XVIII era permitido pertencer a mais do que uma Ordem Terceira, permitindo assim às famílias pelas quais eram constituídas o alargamento do espaço de contactos (RUSSELL-WOOD, A. J. R., “Prestige, Power, and Piety in Colonial Brazil: the Third Orders of Salvador”, in *Society and Government in Colonial Brazil, 1500-1822*, Hampshire, Variorum, 1992., p. 74).

⁴⁰ É o caso dos beneditinos e dos Oblatos, dos Humilhados e dos Pobres Católicos. No século XI, as casas beneditinas eram constituídas por religiosos e por seculares, os quais trabalhavam em conjunto nos conventos e

religiosa. Os seus seguidores eram muitos e para que os lugares não ficassem desertos incentivou-os a não o acompanharem, mas a permanecerem nas suas próprias casas e nos seus negócios e ocupações, onde também podiam praticar o ideal de vida pregado, dizendo-lhes:

« “ Sabey, Irmãos meus charíssimos, que o Senhor me ha revelado huma traça, com que podereis ser como Religiosos, sem deixares vossas casas, nem desamparares vossos filhos. Eu farey huma Regra, e maneira de vida, ajudado da Luz Divina, e pedirey aprovação della ao Summo Pontifice, vigario de meu Senhor Jesus Christo, segundo a qual, e guardando-a vós fiel, e devotamente, podereis todos, assim homens, como mulheres, sem deixar vossas fazendas, nem vos obrigares aos apertos da Religião, ordenar vossas vidas, aperfeiçoar vossas obras, e assegurar a salvação eterna de vossas almas” »⁴¹.

Em 1238 Gregório IX refere as três ordens instituídas pelo patriarca: “ A dos frades menores, a das irmãs reclusas e a dos penitentes.”. Nos fins do século XII existia a *ordo paenitentium*, e os primeiros companheiros de Francisco chamavam-se “penitentes de Assis”⁴². Em Itália, as comunidades dos irmãos da penitência eram admiradas pelo seu número e pela sua boa organização corporativa, copiada da dos frades menores. Algumas delas regiam-se por regulamentos ou estatutos, e cada um dos seus membros obedecia ao respectivo ministro.

Em 1289 o papa Nicolau IV, através de uma bula, melhorada por papas posteriores, reconheceu canonicamente a Ordem da Penitência e a sua regra⁴³, pela qual se regeram até a reforma de Leão XIII, em 1883, tendo o mesmo lhe dado uma forma mais adequada à vida cristã do século XIX, publicando-a na sua Constituição “Misericors Dei Filius” do referido ano.

Surgia, assim, a Ordem Terceira de Penitência, que no dizer de Frei Jeronymo de Belém “Chama-se esta Terceira Ordem, Ordem da Penitencia, porque a Penitencia he o caminho seguro, por onde os homens de qualquer estado, condição ou gráo que sejam, fazem seguramente viagem para o Ceo, Patria de eternos descansos”⁴⁴.

tinham no seio da comunidade direitos iguais. Quanto aos Oblatos, refere-se a um grupo de indivíduos, leigos ou clérigos, que no século XII se ligaram a algum mosteiro ou ordem sem tomar os votos exigidos aos religiosos (<http://www.newadvent.org/cathen/02443a.htm>). De igual modo, os Humilhados eram homens, na sua maior parte casados, que nos inícios do século XII se dedicaram à caridade e à mortificação (<http://www.newadvent.org/cathen/07543a.htm>). Os Pobres Católicos eram compostos, nos princípios do século XIII, por seculares que manifestavam uma vida de resignação e de pobreza (<http://www.newadvent.org/cathen/12249a.htm>).

⁴¹ BELÉM, Frei Jeronymo de, *Palestra da Penitência sendo Corifeo, Author, e Mestre o milagroso Deos Menino e seu legítimo Substituto o Patriarca dos Pobres o grande Pequeno São Francisco de Assis. Para exercício dos Alumnos da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Xabregas, e de todas as mais da Provincia dos Algarves*, Lisboa, Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1736, pp. 63-64, in COSTA, Paula Cristina de Oliveira, *Os Terceiros Carmelitas...*, p. 20.

⁴² ARAÚJO, António de Sousa, “Ordens Terceiras”, in *Dicionário de História Religiosa...*, p. 348.

⁴³ Elaborada em 1220 por São Francisco, e cuja substância se encontrava na sua *Carta aos Fiéis*. A mesma “Sintetiza-se em doze pontos de ascética prática, ou, melhor dito, em doze exortações: oração contínua, penitência permanente, confissão e comunhão eucarística, adoração e louvor de Deus, amor dos inimigos, humildade dos que mandam, fuga da tentação carnal e da impenitência final, observância dos Mandamentos, jejum corporal e espiritual.” (RIBEIRO, Bartolomeu, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 22). Com base nestas premissas se elaborou a regra, cujos “(...) vinte capítulos (...) reduzem-se a três categorias: santificação pessoal, vida social cristã e governo da vida corporativa.” (*op. cit.*, p. 66). Existem historiadores que defendem que essa regra tinha sido aprovada por Honório III em 1221, mas disso não se tem conhecimento completo.

⁴⁴ BELÉM, Frei Jeronymo de, *Palestra da Penitência...*, p. 20.

Este modo de viver foi seguido por outras ordens terceiras anexadas, por concessão pontifícia, a diversas ordens religiosas, nomeadamente a dominicana, a carmelita, os agostinhos, os trinitários, entre outras⁴⁵.

A Ordem Terceira Franciscana, sendo a primeira no país, foi também a mais significativa em termos de representação. No continente a Ordem de São Francisco surgiram sete províncias da primeira ordem e uma província da ordem terceira regular, resultando em cento e oitenta conventos masculinos e quarenta e três femininos no ano da extinção das ordens religiosas. Já a de São Domingos tinha uma única província, totalizando vinte casas masculinas e dezoito femininas, a dos carmelitas trinta masculinas e doze femininas, e os agostinhos trinta e três masculinas e cinco femininas. É natural que a ordem que captava maior número de fiéis religiosos também se superiorizasse em relação às outras no que tocava aos seculares.

Tendo um prestígio e expansão inegáveis, espalhou-se pelos leigos de todas as camadas sociais, sacerdotes, bispos, papas, nobres e de sangue real. Aconteceu com D. Sancho II, D. Afonso IV e esposa e suas filhas D. Maria e D. Leonor, a primeira rainha de Castela, e a segunda de Aragão, D. Pedro I, D. Fernando, D. Afonso V, a rainha Santa Isabel, D. João II e outros mais.

Os motivos que sustentavam essa devoção poderiam referir-se ao desejo de viver um cristianismo mais intenso ou de beneficiar dos privilégios e isenções temporais ao poder secular, civil e militar, usufruídos pelos terceiros, a par com os religiosos dos conventos, devendo, em alguns casos, somente obediência às autoridades eclesiásticas. Assim, tinham sepultura obrigatória nos claustros franciscanos como se fossem frades menores, gozavam de imunidade eclesiástica do foro, de isenção do serviço militar (vários concílios estabeleceram que o uso das armas era considerado impróprio para os religiosos), e de isenção da jurisdição dos senhores seculares, os quais não podiam constrangê-los através do serviço militar ou do cumprimento de outros encargos públicos.

Quanto ao privilégio de foro, e tal como os clérigos, estavam em muitas situações de crime isentos da acção do poder civil e sujeitos ao juízo eclesiástico, excepto no caso do crime ser julgado em tribunais de índole privada. Vários monarcas legislaram para que não se generalizassem os abusos, tanto por parte dos leigos como dos clérigos, provenientes do usufruto deste privilégio. De facto, devido à ocorrência de uma série de abusos e da consequente contestação por parte de indivíduos que se consideravam injustiçados por não gozarem dessas mesmas isenções temporais, o papa Leão X (1513-1521) procedeu à extinção daquelas que beneficiavam os terceiros⁴⁶.

A par dos motivos para pertencer a uma ordem terceira referidos atrás, poderíamos ainda contar com a vontade por parte de alguns indivíduos em imitar a devoção dos monarcas, através da profissão da regra, da escolha da sepultura nas igrejas da ordem e da contemplação dos conventos nos seus testamentos. Assim, se haviam pessoas que na ordem ingressavam de forma verdadeira e desinteressada, outros faziam-no por interesse. “A prova de que muitos se alistaram nas ordens

⁴⁵ A Ordem da Penitência de São Domingos foi mencionada, pela primeira vez, na bula de Honório IV, em 1286, antes da aprovação da regra franciscana, mas só em 1406 foi a sua regra aprovada. A da Ordem Carmelita foi aprovada em 1476, por Sisto IV, e a dos Trinitários estava já impressa em 1584 (ARAÚJO, António de Sousa, “Ordens Terceiras”, in *Dicionário de História Religiosa...*, p. 349).

⁴⁶ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, volume I, Porto, Portucalense Editora, 1967, pp. 138-160.

terceiras seculares por motivos alheios à sua finalidade está no facto de, a partir de 1516, se haver passado, no conceito popular, a considerá-las como inúteis (...) ⁴⁷.

As ordens terceiras seculares, auferindo de um grande sucesso, em parte devido ao facto de que nelas estavam incluídos elementos da primeira nobreza (certamente em Guimarães a profissão na Ordem Terceira da duquesa de Bragança, D. Constança de Noronha, influenciou outros a tomarem o hábito), especialmente príncipes e monarcas, surgiram nas terras onde a primeira ordem já tinha convento, ou nas localidades onde os frades iam pregar. Isto quer dizer que estavam presentes em todas as principais terras de Portugal, induzindo a que o número das fraternidades seria grande, assim como o número dos seus professores ⁴⁸.

Estes, para além de tentarem a sua santificação pessoal, entregavam-se a várias actividades, especialmente do foro social, através das quais obtiveram o apreço e simpatia dos benfeitores, demonstrados nas suas esmolas e nas suas últimas disposições. Em Guimarães tratavam dos doentes nas gafarias de Santo André (masculinas) e de Santa Luzia (para mulheres), acolhiam os pobres viandantes e peregrinos nas albergarias (século XV) ⁴⁹; perto de Ermesinde trabalhavam na gafaria de Alfena (século XIV); em Santarém na de São Lázaro (antes de 1313); em Leiria, recolhiam devotas recolhidas e tratavam de doentes; em Estremoz assistiam aos presos. Podiam, igualmente, prestar auxílio nos hospitais e asilos, por vezes localizados perto dos conventos.

Muitas das ordens terceiras seculares usufruíam de igreja própria, edificada no adro do templo conventual ⁵⁰, enquanto que outras tinham capelas fundadas nas igrejas dos conventos ou em altares ou capelas das igrejas paroquiais, para, com independência da restante comunidade religiosa, praticarem os seus actos em privado.

Tendo passado por avanços e recuos na sua propagação, ao longo dos séculos, as ordens terceiras seculares franciscanas foram afectadas pela crise religiosa de 1834, sofrendo grandes embaraços na sua administração habitual. Muitas delas esmoreceram, excepto aquelas que tinham na sua posse institutos úteis aos professores: é o caso do lar, do asilo, do hospital, das escolas primárias, do cemitério privativo ou da creche. Nesta situação estiveram Guimarães, Porto, Coimbra, três de Lisboa, Viana do Castelo e Vila do Conde, algumas delas obtendo do governo edifícios próprios para a instalação das suas actividades de caridade ⁵¹.

Em 1834 surgiram longas contestações acerca da jurisdição a que ficariam sujeitas as ordens terceiras, já que a primeira ordem, à qual se encontravam adidas, tinha sido extinta. Opiniões havia de que a isenção que tinham gozado até ao momento deveria perdurar; outras de que estariam imediatamente submissas ao bispo da diocese; ou ainda de que o padre comissário presente em

⁴⁷ ARAÚJO, António de Sousa, “Ordens Terceiras”, in *Dicionário de História Religiosa...*, p. 350.

⁴⁸ Em Lisboa foi tal a adesão que “Ao findar o século XVII a maioria dos cristãos lisboenses cingia o cordão de São Francisco e professava uma disciplina de vida semiconventual (RIBEIRO, Bartolomeu, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 57). Entre os seus confrades estavam membros da família real e a maior parte da fidalguia da cidade. António de Sousa Araújo levantou até a questão de que seria necessário “(...) averiguar se uma das causas motivadoras dos exageros numéricos propalados pelos liberais, relativamente a membros das ordens religiosas, e com o fim de as extinguir, não se baseará na ignorância e confusão que lhes terá causado o teor de vida de piedade de tipo semiconventual levado por tantos e tantos milhares de terceiros seculares dependentes das centenas de conventos franciscanos, dominicanos e carmelitas espalhados por todo o continente e ilhas.” (ARAÚJO, António de Sousa, “Ordens Terceiras”, in *Dicionário de História Religiosa...*, p. 352).

⁴⁹ Como veremos no próximo capítulo.

⁵⁰ Como é o caso dos de Guimarães, Lisboa, Bragança, entre outros.

⁵¹ ARAÚJO, António de Sousa, “Ordens Terceiras”, in *Dicionário de História Religiosa...*, p. 353 e RIBEIRO, Bartolomeu, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 120.

cada uma delas estava habilitado para administrar aos seus membros os sacramentos, sem necessidade de depender do Ordinário.

A situação resolveu-se da seguinte maneira: "A tradição canónica era que os membros das ordens regulares cuja religião se extinguísse, ou que de qualquer modo deixassem de estar sujeitos aos prelados regulares, ficavam sob a jurisdição dos bispos (...). Nesta conformidade declarou o decreto de 10 de Outubro de 1834 que as religiosas sujeitas a prelados regulares passavam, pela extinção destes, a estar sujeitas aos ordinários. Nenhuma outra regra se podia aplicar aos irmãos terceiros."⁵².

Em 1841 os franciscanos conseguiram restaurar a província de Portugal, dando apoio a ordens terceiras antigas, e fazendo nascer outras (por exemplo em Braga), mas, embora o número de professores fosse ainda elevado, a tendência geral era de decréscimo. Nos fins do século XIX algumas das fraternidades existentes não tinham uma vida espiritual importante, e muitas não contactavam sequer com superiores franciscanos.

No ano de 1911 foi elaborada a lei da separação, a qual proibia o relacionamento das ordens terceiras com qualquer ordem religiosa regular e encarava as mesmas como simples corporações ou irmandades voltadas para a beneficência e assistência⁵³.

⁵² ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, volume III, Porto – Lisboa, Editora Livraria Civilização, 1970, p. 110.

⁵³ ARAÚJO, António de Sousa, "Ordens Terceiras", in *Dicionário de História Religiosa...*, p. 354.

CAPÍTULO IV

O CONTEXTO CITADINO

Antes de passarmos ao estudo da Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, torna-se necessário fazer uma breve referência ao contexto urbano ao longo do século XIX e princípios do século XX, de maneira a tornar mais completa a investigação e correspondente exposição e, igualmente, a compreensão dos vários fenómenos sociais subjacentes a este diferente grupo de sociabilidade.

Economia, demografia e sociedade

De acordo com a antiga divisão administrativa, o concelho de Guimarães ocupava quase o centro da Província de Entre Douro e Minho, e formava, juntamente com Fafe e Famalicão, o extremo sul do distrito de Braga. Antes de 1910 encontrava-se dividido em oitenta freguesias que se espalhavam basicamente nos vales dos rios Ave, Selho e Vizela⁵⁴ - os quais contribuíam, através da fertilidade das terras, para um melhor desenvolvimento da região - e abrangia uma área de vinte e cinco mil setecentos e dez hectares, colocando-o, no que respeita à extensão do território, em terceiro lugar entre os restantes concelhos do distrito⁵⁵.

Quanto à cidade propriamente dita, também é beneficiada pela existência de ribeiros, levando António Sousa Lara a considerá-la como resultante de uma formação de tipo interfluvial, pois o povoado tinha sido desenvolvido ao longo do regato de Santa Luzia, a norte do núcleo urbano central, e da Ribeira da Costa, a Sul, os quais confluem na parte Sudoeste em Creixomil, gerando aí o Ribeiro de Couros⁵⁶. Estava situada num terreno acidentado, “(...) em prados verdejantes, que se alastram nas fraldas ocidentais da serra pitoresca de Santa Catarina (...)”⁵⁷, e era composta por quatro freguesias urbanas: Nossa Senhora da Oliveira, a sua anexa São Miguel do Castelo, São Paio e São Sebastião. O edifício da Ordem Terceira de São Francisco está localizado nesta última.

A nível suburbano, integrava cinco freguesias que “(...) metem no aro da cidade lugares mais ou menos importantes (...)”⁵⁸: Santa Marinha da Costa (ao nascente), Santo Estevão de Urgeses (a sul), São Miguel de Creixomil (a ponte), São Pedro de Azurém e Santa Eulália de Fermentões (a norte).

Dentro do perímetro da cidade, desde a época medieval dois pólos ajudaram no fortalecimento do núcleo populacional. Foram eles: o castelo, a norte, local de defesa, e o mosteiro anexo à igreja de Nossa Senhora da Oliveira, a sul, centro religioso. O segundo pólo foi ganhando importância em relação ao primeiro, ao longo dos séculos, a nível populacional, religioso e político. A

⁵⁴ MEYRA, João Monteiro de, *O concelho de Guimarães – estudo de demographia e nosografia*, 1907, p. 3-4.

⁵⁵ *Op. cit.*, p. 2.

⁵⁶ LARA, António de Sousa, “Para uma análise sócio-geográfica do povoamento de Guimarães”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, volume III, Guimarães, 1981, p. 106.

⁵⁷ CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos para a sua história*, Guimarães, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmiento, 1996, p. 25.

⁵⁸ *Op. cit.*, p.130.

peregrinação intensa à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira conferiu a Guimarães grande relevância religiosa.

Ainda durante a Idade Média, a zona circundante do burgo, extra-muros, foi crescendo em importância, dado que funcionava como zona de abastecimento da população que vivia dentro dos muros e de protecção para aqueles que habitavam longe do núcleo urbano. Com a participação das ordens mendicantes, dominicanos e franciscanos, que se instalaram junto às entradas das muralhas, do lado exterior, a partir do século XIII, estes novos aglomerados cresceram continuamente.

A partir do limite das freguesias suburbanas distribuíam-se as restantes freguesias do termo, de características tipicamente rurais, nas quais se encontravam espalhados os casais e as quintas, constituídas pelas casas de lavoura e campos de cultivo⁵⁹, as habitações da nobreza local terratenente, e os montes, grandes espaços de arvoredo e mato, principalmente constituídos por baldios.

Se a extensão do território que pertencia a Guimarães era uma das maiores do distrito, também a sua população, no período compreendido entre as datas limites em estudo (1850 e 1910), conheceu uma grande dinâmica populacional. As informações acerca dos quantitativos populacionais da vila e do concelho antes de meados do século XIX são pouco credíveis, vindo os censos da população alterar significativamente e anular, em parte, a fiabilidade das fontes.

Para obtenção de uma informação mais completa e pormenorizada acerca da expansão populacional verificada na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, baseamo-nos nos Recenseamentos de 1864, 1878, 1890, 1900 e 1910 sobre a totalidade do concelho e das freguesias citadinas.

⁵⁹ Nos terrenos ocupados com a produção agrícola, prevalecia o cultivo de cereais, o milho, o trigo e o centeio, e da vinha. Dentro do perímetro urbano, poderíamos encontrar hortas e quintais onde se plantavam os legumes, couves e feijão por exemplo, e alguns cereais.

QUADRO 1
População do concelho e cidade de Guimarães

GUIMARÃES	ANO	POPULA ÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO	FOGOS
CONCELHO	1864	45015		
	1878	46385	0.21	11860
	1890	49695	0.69	12778
	1900	54723	0.96	12892
	1910	58997	0.75	13592
CIDADE	1864	7750		2023
	1878	8205	0.41	1986
	1890	8611	0.40	1962
	1900	9104	0.56	2044
	1910	9550	0.48	2064

Fonte: PINTO, Maria Elisabete de Sousa, *Curtidores e Surradores de S. Sebastião (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Guimarães, 2002 (policopiada), p. 85.

Estes dados estatísticos evidenciam para o concelho e para a cidade a tendência de crescimento referida, e uma ligeira quebra na primeira década do século XX ao nível do crescimento anual médio. Na década de 1890, até 1900, nenhum outro concelho do distrito a que Guimarães pertence, o de Braga, conseguiu atingir sua taxa de crescimento, distinguindo-o dos restantes.

O reforço deste grande centro populacional surge relacionado com o desenvolvimento das suas actividades industriais e comerciais, decorrentes de um clima de pacificação e progresso permitidos pela Regeneração. No documento em que foi colocado por escrito a providência real que elevava a vila de Guimarães a cidade, datado de 22 de Junho de 1853, D. Maria II justificava essa elevação através do reconhecimento de que a “(...) vila desfruta a primazia de ser uma das mais populosas da província do Minho, é a mais florescente em diversos ramos de indústria, à qual são devidas sua opulência e prosperidade, e as suas relações comerciais dentro e fora do País”⁶⁰.

David Justino classificou, no contexto do desenvolvimento económico, o concelho como “quarto centro industrial do país”⁶¹, e no qual foi instalada, a partir do desenvolvimento industrial dos anos setenta do século XIX, uma indústria têxtil com traços muito particulares, aproveitando a abundância de mão-de-obra (barata e na sua grande parte analfabeta) e dos recursos hidrográficos do Rio Ave.

⁶⁰ *Livro de Ouro do Centenário da Cidade de Guimarães*, Guimarães, Edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1954, s/ p.

⁶¹ JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810 – 1913*, volume I, Vega, Lisboa, 1988, p. 108.

Em 1869 foi criada a Real Fábrica de Tecidos de Linho, Lã e Algodão, em 1885 a fábrica onde funcionaram pela primeira vez em Portugal os célebres teares Jacquart, e em 1890 começou a edificação do edifício fabril de Fiação e Tecidos de Guimarães⁶².

Nos recenseamentos eleitorais de 1857, 1865, 1878, 1884, e 1895, através da análise profissional dos eleitores da freguesia de São Sebastião, Maria Elisabete de Sousa Pinto mostrou a importância do sector secundário no aglomerado populacional citadino. Nele a autora incluía a vertente das madeiras, construção civil, têxteis, calçado, metalurgia, ourivesaria, panificação, curtumes e outros, sendo os valores mais altos dos curtumes que provocaram a superioridade deste sector em relação aos outros⁶³. Verificamos, assim, que os recenseamentos comprovam a vitalidade industrial de Guimarães.

No ano de 1884 foi realizada na cidade a Exposição Industrial, evento de grande importância promovido pela Sociedade Martins Sarmento, e no qual estavam presentes representantes das indústrias existentes no concelho - com destaque para as tradicionais dos têxteis, dos curtumes e das cutelarias - reforçando a importância do sector industrial no quadro económico concelhio, e a necessidade de sua protecção e incentivo por parte do Governo.

O desenvolvimento industrial reforçava o incremento do comércio e dos negócios, quer nos refiramos aos géneros agrícolas, artesanais ou industriais. Guimarães era já um espaço de cruzamento das vias de circulação, e o mais importante entreposto comercial localizado entre a cidade do Porto e outros locais do litoral português (por exemplo, a Póvoa de Varzim), e zonas do interior norte, estimulando as relações comerciais com Trás-os-Montes. Em 1845, saliente-se, já se tinha iniciado a construção da estrada do Porto a Guimarães, passando por Santo Tirso, incluída num plano nacional de renovação ferroviária, e no ano de 1884 esta última chegou à cidade.

O ambiente devocional

Não podemos deixar de lado um aspecto importante do nosso trabalho, que é a vida religiosa da vila, e depois cidade, de Guimarães. Notamos a existência, nas freguesias urbanas e suburbanas próximas, de vários conventos: para além do de São Francisco, o de Santa Clara das Religiosas Franciscanas, o de São Domingos, o de Santa Rosa de Lima ou das Dominicais (associado ao anterior), o dos Capuchos de Santo António, o de Santa Marinha da Costa dos Religiosos de São Jerónimo, o da Madre de Deus (Capuchinhas), e o do Carmo.

O convento de Santa Clara começou a construir-se em 1559, por iniciativa do cônego mestre-escola Baltazar de Andrade, na Rua de Santa Maria. A sua fundação foi autorizada pela bula de Pio IV, em 1560, tendo as religiosas nele entrado passados dois anos. Estando sujeitas à regra de Santa Clara, conforme a ordem dos frades menores franciscanos, tinham, primeiramente, como visitantes do convento e superiores ordinários, a nível espiritual e temporal, os priores da Colegiada

⁶² LINO, António, *Monografia de Guimarães e seu termo*, Lisboa, Instituto Fontes Pereira de Melo, 1984, p. 257.

⁶³ PINTO, Maria Elisabete de Sousa, *Curtidores e Surradores de S. Sebastião (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Guimarães, 2002 (policopiada), p. 115.

de Nossa Senhora da Oliveira e, depois, por determinação do papa Clemente VIII, em 1592, os arcebispos. No ano de 1563 obtiveram do rei D. Sebastião a licença de obtenção de bens de raiz, a qual foi bem aproveitada, fazendo do convento um dos mais ricos de Guimarães. António José Ferreira Caldas refere-nos que, em 1881, o mesmo recolhia apenas duas religiosas, um número muito baixo para um convento que já tinha tido sessenta e duas freiras⁶⁴.

O convento de São Domingos, fundado por quatro religiosos dominicos (estando entre eles o prior do Convento de São Domingos do Porto), foi construído depois de obtida a autorização da sua edificação fora das muralhas, perto da Torre da Senhora da Piedade, na saída da Rua da Rainha para a Praça do Toural⁶⁵. Estando a obra concluída em 1279, foi derrubada por Dinis, aquando de um conflito com o seu filho D. Afonso, pois estava próximo da muralha e tornava mais fácil o seu acesso e transposição⁶⁶. Posteriormente, os religiosos, com a ajuda de vários beneméritos, entre eles o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374-1397), edificaram novamente o convento, perto de onde tinha estado o anterior. Quando as ordens religiosas foram extintas o convento foi concedido à Câmara Municipal por D. Maria II, em 1842, e a sua igreja à Ordem Terceira de São Domingos no ano de 1851.

Quanto ao convento de Santa Rosa de Lima, teve as suas origens na fundação de um recolhimento de algumas mulheres que queriam viver em clausura, na Rua Travessa - depois chamada de Santa Rosa de Lima -, isto pelo ano de 1630. Cinquenta anos depois a confraria da Senhora da Graça, administradora do hospital ou albergaria de São Roque, cedeu-lhe as casas do mesmo, juntamente com a capela e quintais, ainda na referida rua, deixando às recolhidas a responsabilidade de continuarem a cumprir as obrigações do hospital, recolher os pobres, tendo, para isso, de comprar casas com capacidade para esse recolhimento. Tomaram o hábito das mãos do Prior da Ordem de São Domingos, da vila, professaram os votos de obediência, pobreza e castidade, e formaram, assim, uma comunidade regular. Posteriormente, no ano de 1733, tomaram conta de todos os encargos, legados e obrigações a que a dita confraria estava sujeita, e foram ampliando o seu convento com novas aquisições de casas. Quatro anos depois o pontífice Clemente XII (1730-1740) enquadrou-as na segunda regra de São Domingos, obedientes espiritualmente ao provincial da Ordem e, posteriormente, ao arcebispo. O número das suas religiosas foi diminuindo, contando em 1881 com três freiras professas⁶⁷. A última religiosa, Madre Joaquina Carolina de Santa Rosa, faleceu sete anos depois, provocando a extinção do convento e a sua entrega à Fazenda Nacional.

O convento dos Capuchos de Santo António foi construído na parte norte da vila, abaixo do castelo, diante da Porta da Guarrida, e chamava-se Convento dos Frades Capuchos da Piedade e, depois, Casa de Saúde. Em 1664 foi iniciada a sua construção, por D. Diogo Lobo da Silveira, prior da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, ajudando no financiamento das obras as esmolas e o imposto sobre a venda de lombo, obtido por provisão régia. Outra provisão obtiveram, desta vez para utilização da pedra dos paços do conde D. Henrique, com a condição de não a retirarem das paredes exteriores, de maneira a que as mesmas permanecessem levantadas. Se até ao momento se recolhiam nas dependências da igreja de São Miguel do Castelo, quatro anos depois entraram no

⁶⁴ CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, p. 326.

⁶⁵ *Op. cit.*, p. 322.

⁶⁶ O mesmo aconteceu com o convento de São Francisco, junto à Torre Velha.

⁶⁷ *Op. cit.*, p. 336.

novo convento, com as obras ainda a decorrer. Em 1834 o edifício passou para a posse da Fazenda Nacional e vendido, por esta, à irmandade da Misericórdia, no qual pretendia estabelecer o seu hospital, até aí funcional num local modesto e de condições insuficientes para uma casa de tratamento de doentes. Passou a ser, assim, uma casa de saúde⁶⁸.

O convento da Madre de Deus, vulgarmente conhecido como o Convento das Capuchinhas, foi fundado por iniciativa de Catarina das Chagas - uma das beatas da Ordem Terceira de São Francisco que vivia no Recolhimento do Anjo, no largo de São Paio - e do padre Frei Francisco do Salvador, comissário da Ordem, os quais pretendiam que as referidas beatas não vivessem somente juntas, mas formassem uma verdadeira comunidade ao estilo da vida monástica. Primeiramente deslocaram-se para a Rua do Vale de Donas, onde viveram, desde 1672, durante alguns anos numa morada de casas comprada para o efeito, e posteriormente mudaram-se para o lugar do Campo do Galego, em 1683, onde estava a ser principiado um novo convento, o da Madre de Deus. Ao longo dos anos obtiveram da opinião pública e da Câmara Municipal um grande apreço, a tal ponto que, no ano de 1689, esta última se comprometeu em assegurar-lhes o sustento, caso as esmolas não chegassem, o seu número não fosse mais do que vinte e permanecessem na observância da primeira regra. Apesar de terem obtido do papa Inocêncio XII (1691-1700) a aprovação para o instituto e a regra primeira de Santa Clara em 1693, o breve não foi posto em prática, exigindo-se a elaboração de outro. O arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), o qual demonstrava estima pelas recolhidas, em 1716 obteve um novo de Clemente XI (1700-1721), nomeou para sua primeira abadessa a soror Luísa Maria da Conceição, sua irmã e religiosa do mosteiro da Senhora da Madre de Deus em Lisboa, lançou o hábito a vinte recolhidas, conferiu o estatuto de clausura à comunidade, e muito contribuiu para o seu enriquecimento. Tendo em 1881 o seu número reduzido a três freiras, praticamente todo o seu sustento provinha da caridade pública⁶⁹.

Relativamente ao Convento do Carmo, começou a ser construído em 1685, na Rua de Santa Maria, ocupado por algumas mulheres que tinham tomado o hábito carmelitano, chamadas de Recolhidas dos Carmelitas. Tendo sido o mesmo dedicado a Santa Clara, posteriormente substituiu a sua primeira inovação pela de São José, isto no ano de 1704, aquando da chegada da bula do papa que continha a autorização para as recolhidas tomarem o véu das religiosas carmelitas calçadas. Pelo facto de o lugar principal do altar-mor da igreja conventual ser ocupada pela imagem de Nossa Senhora do Carmo, esta era a invocação pela qual eram mais conhecidas. Desde 1748 perseveraram na submissão à jurisdição do arcebispado de Braga, até 1854, ano em que faleceu a última freira (D. Catarina Angélica do Amor Divino). O edifício passou a fazer parte da Fazenda Pública, entregue ao Ministério da Guerra, e a sua igreja e respectivas oficinas concedidas à irmandade do Carmo, que aí estava erecta, elevada a Ordem Terceira do Carmo, por breve apostólico, em 1866. O convento "(...) foi cedido em 1860 para casa do *Asilo de infância desvalida de Santa Estefânia - Amor de Deus e do próximo*"⁷⁰.

Acerca do convento de Santa Marinha da Costa dos Religiosos de São Jerónimo, situado na encosta de Santa Catarina, sabe-se que nos seus tempos primitivos pertencera aos cônegos regrantes de Santo Agostinho, por donativo da rainha D. Mafalda, esposa de D. Afonso Henriques,

⁶⁸ As obras do hospital em construção provocaram a destruição da capela de Santo António, situada debaixo dos três arcos da entrada da igreja.

⁶⁹ *Op. cit.*, p. 345.

⁷⁰ *Op. cit.*, p. 347.

provavelmente em 1154⁷¹. Passados cerca de quatrocentos anos, nos inícios do século XVI, os três cónegos que aí habitavam não mostrando obediência à sua regra, originaram a sua extinção neste convento por parte do papa Clemente VII (1523-1534) e a sua substituição pela Ordem de São Jerónimo. Em 1834, à semelhança dos outros conventos, foi desabitado, e a sua igreja, sacristia, casas e oficinas ficaram pertença do Estado. Em fins do século XIX o convento era já propriedade particular e a sua igreja, pertencente à Irmandade das Almas, era sede da freguesia de Santa Marinha da Costa.

Fariam, também, parte da vida religiosa de Guimarães uma série de corporações religiosas em que, para além de constituírem espaços onde os indivíduos se enquadravam espiritualmente e de serem centros de divulgação da mensagem da Igreja Católica, foram várias vezes a fonte de empréstimos a particulares e instituições em tempos de necessidade. Não podemos deixar de referir que algumas delas tinham ao seu encargo hospitais e asilos, a satisfação de numerosos legados pios, a distribuição de benefícios temporais pelos necessitados⁷², além da sustentação do culto. Essas corporações eram compostas por ordens terceiras, confrarias e irmandades, disseminadas pelos conventos, capelas, colégios, igrejas paroquiais e recolhimentos, as quais não trataremos em pormenor pelo seu número elevado⁷³. Somente destacaremos as ordens terceiras existentes, as quais se diferenciaram das restantes confrarias e irmandades pelas suas elevadas obras, assistenciais e espirituais: para além da Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, a mais antiga, a de São Domingos, a de São Francisco em Azurém e a do Carmo.

A Ordem Terceira de São Francisco desenvolveu a sua actividade entre 1850 e 1910 no seio deste quadro religioso, no qual se distinguia das restantes instituições, assim como das outras ordens terceiras, por ser a de fundação mais antiga, por se inspirar no ideal franciscano, sobejamente conhecido e admirado, e por criar uma nova rede de sociabilidade. Colocava à disposição dos seus irmãos professores, vimaranenses ou não, uma série de serviços de índole religiosa, assistencial e cultural, embora os mesmos não lhe fossem exclusivos, dado que serviços idênticos poderiam ser, igualmente, encontrados noutros institutos próximos⁷⁴.

⁷¹ *Op. cit.*, p. 362.

⁷² Essencialmente comida, roupa e esmolas.

⁷³ Referimo-nos a cerca de quarenta e seis confrarias e irmandades, excluindo outras existentes nas igrejas urbanas e suburbanas. Através dos questionários do ano de 1879, apresentados na administração do concelho, temos conhecimento dos seus nomes, número de associados, data de fundação, onde estavam instituídas, capital e dívidas às várias congregações religiosas (*op. cit.*, pp. 81-85).

⁷⁴ Tanto nesta ordem terceira como nas outras havia a possibilidade de cada indivíduo se integrar num circuito cujos membros se situavam num ponto intermédio entre o estado leigo e o eclesiástico, o qual lhes atribuía um determinado prestígio e importância.

CAPÍTULO V

FUNDAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO EM GUIMARÃES

A espiritualidade anunciada pelos seguidores de São Francisco de Assis foi bem aceite pelos leigos, os quais passavam a reunir-se em comunidade para a celebração de actos onde lhes eram ensinadas normas de vida individual e eram incentivados à prática da caridade e beneficência. No caso de Guimarães, tal aconteceu com a existência da confraria de São Francisco de Guimarães, e da confraria do Cordão e Chagas de São Francisco.

Uma outra instituição de caridade cristã surgiu também no burgo vimaranense, seguidora, igualmente, do espírito franciscano, a qual constitui o objecto de estudo deste trabalho: a Ordem Terceira de São Francisco. Derivada directamente da primeira ordem seráfica, esta constituía o braço secular do ideal franciscano, e surgiu num local onde já estava implantado o convento da ordem referida. Não se sabe o ano exacto do seu surgimento no burgo, havendo várias opiniões, e somente se suspeita que fez parte do primeiro grupo de ordens terceiras iniciadas no país, dado que estava relacionada com uma das primeiras comunidades franciscanas portuguesas. As conclusões a que chegamos resultam da análise de alguns documentos dispersos.

De acordo com as informações de um inquérito efectuado em 1864 pela administração do concelho de Guimarães, ao qual respondeu a Mesa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, a mesma referiu que a Ordem Terceira foi primeiramente instituída em 1427, na capela de São Lázaro, sendo depois deslocada para a igreja de São Dâmaso, existente ainda na actual Alameda, onde perdurou até 1619, não havendo uma data certa da sua transferência para o local em que presentemente se encontra. Os inquéritos paroquiais de 1879 confirmam a referida data de fundação⁷⁵.

Frei Manuel da Esperança refere-nos que no ano de 1427 os terceiros trabalhavam na confraria de Nosso Padre Seráfico Francisco, administrando a fazenda que lhe estava anexa, e geriam uma albergaria situada na Rua da Caldeiroa. Estes factos encontram-se relatados em duas escrituras, uma escrita no primeiro de Julho de 1427, e outra no ano seguinte. Para além disso tratavam dos leprosos, por delegação dos frades menores. Pelo que nos é transmitido pelo cronista, em Guimarães existiam duas gafarias: uma dos homens, com o nome de “Santo André”, e outra das mulheres, chamada de “Santa Luzia”, ambas mencionadas no testamento de Afonso Pires, redigido no dia dez de Agosto de 1467, em favor dos quais deixou dez soldos em cada ano⁷⁶, e cuja administração estava a cargo dos terceiros.

Ainda no mesmo século, em 1461, D. Constança de Noronha, segunda esposa de D. Afonso, primeiro duque de Bragança, tomou o hábito de terceira franciscana e custeou a construção da capela mor da igreja do convento franciscano, onde foi sepultada e amortalhada com o respectivo hábito. Como vimos anteriormente, a inclusão deste membro da nobreza pode ter influenciado outros indivíduos, de sangue nobre ou não, a fazerem o mesmo, possibilitando a expansão desta ordem. No entanto, se assim foi, parece ter perdido o seu vigor, pois existem informações de que em 1615 Frei

⁷⁵ CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, p. 81.

⁷⁶ ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica...*, p. 172.

António de Cristo achou necessária uma restauração de mesma “(...) com o objectivo de socorrer na pobreza os seus irmãos mais necessitados.”⁷⁷. A partir de 1686 começam a existir registos das eleições de cargos no seio da Ordem Terceira.

O Padre Bartolomeu Ribeiro manifestou ter uma outra opinião acerca da data dessa fundação. Pelo que nos é dado a perceber os terceiros franciscanos a que Frei Manuel da Esperança se refere existiam em Guimarães desde o século XIII, à semelhança do que se verificava em todos os locais que se encontravam nas vizinhanças dos conventos franciscanos, mas ainda não constituíam congregações de seculares, organizadas à maneira das comunidades conventuais. Este tipo de congregação só existiu a partir de inícios do século XVII, tal como se verificou em Lisboa e também em Guimarães. Nesta última, a Ordem Terceira de São Francisco teria sido fundada em 1615 por Frei António de Cristo, frade franciscano vimaranense⁷⁸, data referida anteriormente, não para a sua criação mas para a sua restauração.

A Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães era uma das que tinha capela própria, junto ao templo conventual. De acordo com Bartolomeu Ribeiro, em 1630 “(...) já levantavam capela própria, junto da portaria do convento, aumentada de geito a ser templo digno da numerosa fraternidade, com largas dependências para arrumo de suas alfaías, depois de 1743, ano em que compravam aos religiosos terreno para essa obra. Estava concluída em 1750”⁷⁹. O livro de termos mais antigo das actas das sessões da Mesa Administrativa da mesma reporta-se ao ano de 1734, e na sua primeira acta, de quinze de Agosto do referido ano, encontramos menção de existência dessa capela, assim como da Casa do Despacho: “Aos quinze dias do mes de Agosto de mil, e seteçentos e trinta e quatro Annos na nossa Capella, e Casa do despacho da veneravel Ordem terceira da Penitência de N. C. P. S. Francisco desta Villa de Guimaraens (...)”⁸⁰.

Quando em trinta de Maio de 1834 se efectuou um inventário do cartório da Ordem, incluiu-se um documento que continha uma das referências mais antigas da Capela dos terceiros, o qual referia que no dia quinze do mês de Maio do ano de 1746 se efectuou a aprovação das contas resultantes das obras da sacristia e capela. Estas obras foram ainda referidas em algumas actas posteriores, ainda do século XVIII.

Os estatutos primitivos da ordem terceira, que “(...) não davão todas as providencias necessarias para o bom regimen da mesma Ordem, e se fazia preciso reforma-los (...)”⁸¹, foram substituídos por outros em 1791, aprovados em assembleia da Junta Grande e pelos mesários do Definitório.

No ano seguinte foi pela primeira vez manifestada publicamente, em sessão de Mesa, a vontade de se erigir um hospital próprio da Ordem Terceira, para curativo dos seus irmãos pobres, face à grande necessidade de mais um estabelecimento de saúde na vila. A autorização régia chegou e o dito hospital foi erigido e inaugurado solenemente em 1815, constituído por enfermarias modestas, anexas à capela da Ordem.

⁷⁷ TEIXEIRA, Fernando José, *Convento de S. Francisco...*, p. 61.

⁷⁸ RIBEIRO, Bartolomeu, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 233.

⁷⁹ *Op. cit.*, p. 234. 1750 é o ano apontado por Amadeu da Silva Carvalho, não para a sua conclusão mas para o início da obra. Como se verifica, não há consenso na determinação de algumas datas.

⁸⁰ *Livro de termos n.º 1 (1734-1790)*, Livro n.º 90, s/ p.

⁸¹ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791, Livro n.º 239, s/ p.

Em 1834 foram extintas as ordens religiosas, incluindo, portanto, a dos franciscanos que viviam no convento próximo da capela e Casa do Despacho da Ordem Terceira. “Resistiram ao primeiro impulso dessa secularização maçónica as ordens terceiras, cuja maioria de professos eram anti-liberais, ou, como então lhe chamavam, miguelistas.”⁸².

Sendo os bens das ordens extintas confiscados, o mesmo se sucedendo na vila de Guimarães⁸³, a pedido da Ordem Terceira⁸⁴, foi-lhe concedido por D. Maria II, em 1835, a igreja e sacristia do convento extinto, seguindo o exemplo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário a quem foi entregue a igreja de São Domingos. Ficou responsável pela sua conservação, permitindo que a igreja estivesse sempre aberta ao culto.

O convento extinto serviu, por vezes, de quartel, tribunal da Comarca e hospital militar do Ministério da Guerra. Pretendendo avançar com a sua actividade beneficente, a Ordem começou a comprar uma série de moradas de maneira a obter mais espaço circundante para poder ampliar o seu hospital. Em 1844⁸⁵ a mesma iniciou o pedido de concessão gratuita do referido convento, o qual lhe era vizinho, com vista à prossecução do mesmo objectivo, propósito este que foi igualmente defendido por um grupo de quinhentos vimaranenses, que apresentaram ao parlamento uma petição a favor da concessão⁸⁶.

No ano de 1850 o Governo já tinha demonstrado receptividade às solicitações da Ordem, e apresentara à Câmara dos Deputados um projecto de alteração das normas legais que enquadravam os bens nacionalizados, referindo que:

“A Venerável Ordem Terceira da Vila de Guimarães tem solicitado desde 1844, a concessão gratuita do edifício do extinto Convento de S. Francisco daquela Vila, contíguo à Capela e Hospital da mesma Ordem (a qual já está de posse da Sacristia da Igreja, assim como das varandas dos claustros, jardins, e portaria do convento, por lhe ser tudo concedido por Sua Majestade) para aumentar este Estabelecimento Pio, construir um cemitério, e proceder a outras obras de reconhecida utilidade, por isso que as avultadas despesas que fazia com o curativo dos Irmãos doentes, que eram sempre em grande número, lhe não permitiam comprar em praça aquela propriedade. O Governo, tendo exigido as convenientes informações a semelhante respeito, convenceu-se da justiça da pretensão da referida Ordem Terceira, pelo filantrópico fim a que se dirigia, de ampliar os socorros a seus Irmãos desvalidos; mas não pôde resolvê-la, porque, pela Carta de Lei de oito de Junho de 1843, apenas estava autorizado a dispor, em beneficio das Câmaras Municipais, Misericórdias, ou de quaisquer estabelecimentos pios, ou de pública utilidade,

⁸² RIBEIRO, Bartolomeu, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 118.

⁸³ Passando o convento, a cerca adjacente e todos os mais pertences para a posse da Fazenda Nacional, com excepção dos vasos sagrados, paramentos, ornamentos do templo e mais utensílios do culto divino, que foram entregues ao padre José Mendes de Oliveira, padre coadjutor da igreja de São Sebastião, escolhido como depositário dos referidos objectos (FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 172).

⁸⁴ Justificando essa solicitação pela proximidade com a sua capela e hospital, e pela necessidade de ter um templo maior para acolher todos os terceiros, motivo pelo qual aí realizavam as suas festividades, desde há vários anos.

⁸⁵ Quando já era possuidora de uma série de bens imóveis, os quais se encontram descritos em acta de sessão de dezanove de Junho de 1853: a capela, sacristia e Casa do Despacho da mesma, a igreja, sacristia, claustro, varandas, sala sobre a sacristia (chamada Terra Santa) e sobre a portaria, uma porção da cerca dos antigos frades franciscanos, e várias moradas de casas (*Livro de termos n.º 5 (1841-1858)*, Livro n.º 129, pp. 89 verso-90 verso).

⁸⁶ FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, pp. 208verso-209.

dos bens nacionais que não pudessem ser vendidos por nenhum dos mui diferente modos que estabelecia; e o edifício de que se trata nunca tinha chegado a estar em praça. Hoje, porém, além desta disposição, acha-se o produto dos mesmos bens aplicado por lei ao fundo especial de amortização; mas sendo este indemnizado do valor que for arbitrado ao edifício (de que convém dispor, para não cair em completa ruína) para garantia da indispensável boa fé que deve guardar-se em todos os contractos, entende o Governo ser digna de toda a consideração a mencionada pretensão”⁸⁷.

Esta diligência não teve o efeito esperado e, enquanto não tinha o solicitado e não desanimando com a demora de resposta positiva, criou um asilo para entrevados em 1858.

Havia mais interessados no extinto convento. Para além da Câmara Municipal, que já tinha apelado para a rainha para lá instalar as repartições da administração e fazenda, na década de quarenta do século XIX foi enviada ao Parlamento uma petição, com mais de cem assinaturas, solicitando o mesmo para a instalação de um teatro.

Do mesmo modo, a Sociedade Dramática pedia a sua antiga enfermaria para igual fim. A vinte e um de Janeiro de 1849, por iniciativa de Rodrigo Martins da Costa, Domingos António de Freitas e Jerónimo de São Carlos Fernandes da Silva Ribeiro, planeou-se a fundação do mesmo, através de acções de 1\$000 reis, em parte do antigo edifício, num grande salão, o qual faz esquina para a Rua dos Terceiros. O referido teatro foi inaugurado em seis de Maio do dito ano com a actuação, por amadores, do drama em cinco actos de “O Cigano” e a comédia “O Duelo no Terceiro Andar”. Entre as peças dramatizadas estava uma de 1850, apresentada por actores estudantes e representada em quatro actos: “Uma vingança” do vimaranense Visconde de Pindela. Até ao ano em que foi fechado, 1854, realizaram-se no local vários espectáculos públicos⁸⁸.

João Lopes de Faria, nas suas *Velharias da Irmandade de S. Pedro e das Ordens Terceiras*, relata-nos que a representação que a Ordem Terceira enviou à rainha D. Maria II manifestava a sua oposição à concessão da porção do edifício pedida para instalação de um teatro, dado que era anexa à capela-mor da igreja e não convinha a coexistência tão próxima de dois locais cujos objectivos que os geraram e práticas que lá se efectuavam fossem tão distintas⁸⁹.

Os anos foram passando, e após várias tentativas infrutíferas a Ordem, através do seu ministro Cristóvão José Fernandes da Silva, em 1873 reiterou o pedido da dita concessão, acrescentando novas razões:

“A graça que os supplicantes imploram é santa e justa, porque tem por fim augmentar e continuar o obra do seu hospital, crear aulas para instrucção primaria dos filhos dos seus irmãos pobres, estabelecer uma bibliotheca da mesma Ordem e proceder a outras obras de reconhecida utilidade e caridade. A concessão do referido edificio á Ordem *Terceira* supplicante, é, por assim dizer, uma necessidade, porque o referido edificio está se desmoronando cada vez mais, de sorte que, não sendo de prompto aproveitado, será em breve um montão de ruinas, e até pode ser causa de grandes desgraças, porque póde um dia sepultar debaixo das suas ruinas centenares de bons

⁸⁷ TEIXEIRA, Fernando José, *Convento de S. Francisco...*, p. 64.

⁸⁸ CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, p. 127.

⁸⁹ FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 213 verso.

cidadãos, porque a ninguém é dado prever o momento em que o edificio ha-de desabar e desmoronar-se completamente. E sendo o edificio aproveitado pela Ordem supplicante para fins que a mesma projecta, póde e deve ser para o publico uma obra de grande utilidade pelos beneficios que da mesma podem resultar não só aos irmãos da Ordem e a seus filhos, mas ainda a muitas outras pessoas.”⁹⁰.

A Ordem oferecia, em contrapartida, uma morada de casas próximas do quartel do regimento da Infantaria numero três, para realojar o hospital militar que, no momento, se situava numa parte do convento, ou indemnizaria o Fundo Especial de Amortização com a quantia de dois contos de reis, valor em que estava avaliado o edificio conventual.

As boas notícias chegaram em 1875, concedendo o rei D. Luís, pela Carta de Lei de quatro de Março do referido ano (publicada no Diário do Governo a quatorze de Abril), o convento pela quantia mencionada. Lavrou-se escritura pública em seis de Julho na nota do tabelião José da Silva Bastos Guimarães, com a presença, da parte do Governo, do coronel Isidoro Marques da Costa, do regimento de Infantaria numero três, e do alferes Luís António de Sousa Viana, e pela parte da Ordem Terceira, o ministro Cristóvão José Fernandes da Silva (do qual se fez retrato em corpo inteiro, como forma de agradecimento pelos seus esforços em prol da aquisição referida).

A posse legal deu-se dias depois:

“(…) e saindo todos da Casa do Despacho, diante do numeroso povo que estava presente e reunido no largo das Carvalhas, entraram na portaria do convento, e elle Illustrissimo Ministro abriu e fechou portas, entrou no jardim, varandas, sallão da torre, salão da Terra Santa, em todas as celas, corredores e quartos, sallões e dormitorios, onde repetiu os mesmos actos possessorios, desceu á cosinha e refeitório que foi dos Religiosos, onde fez o mesmo, e no largo que fica ahi proximo no qual corre a aagua da fonte para a cosinha, n’esse largo cavou e atirou terra ao ar, passou depois ás lojas que ficam por baixo das fachadas voltadas para a rua dos Terceiros e Campo da Feira onde abriu e fechou portas, e assim nos salões e corredores que ficam n’estas fachadas, e n’este acto elle tabellião disse aos inquilinos que habitam no mesmo convento que d’aquelle dia em diante e para futuro se intendessem com elle Illustrissimo Ministro da Ordem ou com a sua Mesa ou successoras d’esta que são os directos senhores e possuidores do dito convento, e saindo pela porta de entrada de carro, a abriu e fechou, seguindo para o terreiro das Carvalhas, onde cortou ramos das arvores que ali estão plantadas e cavou terra em toda a extensão do largo das Carvalhas em varios pontos e a atirou ao ar, praticando todos os actos possessorios, tomando de tudo posse legal e publica diante de numeroso povo que ali affluiu ao toque de repiques e musica, e fogo que annunciava a posse. E elle tabellião disse que investia elle Illustrissimo Ministro na posse digo elle Illustrissimo Ministro e sua Meza na posse do edificio com todas as suas pertenças, claustros, Varandas, dormitorios, enfermarias, jardim, terreiro com suas carvalhas e demais pertenças, do que lavrou o respectivo auto de posse que existe archivado na secretaria d’esta Ordem, junto á escriptura de entrega do convento.”⁹¹.

⁹⁰ *Op. cit.*, p. 209.

⁹¹ *Livro de termos n.º 7 (1875-1887)*, Livro n.º 131, pp. 6-6 verso.

A doação foi concedida para ampliação do seu hospital e estabelecimento de duas escolas de instrução gratuita, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, no prazo de dois anos, não sendo possível à Ordem dar-lhe diferente destino, sob pena de perda do edifício. Dado que o aumento do hospital era uma das razões principais para a dita aquisição, as suas despesas foram custeadas pelo fundo da repartição do mesmo.

As escolas primárias, criadas pela Ordem Terceira em cumprimento do compromisso assumido, foram inauguradas em 1885. As oficinas de ensino profissional, em 1887, e a creche, em 1907, foram os próximos passos da Ordem Terceira no seu plano social e educativo.

Em traços sucintos, procuramos esboçar a fundação da Ordem Terceira de São Francisco em Guimarães, sem deixar de referir um pouco do que foi a sua actividade no período histórico que presentemente nos encontramos a estudar. Só o fizemos porque nos pareceu relevante realçar o modo como a Ordem Terceira se desenvolveu após ter nascido, e como ultrapassou as vicissitudes que lhe iam surgindo no alcance dos seus intuitos, até o instaurar da República.

PARTE II

REGRAS DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

CAPÍTULO VI

OS ESTATUTOS

Todas as actividades das Ordens Terceiras eram governadas por Estatutos ou Compromissos, aprovados pelas autoridades religiosas⁹².

De facto, como é referido no Prólogo dos *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade do Porto*, “não há república, comunidade, ou outro qualquer corpo místico que possa bem governar-se sem algumas Leis (...)”⁹³. Igualmente, refere o “Proloquio” dos *Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano o Glorioso Patriarcha S. Francisco da Cidade do Porto*: “Sendo, pois, o mais firme estabelicimento de todas as Ordens a bem ordenada disciplina, e disposição da Regra, porque se hão de governar, e a que hão de obedecer (...) e em que hão de viver, para que, como Filhos do grande Francisco, encaminhem as suas acções pela via da perfeição, que os conduza felizmente à gloriosa estação da Bemaventurança.”⁹⁴.

Constituindo um dos mais importantes, se não o mais importante, documentos internos da Ordem Terceira, era distribuído por cada irmão que participasse na administração da instituição para que estivesse a par das suas obrigações e atribuições, e tivesse conhecimento das disposições que regulavam a governação da mesma.

Os Estatutos mais antigos presentes no cartório da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães datam de 1791, e foram reformulados somente em 1866. Se existiram outros anteriores desconhece-se o seu paradeiro. O único indício da sua provável existência encontra-se escrito na parte da “Prefação” dos de 1791: “Considerando a Meza da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia do Nosso Seráfico Padre S. Francisco desta Villa de Guimaraens que pelos Estatutos, por onde até gora se regia, e por alguns Acordãos se não davão todas as providencias necessarias para o bom regimen da mesma Ordem, e se fazia preciso reforma-los; rezolveo fazer os prezentes Estatutos por determinação de toda a Ordem, conformando-se, quanto foi possivel, e practicavel com os Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia da Cidade de Lisboa, e Santa Provincia de Portugal: para que sendo approvados em Junta pela mesma Ordem, e confirmados por Sua Magestade, se observem em beneficio da mesma Ordem, e Sua conservação, servindo a todos os Vogais de Meza para acerto das suas Rezoluçoens, e de regimen a cada hum no que pertencer às intendencias dos seus respectivos lugares; como tambem a todos os subalternos, para conhecerem os encargos, e obrigaçoens, a que pelos seus empregos estão sujeitos, dezejando em tudo se cumprão, para maior aumento da Nossa Ordem, e gloria do Nosso Santo Patriarca.”⁹⁵.

A partir deste texto podemos retirar uma observação importante: existiam Estatutos anteriores, que no momento se encontravam desactualizados em relação às presentes necessidades da Ordem, não permitindo o seu bom funcionamento, os quais foram substituídos pelos de 1791.

⁹² Esta aprovação era feita por entidades religiosas, pois estamos perante corporações de carácter religioso (BOSCHI, Caio César, *Os leigos e o poder*, São Paulo, Editora Ática, 1986, p. 114).

⁹³ Exórdio dos *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade do Porto*, Coimbra, Oficina de António Simoens Ferreira, 1756, in COSTA, Paula Cristina de Oliveira, *Os Terceiros Carmelitas...*, p. 36.

⁹⁴ *Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano O Glorioso Patriarcha S. Francisco da Cidade do Porto*, Lisboa, Officina de Manoel Soares Vivas, 1751, Livro n.º 120, s/p.

⁹⁵ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira...*, s/ p.

Porém, desconhecemos se esses Estatutos eram originais da ordem vimaranense ou se provinham de outra. Esta constitui a única pista da sua existência. Analisemos os que nos foi possível investigar.

Dos capítulos dos Estatutos manuscritos aprovados em 1791 constavam matérias relacionadas com a Mesa, sua constituição e eleição, a Junta Magna, as obrigações e qualidades daqueles que ocupassem os inúmeros cargos, a admissão e agregação de terceiros, a ordem a preservar durante os actos públicos, festivos ou fúnebres, as festividades e actos religiosos da instituição, a aplicação de penas, entre outras.

Tal como o último capítulo refere, os Estatutos só poderiam ser alterados por decisão de Junta Magna, caso se achasse necessário.

No fim do documento encontra-se um termo de aceitação e aprovação dos Estatutos redigidos nas páginas anteriores, datado do primeiro dia de Janeiro de 1791, feito pela Mesa com a assistência dos seus membros e dos da Junta Grande, convocada para o efeito. Depois, “(...) para que possa chegar á noticia de todos, os que se occupão no serviço da Ordem dão o seu consentimento e ordenão, que os ditos Estatutos se imprimão, para que cada hum em particular possa inteiramente cumprir, e guardar tudo o disposto nelles (...)”⁹⁶. Os Estatutos de que dispomos são os manuscritos, e dos impressos não há notícia no arquivo da Ordem.

Em 1814, quando a Ordem Terceira obteve autorização de D. João VI para a construção do seu hospital, recebeu igualmente a ordem de que o mesmo teria de ser regido economicamente pelo regulamento do hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade do Porto. Obedecendo ao que lhe foi mandado, a Ordem comunicou com a sua congénere portuense, solicitando-lhe esse regulamento e, juntamente com ele, os Estatutos pelos quais a dita se regia.

É certo que este último conjunto de regras era considerado na administração da ordem vimaranense, já que o mesmo, no livro em que estava redigido, tinha em anexo dois documentos emitidos pela Ordem Terceira de Guimarães, que nos fazem chegar a tal conclusão. No primeiro, estava escrito “Estatuto por onde se rege a ordem 3.^a da cidade do Porto tanto para admenistração dos bens e regimem da mesma e regulamento do Hospital da mesma confirmados pella Santa Sé apostolica mandados bir, para Regimem desta Ordem 3.^a de S. Francisco desta Villa de Guimaraes Bens e admenistração da mesma e seu Hospital em tudo aquilo que lhe for applicavel”⁹⁷. O segundo é um termo mandado elaborar pela Mesa onde se lê: “Aos tres dias do Mez, de Março de 1816 nesta Villa de Guimaraens Cazas do Despacho da Veneravel Ordem 3.^a do Patriarcha S. Francisco (...) foi proposto que lendo-se o Cappitolo 14 - e 19 dos Estatutos que Regem a Ordem 3.^a de S. Francisco da Cidade do Porto neste atras mencionados a exeção do § 6.^o do Capitulo 19 no que dis respeito as Missas fosse eem tudo mais aprovado, o qual lendo-se detreminarão que se observassem e delles se fizesse addicionamento aos Estatutos o qual teria a Meza actual e fecturas sempre em vista para o bom governo desta Ordem e observado o Estatuto Retro no applicavel a esta Ordem.”⁹⁸.

Os capítulos mencionados tratavam de assuntos relacionados com a ordem a guardar nas procissões e enterros, obediência aos governantes (capítulo décimo quarto), e com a Mesa e suas obrigações (décimo nono).

⁹⁶ *Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano...*, s/ p.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ *Ibidem*.

Para além destes escritos, o próprio documento regulativo impresso tinha nas margens várias anotações manuscritas referentes à vila de Guimarães, as quais pareciam mostrar a existência de uma vontade de fazer com que os artigos e disposições elaboradas para os terceiros portuenses tivessem igual validade para os vimaranenses.

Apesar de ter Estatutos próprios, a Ordem procurou que os mesmos estivessem em sintonia com os de outra Ordem Terceira, e fez-lhe os adições que achou necessários, na busca de solução para os problemas que enfrentava.

Dentro desse período em estudo, desde meados do século XIX até à instauração da República, os livros de termos das actas das sessões da Mesa e Junta Magna dão-nos conta do processo de elaboração dos Estatutos, e a sua primeira referência data de 1852, ano em que foi apresentado à mesma o projecto de novos Estatutos, organizados pelo Pai da Ordem e benfeitor Francisco José Gonçalves de Oliveira, para serem examinados. Foi resolvido que o mesmo ficasse durante um mês à responsabilidade do secretário José António de Macedo Rocha para ser revisto pelos irmãos, mas os meses foram passando e após dois anos o organizador dos mesmos alertou a Mesa do esquecimento em que tinham caído e da necessidade que havia de se reformarem os existentes, tomando como ponto de partida, ou não, os que estavam guardados. Por deliberação, foi nomeada uma comissão para tratar dessa remodelação, aproveitando-se o projecto apresentado dois anos antes.

Outros assuntos considerados de maior importância devem ter surgido entretanto, como por exemplo a prossecução das obras do hospital e a criação do asilo dos entrevados em 1858, pois só em 1863 foi novamente lembrada a urgência da matéria. O Ministro da Ordem, conde de Vila Pouca, Fidalgo da Casa Real, reconheceu a necessidade de se resolver um problema presente na instituição há vários anos: os Estatutos não estavam legalmente aprovados e autorizados e, por serem muito antigos, não acompanhavam as circunstâncias do momento. A sua falta trazia às sucessivas Mesas várias situações de embaraço na sua administração.

A comissão nomeada para o efeito cumpriu sua função, e os novos Estatutos foram apresentados e aprovados em sessão de Mesa do trigésimo dia do mês de Abril de 1866, sendo Ministro o Visconde de Santa Luzia - fidalgo cavaleiro, com exercício no Paço e comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa -, na sua generalidade e especialidade, em todos os seus capítulos, artigos e parágrafos, para servirem de lei permanente na Ordem, sendo a respectiva acta assinada por trezentos e cinquenta e um irmãos⁹⁹, e o documento aprovado remetido para aprovação real. A Junta Magna realizada três meses depois ratificou essa aprovação, classificou os Estatutos como o documento mais respeitável da corporação, e nela leu-se a carta régia da sua aprovação e consequente validade legal¹⁰⁰. Igualmente deu-se um voto de louvor a indivíduos que se distinguiram na organização do documento, entre eles o Comissário Visitador Custódio José Pinto Veiga, o secretário José Ferreira de Abreu, Isidoro Tomás Moura Carvalho, negociante de Lisboa, mandando-se a este último a carta patente de irmão e que se fizesse o retrato de cada um deles, como forma de agradecimento.

⁹⁹ *Livro de termos n.º 6 (1858-1875)*, Livro n.º 130, p. 79 e seguintes.

¹⁰⁰ Carta de D. Luís, de 4 de Junho de 1866, conferindo essa aprovação baseando-se nas informações do Governador Civil de Braga e no parecer fiscal do Ajudante do Procurador Geral da Coroa (*Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866, p. 82).

A consulta dos Estatutos, impressos na *Typographia de Manoel José Pereira*¹⁰¹, no Porto, era facilitada através de um índice colocado no fim dos mesmos. Antes dele estavam todas as assinaturas dos irmãos que participaram na aprovação dos mesmos, seguidas da carta de D. Luís, contendo a respectiva aprovação régia, para que não houvesse dúvida acerca da validade do documento. Através do referido índice eram indicadas um conjunto de matérias organizadas em trinta e oito capítulos, o qual incluía elementos administrativos, assistenciais e espirituais dos irmãos terceiros. Em relação aos Estatutos de 1791, os de 1866 acrescentaram disposições acerca das graças concedidas aos irmãos, seus direitos e obrigações, e os enterros e sufrágios.

Este documento estatutário incluía já as nova valências criadas na Ordem: o Hospital e o Asilo dos Entrevados.

Devido à mudança das sociedades, a regra da Ordem Terceira franciscana foi modificada, com a intenção de a adaptar à vida cristã do século XIX. Assim, no ano de 1883 o papa Leão XIII reorganizou a mesma, publicando-a na Constituição *Misericors Dei Filius*, conservando as prescrições essenciais da regra de Nicolau IV como linhas orientadoras do espírito que, desde o início, presidiu ao estilo de vida franciscano dos terceiros. Perante esta mudança, a Ordem Terceira de Guimarães buscou orientação na Ordem Terceira de São Francisco da Cidade do Porto e remeteu para Roma, para o Geral dos franciscanos, um exemplar do seu Estatuto, de modo a que este o harmonizasse com a nova Constituição. A esse documento regulativo foram efectuadas algumas alterações: no capítulo segundo, relativo à admissão e agregação dos irmãos, no terceiro à profissão, no quarto às graças concedidas aos irmãos, seus direitos e obrigações, no décimo ao Padre Comissário, e no décimo primeiro ao Ministro. As mesmas foram alteradas por unanimidade de Junta Magna, servindo como aditamento interpretativo do Estatuto, anexo ao regulamento interno de Ordem.

Não foram só estas modificações que os Estatutos sofreram ao longo dos anos. Embora não tivessem existido em muita quantidade, mas esporadicamente, alguns aditamentos foram feitos a esse documento, como por exemplo no que respeitava às jóias a pagar por cada indivíduo que pretendesse ingressar na instituição. Deste modo, vigoravam com os aditamentos propostos, aprovados em Junta Magna e pelo Governo Civil.

Embora as diferenças existissem, os Estatutos eram elaborados nas várias Ordens tendo como base um mesmo modelo, critérios e método. As diferenças vinham da adaptação que cada uma delas efectuava nos mesmos para haver uma adaptação às realidades vividas.

¹⁰¹ *Op. cit.*, capa.

CAPÍTULO VII

A ADMISSÃO DOS TERCEIROS

Critérios na admissão de irmãos

A proliferação do número das Ordens Terceiras foi notável durante vários anos, nomeadamente no século XVIII. Este aumento dos irmãos terceiros deveu-se à busca do Homem de uma série de benefícios que essas instituições lhe oferecia. Para além daqueles anteriores ao século XVI, e abolidos nos inícios do mesmo, como já mencionamos num capítulo anterior, isto é, a imunidade eclesiástica do foro, a isenção do serviço militar e do senhorio secular, a pertença a uma ordem terceira conferia estatuto social ao indivíduo. “Ora, ser membro de uma ou mais ordem terceira significava ter acesso ao interior da nata da sociedade e trânsito facilitado nela. Significava *status*. Significava imediata obtenção de privilégios, graças e indulgências. Significava estar mais próximo do poder e ter a sua proteção (...)”¹⁰².

Assim, se permitia uma clara ascensão social aos elementos das camadas sociais emergentes, igualmente proporcionava a quem tinha riqueza e uma condição social bem considerada obter o reconhecimento público do seu estatuto. Isto quer dizer que “(...) as ordens terceiras se caracterizavam por serem associações das camadas mais elevadas (...)”¹⁰³.

Se as compararmos com outras instituições contemporâneas, por exemplo as Misericórdias, verificamos que também elas eram compostas pelas esferas sociais locais mais altas, mantendo obras de assistência a pobres, presos, viúvas, órfãos, crianças abandonadas e desprotegidos, e usufruíam de uma grande projecção na sociedade. No entanto, o processo de entrada era extremamente selectivo, impondo-se limites numéricos e de género no mesmo, para além de estabelecer internamente uma discriminação entre os seus membros, entre os nobres e os que não o eram. A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães impunha que só seriam admitidos como irmãos os católicos, limpos de sangue, sem alguma raça de mouro ou judeu, não envolvidos em algum crime de escândalo, que tivesse “idade conveniente”, “(...) homens de boa consciência e fama e ainda tementes a Deus, modestos, caritativos e humildes (...)”¹⁰⁴ e que possuísse bens¹⁰⁵.

Este rigor e exigência de condições específicas na admissão de irmãos poderá ter conduzido muitos indivíduos a buscarem a sua inserção noutros círculos de sociabilidade, como é o caso das ordens terceiras - as quais agrupavam indivíduos de estatutos sociais diferenciados - de maneira a usufruírem de uma ascensão social mais nítida e rápida. “As Ordens Terceiras não operavam distinções de primeira e segunda categoria entre os seus membros, o que tornava mais operacionais

¹⁰² BOSCHI, Caio César, *Os leigos e o poder...*, p. 20.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ COSTA, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, Edição da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, p. 38.

¹⁰⁵ Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães, “A assistência: as Misericórdias e os poderes locais”, in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, direcção César de Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 136 e SÁ, Isabel dos Guimarães, “As Confrarias e as Misericórdias”, in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, dir. César de Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 58.

as estratégias de promoção social por parte dos recém-chegados ao poder e à fortuna.”¹⁰⁶. Também aí iriam encontrar, embora em menor quantidade, uma série de critérios sociais selectivos na sua admissão, os quais se manifestavam logo na aceitação dos noviços.

Estes critérios poderiam ser de índole moral. Os candidatos deveriam gozar de boa reputação, serem um exemplo de boa conduta e distantes do escândalo, e depois de admitidos pressupunha-se que fossem um “(...) modelo de virtude cristã.”¹⁰⁷. Da mesma maneira não eram “(...) admitidos aqueles cujo porte moral se desconhece, os usurários, os insolventes (...)”¹⁰⁸, pois não transmitiam confiança.

No que respeitava especificamente às mulheres, em 1860 questionou-se em Junta Magna a admissão de senhoras cuja conduta era visivelmente escandalosa e viviam na prostituição. Se já fossem irmãs seriam admoestadas pelo Padre Comissário, e se permanecessem na mesma vida seriam expulsas de modo a que o nome da Ordem fosse preservado¹⁰⁹.

Quanto à personalidade, recusavam aqueles que tivessem um génio violento e fossem “(...) demandistas (...)”, para diminuir as probabilidades de existirem discórdias entre os irmãos, “(...) porquanto quere S. Francisco que os Irmãos vivam em união de corações e vontades, que sejam de ânimo benigno e espírito complacente e que detestem a murmuração.”¹¹⁰. Igualmente, punham-se de lado os requerimentos daqueles que vivessem “(...) em inimizade pessoal com o próximo.”¹¹¹.

Para além destes critérios existiam, ainda, aqueles relacionados com a religião, ou seja, a obediência à Igreja Católica e firmeza na fé desta: “(...) Os não-católicos, os inscritos em seitas condenadas, os notoriamente ligados por alguma censura e em geral os pecadores públicos, não podem ser admitidos válidamente (...)”¹¹².

A selecção de noviços tinha, do mesmo modo, em conta questões de pobreza: eram postos à parte os mendigos¹¹³, os que eram muito pobres e não tinham possibilidades de pagar a jóia de entrada e colaborarem nos gastos que a Ordem faria em seu favor, se assim precisassem. Para além desta razão, é de supor que a admissão de pessoas com uma condição social muito baixa não seria de agrado dos irmãos, pois poderia provocar a falta de interesse pela instituição por parte de outros indivíduos de condição idêntica. Impunham-se, assim, não limites numéricos mas limites sociais na referida admissão. Não obstante, eram instituições muito menos selectivas que as Misericórdias, por exemplo.

Outras condições de acesso à instituição tinham a ver com o estado civil, mais propriamente no caso das mulheres casadas, as quais só poderiam ser admitidas com o conhecimento e consentimento dos seus cônjuges. Esta imposição devia-se à existência de algumas obrigações externas que cada irmão ou irmã deveria cumprir no seu novo estado, e a fim de que não houvessem impedimentos *a priori* desse cumprimento. Essas obrigações poderiam referir-se à assistência às

¹⁰⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias* in *História da Expansão Portuguesa – Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, direcção Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 360.

¹⁰⁷ GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis*, Braga, Empresa do “Boletim Mensal”, 1929, p. 20.

¹⁰⁸ *Op. cit.*, pp. 20-21.

¹⁰⁹ Junta Magna de 22 de Fevereiro de 1860, *Livro de termos n.º 6...*, pp. 23-23verso.

¹¹⁰ GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra...*, p. 21.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² *Op. cit.*, p. 22.

¹¹³ Somente admitidos como irmãos dispersos, que viviam isolados da corporação.

reuniões mensais, aceitação de cargos, entre outras. Se em algum caso o marido se opusesse sem alegar razão suficiente, a esposa deveria aconselhar-se com o seu confessor sobre a decisão que deveria tomar¹¹⁴.

Um outro critério seria a idade mínima para o ingresso na Ordem. Não foi adoptada sempre a mesma idade para se poder entrar no noviciado da Ordem¹¹⁵. O Estatuto de 1866 refere qual o valor da jóia a pagar por indivíduos até completarem os seus dez anos, não estabelecendo qual era o limite mínimo de idade, permitindo, assim, que a entrada de noviços dependesse da resolução da Mesa Administrativa da Ordem.

Já a regra da Ordem Terceira estabelecida em 1883 pelo papa Leão XIII, descrita na *Exposição da Regra da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis*, determinava como idade mínima os quatorze anos, considerando nula toda a admissão efectuada antes. Logo após a emissão da regra e respectiva distribuição pelas ordens terceiras, e a consequente harmonização dos Estatutos de cada uma delas à mesma, essa disposição foi seguida em Guimarães. Mas, não o foi por muito tempo pois passados cinco anos, restabeleceu-se a admissão de pupilos, isto é, de menores de quatorze anos, os quais, no entanto, só podiam receber o hábito nessa idade, acrescentando aos benefícios temporais, que já usufruíam antes da investidura, os espirituais.

Para o assento dos termos de entradas dos referidos pupilos existia um livro específico, com a declaração, à margem, da data em que haveriam de tomar o hábito.

A questão da actividade profissional era também ponderada na referida admissão, constatando-se a desvalorização de ocupações relacionadas com sangue e com a sujidade vinda desde a Idade Média. Esta espécie de discriminação não estava estipulada nos Estatutos e dela só temos notícia através dos livros de termos e das *Velharias da Irmandade de S. Pedro e das Ordens* 3.^{as}.

No ano de 1859 um incidente na Ordem Terceira de Guimarães com um irmão professo de sua congénere de Vila do Conde, confirmou uma certa discriminação profissional nesse processo de ingresso: "(...) parece duvidar do direito que esta *Veneravel Ordem* tinha para admittir no seu gremio, attenta a profissão que exerce de cortador, ou negociante de carnes verdes (...) "¹¹⁶. A Ordem de Vila do Conde mostrou não perceber e concordar com tal critério já que "(...) tal profissão não é hoje obstaculo para semelhante admissão, attenta a forma de Governo do Estado que declarou todos os Cidadãos iguaes pela Lei, e aboliu toda a infamia que revestia certas profissões, a ponto de que hoje todos estão, sem distincção de profissões, habilitados até para exercer os maiores cargos ellectivos, e os do Estado."¹¹⁷.

Face a esta decisão governamental mencionada no excerto, várias ordens terceiras, como a do Porto, e depois desta outras, retiraram do seu processo de admissão de irmãos este critério profissional. Em 1866, no mesmo dia em que foram aprovados os Estatutos, a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães procedeu da mesma forma, permitindo a admissão dos negociantes de

¹¹⁴ GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra...*, pp. 22-23.

¹¹⁵ Também nas Misericórdias, por exemplo, a idade mínima de admissão variou ao longo dos tempos, manifestando uma tendência para diminuir (COSTA, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia...*, p. 38).

¹¹⁶ FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 274 verso.

¹¹⁷ *Ibidem*.

carnes verdes e das suas famílias, em atenção à expressa vontade de pertencer à instituição e à sua devoção para com ela¹¹⁸.

Para além de todas estas condições de admissão a entrada na Ordem poderia ser facilitada se o/a requerente tivesse prestado serviços considerados relevantes à mesma. Nesse caso era admitido como forma de reconhecimento e agradecimento, ficando o valor da jóia a pagar à consideração da Mesa, com a possibilidade de ser incorporado graciosamente.

Outras Ordens Terceiras, como por exemplo a Ordem Terceira do Carmo do Porto no século XVIII, tinham critérios de selecção ainda mais rigorosos que a Ordem Terceira vimaranense. Estamos a falar na desvalorização de profissões relacionadas com os pecados capitais “(...) ou a inexistência de especialização artesanal, como no caso dos carregadores (mochilas) ou almocreves e cocheiros (arrieiros e boleiros) (...)”¹¹⁹, e com alguns ofícios praticados por mulheres, mais propriamente a venda em sítios públicos. Também nessa ordem era tomada em conta a questão da pureza religiosa e racial, impedindo os candidatos que tinham sangue judeu ou muçulmano de se tornarem terceiros, excepto se se convertessem à religião católica.

Estas exigências estiveram presentes dentro dos muros do convento franciscano da vila de Guimarães, na Irmandade de Santa Ana, uma das que aí estavam erectas¹²⁰. No seu Compromisso de 1737 expunha: “ Ordenamos que se em algum tempo do mundo ouver pessoas do officio de marchante ou suas molheres, filhos ou filhas, creados ou ajudadores delles nem aquellas pessoas que tiverem uzado tal officio como tambem arieiros que actualmente andem nas estradas nem negros mulatos de hum e outro sexo nem porteiros, almocreves picadores nem tampouco outros que tenham ou tivessem algum officio vil, se não aseitem por irmãos desta Irmandade por nenhum dinheiro e no cazo que daqui em diante se aseite algua das pessoas asima mencionadas por respeitos ou amistades em tal cazo a Meza (...) o poderà riscar (...)”¹²¹.

Com referência à questão racial, os Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto, datados de 1751, logo no seu primeiro capítulo, atinente aos indivíduos que poderiam ser admitidos na instituição, mencionam que “Porque da pureza do sangue, e dos costumes depende em primeiro lugar a estabilidade, e esplendor desta Santa Ordem (...)”¹²².

Os Estatutos da Ordem Terceira franciscana vimaranense não fazem menção a este elemento de distinção entre as pessoas, nem no ano de 1791 nem do de 1866. Esta omissão deve-se à promulgação de uma lei pombalina em 1773 que abolia a distinção entre os cristãos velhos e novos, originando que as várias Ordens Terceiras modificassem substancialmente os processos de admissão de irmãos. A Ordem de Guimarães reflectia já essa mudança mostrando que, tal como a

¹¹⁸ Sessão de Junta Magana de 23 de Julho de 1866, *Livro de Termos* n.º 6..., p. 87.

¹¹⁹ COSTA, Paula Cristina de Oliveira, *Os Terceiros Carmelitas...*, p. 42.

¹²⁰ A Irmandade de Santa Ana foi fundada no ano de 1735 na Capela do Senhor Jesus - construída no convento de São Francisco em 1513 junto à capela mor, da parte da Epístola - pela família que administrava essa mesma capela. Os seus primeiros juizes foram dois irmãos, descendentes dessa referida família: Fernando Peixoto da Silva, fidalgo da Casa Real, abade reservatário das igrejas de São Miguel de Legiosa e São Vicente de Pinheiro, e Ana Josefa Peixoto da Silva. Tem Compromisso de 1737 e Estatuto de 1771 (*Liuro que hade servir para os termos da entrada dos Irmaos desta Irmandade da Senhora Santa Anna, que principiou neste Anno de 1735*, pps. 3-4).

¹²¹ *Compermisso que hão de observar os irmaos da irmandade da senhora Santa Ana situada no convento de S. Francisco desta villa de guimarães, 1737*, cota número 246, p. 13.

¹²² *Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano...*, p. I.

distinção social que recaía sobre os cortadores de carnes verdes, também a racial foi colocada de lado no seio de uma sociedade influenciada pelo Iluminismo.

Sendo considerados aptos a ingressarem na Ordem os indivíduos podiam candidatar-se ao noviciado, passando por uma parte burocrática do processo da admissão. Deveriam fazer um requerimento à Mesa, onde declaravam o seu nome, filiação, idade, profissão, naturalidade e residência. A mulher casada ou viúva indicava o nome do marido e respectiva profissão, e quando já não tivesse pais diria os seus nomes e declararia debaixo de que administração vivia.

De acordo com os Estatutos de 1866 os requerimentos dos menores de vinte e cinco anos seriam feitos pelo seu pai, tutor ou pessoa responsável por eles. Se fossem admitidos tinham a possibilidade, até atingir os vinte e nove anos, de reclamar a jóia da sua entrada.

Os dados fornecidos nestes requerimentos, de grande importância para completar os resultados desta investigação, foram registados nos livros de entradas dos irmãos, estudados mais à frente. A veracidade das declarações dos candidatos seria posteriormente confirmada por um dos definidores, o qual transmitiria à Mesa as informações obtidas. “Os que forem encarregados destas informações averiguarão se o pertendente he bem morigerado, sua idade, officio, e opulencia; ou se pelo contrario vive separado do gremio da Igreja, se incorreo em alguã infamia de facto, ou de Direito, commeteo algum crime afrontoso, por que fosse castigado com pena vil, e se vive com procedimento escandaloso, e com orgulho, procurando para se informarem pessoas de inteiro credito, e reputação, que não tenham parentesco; odio, ou amizade com os pertendentes. E pelo que respeita ás mulheres, se haverão com muito maior cautella por cauza do grande perigo, que com facilidade rezulta à sua reputação (...)”¹²³. Certamente também se averiguaria se tinha recursos financeiros, qual a sua posição social quem eram os seus pais¹²⁴.

Na prossecução destes inquéritos o averiguador tentaria não se basear nos rumores e boatos, nem no interesse de alguma pessoa que de alguma maneira estivesse relacionada com o candidato e tentasse deturpar a informação. De igual modo, a confidencialidade seria assegurada, e no caso de haver alguma irregularidade seria registada num papel separado: “Quando acharem no pertendente algumas faltas particulares, que não sejam publicas, as occultarão, não dando dellas noticia a pessoa alguma; principalmente respeitando a mulheres cazadas, ou solteiras, que estão bem reputadas, e só informarão simplesmente os requizitos necessarios. Todas as informações escreverão em papel separado dos requerimentos, fechando tudo debaixo de hum sobscrito dirigido à Mesa, que remeterá à Secretaria.”¹²⁵.

Chegada a hora da votação, a mesma far-se-ia por escrutínio secreto. Os Estatutos datados de 1791 fazem menção ao acto de “(...) votar por favas brancas, e pretas, e conforme ao que Sahir vencido por maior numero de votos, regulados estes pelo Irmão Ministro, lançará o Irmão Secretario o despacho.”¹²⁶.

¹²³ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 13 verso.

¹²⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R., “Prestige, Power...”, p. 66.

¹²⁵ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 13 verso.

¹²⁶ *Op. cit.*, p. 12 verso.

No caso de não haver admissão, seria comunicada ao requerente, sem lhe declarar o motivo, sendo as informações a ele concernentes arquivadas em segredo.

O noviciado

Tendo cumprido todos os requisitos de entrada na Ordem, os admitidos receberiam um bilhete, e acompanhados do mesmo iriam pagar pela sua admissão a respectiva jóia aos síndicos da Ordem, e do Hospital depois de 1866, a qual dependeria sempre da idade do noviço¹²⁷.

Os Estatutos de 1791 estipulavam o valor do pagamento da seguinte forma: homens e mulheres até a idade de quarenta anos 2.400 reis, e a mesma quantia aquando da profissão; até cinquenta anos 3.200 reis, e o mesmo na profissão; de cinquenta anos em diante 4.500 reis, e outro tanto à profissão; 60 reis na entrada e na profissão; “(...) aprontar hum Anjo para a Procissão de Cinza, ou dar mil, e seiscentos reis para elle se compôr.”¹²⁸.

Poderíamos pensar, então, que esses preços se mantiveram até à redacção do próximo documento estatutário. Porém, os livros de entradas dos irmãos revelam-nos que os mesmos foram modificados, pois em 1850, data do início da nossa observação, a tabela de preços apresentava valores diferentes. Sendo esta baseada numa distinção de idades mais alargada, fez surgir o termo “pupilo”, querendo-se referir ao jovem com idade compreendida entre os zero e os quatorze anos, após a qual era considerado adulto.

São-nos apresentados vários valores: 6.400 reis para os pupilos; 9.600, 12.000 e 14.400 reis, para os quais não conseguimos atribuir idade, pois nestes livros a mesma só é mencionada a partir de 1887, e só em alguns casos. Não podendo contar com os livros das entradas para responder a estas dúvidas resultantes da deficiência dos registos, decidimos buscar noutras fontes documentais a resposta para tais questões.

Sabendo que a Mesa nas suas sessões tratava de todos os assuntos da instituição, recorremos aos seus livros de termos. As únicas informações mais próximas do ano de 1850 que encontramos foram registadas em 1837, ano em que se decidiu que 14.400 reis era o valor a pagar pelas criadas de servir, solteiras ou casadas com um homem não terceiro, ou por qualquer solteira, sem ser criada de servir, mas que estivesse em condições de ser imediatamente tratada no hospital, todas até à idade dos quarenta anos¹²⁹. Comparamos estes dados com os dos livros de entradas de irmãos e verificamos que os valores coincidiam, e eram pagos, na maior parte, nessas situações específicas.

Para esclarecer a existência dos restantes valores, encontramos num documento mais antigo indícios para essa explicação. Os Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto, enviados à mesma de Guimarães em 1815, tinham várias anotações manuscritas à margem dos

¹²⁷ Por exemplo, na Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto em 1849 o valor das jóias chegaram a depender não só da idade mas também do sexo e da actividade profissional dos candidatos (EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa, *Os Terceiros Franciscanos da Cidade do Porto. Elementos para o seu estudo*, dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1972 (policopiada), pp. 37-38).

¹²⁸ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 13.

¹²⁹ Sessão de Mesa de 18 de Agosto de 1837 (*Livro de termos n.º 4* (1836-1841), Livro n.º 128, pp. 7-8).

textos impressos, as quais eram relativas à vila de Guimarães¹³⁰. Uma delas dizia respeito às jóias que cada pessoa que entrasse na ordem deveria pagar: 9.600 reis até trinta anos; 12.000 reis até quarenta anos; e 19.200 reis daí em diante¹³¹. Portanto, se em 1850 os pupilos tinham já um valor específico, 9.600 reis seria desde os 14 até aos 30 anos.

Estas são as informações de que dispomos para explicarem os valores apresentados nos livros de entrada de terceiros até 1866, ano em que a Ordem teve mais cuidado em colocar por escrito e de uma forma mais completa e explícita, nos novos Estatutos, essa distinção de valores.

Após 1866 os valores encontravam-se inflacionados e traduziam-se em: até dez anos 7.400 reis; até quatorze anos 8.400 reis; de quatorze até quarenta anos 10.400 reis; e de quarenta para cima 20 mil reis. Destes valores exceptuavam-se aqueles que tivessem posses e que muito provavelmente não recorreriam aos serviços do hospital e asilo dos entrevados dos terceiros, não causando, assim, muita despesa à Ordem. Os preços estabelecidos para eles eram: até dez anos 7.400 reis; até catorze anos 8.400 reis e de catorze em diante 10.400 reis. Exceptuava-se, igualmente, a criada de servir, que pagaria até aos quarenta anos 16 mil reis, e dessa idade para cima 24 mil reis. Aquele candidato que fosse admitido em estado de doença e, não tendo meios, necessitasse de tratamento imediato do hospital, estaria sujeito a um valor estipulado pela Mesa, de acordo com a sua moléstia, idade e outras circunstâncias¹³².

Estas quantias, após serem estipuladas nos Estatutos, não permaneceram iguais ao longo dos anos, sendo modificadas de acordo com as necessidades da Ordem. Foi o que aconteceu em 1886 e 1888.

No primeiro ano referido a Junta Magna, face à carência de capital na manutenção das escolas primárias, criadas um ano antes, decidiu aumentar a entrada que os irmãos entre os quatorze e os quarenta anos deveriam pagar para 13.500 reis, distribuindo-se 10.400 para o fundo da ordem e hospital e 3.100 reis para o das escolas. Esta alteração foi considerada como um aditamento ao Estatuto, e seria enviada para o Governo Civil com vista à sua aprovação¹³³.

Em 1888, no contexto da deliberação da Ordem em admitir os menores de quatorze anos, embora só pudessem tomar o hábito nessa idade, o valor das suas entradas foram, igualmente, aumentadas, estipuladas da seguinte forma: até atingirem dez anos aumentava de 7.400 reis para 9.000, e de dez até quatorze de 8.400 para 11.000 reis, sendo 7.400 ou 8.400 reis para o fundo da ordem e do hospital, e 1.600 ou 2.600 reis para o das escolas¹³⁴.

Através da leitura e análise dos livros das entradas dos irmãos e das sessões da Mesa e Junta Magna, deparamos com diversas situações especiais de ingresso na Ordem: a entrada gratuita. Esta era resultado do arbítrio do órgão máximo da instituição, “(...) comtando, porém, que o arbitrio seja sempre regulado pelas regras da razão, e charidade; e só se poderá estender ao racional limite, em que se evite o prejuizo da Ordem.”¹³⁵.

¹³⁰ Este facto já foi mencionado no capítulo dos “Estatutos”.

¹³¹ *Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano...*, p. 4.

¹³² *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 8.

¹³³ Sessão de Junta Magna de 26 de Dezembro de 1886 (*Livro de termos n.º 7 (1875-1887)*, Livro n.º 131, p. 130).

¹³⁴ Decisão tomada em sessão de Mesa de 4 de Março de 1888 (*Livro de termos n.º 8 (1887-1907)*, Livro n.º 98, p. 19).

¹³⁵ *Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano...*, p. 4.

Vários indivíduos gozaram deste privilégio devido à sua necessidade – prova pública da caridade da Ordem –, ao seu empenho em favor da Ordem na busca de determinados objectivos (obtenção do extinto convento franciscano, elaboração dos Estatutos, autorização governamental para se efectuarem empréstimos, entre outros), aos vários serviços relevantes prestados e aos donativos em períodos de necessidade. Consequentemente, eram incorporados graciosamente, e os retratos de alguns deles eram expostos nas galerias da instituição como forma de agradecimento e louvor. Outros casos existiam em que essa entrada gratuita se devia às disposições estipuladas em legados deixados à Ordem, as quais, depois de aceites, deveriam ser por ela cumpridos.

Os Estatutos nada nos referem acerca do formulário e cerimonial utilizado no começo do noviciado. Tendo pago pela sua admissão a respectiva jóia, apresentar-se-ia ao Padre Comissário para este lhe lançar o hábito, num acto de investidura solene, com o qual apareceria nas solenidades festivas e fúnebres da Ordem¹³⁶, sendo lavrado no livro da sacristia e no livro da Ordem o seu assento de Irmão¹³⁷. Juntamente com o hábito deveriam usar o cordão - de linho, lã, cânhamo ou algodão - e o escapulário (que só em raros casos seria substituído por medalha), e no caso de impedimento teriam de obter dispensa do Comissário para não o usar.

Noutras ordens terceiras franciscanas, como é o caso da do Porto, os irmãos não usavam hábitos da mesma maneira. Existia um hábito público, usado em qualquer altura, por cima da roupa, e um oculto em forma de escapulário¹³⁸, o qual substituíam o anterior no dia a dia. Este só seria usado por indivíduos com vida considerada exemplar e com idade superior a quarenta anos¹³⁹.

O noviciado durava um ano completo, contado a partir do dia e hora da tomada do hábito, não podendo o mesmo ser interrompido, sob pena de não tornar válida a profissão posterior. Nesse ano gozavam dos privilégios espirituais da Ordem, da bênção papal e das indulgências conferidas directamente aos irmãos terceiros ou por comunicação com as ordens franciscanas regulares. Isto se cumprissem uma série de condições: confissão, comunhão, reza e visita a igrejas ou capelas públicas ou franciscanas em determinados dias¹⁴⁰. Fazendo parte desses privilégios espirituais estava uma série de indulgências, a assistência fúnebre quando falecessem, e a celebração de missas após o seu falecimento.

Nesse período eram frequentemente instruídos na regra e práticas piedosas pelo Mestre dos Noviços ou Mestra das Noviças, cujas funções serão descritas mais adiante. Tratava-se, enfim, de um período probatório, no qual os noviços teriam de cumprir diversas obrigações. Entre elas estava a

¹³⁶ O processo de aquisição do hábito é por nós totalmente desconhecido. Não sabemos qual era o preço do mesmo pago por cada noviço, nem se podia ser transmitido ou emprestado de irmão para irmão, dado que as fontes documentais consultadas nada nos referem acerca desta matéria. Seria interessante averiguar como tal se processava, pois sabemos que naqueles tempos uma peça de roupa era dispendiosa, facto que poderia influenciar a vontade de entrar numa Ordem Terceira.

¹³⁷ Nos livros de termos das sessões da Mesa e Junta Magna havia, no entanto, a referência de que esse preceito não estaria a ser totalmente respeitado, dado que, devido ao reduzido número de irmãos que estavam nas condições de ocuparem os cargos da administração da instituição, solicitava-se àqueles que já tinham pago a jóia da sua admissão mas que ainda não tinham recebido o hábito imediatamente a seguir, o fizessem, para estarem aptos para poderem exercer os seus deveres como irmãos da Ordem (Sessão da Mesa de 6 de Abril de 1889, *Livro de Termos n.º 8...*, p. 59).

¹³⁸ O escapulário, do latim *scapula*, era uma peça que fazia parte do hábito das ordens monásticas, pousada sobre os ombros, cobrindo o peito. Gradualmente adoptado pelas ordens segundas e terceiras, poderia ter vários tamanhos, ser usado por cima do hábito ou da roupa do dia a dia, em substituição do hábito, ou debaixo dela (<http://www.newadvent.org/cathen/13508b.htm>).

¹³⁹ EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 34.

¹⁴⁰ GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra...*, pp. 63-79.

ajuda e assistência às missas de domingo, dias santos e, se as suas ocupações profissionais e os seus estados civis o permitissem, de outros dias semanais, a presença no cumprimento de algumas funções espirituais da Ordem (é o caso dos enterros e festividades), a obediência ao seu Mestre e a regularidade na confissão e comunhão, entre outras.

Do comportamento dos noviços iria depender a sua permanência na Ordem. Aqueles que quisessem desistir poderiam fazê-lo, deixando de usar o hábito durante um tempo considerável, e declarando a sua intenção de não querer pertencer à Ordem, sendo o seu nome riscado dos registos. Se durante esse ano o noviço “(...) não der provas de vocação, for notavelmente remisso na observância da Regra, proceder indignamente, dará disso parte ao comissário, para que lhe seja diferida ou negada a profissão, conforme for julgado conveniente.”¹⁴¹.

A profissão

Terminado o ano do noviciado, o candidato poderia ser admitido à profissão, caso não houvesse nada que concorresse em seu desfavor. Para isso, fazia uma petição para professar, a qual seria apresentada à Mesa, a quem competia decidir, sendo as informações dadas pelo Mestre dos Noviços muito importantes para essa deliberação.

Caso a mesma fosse afirmativa o acto solene de profissão far-se-ia perante o Padre Comissário, tal como na tomada do hábito, em forma de ritual, no qual prometia “(...) guardar os Mandamentos da Lei de Deus, e da sua Santa Igreja.”¹⁴². Por uma questão de haver maior solenidade recomendava-se que o referido acto fosse efectuado no dia da reunião mensal e num local que desconhecemos pelos estatutos, mas que nos é dado a conhecer pelos livros de termos, local esse que seria a igreja do convento franciscano extinto. Na Ordem Terceira de São Francisco do Porto era, igualmente, efectuada no cruzeiro da igreja do convento respectivo, e noutro local somente em caso de doença¹⁴³.

Consequentemente, o nome do irmão professo seria inscrito pelo Comissário no livro da Sacristia, juntamente com os dados da sua residência, filiação e data da respectiva profissão, e pelo Secretário do livro da Ordem. Ser-lhe-ia dada uma patente, a qual testificaria em todo o tempo e em todo o lugar ser irmão professo na Ordem Terceira. A primeira patente seria gratuita, mas quem quisesse uma segunda ou terceira pagaria uma determinada quantia para a sua obtenção.

Sendo admitido como irmão passaria a gozar de todas as graças e indulgências concedidas pelos Sumos Pontífices e de todos os benefícios temporais e espirituais consignados nos Estatutos da Ordem. Assim, tinham direito:

“1.º A incorporarem-se com o seu Habito nos actos publicos da Ordem.

2.º Aos rozarios, nos casos estatuidos (...)

3.º No caso de pobreza, aos socorros das esmolas, á entrada no Hospital como enfermos, e á entrada como inválidos no Asylo dos Entrevados.

¹⁴¹ *Op. cit.*, p. 51.

¹⁴² *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 9.

¹⁴³ EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 27.

- 4.º A assistência da Ordem, ao seu acto de enterro, e a serem sepultados pela mesma.
- 5.º A uma sepultura no Cemiterio da Ordem.
- 6.º A todos os suffragios por sua alma (...)”¹⁴⁴.

Igualmente, esperava-se deles que cumprissem uma série de obrigações:

- “1.º A pagarem pela sua admissão e aggrregação, as joias estatuidas (...)
- 2.º A observarem os Mandamentos da Lei de Deus, e da sua Santa Igreja.
- 3.º A acceitarem os cargos para os quaes forem eleitos, e a cumprirem todas as suas respectivas obrigações prescriptas n'estes Estatutos.
- 4.º A concorrerem decentemente vestidos, com o seu Habito, a todas as procissões, enterros, acompanhamentos, e mais actos publicos da Ordem.”¹⁴⁵.

Quando os pretendentes à profissão estivessem aptos para a efectuar eram avisados pelo secretário para o fazer. Não sabemos o período limite que tinham para isso, somente conhecemos que na Ordem Terceira franciscana portuense o noviço seria obrigado a professar no espaço de seis meses, após ter completado o ano do noviciado, sob pena de ser expulso - excepto se apresentasse uma justificação considerada aceitável –, perdendo todos os benefícios espirituais que usufruiria se permanecesse na instituição. Dado que esta prerrogativa tinha, nos Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco do Porto, uma inscrição manuscrita à margem, a qual repetia a existência desse mesmo período limite, deduzimos que o mesmo se applicava para Guimarães.

Era esse acto que lhes possibilitava beneficiar de todas as graças dos irmãos terceiros, e teriam de se apressar pois poderia acontecer algo que os impedisse de tal, como a doença, a morte, a deslocação para outras terras¹⁴⁶, entre outras circunstâncias.

Os livros de entradas dos irmãos dão-nos informações acerca da data da tomada do hábito e da profissão, justificando que vários noviços não completaram o ano do noviciado -tendo alguns deles professado no dia da tomada do hábito, sem efectuarem o noviciado - por estarem muito doentes e em perigo de vida, professando antes da data limite para não perderem os sufrágios e o acompanhamento da Ordem à sua sepultura, caso falecessem. Do mesmo gozavam os noviços que falecessem repentinamente, privados da profissão.

¹⁴⁴ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 10.

¹⁴⁵ *Op. cit.*, p. 11.

¹⁴⁶ Vários noviços obtiveram dispensa do Comissário para não acabarem o ano de noviciado, por terem de embarcar para o Brasil, para a América, por terem de se deslocar para o Porto, Lamego, por serem eclesiásticos e professarem no mesmo dia em que recebiam o hábito (*Livro de entrada de irmãos n.º 3* (1821-1863), Livro n.º 205; *Livro de entrada de irmãos n.º 4* (1863-1910), s/ n.º; *Livro de entrada de irmãs n.º 3* (1830-1863), s/ n.º; *Livro de entrada de irmãs n.º 4* (1863-1903), Livro n.º 199). Quanto àqueles que foram para o Brasil, no século XVII e XVIII, muitos terceiros saíram das Ordens Terceiras portuguesas antes de finalizar o noviciado, ou já professos, e contribuíram para a formação de Ordens Terceiras no império ultramarino. A. J. R. Russell-Wood permite-nos saber que à fundação da Ordem Terceira franciscana de Vila Rica, Brasil, em 1746, assistiram oitenta professores de Portugal (RUSSELL-WOOD, A. J. R., “Prestige, Power..., p. 64).

Após a profissão, a vida de um irmão decorria na normalidade, desde que não cometesse alguma falha que provocasse admoestação por parte da Mesa ou, ainda, expulsão da Ordem. De acordo com os Estatutos de 1791 era causa de expulsão:

“ 1.º Motivo = Todo o Irmão, que commeter crime escandaloso, e for por elle castigado com pena vil, ou incorrer em infamia de Facto, ou de Direito.

2.º Motivo = O que revellar os Segredos dos negocios, que se tratão em Mesa, sendo pela primeira vez admoestado.

3.º Motivo = Aquelle, que maliciosamente informar de alguma pessoa, encobrando o que sabe ser defeito dos prohibidos nestes Estatutos, ou não havendo, o pozer por odio, ou vingança.”¹⁴⁷

A partir de 1866 eram razões de punição do terceiro, com a privação dos bens temporais da Ordem, com ou sem limite de tempo: desobedecer publicamente ao Padre Comissário, ao Ministro e às decisões da Mesa e Junta Magna; tornar a praticar o mesmo erro até três vezes, depois de ter sido repreendido pela Mesa; desacreditar em publico esta última, a Ordem, ou a Junta Magna; o eclesiástico que não obedecer ao Vigário do Culto; tratar mal o servo ou outro funcionário que esteja em serviço da Ordem; e, rejeitar o cargo par o qual foi eleito, sem razão justa e aprovada em sessão de Mesa. Outra falta menos grave seria punida com repreensão. Resultaria em pena de deposição do cargo que ocupasse:

“1.º Aquelle Irmão, que depois de acceitar o lugar de Meza, para o qual fôr eleito, não cumprir com as suas obrigações, ou com dolo e má fé as desprezar.

2.º Aquelle Irmão que, sendo membro da Meza, dér informação falsa, ou cavillosa para admissão ou aggregação d'algum Irmão, para emprestimo de fundos, ou para outro algum fim.”¹⁴⁸

Em casos muito graves a punição resultava na expulsão do irmão pela Junta Magna, o qual perdia todos os benefícios temporais e espirituais que usufruía enquanto terceiro. Esses casos eram muito raros pois em quase todos eles as admoestações produziam bons efeitos¹⁴⁹. Para o período em estudo encontramos um único caso de expulsão, da qual desconhecemos o motivo. José Joaquim de Sousa Félix, morador na rua da Rainha, foi admitido em 1909 e expulso em 1926¹⁵⁰. Em todas as situações, com penas maiores ou menores, o acusado teria sempre oportunidade de se defender.

¹⁴⁷ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., pps. 17 verso-18.

¹⁴⁸ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 49.

¹⁴⁹ No caso da Ordem Terceira de São Francisco do Porto haveria ainda a possibilidade de os expulsos serem readmitidos, caso dentro do período de dois meses mostrassem arrependimento e pedissem perdão à Mesa (EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 40).

¹⁵⁰ *Livro de índice alfabético de irmãos*, Livro n.º 115.

Os irmãos agregados

Existia uma modalidade diferente de ingresso na Ordem Terceira, chamada de Agregação. Os terceiros professos noutra Ordem Terceira de São Francisco poderiam agregar-se à de Guimarães, tendo, para isso, de satisfazer todos os requisitos exigidos aos noviços. Aliás, o seu processo de agregação passaria por etapas semelhantes ao da entrada na Ordem, excepto no que dizia respeito ao cumprimento do ano do noviciado.

Assim, teria que dirigir um requerimento à Mesa, onde declararia o seu nome, ocupação profissional, filiação, idade e residência, ao qual anexaria a sua patente de irmão professo, assinada pelo Padre Comissário e Ministro da Ordem de onde vinha. Obedeceria, igualmente, às mesmas condições impostas aos menores de vinte e cinco anos e às mulheres casadas. Caso se tratasse de um noviço, sem a profissão, e a pretendesse efectuar em Guimarães, teria que cumprir os mesmos trâmites e anexar a certidão autêntica da tomada do hábito, passada pela Ordem de onde provinha.

Far-se-iam diligências para se confirmar a sua identidade, restantes elementos identificativos e costumes de vida, e votava-se, na Mesa, a sua agregação ou não. Se o parecer fosse favorável pagaria a jóia aos síndicos da Ordem e do Hospital, sendo o assento de agregação registado no livro da sacristia pelo Padre Comissário, e no livro da Ordem pelo secretário da mesma. Não parecia haver um livro específico para esse registo, dado que os nomes dos irmãos agregados se encontravam no mesmo livro dos admitidos.

O valor monetário da jóia era idêntica àquela relativa à admissão dos irmãos, consoante a idade, e a partir de 1851 fez-se um desconto para metade se o agregado tivesse sido irmão professo da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade do Rio de Janeiro, com a qual a sua congénere de Guimarães mantinha laços especiais. O dinheiro proveniente das jóias pagas em situações de admissão ou agregação seria dividido, sendo 7.200 reis destinados à repartição da Ordem e o excedente à do Hospital, constituindo, ao fim das contas, fundos da mesma corporação.

Os livros de entradas de irmãos informam que à Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães chegavam irmãos professos provenientes das Ordens Terceiras de Braga, Porto, Vila Nova de Famalicão, Águas Santas (concelho de Póvoa de Lanhoso), Santo Estevão de Regadas (concelho de Fafe) e Lisboa. Havia, ainda, os terceiros do Brasil: da Baía, Grão Pará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Também se verificou a agregação de irmãos provenientes de antigas ordens extintas, como é o caso da de Santo Agostinho, São Domingos, São Bento do Mosteiro de Tibães, São Jerónimo, Santa Tecla de Celorico de Basto, e dos regulares de São Francisco.

Os livros de entradas dão-nos, igualmente, conta da agregação de noviços da Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães que iam professar fora da cidade (por exemplo, ao Porto ou a Vila Nova de Famalicão).

Os irmãos de mercês

A Ordem Terceira possibilitava, ainda, que existisse no seu seio um outro tipo de irmãos, que eram os irmãos de mercês, dos quais não encontramos informações suficientemente esclarecedoras acerca da sua condição. A sua existência resultava da necessidade de “(...) não proibir aos fieis o uso das graças (...) e indulgencias concedidas pelos Summos Pontifices, aos Irmãos d’esta Ordem.”¹⁵¹.

Sabemos que tinham direito a participar na vida espiritual da instituição e usufruírem dos sufrágios inerentes. Nada nos é referido acerca do direito a sepultura e ao acompanhamento fúnebre. Os seus nomes seriam registados em livros próprios pelo Padre Comissário. Estes terceiros não utilizavam hábito, não tinham assento de irmão nem de profissão, e não pagavam jóia pela sua admissão.

Estes dados constituem tudo o que sabemos acerca destes irmãos, dado que mais nenhum documento nos concede referências acerca dos mesmos.

¹⁵¹ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 9.

CAPÍTULO VIII

OS CARGOS

Em meados do século XIX a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, tal como as restantes Ordens Terceiras e a própria Santa Casa da Misericórdia, era governada e administrada por um órgão supremo, que lhe presidia aos destinos: a Mesa.

Esta instância máxima da irmandade é dada a conhecer nos Estatutos, nos livros das eleições e dos termos das sessões da Mesa e da Junta Magna, e na *Exposição da Regra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis*. Nesta última refere-se que “Segundo a Letra e o espírito da Regra, nenhuma Fraternidade funcionará sem uma mesa canonicamente eleita.”¹⁵².

A sua composição, eleita anualmente, variou ao longo dos anos, pois nos Estatutos de 1791 era constituída por onze irmãos, enquanto que nos de 1866 o seu número cresceu para vinte e sete, embora nem todos tivessem direito a voto, gozando de uma situação especial, como veremos mais à frente. Tendo acesso às informações acerca das atribuições de cada cargo e dos indivíduos que os exerceram, passaremos à discriminação dos mesmos.

A Mesa antes e depois de 1866

Antes dos Estatutos de 1866, os de 1791 apresentavam a constituição da Mesa, então chamada de Mesa Definitorial, de uma determinada forma, logo no seu primeiro capítulo: o Ministro, o Vice-Ministro, o Secretário, o Síndico da Ordem, o Vigário do Culto Divino e seis Definidores. A estes juntava-se, por eleição da Mesa, um religioso da Ordem Primeira - indiciando, assim, a estreita relação que havia entre a primeira e a terceira ordem franciscana¹⁵³ –, o Padre Comissário Visitador.

Para além destes mesários, a Ordem contava, igualmente, com a colaboração dos companheiros do Padre Comissário, dos Sacristães do Culto Divino, do Mestre dos Noviços, do Enfermeiro-Mor, dos Enfermeiros-Menores, do Procurador dos Presos, dos Zeladores da Cera, do oficial da secretaria, e do Andador. Os Estatutos fazem referência, ainda, à Ministra, Vice-Ministra, Sacristãs, Mestra das Noviças, Enfermeira-Mor e Enfermeira-Menor, mas não nos indica mais nada acerca destes cargos. Esta falha só viria a ser colmatada nos Estatutos de 1866.

Perguntamo-nos se estas prerrogativas se mantiveram e foram obedecidas até à elaboração de um novo documento estatutário. Um outro documento existente no arquivo da Ordem dá-nos conta do que realmente se praticava dentro da instituição antes do surgimento dos novos Estatutos de 1866. Os livros das eleições remetem-nos para a existência de uma série de cargos nunca referidos em 1791, mas que já eram exercidos antes de 1850, início do período da nossa análise: Síndico do Hospital, da Testamentária¹⁵⁴, de São Lausperene, e dos Entrevados. Estes não faziam parte da Mesa, mas, juntamente com os Sacristães do Culto, o Mestre dos Noviços e os outros

¹⁵² GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra...*, p. 43.

¹⁵³ Como anteriormente verificámos, esta situação começou a ser modificada com a extinção das ordens religiosas, em 1834, sendo progressivamente os religiosos regulares substituídos por terceiros professores.

¹⁵⁴ Este Síndico era responsável pela repartição da Testamentária, isto é, aquela que tratava da recepção e gestão dos dinheiros provenientes dos legados e testamentos.

referidos atrás, auxiliavam-na e obedeciam-lhe, no entanto sem nela poder interferir. Como veremos a seguir, os mesmos passaram posteriormente a gozar de uma situação privilegiada, ao serem incluídos no órgão directivo máximo da Ordem. Voltemos aos Estatutos.

Os Estatutos de 1866 modificaram em grande parte a composição da Mesa preconizada em 1791, dado que alguns dos cargos que anteriormente não pertenciam à mesma passaram a ser nela incorporados, novos surgiram e outros desapareceram. Assim, a constituição desse órgão legislativo apresentava-se da seguinte forma: o Ministro, o Vice-Ministro, o Secretário, o Vigário do Culto, o Síndico da Ordem, o Síndico do Hospital, Síndico da Testamentária, Síndico do Sagrado Lausperene, Síndico dos Entrevados, Definidor Eclesiástico e três Definidores Seculares (anteriormente eram referidos apenas seis definidores) e dois Mordomos de Cera. Além destes havia outros cargos, já mencionados anteriormente, mas que só então passaram a fazer parte da Mesa: um Zelador da Roupa do Hospital, um Tesoureiro dos Hábitos, dois Sacristães do Culto, um Mestre de Noviços, uma Ministra, uma Vice-Ministra, quatro Sacristãs do Culto, e uma Mestre de Noviças. Surgiu, igualmente, o Tesoureiro dos Hábitos, inexistente até ao momento.

Estes últimos, desde o Zelador da Roupa do Hospital até ao Tesoureiro dos Hábitos, sendo considerados membros da Mesa, viviam uma situação diferente da dos outros mesários, pois não tinham direito a voto nem participavam das suas sessões e deliberações.

De facto, a mudança de Estatutos originou uma modificação profunda da composição da Mesa. Vários cargos foram acrescentados, em resposta a uma série de problemas e dificuldades que as várias repartições da Ordem certamente estavam a sentir há vários anos, e cuja resolução não era permitida pelas disposições dos Estatutos anteriores. À margem destes últimos, a Mesa tentou dar soluções às exigências do serviço hospitalar, do tratamento dos entrevados, da boa administração da instituição e das especificidades das suas várias repartições. Desta maneira, justificava-se, em 1850 e nos anos seguintes, a eleição do Síndico do Hospital, da Testamentária, de São Lausperene e dos Entrevados, do Zelador da Roupa do Hospital, e do Tesoureiro dos hábitos.

Os Mordomos da Cera vieram substituir o Zelador da Cera, anteriormente fora da Mesa, mas em 1866 nela incluídos. No que respeita aos cargos femininos, a sua inclusão na Mesa, embora com limitações, teria sido uma tentativa da instituição de aumentar a participação feminina, de forma a torná-la mais comprometida com os negócios da Ordem e com os actos assistenciais.

As modificações da Mesa implicaram também o desaparecimento de alguns cargos: Enfermeiros-Mores, Enfermeiros-Menores, Procurador dos Presos e Andador.

Não conhecemos as razões subjacentes à omissão nos Estatutos do cargo dos Enfermeiros. Sabemos somente que o mesmo não foi extinto, continuando a ser desempenhado no hospital da Ordem e a ser mencionado nos seus regulamentos. No caso do Procurador dos Presos não possuímos, igualmente, informações que nos permitam justificar essa ausência no documento regulativo de 1866. No do Andador, este parece ter sido substituído pelo Servo, cujas funções eram idênticas, referidas no regulamento da Ordem inserido no *Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães e do seu Hospital e do Asylo dos Entrevados*.

Em 1888 e 1889, no livro das eleições, foi referido um cargo inexistente e nunca mencionado nos Estatutos: o Presidente das Oficinas. Este foi ocupado por João António Almeida, e depois por Francisco Martins Fernandes. Nesses anos referidos foi acrescentado ao habitual título da cargo de Síndico da Testamentária os termos “e Escolas” e “Director das Oficinas”. Estas novas funções

correspondiam à existência de recentes actividades na Ordem: as oficinas de ensino profissional, inauguradas em 1887, e as escolas primárias em 1885. A ausência dos referidos cargos no documento estatutário de 1866 deve-se ao facto de estas novas valências terem sido criadas muito tempo depois da sua elaboração. Somente durante esses anos encontramos menção a essas duas funções, porque as oficinas foram extintas dois anos depois da sua criação, e no caso das escolas passou a deixar de haver um cargo específico para a sua direcção.

Expostas assim as duas constituições da Mesa, passaremos à descrição da funcionalidade de cada cargo.

Os cargos dos homens

Os cargos mais importantes na Mesa e em toda a instituição eram o de Ministro e Vice-Ministro. “O lugar de Ministro será sempre ocupado por hua Pessoa da primeira grandeza desta Villa, conforme o costume immemorial da Nossa Ordem, tendo qualidades, e virtudes, que edifiquem aos mais Irmãos, e os convidem a servir com zelo, e amor a bem da mesma Ordem.”¹⁵⁵, assim nos expõem os Estatutos. O chefe superior da Ordem deveria ter qualidades morais de um bom cristão, zelo para fazer cumprir os Estatutos, cuidado para que todos os outros cargos fossem bem desempenhados, e caridade para assistir aos necessitados e enfermos. Do mesmo modo, esforçar-se-ia pela manutenção das tradições da Ordem e da observância da regra¹⁵⁶. A ocupação deste cargo pressupunha, igualmente, a posse de bens, para poder dar esmolas na altura da sua tomada de posse e durante o seu mandato.

Sendo Presidente da Mesa e da Junta Magna, competiam-lhe algumas obrigações e atribuições. Possuía o governo temporal da Ordem, ainda que conformando-se com as deliberações dos membros desta Mesa, e o direito de voto de desempate. Convocaria a Mesa sempre que fosse necessário, teria que assistir a todas as solenidades festivas e fúnebres, procissões e mais actos públicos da Ordem e a todas as sessões da Mesa e Junta Magna, assim como rubricaria os livros de escrituração da Ordem e assinaria uma série de documentos públicos: relativos à contabilidade, actas de deliberação de Mesa e de Junta Magna, entre outros¹⁵⁷.

A ele competia a inspecção e autoridade para manter e observar todas as disposições dos Estatutos e dos regulamentos internos das várias repartições. Deveria entregar ao seu sucessor, no acto de posse do mesmo, um relatório completo acerca da administração da instituição, com a finalidade de permitir a boa continuação dos negócios. Igualmente, era uma das pessoas que possuía a chave do cofre da Ordem e assistia à sua abertura.

O Vice-Ministro, que deveria possuir as referidas qualidades do Ministro e ter sido mesário anteriormente, ocuparia o lugar deste último sempre que o mesmo se encontrasse impedido de cumprir as suas obrigações. Para além disso, assistia e votava em todas as sessões da Mesa e

¹⁵⁵ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 1.

¹⁵⁶ GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra...*, p. 47.

¹⁵⁷ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 28.

Junta Magna, e deveria zelar pelo cumprimento das disposições do regulamento da Ordem, do hospital e do asilo dos entrevados¹⁵⁸. Tal como o Ministro, era um dos possuidores do cofre e assistentes da sua abertura.

A seguir vem o Secretário, que desempenhava um conjunto variado de tarefas executivas que o tornava um dos principais elementos da vida administrativa da Ordem. “Este lugar he hum dos mais importantes para a Nossa Ordem, pois delle depende na maior parte o seu bom governo; razão porque deve sempre eleger-se hum Irmão (...) de timorata consciencia, intelligente, agil, perito em contas, e o mais dezoccupado que ser possa, para assim satisfazer na assistencia, que lhe he indispensavel, e ao trabalho, que deve ter com o despacho, e livros, que se fazem muito necessarios para o bom regimen da Ordem.”¹⁵⁹.

O mesmo tinha uma série de funções: conservar em bom estado todos os livros e papeis pertencentes ao cartório da instituição apresentando-os quando fossem necessários¹⁶⁰; deslocar-se com frequência à secretaria da Ordem para examinar os requerimentos recentemente entregues; entregar a correspondência ao Ministro, ou ao seu substituto; registar a entrada, profissão e agregação de irmãos nos livros respectivos e lavrar as cartas patentes, posteriormente entregues aos professos; lançar os despachos e escrever todas as cartas em nome da Mesa; dirigir convocatórias; “Lêr nas reuniões de Meza e de Junta Magna, os requerimentos, actas, documentos, e quaesquer outros papeis necessarios para esclarecimentos da discussão.”¹⁶¹; registar a entrada de enfermos no hospital e de entrevados no asilo; efectuar o registo dos legados no livro respectivo; lavrar os assentos de óbitos; determinar o tipo de sepultura, enterro e sufrágios a que os terceiros falecidos tinham direito, entre outras.

Do mesmo modo que nos dois cargos anteriores, teria chave do cofre e assistiria à sua abertura. Para além desta, possuía a chave de todas as caixas das esmolos da igreja e capela. Era responsável pela escrituração dos livros e documentos, que tinha de subscrever, e da escrituração das outras repartições da instituição. No caso de impossibilidade de executar as suas funções seria substituído por um dos definidores, nomeado pelo Ministro, o qual trataria unicamente dos despachos e resoluções da Mesa¹⁶².

O Vigário do Culto Divino, pela natureza do seu ofício, deveria ser “(...) hum Eccleziastico zeloso, e de especial curiosidade, e asseio (...)”¹⁶³, e teria sob a sua responsabilidade o tratamento de todas as coisas pertencentes ao culto divino, (entregues pelo secretário), auxiliado por dois sacristães. Não deveria faltar às sessões da Mesa, e dirigia os actos festivos e fúnebres, os

¹⁵⁸ *Op. cit.*, p. 29.

¹⁵⁹ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 3.

¹⁶⁰ Referimo-nos ao livro dos empréstimos, de termos da Mesa e Junta Magna, de inventário dos bens móveis, das alfaías do culto, das roupas do hospital, do asilo dos entrevados, da secretaria, de registo da mesma, caderno onde se assenta o hábito, profissão e agregação de irmãos, livro da receita e despesa, de contas correntes, dos sufrágios e missas, das capelas e instituições de legados, da admissão de doentes e entrevados, das eleições, dos óbitos, das sepulturas ocupadas, do registo das escrituras e contratos (*Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital e do Asylo dos Entrevados, Porto, Typ. Manoel José Pereira, 1867*, pp. 11-12).

¹⁶¹ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 30.

¹⁶² *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 4.

¹⁶³ *Op. cit.*, p. 4 verso.

religiosos feitos na igreja e capela, as procissões, e mais actos públicos ou particulares da Ordem Terceira. Cuidava da igreja, capela e suas dependências, satisfazia todos os legados pios a que a instituição estava obrigada, e esforçava-se para que os actos do culto divino fossem feitos com todo o rigor litúrgico.

Para cada um dos lugares Síndicos da Ordem, do Hospital, da Testamentária, do Sagrado Lausperene, e dos Entrevados, deveria haver alguém “(...) que tenha muito zelo, grande verdade, opulencia, perito em contas, affavel para as partes (...)”¹⁶⁴. As suas competências diziam respeito a assistir e votar em todas as sessões da Mesa e da Junta Magna, informar estas últimas do estado da sua repartição, manter actualizada a respectiva escrituração e contabilidade e proceder à cobrança de juros do fundo da sua repartição.

O Síndico da Ordem recebia a parte das jóias correspondentes à sua repartição pagas na admissão e agregação de irmãos, e vigiava a manutenção e conservação dos edifícios da Ordem, informando a Mesa de tudo o que dizia respeito a obras e reparações e comprando o material necessário. Por seu lado, o do hospital recebia a outra parte das jóias, zelava pela boa conservação do edifício hospitalar e suas enfermarias, dando todas as informações necessárias à Mesa, e tratava do seu asseio e decoração aquando da sua exposição na comemoração do aniversário de sua abertura.

O Síndico do Sagrado Lausperene trataria da compra da cera e de todas as remodelações imprescindíveis para a exposição do Santíssimo na igreja em todas as sextas feiras do ano, desde manhã até ao anoitecer.

Quanto ao Síndico dos Entrevados trataria do bom estado do asilo e manteria a Mesa informada do que nela se passava e das suas necessidades.

Na Mesa haveria, igualmente, o lugar dos definidores que “(...) serão sempre ocupados por Irmãos de probidade, e dos mais circunspectos da Ordem.”¹⁶⁵, atentando-se, assim, para qualidades como a integridade de carácter, a rectidão e a prudência. Tinham como obrigação assistir a todas as sessões da Mesa e da Junta Magna, onde o seu voto era necessário, assim como a todos os actos públicos da Ordem. Deveriam, ainda, dar informação acerca da admissão e agregação de irmãos, de empréstimos de dinheiro e doação de esmolas, ou cumprir outra qualquer função indicada pela Mesa.

Os Mordomos da cera tinham atribuições idênticas às dos zeladores da cera, isto é, fornecer toda a cera necessária para as funções da instituição, quer fossem festivas quer fossem fúnebres, na Igreja e Capela, exigindo-se-lhes, para isso, um grande cuidado e diligência. Administravam o capital da cera e prestavam contas à Mesa dessa administração, da qual efectuavam um balanço para ser entregue aos novos Mordomos ou Zeladores. Quanto aos Mordomos da Cera, especificamente, tinham o direito de assistir e votar em todas as sessões de Mesa e Junta Magna¹⁶⁶.

¹⁶⁴ *Op. cit.*, p. 4.

¹⁶⁵ *Op. cit.*, p. 5.

¹⁶⁶ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 40-41.

O Zelador da Roupa do Hospital tinha a responsabilidade de guardar toda a roupa do hospital e asilo dos entrevados, fazer toda a escrituração da sua entrada e saída, e seleccionar aquela que seria deitada fora e a que se utilizaria nessas repartições¹⁶⁷.

Ao Tesoureiro dos Hábitos era entregue a chave da repartição que guardava os hábitos. Estes deviam ser benzidos pelo Padre Comissário, selados pelo Secretário com o selo da Ordem e registados pelo mesmo em livro próprio. Nunca deveriam faltar quando fossem necessários, para os irmãos que falecessem ou para outros indivíduos que os pretendessem.

Quanto aos Sacristães do Culto Divino, deveriam estar presentes em todos os actos festivos e fúnebres feitos na Igreja e Capela da instituição, assim como nos acompanhamentos, procissões e restantes actos públicos dos terceiros. Nestes últimos, auxiliavam o Vigário do Culto Divino na disposição em alas dos mesários e outros irmãos. Do mesmo modo, “(...) a elles toca o exercicio, que diz respeito a armaçoens, compoziçoens, ornato, e asseio da Capela, Altares, e culto Divino (...)”¹⁶⁸, e a decoração da Igreja e Capela em todas as festividades. Juntamente com o Vigário do Culto ornavam, à sua custa, a Capela em data da festividade de Santa Isabel, e no dia dois de Agosto, dia de inauguração do hospital.

Os noviços da Ordem Terceira de Guimarães tinham como orientador da sua formação o Mestre dos Noviços. Sendo um homem prudente, pacífico e de bom carácter, instruía-os na regra, na doutrina da Igreja Católica e nas práticas da Ordem, de maneira a ficarem aptos para professar. Para isso, deveria possuir um conhecimento razoável da história, tradições, usos e costumes da Ordem Terceira em geral.

A sua opinião era um factor de extrema valia para o ingresso na Ordem dos candidatos ao fim do noviciado. Não deveriam faltar às procissões, enterros e outros actos públicos e particulares da instituição, nem à tomada dos hábitos e profissões. Nessas ocasiões, e sempre que a Ordem se apresentasse em forma de alas, caberia a eles ordenarem os pupilos e noviços nos seus devidos lugares, certificando-se de que estavam devidamente vestidos.

A grande importância que a Ordem atribuía à sua acção no campo da saúde, através do seu hospital, fez surgir o cargo de Enfermeiro-Mor e Enfermeiros-Menores, essenciais para o bom tratamento dos doentes. Na verdade, ao longo do século XVIII eram eleitos, manifestando que a Ordem, ainda antes de ter um hospital próprio, em 1815, possuía já uma responsabilidade de tratamento dos seus irmãos terceiros.

Os Estatutos de 1791 referiam que para o primeiro lugar mencionado “(...) deve eleger-se hum Irmão dos mais qualificados da Ordem, que tenha servido na Mesa, tendo as qualidades de exemplar, e compassivo.”¹⁶⁹. Sendo uma actividade que exigia muito zelo da parte de quem a exercesse, traduzia-se na visita contínua ao hospital, de modo a que os enfermos tivessem um bom tratamento físico, no que dizia respeito à alimentação e administração de remédios, e espiritual, diligenciando para que fossem bem assistidos pelo Padre Comissário e pelos seus companheiros.

Os Enfermeiros-Menores, do mesmo modo que no cargo anterior, zelariam pelo bom tratamento dos doentes do hospital, servindo nele alternadamente às semanas, de acordo com a

¹⁶⁷ *Op. cit.*, p. 40 e Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital..., pp. 32-34.

¹⁶⁸ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 6 verso.

¹⁶⁹ *Op. cit.*, p. 7.

nomeação do Mordomo do Hospital¹⁷⁰, assistindo ao jantar, à ceia e ao curativo. Deveriam ser irmãos com qualidades para nos anos seguintes servirem na Mesa como definidores, e não faltariam aos actos públicos da Ordem¹⁷¹.

A Mesa, interessada no bom nome da instituição e preocupada com os seus irmãos presos, nomeou um irmão para Procurador dos Presos, o qual, tal como nos outros cargos, teria a sua presença marcada nas funções públicas da Ordem. Seria “(...) hum Irmão diligente, e habil, para que com zelo, e caridade cuide na soltura dos Nossos Irmãos, que forem prezos, vezitando-os com frequencia (...)”¹⁷². Depois de feito o requerimento à Mesa pelo preso, averiguava a causa da prisão e tratava da liberdade do mesmo. Não encontramos nenhuma referência nos documentos sobre esta prática, provavelmente por falta de solicitações ou de meios de financiamento.

Acerca dos irmãos andadores, seriam em número suficiente para satisfazer as necessidades e prestar um auxílio eficaz à Mesa e à Ordem. Sendo homens de “(...) boa vida, e costumes (...)”¹⁷³ tinham uma série de funções importantes para o funcionamento da instituição, as quais implicavam, por vezes, a deslocação para fora do perímetro urbano vimaranense. Entre elas estavam: abrir todos os dias de manhã a Capela, e de tarde nos Domingos e dias considerados santos; ajudar os sacristães na limpeza da mesma; comunicar a todos os mesários o dia e hora das sessões da Mesa e Junta Magna, e o falecimento de algum irmão; avisar os candidatos a irmãos das datas da sua tomada de hábito e, mais tarde, da sua profissão; e executar com pontualidade todas as diligências atribuídas pela Mesa. Recebiam um salário pelo seu desempenho.

Enquanto que a administração directa dos bens temporais da Ordem competia à Mesa, presidida pelo Ministro, a orientação espiritual era supervisionada pelo Padre Comissário Visitador (confirmado pelo Padre Provincial) e pelos seus companheiros.

O primeiro deveria ser “(...) hum Religioso livre das obrigaçoens da sua Religião, e de outra qualquer occupação, para melhor, e com mais expedição poder satisfazer ás suas obrigaçoens, de exemplar vida, e costumes, revestido de tantas luzes, virtudes, e prudencia, quantas se fazem necessarias para o seu Ministerio.”¹⁷⁴. Chamava-se comissário porque era delegado ou comissionado por um superior da primeira Ordem, não sendo, deste modo, eleito pela fraternidade dos terceiros¹⁷⁵.

Assistia nas Mesas e Juntas Magnas, quando para isso fosse convidado, caso se tratasse de alguma matéria de foro religioso ou relativa ao culto, assinando as respectivas actas. Lançava aos irmãos os hábitos e efectuava as profissões, registava as admissões, profissões e agregações em livros específicos, assinava as patentes, benzia os hábitos, aconselhava e repreendia aqueles que mostrassem desobediência, não cumprissem com os seus deveres e não se trajassem decentemente para os actos públicos, e registava as certidões da satisfação dos legados pios por cada uma das repartições¹⁷⁶.

¹⁷⁰ Acerca da função do Mordomo do Hospital, ver capítulo referente ao *Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães*.

¹⁷¹ *Op. cit.*, pp. 7-7 verso.

¹⁷² *Op. cit.*, p. 7 verso.

¹⁷³ *Op. cit.*, p. 8 verso.

¹⁷⁴ *Op. cit.*, pp. 5 verso-6.

¹⁷⁵ GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra...*, p. 44.

¹⁷⁶ Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital..., p. 7.

Também devia zelar pelo bom estado de todos os objectos do Culto, fazia as práticas do primeiro dia do ano e do Domingo da Santíssima Trindade, acompanhava a instituição em todos os seus actos religiosos, ouvia as confissões dos irmãos que o procurassem para esse efeito, auxiliava espiritualmente os doentes do hospital e os entrevados, confessava-os e administrava-lhes o sacramento da eucaristia. Se tivesse residência no edifício do hospital seria o possuidor das suas chaves, e se precisasse de se ausentar da cidade deixaria na seu lugar um sacerdote habilitado¹⁷⁷.

De acordo com os Estatutos de 1791, e sem menção nos de 1866, o Padre Comissário, conforme a necessidade, poderia ser coadjuvado por companheiros eleitos pela Mesa, os quais deveriam possuir as mesmas qualidades do Comissário Visitador. Seriam socorridos com esmolas dos irmãos e estariam sujeitos à repreensão da Mesa caso não cumprissem com as suas obrigações, podendo até serem dispensados.

A Ordem poderia, ainda, contar com os serviços do oficial da secretaria, o qual em 1866 passou a ter o nome de escriturário. Ganhava um salário determinado pela Mesa, estava subordinado a esta última e ao Secretário, e trataria da escrituração de todas as repartições da Ordem, encargos e administrações, excepto aquela que pertencesse ao secretário. Caso fosse feita pelo escriturário deveria ser subscrita por este último. Devendo ser "(...) de bons costumes, exemplar procedimento, e que nella concorram as circunstancias de bem escrever, e de perfeito guarda-livros, e não sendo nosso Irmão, logo que for provido, tomará o Hábito: elegendo-se sempre pessoa secular, e nunca Ecclesiastica."¹⁷⁸. Zelaria para que os livros da secretaria não fossem tirados da mesma, e se o fossem registrar-se-ia o nome da pessoa que os levou para posteriormente serem repostos. Estaria presente na secretaria nos dias em que houvesse sessões da Mesa e Junta Magna, e em todos aqueles que fosse necessário para a escrituração dos livros.

Sempre que a situação o exigisse, a Mesa poderia necessitar do trabalho de um solicitador e de convocá-lo para, nas suas sessões, prestar contas do estado em que se encontravam os assuntos pendentes¹⁷⁹.

Todos os mesários tinham lugares marcados, de acordo com a ordem hierárquica, nas sessões da Mesa e nas suas tomadas de posse. Esta disposição apresentava-se da seguinte forma¹⁸⁰:

¹⁷⁷ *Regulamento interno do Hospital da Veneravel Ordem Terceira Seraphica d'esta Cidade de Guimaraens*, 1858, livro n.º 120, p. 113 verso.

¹⁷⁸ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 8.

¹⁷⁹ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 28.

¹⁸⁰ *Op. cit.*, p. 20.

Ala esquerda

Vice-Ministro
Vigário do Culto
Síndico do Hospital
Síndico da Testamentária
Definidor Eclesiástico
Terceiro Definidor Secular
Segundo Mordomo da Cera

Ala direita

Ministro
Secretário
Síndico da Ordem
Síndico do Sagrado Lausperene
Síndico dos Entrevados
Primeiro Definidor Secular
Segundo Definidor Secular
Primeiro Mordomo da Cera

Presididas pelo Ministro, e na sua falta pelo Vice-Ministro, e quando este faltasse pelo secretário, as reuniões da Mesa eram realizadas na Casa do Despacho. A mesma considerava-se constituída quando estivessem presentes metade e mais um dos seus elementos.

As sessões ordinárias da Mesa decorriam, segundo os Estatutos de 1791, em “todos os Domingos terceiros de cada mez na caza do Despacho, e esta se poderá transferir para outro qualquer dia da Semana, havendo motivo para se não fazer no dia determinado.”¹⁸¹.

Para além das reuniões ordinárias, efectuavam-se as eleições para a constituição de uma nova Mesa, as quais decorriam em três ocasiões importantíssimas: na sexta feira anterior ao domingo do Espírito Santo (ou do Pentecostes), na primeira oitava do Espírito Santo - onde se efectuaria um primeiro apuramento dos indivíduos propostos e uma eleição definitiva dos cargos -, e no domingo da Santíssima Trindade, data da publicação da Mesa¹⁸².

Para além destes, e sempre que a necessidade e urgência do assunto justificasse, a Mesa sujeitava-se a reuniões extraordinárias, em conjunto com a Junta Magna.

Em todas as sessões eram lavradas actas nas quais se registavam todas as deliberações, assinadas por todos os presentes, e os seus membros apresentavam-se com o hábito. Às sessões da Mesa podiam assistir, para além dos mesários, qualquer terceiro que assim pretendesse, não podendo, no entanto, fazer parte das suas deliberações.

Este carácter público das sessões nem sempre foi bem aceite no seio da Ordem, especificamente pela Mesa que administrava a instituição em Maio de 1890. Tudo aconteceu quando um ex-mesário, Francisco Joaquim da Costa Magalhães, pretendeu assistir a uma sessão da Mesa, dado que um dos assuntos que aí iam ser tratados lhe interessava particularmente: a extinção das oficinas profissionais, para cuja criação tinha concorrido. Sendo acusado de assistir a uma reunião para a qual não tinha sido convidado, ordenou-se a suspensão da sessão enquanto o mesmo não se retirasse. A discórdia só mais tarde foi solucionada com a recorrência ao tribunal administrativo de

¹⁸¹ *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 9.

¹⁸² Desenvolveremos este processo electivo no próximo capítulo.

Braga, o qual emitiu uma decisão em favor desse mesmo carácter público das reuniões da Mesa, sem, no entanto, pôr em causa a exclusividade dos seus membros nas deliberações da mesma¹⁸³.

Todos os membros da Mesa deveriam guardar segredo de tudo o que fosse tratado nas reuniões, e se o não fizessem corriam o risco de serem admoestados e depois despedidos se permanecessem no erro. Os Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto estipulavam que os novos mesários, sem excepção, deveriam jurar, sobre os Evangelhos, no primeiro dia em que se reunissem, segredo sobre todas as matérias da Ordem. Cada um deles, sendo avisado pelo andador ou zelador acerca da data das conferências da Mesa e achando-se impedido para assistir às mesmas, deveria avisar o secretário desse facto para que os restantes não estivessem à sua espera e não se demorassem nas decisões que tinham de tomar. Caso essa ausência se devesse a um motivo não considerado justo, no mês seguinte seria corrigido pelo secretário, em nome da Mesa, e se continuasse a faltar seria demitido.

Quando se discutissem assuntos relativos a algum irmão mesário, ou de um parente seu até ao quarto grau, o mesmo deveria retirar-se e só retomaria o seu lugar após a resolução do negócio¹⁸⁴.

As deliberações da Mesa tomavam-se por maioria de votos, e por escrutínio secreto sempre que se julgasse necessário ou algum mesário assim o requeresse. Essa forma de votação tornava-se obrigatória quando se tratava da admissão ou agregação de irmãos e de empréstimo dos fundos da instituição. Do mesmo modo, nenhum dos detentores de cargos directivos podiam manifestar o seu voto, caso a votação fosse efectuada por escrutínio secreto.

A Mesa, enquanto órgão deliberativo da vida de toda a instituição, tinha uma grande variedade de atribuições, as quais eram estabelecidas em Estatutos¹⁸⁵. Na base de todos estes procedimentos estaria a procura do bom funcionamento da instituição e das várias repartições pelas quais era constituída - especialmente no que tocava à sua administração financeira -, a preocupação pela conservação e restauro do seu património, e o desempenho de actividades assistenciais, caritativas e religiosas. Resumindo, pretendiam a salvaguarda do bom nome da Ordem através de uma boa organização interna.

No que respeita aos serviços de índole caritativa prestados, a Ordem, através da Mesa, tinha o costume de dar aos mais necessitados, irmãos ou não, uma esmola para ajudar na sua sobrevivência. Esses donativos eram pontuais, em alturas como na posse da nova Mesa, ou diários, de acordo com a verba orçamentada para esse fim¹⁸⁶. Esses donativos poderiam, igualmente, provir do cumprimento de vários legados deixados à Ordem, instituídos por diversos indivíduos. António

¹⁸³ MAGALHÃES, *Francisco Joaquim da Costa*, Accordão do Tribunal Administrativo de Braga sobre a assistência dos irmãos da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco às sessões da Mesa e da Junta Magna da mesma Ordem em 11 de Maio de 1891, *Porto, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1891*.

¹⁸⁴ *Estatuto de Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 24.

¹⁸⁵ Dado abrangerem um leque tão diferenciado de assuntos, cada um com a sua importância, optamos por fazer a transcrição completa das mesmas, a qual está colocada nos anexos deste trabalho, sem o perigo de omissão de algum pormenor considerado relevante para a presente investigação.

¹⁸⁶ Em sessão de 1 de Julho de 1893, face a uma situação económica mais débil da Ordem, a Mesa deliberou ajudar diariamente só aqueles casos de maior necessidade – o de Maria Joaquina, a Escolastica, e o de António Pereira de Sá, o Poeira -, doar uma esmola avulsa aos mais pobres e dar-lhes a hipótese de curativo no hospital à hora da visita. As solicitações de esmolas apresentadas à Mesa eram tantas, que a mesma deu um voto de confiança ao Ministro Augusto Mendes da Cunha e ao Secretário Francisco Martins Fernandes para efectuarem a distribuição das mesmas de acordo com a verba orçamentada (*Livro de Termos n.º 8...*, p. 180).

José Ferreira Caldas deu conta de várias instituições de legados a cumprir pela Ordem Terceira, os quais incluíam a concessão de esmolas ou alimentos a necessitados em determinados dias do ano, entre eles: famílias de jornaleiros e cabaneiros da freguesia de São Cipriano, pobres terceiros, o administrador da casa da Pousada, em Barrosas, beatas do Recolhimento do Anjo, pobres do albergue de São Paio e entrevados da Misericórdia¹⁸⁷.

Os cargos das mulheres

Os cargos oficiais da instituição atribuídos às mulheres eram em menor número do que os masculinos. Os mesmos dividiam-se em Ministra, Vice-Ministra, Sacristãs do Culto e Mestra das Noviças. Como referimos anteriormente, embora fossem considerados cargos pertencentes à Mesa, não tinham direito a voto nem a assistirem às suas reuniões e deliberações.

As funções da Ministra incidiam basicamente na área assistencial e caritativa: deveriam visitar frequentemente o hospital e o asilo dos entrevados, zelando pelo bom tratamento dos internados, com especial atenção das irmãs; vigiar pelo bom cumprimento das funções dos enfermeiros e dos restantes funcionários das duas valências referidas, e pela boa apresentação e higiene das enfermarias, solicitando ajuda da Mesa, através da figura do Ministro, nas providências necessárias¹⁸⁸. Em todos os assuntos obedeceria a esse órgão máximo da Ordem, manifestando-se aqui uma evidente submissão do lado feminino ao masculino.

A Vice-Ministra substituiria a Ministra no cumprimento das suas obrigações e atribuições sempre que a mesma se encontrasse impedida.

Ocupando estes dois cargos estariam senhoras com boas possibilidades económicas, dadas as grandes ofertas e doações que efectuavam em favor da Ordem, registadas nos livros de termos das sessões de Mesa e Junta Magna, em muito maior número do que as dos homens.

No que respeita às Sacristãs do Culto, eram quatro e teriam simplesmente que engomar as roupas da Sacristia da Capela dos terceiros¹⁸⁹.

Quanto à Mestra das Noviças, à semelhança do cargo masculino, competia-lhe, com uma atitude de admoestação, ensinar às noviças e pupilas a regra da Ordem Terceira, assim como os mandamentos da Igreja Católica¹⁹⁰. Para além de lhes indicar quais deveriam ser os seus procedimentos, assistia à tomada dos hábitos e às profissões das suas educandas.

Os livros das eleições revelam-nos a existência de um outro cargo feminino desempenhado até 1866, omitindo-o daí para a frente: a enfermeira. Como não se encontra estatuído não nos é possível saber quais as características e atribuições do mesmo. Somente deduzimos que, à semelhança dos enfermeiros, desempenharia as suas funções no hospital da Ordem, e, posteriormente, no asilo dos entrevados a partir da data da sua inauguração, 1858.

¹⁸⁷ CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, pp. 87-88.

¹⁸⁸ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 43.

¹⁸⁹ *Op. cit.*, p. 44.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

Desconhecemos a razão subjacente à sua omissão nos Estatutos. Já desde 1859 que os membros da Mesa estavam conscientes da necessidade da inclusão de irmãs franciscanas hospitalleiras nos serviços hospitalares da Ordem, nos quais iriam trabalhar como enfermeiras¹⁹¹. Devido a uma série de impedimentos, a admissão das mesmas não foi imediatamente possível. Sabemos que na década de oitenta já estavam presentes no hospital, mas não sabemos qual foi o ano em que a referida admissão foi principiada. As fontes documentais nada nos referem se a omissão do cargo das enfermeiras nos livros das eleições desde 1866 está relacionada com a pretensão da Ordem em preencher esse lugar com as ditas irmãs.

A Junta Magna

Existia na Ordem, para além da Mesa administrativa, um outro órgão cuja natureza era consultiva e deliberativa: a Junta Magna. “Sendo certo ter a Meza toda a direcção no governo da Ordem, e deverem os mais Irmãos estar sujeitos às suas Determinações, pode succeder muitas vezes haver negocios, que peção maior exame. Por cuja razão será necessario fazer Junta (...)”¹⁹². As reuniões da mesma eram, assim, consideradas extraordinárias.

Reunida nos casos em que se julgava necessária uma representação mais completa dos terceiros franciscanos vimaranenses, motivo pelo qual os Estatutos de 1866 referem que ela representava toda a instituição, era “(...) composta de todos os membros da Meza, do Reverendo Padre Commissario, de todos os Paes da Ordem, e dos Irmãos que tiverem sido Ministros, e Vice-Ministros, de dous Irmãos que tenham servido o lugar de Secretario, dous o de Vigario do Culto Divino, dous Syndicos de cada uma das cinco Repartições, dous Definidores Ecclesiasticos, seis Definidores Seculares, e quatro Mordomos da cêra.”¹⁹³. As cinco repartições referidas diziam respeito à da Ordem, do Hospital, dos Entrevados, da Testamentária e do Sagrado Lausperene. Sendo assim, não podemos saber, exactamente, por quantos elementos a Junta era constituída, sendo esse número variável consoante o dos Pais da Ordem, dos irmãos que tivessem sido Ministros e Vice-Ministros.

Os lugares dos membros da Junta estavam marcados e distribuídos à semelhança da hierarquia da Mesa, mas englobando os convidados. Representava-se da seguinte maneira¹⁹⁴:

¹⁹¹ Como veremos mais à frente, no capítulo referente ao Hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.

¹⁹² *Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens*, 1791..., p. 21 verso.

¹⁹³ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., pp. 45-46.

¹⁹⁴ Dados retirados de *op. cit.*, p. 46.

Ala esquerda		Ala direita
Vice-Ministro	Padre Comissário	Ministro
Secretário		Pais da Ordem
Sindico da Ordem		Ministros
Vigário do Culto		Vice-Ministros
Sindico do Hospital		2 Secretários
Sindico da Testamentária		2 Vigários do Culto Divino
Sindico do Sagrado Lausperene		2 Síndicos da cada repartição
Sindico dos Entrevados		2 Definidor Eclesiástico
Definidor Eclesiástico		6 Definidores Seculares
Definidores Seculares		4 Mordomos da Cera
Mordomos da Cera		

Considerava-se devidamente constituída para iniciar a respectiva sessão deliberativa quando estivessem presentes “(...) dezeseis de seus membros, e de metade e mais um dos Vogaes da Meza”¹⁹⁵, e poderia tratar de uma série de matérias. As decisões resultavam da maioria dos votos e, se fosse exigido pela Junta ou por algum irmão, por escrutínio secreto.

As matérias tratadas nessa reunião extraordinária diziam respeito à resolução de questões relacionadas com a alteração dos Estatutos, dos regulamentos e decisões tomadas em outras Mesas e Juntas, a existência de problemas com o Padre Comissário, a aquisição e alienação de bens de raiz pertencentes à Ordem, a aceitação de legados e a contracção de dívidas que exigissem a hipoteca dos rendimentos da mesma. De igual modo, a alteração do edifício da instituição, a aplicação das jóias de admissão e agregação de modo diferente do que se encontra estatuído, a aplicação das penas maiores no caso de terem havido infracções, e as questões de recursos humanos consideradas graves.

Além destes casos, reservavam-se ainda para a Junta todos os negócios graves em que a Mesa precisasse do seu conselho. As decisões tomadas em Junta Magna seriam executadas pela Mesa e só seriam revogadas por outra Junta, e se possível com a presença dos que decidiram.

¹⁹⁵ *Ibidem.*

CAPÍTULO IX

AS ELEIÇÕES

Apesar do desaparecimento de muitos documentos pertencentes ao arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães durante e após a extinção das ordens religiosas, a mesma ainda possui um acervo de documentação notável no qual se incluem os livros das eleições. A eleição mais antiga registada na instituição data de 1686.

Para o período histórico em estudo no presente trabalho, os actos eleitorais estão registados sem falhas até 1902. Desde este ano até 1910 socorremo-nos dos livros de termos das sessões de Mesa e Junta Magna, na parte do texto destinada às assinaturas, para podermos conhecer os nomes dos mesários. Junto a algumas delas estava escrito o cargo ocupado pela pessoa que assinou e naquelas em que não havia referência nenhuma resta-nos apenas um nome perdido, com hipótese de ser atribuído a uma série de cargos¹⁹⁶. Esta falha aplica-se tanto aos cargos masculinos como aos femininos.

As eleições eram feitas anualmente e com regularidade. No decorrer da nossa investigação não detectamos qualquer interrupção nesse processo repetitivo, o qual permitia à Ordem a continuidade da sua actividade e funcionamento.

A eleição da Mesa

De acordo com os Estatutos, a Mesa seria eleita anualmente, como já referimos, num processo constituído por inúmeras etapas importantes e imprescindíveis. Quando se fizesse alguma proposta para a ocupação de um cargo deveria ter-se cuidado de que o indivíduo proposto tivesse todas as qualidades para o seu bom desempenho. Para além dessas qualidades, não podia ter menos de vinte e cinco anos, ter feito parte de uma Mesa dissolvida pela autoridade pública, nem serem devedores à instituição¹⁹⁷.

Na sexta-feira anterior ao domingo do Espírito Santo, ou Pentecostes (quingentésimo dia depois da Páscoa) seriam convidados antecipadamente todos os que podiam ser eleitores, isto é, todos os mesários da Mesa vigente, o Padre Comissário, o Ministro anterior, o mais antigo da Ordem, e os Pais da Ordem (aqueles irmãos que tinham ocupado três vezes o lugar de Ministro). Se algum deles não pudesse estar presente avisariam a Mesa, a qual promoveria a sua substituição por alguém que já tivesse ocupado anteriormente o cargo em questão.

Para a prossecução dos trabalhos era importante a comparência dos mesários em vigência e do Padre Comissário, ou do seu substituto, sem os quais não se podia dar início à reunião. Se os

¹⁹⁶ Por esta razão acima referida, o quadro que apresentamos nos anexos deste trabalho, referente à constituição da Mesa de 1866 até 1910, encontra-se ligeiramente incompleto na atribuição de alguns cargos, a partir do ano de 1903.

¹⁹⁷ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 16.

outros convocados faltassem, a conferência decorria igualmente. Aos presentes era dada a conhecer uma pauta na qual estavam registados os nomes dos irmãos elegíveis para cada um dos lugares da Mesa que tinham direito a voto, pela ordem dos Estatutos, primeiro o Ministro, depois sucessivamente o Vice-Ministro, o Secretário, o Vigário do Culto, o Síndico da Ordem, do Hospital, da Testamentária, do Sagrado Lausperene e dos Entrevados, o Definidor Eclesiástico, os Definidores Seculares e o Mordomo da Cera. Perante esta lista todos os mesários que ocupavam esses cargos poderiam propor três indivíduos para os seus lugares, assim como o resto dos eleitores, cujos nomes já poderiam estar ou não mencionados na referida pauta.

Os nomes e os votos seriam registados pelo Secretário. De seguida, apresentava-se uma pauta com a referência de três irmãos para um dos restantes lugares da Mesa, que não podiam votar – o Zelador da Roupa do Hospital, o Tesoureiro dos Hábitos, os Sacristães do Culto, o Mestre de Noviços, a Ministra, a Vice-Ministra, as Sacristãs do Culto e a Mestra das Noviças. A esses poderiam ser acrescentados outros nomes pelos eleitores, os quais iriam ser votados pelos mesmos.

Nas votações respeitava-se a precedência hierárquica dos cargos. Estas duas pautas, com os três nomes mais votados, reproduzidas de acordo com o número dos eleitores, seriam fechadas num maço lacrado e guardado numa urna dentro da Casa do Despacho, cuja chave ficaria na posse do Padre Comissário e do Ministro.

A próxima etapa decorria na primeira oitava do Espírito Santo¹⁹⁸, com a missa do mesmo e a assistência dos eleitores, finda a qual se deslocariam para a Casa do Despacho. Aí, o Padre Comissário faria uma exortação aos presentes para que votassem de acordo com o que fosse mais proveitoso para a Ordem e tiraria da urna as pautas, as quais seriam distribuídas pelos eleitores. Estes elegeriam secretamente um dos três propostos para cada cargo através de um sinal indicativo no papel. Daqui resultariam outra vez duas pautas, com os mais votados. O irmão que tivesse maior número de votos considerar-se-ia eleito, e caso houvesse empate resolver-se-ia por escrutínio secreto uma ou duas vezes se fosse necessário, e após isso se desempataria à sorte¹⁹⁹.

Depois da eleição, o Secretário redigiria uma acta no livro próprio, no qual declararia o nome dos eleitos e constavam as assinaturas de todos os eleitores. O Padre Comissário faria as orações habituais do acto e concluiria, assim, a reunião.

Depois de fechadas as portas, só o Secretário e o Cartorário permaneceriam na Casa do Despacho com o objectivo de redigirem as cartas que iriam ser enviadas aos eleitos. Após este comunicado, cada um poderia dar a sua resposta, positiva ou negativa, e no caso desta última se dever a motivos considerados justos a Mesa passaria ao segundo mais votado ou ao terceiro sucessivamente. Se nenhum deles aceitasse, far-se-ia nova eleição em dia e hora a determinar pela Mesa, seguindo as mesmas formalidades.

Estes casos aconteciam com pouca frequência, na medida em que os terceiros eram admoestados para aceitarem as nomeações e os cargos para os quais tinham sido eleitos. A própria regra da Ordem Terceira estipulava como preceito a aceitação, por parte do eleito, do cargo para o qual fora nomeado, a não ser que tivesse um motivo justo para o fazer. A mesma advertia:

¹⁹⁸ Podia acontecer em fins de Maio ou início de Junho (*Livro de termos* n.º 2 (1790-1820), Livro n.º 91; *Livro de termos* n.º 3 (1820-1836), Livro n.º 92).

¹⁹⁹ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 18.

“Lembrem-se os eleitos que a negligência em exercer os ofícios que lhes forem confiados causaria a total ruína da Fraternidade.”²⁰⁰. Por outro lado, adquiriam a possibilidade de fazer parte da Mesa de uma Ordem Terceira, que significava uma honra que não se devia recusar.

Demonstramos essas situações em forma de quadro, juntamente com os motivos das recusas, caso tenham ido mencionados nos actos das eleições.

²⁰⁰ GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra...*, p. 56.

QUADRO 2
As substituições nos cargos administrativos

Ano	Cargo	Eleito	Substituto	Motivos de recusa e substituição
1864	Vice-Ministro	Fr. Francisco Luís Fernandes Pinto	Cónego Manuel Luís de Gonoia	Não apresentado
1869	Ministro	Fr. José Gabriel Peixoto Magalhães	Abade Francisco José Rodrigues de Carvalho	Considerados justos e atendíveis
1870	Síndico de São Lausperene	Inácio Doloripes Afonso Barbosa	Manuel Joaquim Afonso Barbosa	Falecimento
1884	Vice-Ministro	António Mendes Ribeiro ²⁰¹	Padre António José Ferreira Caldas (depois substituído por Padre José Joaquim Ribeiro de Castro Meireles)	1. ^a substituição: não apresentado; 2. ^a : falecimento
1884	Definidor Eclesiástico	Padre António de Freitas Sousa Coutinho	Padre Domingos António Antunes	Nomeação para Padre Comissário desta Ordem Terceira
1885	Secretário	José Maria da Costa	Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Mudança de residência para o Porto
1887	Segundo Definidor Secular	José de Oliveira	Domingos da Silva Gonçalves	Falecimento
1889	Presidente das Oficinas de Ensino Profissional	João António Almeida	Francisco Martins Fernandes	Não apresentado
1892	Ministro	Conde de Margaride	Augusto Mendes da Cunha	Não apresentado
1892	Síndico do Hospital	Manuel Joaquim Afonso Barbosa	António Bento Portela	Não apresentado

²⁰¹ Cavaleiro das Ordens Militares de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

1899	Síndico de São Lausperene	António Lopes Martins	António José de Oliveira	Pedido de demissão
1901	Mordomo da Cera	António Luís Carreira	José Henriques Dias	Falecimento
1902	Ministro	José Maria Leite	Augusto Mendes da Cunha	Falecimento

Fonte: Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de termos n.º 2 e 3*

Todo este processo eleitoral punha, obviamente, de parte os noviços que ainda não tinham professado. Caso o número de irmão professos não fosse suficiente para haverem eleições, e tal como vimos no capítulo anterior, referente à admissão de terceiros, solicitar-se-ia aos noviços que ainda não tinham professado para que o fizessem, para assim elevar a quantidade dos irmãos elegíveis.

Estes procedimentos eleitorais eram idênticos àqueles praticados noutras ordens terceiras, como por exemplo a de São Francisco da cidade do Porto. Aí os candidatos a mesários não deveriam estar ligados a vícios públicos nem exercer práticas consideradas escandalosas. Dava-se preferência aos propostos que servissem a Ordem há mais tempo. A recusa de um cargo era vista como algo muito grave se não fosse justificada com um motivo aceitável, e fazia correr o risco de não poderem voltar a ser eleitos futuramente, e sofrerem penas espirituais por desobediência e repreensão. Se o irmão terceiro apresentasse uma justificação justa e tivesse sido mesário anteriormente, nem era obrigado a aceitar a reeleição nem penalizado²⁰².

Como podemos verificar, durante os sessenta anos estudados foram apenas treze as substituições de cargos directivos, umas por motivo de falecimento do eleito, outras por eleições para outros lugares, mudança de residência, demissão do cargo ou por outras razões não especificadas nas actas das eleições, mas consideradas atendíveis e aceites pela Mesa. Alguns destes nomeados que recusaram os lugares propostos nunca chegaram a exercer qualquer tipo de cargo durante a sua passagem pela Ordem. Poucos tinham participado na administração da instituição e a partir do momento em que recusaram a nomeação nunca mais ocuparam nenhum lugar na Mesa.

Para alguns terceiros poderia ser o princípio do seu percurso administrativo na Ordem. O abade Francisco José Rodrigues de Carvalho substituiu Fr. José Gabriel Peixoto Magalhães em 1869 no cargo de Ministro, continuando a exercê-lo no ano seguinte. Também Manuel Joaquim Afonso Barbosa, Síndico do Lausperene em 1870, ocupou o primeiro dos seus seis cargos, o mesmo acontecendo com o Padre Domingos António Antunes, Definidor Eclesiástico em 1884, o qual viria a ocupar mais três cargos; Francisco Joaquim da Costa Magalhães, Secretário em 1885, com mais cinco cargos; e José Henriques Dias, Mordomo da Cera em 1901, com mais um.

Para os restantes seria uma oportunidade de continuarem a sua “carreira” administrativa dentro desta instituição. Assim aconteceu com o Padre António José Ferreira Caldas²⁰³, Vice-Ministro em 1884, sendo este o seu quinto cargo entre oito que exerceu; Domingos da Silva Gonçalves, segundo Definidor Secular no ano de 1887, terceiro em nove cargos; Francisco Martins Fernandes,

²⁰² EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 225.

²⁰³ Autor de *Guimarães, Apontamentos para a sua história*, consultado neste trabalho.

Presidente das Oficinas de Ensino Profissional em 1889, sétimo entre dezanove; Augusto Mendes da Cunha, Ministro em 1892, sendo este o nono entre vinte e um cargos que ocupou (este indivíduo ocupou durante doze anos consecutivos o cargo de chefe máximo da Mesa, Ministro, e passados os primeiros três anos adquiriu o título de Pai da Ordem); e António José de Oliveira, Sindico de São Lausperene no ano de 1899, terceiro dos seus cinco cargos.

Convém salientarmos, como já o fizemos atrás, que o percurso que estes terceiros encetaram na vida administrativa da Ordem era feito no sentido ascendente, ou seja, nunca ocupavam cargos inferiores aos que tinham exercido anteriormente, mas igual ou superior, numa imagem de clara ascensão dentro da instituição até alcançar a etapa máxima da “carreira”: o cargo de Ministro.

Se um Ministro tivesse cumprido bem o seu mandato poderia ser sucessivamente reeleito, o mesmo acontecendo com os outros membros da Mesa. Neste contexto, os Estatutos referem que a instituição não podia obrigar um eleito a exercer um cargo inferior àquele que tivesse exercido antes, e caso esta situação existisse seria por vontade do mesmo. Para além disto, “Nenhum Mezarario poderá ser obrigado a servir cargo algum sem que tenham decorrido pelo menos tres annos, salvo se os eleitores reconhecerem a urgente necessidade da reeleição, no todo ou em parte da Meza, quando conheçam que d’ella possa resultar vantagem a esta corporação.”²⁰⁴.

Seis indivíduos recusaram os cargos por razões que não conseguimos descobrir e um demitiu-se do lugar para o qual tinha sido eleito, levando-nos a supor que aos mesmos parecia não interessar o estatuto e o poder alcançado dentro de uma Ordem Terceira. Provavelmente aqueles que não aceitaram o cargo de Ministro e Vice-Ministro não teriam possibilidades económicas para custear as despesas do desempenho da função e responsabilidade que lhes seria entregue, apesar de constituir um cargo demasiado honroso para ser recusado. Falta de saúde, falta de interesse ou mágoas anteriores na instituição poderiam ser usadas também como justificação para a recusa das nomeações.

No que toca aos cargos ocupados por mulheres, não se efectuou nenhuma substituição.

A publicação da nova Mesa eleita seria efectuada ao longo de uma cerimónia solene realizada na Igreja do extinto Convento de São Francisco. Nesse dia, domingo da Santíssima Trindade, primeiro domingo posterior ao do Pentecostes, à hora marcada, as duas Mesas, cessante e nova, saíam da Sacristia, a primeira à esquerda do Padre Comissário e a outra à direita, entrando, nesta forma de alas, na igreja onde se ajoelhavam e efectuavam uma oração. De seguida a Mesa anterior tomaria lugar ao lado da Epístola e a nova ao lado do Evangelho, e o Comissário executaria uma prática de exortação para o bom desempenho das funções. A acta da eleição seria lida em voz alta pelo Secretário, e saíria o Santíssimo Sacramento em procissão até ao Cruzeiro²⁰⁵.

A etapa seguinte realizar-se-ia na Casa do Despacho a um de Julho. A partir das oito horas da manhã, e com o acompanhamento do Padre Comissário, estariam presentes as duas Mesas. A nova tomaria posse legal dos seus cargos, obedecendo às regras hierárquicas de marcação de lugares já referida anteriormente. O Ministro, como chefe da Mesa, pedia aos seus colegas mesários

²⁰⁴ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 12.

²⁰⁵ *Op. cit.*, p. 19-20.

para que cumprissem as suas funções com zelo e dedicação, segundo as suas atribuições regulamentares, chamando-lhes à atenção para que comparecessem em todas as cerimónias públicas da Ordem, nas sessões de Mesa e Junta Magna, e, no mês em que eram Mordomos do Hospital, efectuar uma boa fiscalização na repartição em causa, para assim se obter sucesso na administração geral da instituição.

Ao terminar este acto de posse, os oficiais cujo mandato já tinha cessado entregariam aos novos um exemplar dos Estatutos e do Regulamento do Hospital e Asilo dos Entrevados, e mais tarde das escolas primárias, oficinas profissionais e da creche, assim como todos os livros de inventários e de contas da Ordem, todos os seus bens e dinheiros, lavrando-se um “(...) termo de entrega, para desobrigação da Meza velha, e responsabilidade da Meza nova.”²⁰⁶. As contas do tesoureiro eram revistas, assim como todo o resto da documentação mais pertinente, e qualquer dúvida que surgisse exigia a consulta do irmão mais relacionado com o assunto em questão. Do mesmo modo, admoestava-se para que as dívidas respeitantes aos vários ofícios fossem pagas, evitando com que passassem para a nova Mesa.

Desta maneira, e nesse primeiro de Julho, tinha início a gerência da nova Mesa, a qual terminaria em trinta de Junho seguinte.

A eleição da Junta Magna

Nenhum documento nos fornece indicações acerca do processo de eleição da Junta Magna. Sabemos sim da sua constituição, já exposta no capítulo anterior referente aos cargos. Os mesários que a compunham eram eleitos através dos procedimentos descritos na parte da eleição da Mesa. O Padre Comissário, os Pais da Ordem e os antigos Ministros e Vice-Ministros não eram eleitos mas convocados, podendo aceitar ou não o convite. Quanto aos restantes membros - os dois irmãos que tivessem sido Secretários, os dois Vigários do Culto Divino, os dois Síndicos de cada uma das cinco repartições da Ordem, os dois Definidores Eclesiásticos, os seis Definidores Seculares e os quatro Mordomos da Cera - desconhecemos qual seria procedimento da sua nomeação, nem se teria as mesmas características do da eleição da Mesa.

²⁰⁶ *Op. cit.*, p. 20.

A eleição do Padre Comissário

O Padre Comissário, ou Padre Comissário Visitador, antes de 1834 era membro da primeira ordem franciscana ou da terceira regular, e por esta razão na sua escolha procedia-se de forma distinta dos outros cargos.

Tal como referimos anteriormente, a aplicação do termo comissário devia-se ao facto de que era comissionado ou delegado por um superior da ordem de onde provinha. A regra da Ordem Terceira refere que era nomeado pelos Custódios ou Guardiães, quando assim lhes era solicitado²⁰⁷. De ano em ano as mesas das várias ordens terceiras deveriam pedir aos superiores franciscanos que lhes enviasse um Visitador. Deste modo, não era eleito pela fraternidade dos irmãos terceiros: esta apenas requeria um escolhido às instâncias superiores da ordem franciscana.

Não sabemos se à Ordem Terceira era dada mais do que uma opção de escolha ou se apenas lhe era enviado um Comissário com o qual teria que se contentar. A regra da Ordem Terceira estipulada por Leão XIII em 1883 ordenava que os Padres Comissários Visitadores deveriam pertencer à primeira ordem ou à ordem regular franciscana. Portugal, por imposições governamentais, não pode obedecer inteiramente a essa regra. A extinção das ordens religiosas fizeram viver o país numa situação especial, marcada cada vez mais por uma anti-religiosidade crescente.

Tal como já referimos anteriormente, a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães durante anos manteve a preferência de ter franciscanos da primeira ordem ou regular a ocuparem o cargo de Padre Comissário, situação também verificada em outras fraternidades nortenhas.

Igualmente para estes não conhecemos os actos eleitorais subjacentes à sua presença na instituição vimaranense. Apenas sabemos o que nos é dado a conhecer pelas actas. Em acta de sessão do dia 31 de Dezembro de 1887 foi relatado o acto de posse do Padre Comissário António Joaquim Rodrigues de Carvalho na Casa do Despacho, o qual tinha sido já devidamente aprovado pelo Visitador Geral das Ordens Terceiras franciscanas em Portugal²⁰⁸. Quatro anos mais tarde, o novo Comissário, Gaspar da Costa Roriz, depois de ter tomado posse foi acompanhado pelos mesários às dependências da Ordem, entre elas o hospital e o asilo dos entrevados, sendo aí reconhecido pela superiora do hospital, pelas irmãs hospitaleiras e pelos demais empregados da instituição²⁰⁹.

Parece não ter havido problemas graves entre os vários Padres Comissários presentes na Ordem e a mesma, pois se existissem certamente viriam relatados nas actas das sessões de Mesa e Junta Magna, reuniões onde eram expostas as dificuldades e problemas a resolver. Isto indica-nos que aqueles que exerceram o cargo de Padre Comissário desempenharam correctamente as suas funções, sem fazer surgir a necessidade de correcções ou substituições.

O preenchimento de cargos, por meio de eleições ou convite, e mesmo daqueles dos quais não sabemos exactamente como foram preenchidos, parece ter decorrido na normalidade, não se registando nos documentos da Ordem qualquer irregularidade.

²⁰⁷ GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra...*, p. 60.

²⁰⁸ *Livro de termos n.º 8* (1887-1907), Livro n.º 98, pp. 10-11.

²⁰⁹ Sessão de Mesa de 7 de Agosto de 1891, *Livro de Termos n.º 8...*, p. 120.

PARTE III

OS IRMÃOS DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES DESDE UM PERÍODO DE TRIUNFO LIBERAL ATÉ À INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA

CAPÍTULO X

A CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS IRMÃOS

O estudo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães ficaria incompleto se apenas abordássemos os seus aspectos jurídicos - regulamentados pelos Estatutos e pelas várias deliberações da Mesa -, os quais regiam toda a actividade dos terceiros. Parece-nos pertinente efectuar, igualmente, uma abordagem social da instituição, que incluía aspectos relacionados com a idade, sexo, actividade profissional e residência dos irmãos, de maneira a melhor podermos conhecer a composição da Ordem.

Recorremos aos livros de entradas dos irmãos respeitantes aos anos compreendidos entre 1850 e 1910, onde estão registados uma série de elementos indispensáveis para a análise social de 4.502 indivíduos, 2.034 homens e 2.468 mulheres. Referimo-nos ao nome, estado civil, ocupação profissional, idade, residência, data do hábito e da profissão, jóia paga, cargos exercidos, ano do falecimento, local de sepultamento e uma série de observações de incidência variável.

A partir destes elaboramos uma base de dados que incorpora todos estes terceiros, no período referido atrás, ou seja, 60 anos, não fazendo distinção entre os que entravam na Ordem pela primeira vez e os que eram agregados.

A idade dos irmãos

Um dos critérios de admissão de irmãos às Ordens Terceiras poderia referir-se à idade dos candidatos, estabelecendo-se um limite mínimo da mesma para poder ingressar nas fileiras da instituição. O limite máximo não existia, e quanto mais tarde se pretendesse ser terceiro maior seria o valor da jóia a pagar, uma vez que as probabilidades de provocarem despesas à Ordem cresciam à medida que a idade ia avançando.

Quando analisamos o valor monetário das jóias a pagar pelos indivíduos, reparamos que os quarenta anos são considerados uma idade a partir do qual os mesmos entravam numa fase de maior risco diante das ameaças da doença e da morte. Semelhantemente às companhias de seguros, quanto mais o risco correspondente ao interessado, maior o valor a pagar.

Apesar da regra da Ordem Terceira, preconizada pelo papa Leão XIII em 1883, estabelecer que a idade mínima de entrada nas Ordens correspondia aos quatorze anos, a realidade decorria de modo diferente. Tal como o Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães também outras não estabeleciam esse limite mínimo, como por exemplo a dos terceiros carmelitas da cidade do Porto²¹⁰.

Os Estatutos dos terceiros vimaranenses não colocavam nenhum impedimento à entrada de menores ou pupilos, entenda-se aqueles que tinham menos de 14 anos. No entanto, só poderiam tomar o hábito a partir dessa idade. Se noutras Ordens esta permissão não constituiu um motivo para que houvesse uma entrada maciça de menores e de recém nascidos na instituição, sendo o número destas entradas muito reduzido - devido à existência de vários inconvenientes relativos à

²¹⁰ COSTA, Paula Cristina de Oliveira, *Os Terceiros Carmelitas...*, pp. 43-44.

responsabilidade devocional e fúnebre, por parte da Ordem e dos pais - já na de Guimarães esse ingresso foi bem acentuado. Vejamos, então, a distribuição de idades aquando da tomada do hábito.

O secretário começou por registar a idade dos noviços somente a partir de 1887, e de forma incompleta. Assim, somente conhecemos a idade dos homens em 25% do universo masculino, e a das mulheres numa percentagem igual do feminino. Ficaremos, desta forma, com uma amostra da realidade.

Através da análise dos dados conhecidos, concluímos que no caso dos homens, no conjunto de 538 indivíduos cuja idade foi dada a conhecer, 271, ou seja, um pouco mais de metade, 50,4%, tinham entre zero e catorze anos. Vejamos, mais pormenorizadamente essa distribuição de idades.

QUADRO 3
Idade dos noviços (1850-1910)

IDADE	QUANTIDADE DE NOVIÇOS IDENTIFICADOS	%
0-14	271	50.4%
15-20	39	7.24%
21-30	99	18.4%
31-40	86	15.98%
41-50	31	5.76%
51-60	7	1.30%
60-68	5	0.92%
TOTAL	538	100%

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de índice alfabético de irmãos*, livro n.º 115; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãos*, livros n.º 205 e s/ n.º; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãs*, livros s/ n.º e n.º 199; *Livro de entrada de pupilos e pupilas*, livro s/ n.º.

No que concerne às mulheres, as faixas etárias têm uma distribuição semelhante à dos homens. Sendo o seu número maior do que o destes últimos, entre 654 jovens e senhoras cuja idade foi registada pelo secretário, 312, isto é, quase metade, 47,7%, tinham entre zero e catorze anos.

QUADRO 4
Idade das noviças (1850-1910)

IDADE	QUANTIDADE DE NOVIÇAS IDENTIFICADAS	%
0-14	313	47.85%
15-20	53	8.10%
21-30	126	19.3%
31-40	108	16.51%
41-50	36	5.5%
51-60	14	2.14%
61-70	3	0.45%
94	1	0.15%
TOTAL	654	100%

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de índice alfabético de irmãos*, livro n.º 115; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãos*, livros n.º 205 e s/ n.º; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãs*, livros s/ n.º e n.º 199; *Livro de entrada de pupilos e pupilas*, livro s/ n.º.

Através destes quadros é-nos possível saber qual a idade da maioria dos indivíduos aquando da sua entrada na Ordem e respectiva tomada do hábito a partir de 1887. Constatamos que a maior parte das admissões de terceiros se concentrava nas camadas mais jovens, entre os zero e os catorze, os pupilos. À medida que a idade ia avançando as iniciativas de ingresso na instituição iam diminuindo. Até aos quarenta anos os valores mantinham-se altos, embora em decréscimo, e a partir dessa etapa o número ia diminuindo de uma forma mais acentuada. Esta realidade ia de encontro a um pressuposto defendido na regra da Ordem Terceira renovada por Leão XIII, que dizia respeito à preferência que se deveria dar em recrutar jovens, de modo a que uma Ordem seja um “(...) organismo vigoroso”²¹¹.

Isto no que respeita aos anos que seguiram 1887. Para aqueles que antecederam esta data não há registo de idades dos noviços, como afirmamos anteriormente. No entanto, o secretário no livro de entradas de irmãos, teve o cuidado de registar aqueles que tinham menos de catorze anos, com a inscrição do termo “pupilo”, nos espaços referentes à anotação do estado civil ou da ocupação profissional do noviço. Porém, também esse registo foi feito de forma incompleta, pois nos casos apresentados após 1887, em que a idade já era referida, a maior parte dos menores tinham esse

²¹¹ GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra...*, p. 20.

termo a eles agregado, mas outros, em menor quantidade, não o tinham, o que quer dizer que haveriam menores de catorze anos que não eram identificados como tal.

Apesar das deficiências e falhas que certamente existiram na inserção dos dados nos respectivos livros de registo, tomaremos estes elementos de que dispomos como referência para conhecermos melhor a admissão de menores na Ordem a partir de 1850.

Os dados estatísticos de que dispomos são os seguintes: para um universo de 2.034 homens admitidos, 663 foram registados como pupilos, ou seja, cerca de 33%; em 2.468 mulheres, 626 foram inscritas como pupilas, isto é, cerca de 25%. No conjunto, em 4.502 indivíduos, 1.289 eram pupilos, correspondendo a 29%. Mas, estes valores são inferiores aos apresentados anteriormente, baseados nas idades referidas pelo secretário. Quer isto dizer que o registo das mesmas a partir de 1887 coincidiu com um período de aumento da entrada de menores. A partir desse ano os livros testemunham uma entrada maciça de pupilos, que chegava a atingir a maioria das admissões.

Este é um facto muito interessante e na busca de uma justificação para o mesmo concluímos que a inauguração, pela Ordem Terceira, das escolas primárias gratuitas de ambos os sexos, em 1885, teve uma grande influência no acréscimo de admissões de irmãos. As aulas destinavam-se, preferencialmente, aos filhos dos irmãos, cuja idade estivesse compreendida entre os seis e os doze anos, e conheceram nos anos seguintes imediatos à sua inauguração um aumento dos requerimentos para a sua frequência. Consequentemente, vários pais de menores inscreviam-se a si e aos seus filhos na Ordem, para a obtenção deste serviço oferecido pela instituição. Analisando a entrada de irmãos por ano, verifica-se que no de 1888 os números aumentaram o dobro em relação ao ano anterior. Lembramos, igualmente, que no ano de 1887 foram inauguradas as oficinas profissionais de tipografia, encadernação e sapataria. Mas, devido a terem sido encerradas cerca de dois anos e meio depois, não devem ter influenciado significativamente a entrada de menores na Ordem.

A maior parte desses pupilos eram filhos de terceiros, e uma pequena percentagem tinha com os irmãos relações próximas de parentesco (irmãos, netos, sobrinhos e primos), viviam na casa deles ou trabalhavam para eles. Para os outros não era referido qualquer elemento que justificasse a sua entrada na instituição, no entanto julgamos ter-se devido a alguma influência ou interesse. De qualquer forma, podemos corroborar que ao longo destes sessenta anos uns terceiros traziam outros, de forma directa ou indirecta.

Esta inserção de menores por parte dos pais significava para eles, por um lado, a existência de disponibilidade de algum capital para lhes pagar a jóia e, por outro lado, um investimento para a vida futura do pupilo e um alargamento de representação familiar. A inclusão dos menores na Ordem poderia dever-se, igualmente, à necessidade de garantia dos serviços fúnebres, caso os mesmos estivessem em perigo de vida.

Nos séculos XVII e XVIII existiam dois modelos de criança na Europa: uma divulgada pela Igreja Católica, na qual a mesma era representada como uma criança mística, um exemplo de santidade infantil, à semelhança de Jesus Cristo, Deus Menino; outra mais laicizada, vendo-a na sua actividade terrena, como uma criança desenvolvida intelectualmente, um prodígio²¹².

²¹² GÉLIS, Jacques, “A individualização da criança », in *História da Vida Privada – Do Renascimento ao Século das Luzes*, direcção de Philippe Ariès e Georges Duby, volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, pp. 325-326.

No século XIX viveu-se um período de investimento crescente na criança: “(...) a criança está mais do que nunca no centro da família. É objecto de um investimento a todos os níveis atribuindo-se-lhe um valor específico: afectivo, certamente, mas também económico, educativo, existencial. Herdeira, a criança é o futuro da família, a sua imagem projectada e sonhada, o seu modo de luta contra o tempo e a morte (...) ela é o futuro da nação e da raça, produtora, reprodutora, cidadão e soldado de amanhã (...)”²¹³.

Caso os pais seguissem estas tendências europeias, uma das formas deste investimento no desenvolvimento e acompanhamento da criança poderia ser a sua inclusão numa Ordem Terceira, instituição onde iria gozar de uma série de benefícios temporais e espirituais e aperfeiçoar sentimentos de caridade e amor ao próximo.

As mulheres

Entre 1850 e 1910 a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães era constituída por indivíduos de ambos os sexos, sendo este elemento comum a todas as Ordens Terceiras. Se na de São Francisco do Porto o número de mulheres admitidas para terceiras franciscanas se equiparava ao dos homens, chegando a ultrapassá-lo em alguns anos²¹⁴, na de Guimarães, em praticamente todos os anos, a presença feminina era mais representativa do que a do sexo oposto. De facto, em sessenta anos estiveram presentes na instituição 2.468 mulheres e 2.034 homens, num universo total de 4.502 indivíduos, remetendo-nos para uma superioridade numérica das primeiras em relação aos últimos.

No entanto, se a nível de presença ultrapassavam os homens, quanto à sua possibilidade de desempenho na Ordem Terceira a mesma diminuía substancialmente. Praticamente todos os cargos da administração eram ocupados por elementos do sexo masculino, e aqueles desempenhados pelas mulheres estavam sempre subordinados aos anteriores. Esta sujeição do feminino ao masculino ultrapassava as paredes do edifício da Ordem e encontrava-se subjacente ao conjunto das relações estabelecidas na sociedade em geral. Assim, a distinção de sexos presente na Ordem Terceira apenas constituía um reflexo de um fenómeno existente no plano social português.

A influência da Igreja Católica manifestava-se nas motivações que levaram essas mulheres a tornarem-se membros da fraternidade. De maneira a fugirem às tentações, tentarem redimir os seus pecados ou reforçarem a sua imagem pública, as mulheres inseriam-se em círculos de sociabilidade moralmente reconhecidos ou desenvolviam uma intensa actividade caritativa. “Regulado o ritmo das suas horas e dias pela prática religiosa, a mulher, louvada como esposa e mãe, é o suporte fundamental do catolicismo do século XIX.”²¹⁵. Estando excluídas da vida pública, as mulheres católicas encontravam no plano da beneficência o seu campo de acção, um espaço para dedicarem grande parte da sua atenção e desenvolveram uma intensa actividade.

²¹³ PERROT, Michelle, “Personagens e papéis”, in *História da Vida Privada – Da Revolução à Grande Guerra*, direcção Philippe Ariés e Georges Duby, volume IV, Lisboa, Edições Afrontamento, 1990, pp. 146-148.

²¹⁴ EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 48.

²¹⁵ GIORGIO, Michela de, “O modelo católico”, in *História das Mulheres no Ocidente*, direcção de Georges Duby e Michelle Perrot, volume IV, Edições Afrontamento, 1991, p. 190.

Não podemos ver estas motivações como as únicas originadoras da inserção de mulheres na Ordem. A vertente familiar também tinha a sua devida importância neste processo de inclusão social. Quando entraram na Ordem muitas tinham já familiares como irmãos terceiros: cunhados (1 caso), irmãos (26), filhos (10), avós (6), primos (1), tios (33), sobrinhos (1) e não especificados (16). Para além destes casos existiam ainda aquelas que eram filhas de terceiros, alguns deles mesários, cuja representação numérica ultrapassava muito os valores anteriores. Esta superioridade está interligada com algo que já referimos anteriormente, neste mesmo capítulo: quase metade das noviças eram pupilas, isto é, menores de catorze anos. Praticamente todas elas eram filhas de irmãos terceiros. Para além das pupilas, um grande número das jovens adolescentes, maiores de catorze anos, eram, igualmente, filhas de ingressos na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.

Estas breves conclusões tiradas da análise da influência familiar exercida sobre um indivíduo para se tornar membro da fraternidade estão relacionadas com a questão do estado civil das mulheres. Através das informações registadas pelo secretário nos livros de admissão de irmãos²¹⁶ sabemos que cerca de 1.161 mulheres entraram na Ordem como solteiras, 529 como casadas e 122 como viúvas²¹⁷.

Dado que quase metade das ingressas eram pupilas, é normal que os resultados referentes ao estado civil fizessem prevalecer o de “solteira”, ocupando este último, no conjunto dos casos de estado civil referidos, uma taxa de 64,1%. Não obstante, 29,2% das mulheres eram casadas e 6,7% viúvas.

Na inclusão daquelas que deram entrada na instituição como solteiras ou viúvas (destas últimas quinze eram viúvas de irmãos), provavelmente esteve presente a ideia de protecção que a Ordem lhes poderia dar, a nível de saúde, acolhimento e serviço fúnebre, uma vez que, devido à sua situação dependente, estavam mais facilmente ameaçadas pela pobreza e pela injustiça.

Havia casos de mulheres solteiras que entravam na Ordem porque os seus pais, irmãos ou mais familiares já lá estavam, e outros em que viviam em casa de irmãos, em situação de dependência ou de trabalho, sem qualquer laço de parentesco. Vinte e oito delas viviam em casa de irmão ou irmã e cento e quarenta e duas eram criadas de irmãos. Sendo estas últimas incorporadas na fraternidade, os benefícios atingiam tanto a família para quem trabalhava, a qual estendia o seu campo de representação na Ordem, como a própria mulher, garantindo para si um enterro digno proporcionado pela instituição.

Das quinhentas e vinte e nove mulheres casadas, duzentas e sessenta e quatro delas eram referidas como mulheres de irmãos, ou seja, cerca de metade. Alguns dos maridos terceiros ocupavam cargos na administração da Ordem. A partir destes resultados podemos tirar duas conclusões: em relação àquelas que já tinham os seus maridos como terceiros, os mesmos tiveram nelas uma grande influência com vista a uma maior representatividade do núcleo familiar na instituição – através do pai, da mãe e dos filhos, tornando a Ordem um círculo social de claro enquadramento familiar –, para que os benefícios daí tirados abrangessem todos os elementos do agregado; quanto àquelas que tinham como única referência serem casadas, poderemos pensar

²¹⁶ As quais não são completas, pois em 2468 mulheres cerca de 1812 têm registado o seu estado civil, desconhecendo-se, portanto, o de 656 delas.

²¹⁷ Ver anexos, no quadro referente ao estado civil dos terceiros no momento de entrada na Ordem.

que, com a autorização dos maridos²¹⁸ e fruto da sua fidelidade ao catolicismo, tomavam a iniciativa de, paralelamente à suas obrigações familiares, se dedicarem a actividades sociais e devocionais, neste caso dentro da Ordem Terceira.

As actividades profissionais

O processo de admissão de irmãos terceiros reflectia a existência de uma série de afinidades entre os mesmos. Tal como vimos até agora, estas poderiam referir-se às relações familiares ou, como veremos mais adiante, ao local de habitação. Não podemos olvidar, no entanto, a importância das afinidades de índole profissional, muitas vezes determinantes para o recrutamento dos terceiros e um incentivo para a vida comunitária. Vários indivíduos ingressavam na instituição em simultâneo com outros pares da sua profissão, apesar de sabermos que a Ordem não manifestava expressamente ter fins corporativos mas sim uma clara vocação assistencial e devocional.

Para melhor compreendermos a importância deste factor no recrutamento dos terceiros, procedemos à contagem das profissões registadas e ao respectivo agrupamento nos vários ramos de actividade, tendo como base os livros de entradas dos irmãos terceiros.

²¹⁸ Como já referimos anteriormente no capítulo referente à admissão dos terceiros, dado que do dinheiro do agregado familiar iria sair o pagamento da entrada na instituição e dos demais encargos.

QUADRO 5
Distribuição dos terceiros por grupos de actividades (sexo masculino)
1850-1910

Ramo de actividade	N.º de indivíduos identificados	%
PRIMÁRIO		
Agricultura	174	
Total	174	13,4%
SECUNDÁRIO		
Madeiras	33	
Construção Civil	45	
Têxteis	37	
Calçado	63	
Metalurgia	40	
Ourivesaria	33	
Panificação	11	
Couros e Curtumes	186	
Olaria	9	
Outros	17	
Total	474	36,6%
TERCIÁRIO		
Comércio	253	
Transportes	10	
Serviços		
. Eclesiásticos	123	
. Militares	4	
. Profissões liberais	78	
. Criados	100	
Total	568	43,8%
OUTROS/INDETERMINADOS		
Outros	67	
Indeterminados	14	
Total	81	6,2%
TOTAL	1.297	100%
Percentagem de casos registados sobre o total de homens: 63,7 (1.297:2.034) FONTE: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, <i>Livros de entradas de irmãos terceiros números 3 e 4.</i>		

O tipo de classificação apresentado para agrupar as várias ocupações profissionais é discutível²¹⁹. De modo a tornar simples o tratamento e análise dos dados, optamos pela clássica distribuição das actividades pelos sectores primário, secundário e terciário, ficando algumas ocupações nos “Outros e Indeterminados” por falta de elementos esclarecedores acerca do ramo a que pertenciam.

As informações que o secretário da Ordem registou nos referidos livros não abarcam a totalidade dos irmãos, dizendo respeito à percentagem de 63,7% do universo total, e restringem-se, na vida de cada indivíduo, à ocupação profissional que o mesmo ocupava aquando da sua admissão na instituição, não querendo dizer que não tenha mudado de profissão posteriormente.

Este quadro reflecte a intensa actividade industrial e comercial já referida na presente trabalho²²⁰, a qual foi reconhecida no documento régio de elevação da vila de Guimarães a cidade em 1853. Também já mencionamos que os censos de 1857, 1865, 1878, 1884 e 1895 corroboram no mesmo sentido, demonstrando uma grande importância do sector secundário na vida económica da freguesia de São Sebastião e, de um modo mais alargado, do aglomerado citadino, através de indústrias como a da madeira, construção civil, têxteis, calçado, metalurgia, ourivesaria, panificação, couros e curtumes, exactamente aquelas que encontram uma grande representação no universo dos terceiros franciscanos vimaranenses. Deste modo, podemos afirmar que estas informações traduzem o quadro global das actividades profissionais mais representadas em São Sebastião, freguesia onde a Ordem está edificada, e na cidade de Guimarães.

A indústria e o comércio eram as actividades económicas de maior relevância na cidade. Tanto uma como outra tinham inerente à sua actividade um raio de actuação muito diversificado.

Comparando com o sector da agricultura, comércio, transportes e serviços a maioria dos irmãos acerca dos quais nos foi possível identificar as respectivas actividades profissionais estava relacionada com grupo da indústria. Representada por uma grande variedade de ofícios relativos à transformação manual e industrial, nela assumiam especial destaque os couros e os curtumes, os quais englobavam as actividades dos curtidores, surradores, seleiros, entre outros. Esta predominância verificava-se tanto no quadro citadino como no da freguesia de São Sebastião. Aliás, “(...) os curtidores e surradores dominam a paisagem laboral em São Sebastião, sendo uma referência da actividade industrial predominante no concelho até à última década do século XIX”²²¹. Seguindo este ofício surgia o do calçado, directamente relacionado com o anterior no que respeitava à matéria prima.

Os valores deste e os das actividades relacionadas com a metalurgia, têxteis e ourivesaria mostram uma outra parte da economia citadina, cujos produtos seriam comercializados a nível interno e externo.

No seio do sector industrial era possível vislumbrar uma hierarquia laboral, a qual também se reflectia socialmente. Referimo-nos às categorias profissionais dos mestres, dos oficiais e dos aprendizes.

²¹⁹ FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, “A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto”, in *Revista da População e Sociedade*, n.º 1, Porto, CEPFAM, 1995, pp.177-208.

²²⁰ Ver capítulo de “O contexto citadino”.

²²¹ PINTO, Maria Elisabete de Sousa, *Curtidores e Surradores...*, p. 134. Os curtidores tinham a tarefa da preparação, limpeza e purificação das peles, e os surradores dos acabamentos em conformidade com a finalidade da matéria prima.

No caso do comércio, eram sobretudo os negociantes o seu principal motor. Tendo o pequeno comércio valores pouco representativos – sendo o mesmo incluído pelos marchantes, botequineiros, farrapeiros, pregoeiros, peixeiros, entre outros - eram largamente ultrapassados pelos do negócio de venda dos produtos das várias indústrias – entre eles os negociantes de calçado, carnes, couros, tecidos, ourivesaria e ferragens. Os negociantes tanto podiam representar interesses de outrém como agir por conta própria no tráfico dos vários géneros ou serviços.

Se olharmos na perspectiva dos ramos de actividade e não na dos sectores de actividade, o grupo dos serviços, depois do da indústria, era o segundo mais representado no seio dos terceiros franciscanos, seguido pelo do comércio e depois pelo da agricultura. Nele os serviços eclesiásticos sobrepunham-se, a nível de valores, a outros, como os dos criados, das profissões liberais e dos militares.

O clero constituía um grupo de forte representação entre os terceiros. Não sendo um conjunto homogéneo quanto à instrução, ganhos, fortuna e jurisdição²²², na Ordem estavam presentes cinquenta e seis eclesiásticos não especificados, trinta e dois padres, nove abades, seis priores, seis capelães, quatro cônegos, dois arcebispos, dois presbíteros seculares, dois padres comissários, um bispo, um diácono, um minorista e um padre mestre. Como temos oportunidade de verificar, faziam parte do universo dos terceiros vários sectores do clero, desde aquele que se encontrava em aprendizagem até aquele que era considerado parte integrante do alto clero. Tendo alguns permanecido na Ordem como simples irmãos, outros ocuparam lugares de destaque, especialmente no que respeita a cargos enquadrados na Mesa.

Exercendo uma influência enorme sobre os crentes, a sua presença na instituição serviria de disciplina, orientação e coordenação dos restantes irmãos. Ainda que buscassem a Ordem para garantirem um bom tratamento, se chegassem e ficar doentes, e um enterro considerado digno, puderiam-na usar como um instrumento de alargamento, mesmo que indirectamente, da sua influência no meio daqueles que viviam num estado intermédio, entre o secular e o religioso. O seu ingresso, para além de favorecer os próprios, beneficiava os fiéis inscritos na instituição. Estes últimos passariam a estar próximos das altas dignidades religiosas, com as quais tinham apenas estado em alturas com o baptismo e matrimónio.

Ainda dentro do sector dos serviços, no campo das profissões liberais, um grupo social de pouca representação na Ordem seria o composto por indivíduos ligados à Justiça: dois agentes de causas, dois escrivães de direito, dois solicitadores, um juiz de direito, um jurisconsulto, um bacharel em direito e um procurador. Aqueles relacionados com os assuntos militares igualmente existiam em pequeno número, entre os quais um tenente e um capitão. Um outro conjunto de pessoas, ligadas à literacia ou detentores de um bom nível de alfabetização, contava-se entre os terceiros. Falamos, é claro, do professor de ensino primário e do professor régio de latim, mas igualmente do governador civil, do arquitecto, do cirurgião e cirurgião-mor, do médico, do enfermeiro, do Doutor, do escriturário, escrivão e tabelião e do gerente de banco, os quais deram entrada como noviços.

Para finalizar o sector dos serviços surgia o grupo dos criados, cujos valores se colocavam nos patamares mais altos de representatividade na Ordem.

Dentro deste referido sector e do comércio, e relacionado com a importância das afinidades profissionais no processo de recrutamento de terceiros, vários indivíduos, no momento de tomada do

²²² COSTA, Paula Cristina de Oliveira, *Os Terceiros Carmelitas...*, p. 91.

hábito, declararam trabalhar para irmãos terceiros franciscanos. É o caso de quarenta e oito caixeiros, quarenta e quatro criados, quatro curtidores, três empregados, três escudeiros e um surrador.

Atentando ainda para o quadro, concluímos que o sector de actividade com menor número de indivíduos identificados é o respeitante à agricultura, ou seja, o primário. Apesar destes valores serem menores, se considerados em relação aos outros sectores, convém mencionar que no seio desses cento e setenta e quatro indivíduos, noventa e cinco eram proprietários. Com isto queremos dizer que apesar de ser um grupo minoritário no seio de uma instituição que reflectia uma cidade de notável desenvolvimento comercial e industrial, era constituído por gente detentora de capital, cuja totalidade das posses podiam vir através da herança, dos rendimentos agrícolas, ou de investimentos no sector industrial e/ou comercial.

Um exemplo de sucesso foi Cristóvão José Fernandes da Silva, morador na freguesia de São Sebastião, Ministro da Ordem desde 1873 até 1882, aparecendo nos livros de eleições a partir de 1879 com o título de Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Constando nos recenseamentos de 1878 como proprietário, um dos quarenta maiores do concelho de Guimarães, fazia avultados investimentos na actividade industrial, especialmente na indústria dos curtumes, “(...) aplicações financeiras em títulos de dívida pública, em propriedades urbanas e rurais e no crédito concedido a terceiros, conseguindo um posicionamento social de grande relevância no seio da comunidade citadina (...)”²²³ e dos terceiros franciscanos vimaranenses.

Por fim, aqueles que julgamos não serem identificados com os sectores anteriores, ou que continham referências incompletas acerca do ramo de actividade em que se inseriam, agrupamos nos Outros e nos Indeterminados. Aí estava representada uma multiplicidade de ofícios e ocupações, de entre os quais se destacava a dos estudantes (quarenta e dois indivíduos)²²⁴. A presença destes reflectia a aderência da faixa etária jovem a actividades devocionais e assistenciais ou, se inseridos pelos pais, a preocupação que os mesmos tinham em colocá-los, desde cedo, em instituições que os ajudassem a desenvolver a sua fé e o seu amor pelo próximo, e que lhes assegurassem o ensino, o tratamento na doença e o serviço fúnebre e posteriores missas votivas quando falecessem.

Se até ao momento tratamos das actividades profissionais dos homens, passaremos a estudar as mesmas do lado feminino.

²²³ PINTO, Maria Elisabete de Sousa, *Curtidores e Surradores...*, p. 127.

²²⁴ Ver quadro em anexo, relativo à distribuição dos terceiros por grupos de actividade.

QUADRO 6
Distribuição dos terceiros por grupos de actividades (sexo feminino)
1850-1910

Ramo de actividade	N.º de indivíduos identificados	%
PRIMÁRIO		
Agricultura	74	
Total	74	9,1%
SECUNDÁRIO		
Têxteis	118	
Panificação	12	
Outros	8	
Total	138	16,95%
TERCIÁRIO		
Comércio	31	
Serviços		
. Eclesiásticas	29	
. Profissões liberais	6	
. Criadas	349	
Total	415	50,98%
OUTROS		
Doméstica/Mulher de casa	183	
Outros	4	
Total	187	22,97%
TOTAL	814	100%
Percentagem de casos registados sobre o total de mulheres: 32,9 (814:2.468) FONTE: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, <i>Livros de entradas de irmãs terceiras números 3 e 4.</i>		

Se no caso dos homens, os indivíduos cuja profissão era registada alcançavam um pouco mais de metade do universo total, nas mulheres essa referência restringia-se a cerca de 33%,

querendo isto dizer que quase 70% delas não tinham qualquer elemento que identificasse a sua ocupação profissional.

Analisando esta baixa percentagem de registos, reparamos que também do lado do sexo feminino os valores mais altos estavam situados no sector terciário, alcançando este praticamente a percentagem de 51% da totalidade dos registos.

Esta maior representatividade deve-se ao grupo dos serviços, mais especificamente no caso das criadas, no número de trezentas e quarenta e nove. Algumas delas habitavam na casa dos seus patrões, outras na sua própria casa situada no perímetro urbano ou suburbano. Destas, cento e quarenta e duas eram criadas de irmãos ou irmãs, demonstrando a influência que os terceiros exerciam sobre os indivíduos com os quais partilhavam o seu espaço doméstico, com vista à sua posterior inserção na Ordem, alargando, assim, a representatividade do núcleo familiar e dos seus empregados mais próximos na instituição.

A par das criadas, outras ocupações eram incluídas nos serviços, mais precisamente nos eclesiásticos e nas profissões liberais. Quanto aos primeiros, para além de se destacar a presença de um membro integrante do alto clero, ou seja, uma abadessa, as recolhidas em conventos ou recolhimentos superiorizavam-se no número de casos: entre vinte e nove deles vinte e três eram recolhidas.

Quanto às profissões liberais, os poucos casos mencionados restringiam-se a quatro enfermeiras e duas professoras, representantes da saúde e do ensino, respectivamente.

Para além dos serviços, o sector terciário era ainda constituído pelo ramo do comércio, o qual incluía o pequeno comércio e as actividades comerciais de maior volume de negócio. Entre estes contam-se as mulheres que vendiam peixe, galinhas, fruta, louça, carne e serviam em tabernas e botequins. Outras eram negociantes, sem referência aos produtos que vendiam, e capitalistas. Dedicavam-se, desta maneira, à transacção de produtos de primeira necessidade, enquanto que os homens tratavam da venda de bens relacionados com a indústria, produtos resultantes da transformação manual ou industrial.

No sector secundário as actividades industriais limitavam-se às do ramo têxtil e às da panificação. Cem mulheres eram costureiras e as restantes bordadeiras, dobradeiras, engomadeiras, modistas, tecedeiras e assedadeiras. Parte dos produtos transaccionados pelos homens eram fabricados por elas.

No sector primário, restringido à produção agrícola, tal como se verificou no sexo masculino, nota-se a predominância das proprietárias sobre os outros ofícios.

No grupo dos “Outros” incluimos, entre outros, as estudantes, as domésticas e as mulheres de casa. Estas duas últimas totalizavam cento e oitenta e três casos, quase 23% do total.

A partir destes dois quadros referentes à representatividade dos vários ofícios na Ordem Terceira, vislumbramos uma clara distinção entre o que são ofícios masculinos e femininos.

Se, no período em estudo, os homens circulavam mais no mundo dos negócios, da indústria e do comércio dos produtos daí provenientes, do trabalho agrícola, das profissões liberais relacionadas com o ensino, justiça, entre outras, ou se dedicavam ao sacerdócio, as mulheres conheciam uma outra face da realidade. Para além de serem também activas na agricultura e no comércio de bens de primeira necessidade, começavam a ocupar progressivamente o lugar de

operárias na indústria, sector cada vez mais presente e importante na vida económica concelhia. Apesar disto, a sua ligação ao lar era ainda extremamente forte.

Os dados de que dispomos não nos permitem efectuar uma observação sistemática e completa de todas as profissões dos irmãos terceiros franciscanos, pois nem todas foram registadas pelo secretário da Ordem.

A inclusão na Ordem Terceira por parte de todos os indivíduos cuja actividade profissional, aquando da sua entrada, se conhece, independentemente do sector de actividade a que pertenciam, e de todos os que não têm referido o seu ofício, significava a posse de algum dinheiro e de rendimentos necessários para essa mesma inserção, a existência de devoção religiosa, o desejo de demonstrarem publicamente a sua religiosidade e de participarem no processo de ascensão social, ao mesmo tempo que usufruíam de um conjunto de benefícios temporais e espirituais oferecidos pela instituição.

O local de residência

Os secretários que sucessivamente serviam na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães durante os sessenta anos em estudo tiveram o cuidado de, na maioria dos casos, registar a residência do noviço ou noviça no momento da sua entrada na instituição. Estes elementos são essenciais para a investigação da importância e acção da Ordem num espaço geograficamente circunscrito.

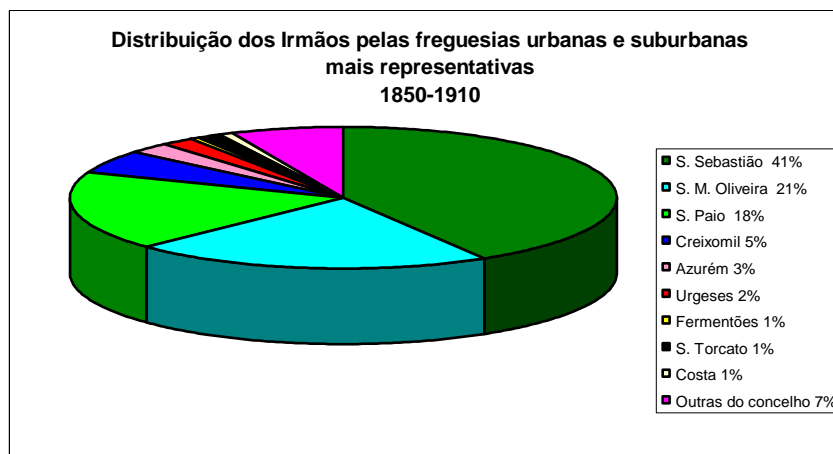
O método que seguimos para organizar essa informação diz respeito ao agrupamento dos irmãos por ruas ou lugares e, numa dimensão mais vasta, por freguesias.

No capítulo referente ao contexto citadino em que a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães desenvolveu a sua actividade desde 1850 até 1910, focamos que o perímetro urbano vimaranense estava dividido em quatro freguesias, ou seja, Santa Maria (ou Nossa Senhora) da Oliveira, a sua anexa São Miguel do Castelo, São Sebastião (que se desenvolveu na sua maior parte fora das antigas muralhas) e São Paio.

Neste capítulo presente e dado que a freguesia de São Miguel do Castelo não se encontra mencionada nos livros de entradas dos irmãos, sendo assumida aí, como o será posteriormente na divisão administrativa da cidade, como parte integrante da de Santa Maria da Oliveira, contaremos apenas três freguesias urbanas, tendo em conta essa mesma integração.

As freguesias suburbanas igualmente referidas no capítulo mencionado atrás, isto é, Santa Marinha da Costa, Santo Estevão de Urgeses, São Miguel de Creixomil, São Pedro de Azurém e Santa Eulália de Fermentões, assumirão também aqui um destaque especial em relação às outras freguesias do concelho no que respeita à representatividade dos terceiros aí residentes.

GRÁFICO I



Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livros de entradas dos irmãos terceiros n.º 3 e 4 e das irmãs terceiras n.º 3 e 4*

Como podemos verificar a partir do gráfico, a maior parte dos terceiros que viviam no concelho de Guimarães, ou seja 80%, residiam no perímetro urbano. Se tivermos em conta os dados populacionais de cada uma dessas três freguesias, notamos que a mais populosa era a de Santa Maria da Oliveira, seguida da de São Sebastião e de São Paio²²⁵, mas no que respeita à presença de irmãos terceiros a de São Sebastião superiorizava-se em relação à de Santa Maria da Oliveira. Estando a Ordem Terceira de São Francisco situada na primeira, é natural que tivesse um raio de acção mais forte nas ruas que se encontravam na proximidade do seu edifício.

É também de salientar que em Santa Maria da Oliveira e em São Paio as ruas nas quais habitavam o maior número de terceiros estavam situadas do lado da freguesia mais próximo da de São Sebastião, ou seja, da Ordem Terceira de São Francisco. Um dado curioso que notámos foi o facto de que na de São Paio a rua que tinha mais habitações de terceiros franciscanos era a de D. João I, também chamada de São Domingos, precisamente onde estava localizado o convento de São Domingos, entregue à Câmara Municipal em 1842, e a sua igreja à respectiva Ordem Terceira em 1851. Falta-nos saber porque razão é que um indivíduo se tornava membro de uma instituição relativamente próxima da sua casa, a qual pertencia já a outra freguesia, quando tinha uma similar na rua onde habitava.

A representatividade dos terceiros nas freguesias suburbanas era maior do que nas restantes do concelho mas menor do que nas urbanas. À medida que a distância do local de habitação em relação à do da instituição ia aumentando, dificultava cada vez mais o cumprimento das obrigações enquanto irmão terceiro, a nível de tempo de viagem despendido e das despesas inerentes à mesma.

²²⁵ CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, pp. 66-67.

A distribuição dos irmãos por várias ruas da cidade parece estar relacionada com as ocupações profissionais que desempenhavam. A partir do estudo do livro de entradas dos irmãos, e tendo já os resultados das ruas em que viviam mais terceiros, tentamos vislumbrar quais seriam as actividades profissionais mais comuns em cada uma delas. Claro está que para a freguesia de São Sebastião o trabalho da curtimenta demonstrava a sua predominância.

Como já verificamos atrás uma das profissões mais representadas na Ordem era a relacionada com o trabalho dos curtumes, isto é, referente aos curtidores e surradores. Esta representatividade estava, igualmente, presente no conjunto da economia citadina, onde o trabalho com os couros assumia uma relevância importante em relação às outras actividades económicas. Estando a Ordem situada numa das zonas consideradas de intensa actividade nessa área, seria natural que os moradores da mesma demonstrassem interesse em fazerem parte desta instituição, como seus membros, ocupando uma grande percentagem no conjunto dos mesmos. Este interesse era demonstrado pela admissão da sua pessoa mas também pela dos seus filhos, dado que uma grande parte dos que entravam na Ordem, tanto a nível da freguesia de São Sebastião como das outras, eram ainda pupilos.

Quanto à freguesia de Santa Maria da Oliveira a predominância da actividade da curtimenta não é tão evidente como na anterior, abundando uma maior diversidade das ocupações profissionais, embora com relevância para os negociantes - entre eles os negociantes de calçado - os sapateiros, os proprietários, os caixeiros e os ourives. Enfim, algumas das profissões mais representadas na Ordem. Verificamos assim que o trabalho das peles, a sua transformação e o seu negócio estavam presentes um pouco por toda a cidade, inclusive na freguesia de São Paio.

A distribuição dos irmãos terceiros e a concentração dos mesmos em determinadas ruas, assim como a forte representação de algumas actividades profissionais na Ordem, demonstram uma evidente coesão socioprofissional. Entre os indivíduos da mesma actividade parecia haver uma espécie de contágio, em que uns influenciavam os outros para fazerem parte da instituição. Deste modo, as relações existentes no seio das várias profissões traduziam-se no universo terceiro franciscano.

Se a maior parte dos terceiros residiam na cidade ou freguesias imediatamente vizinhas, curioso será notar que o resto vivia em locais menos próximos, se tivermos em conta que a facilidade de transportes era muito menor do que hoje em dia, e outros em lugares bem distantes.

QUADRO 7

Irmãos habitantes fora do concelho de Guimarães (1850-1910)			
Local	N.º de irmãos	Local	N.º de irmãos
Distrito de Braga		Distrito de Lisboa	
Fafe	28	Lisboa	5
Vila Nova de Famalicão	11	Subtotal	5
Póvoa de Lanhoso	10	Distrito de Vila Real	
Braga	7	Vila Pouca de Aguiar	1
Cabeceiras de Basto	7	Mondim de Basto	1
Celorico de Basto	3	Subtotal	2
Vila Verde	2	Distrito de Viana do Castelo	
Subtotal	68	Valença do Minho	2
Distrito do Porto		Subtotal	2
Felgueiras	14	Distrito de Coimbra	
Porto	9	Coimbra	1
Lousada	5	Subtotal	1
Amarante	1	Distrito da Guarda	
Marco de Canaveses	3	Celorico da Beira	1
Santo Tirso	2	Subtotal	1
Vila Nova de Gaia	1	Região Autónoma da Madeira	
Subtotal	35	Funchal	1
		Subtotal	1
		Brasil	
		Subtotal	6
Total			121

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de entradas de irmãos terceiros n.º 3 e 4 e de irmãs terceiras n.º 3 e 4.*

Quanto maior a distância maiores seriam as dificuldades em desempenhar uma actividade plena enquanto terceiros franciscanos, daí os números baixarem quando se sai do concelho vimaranense.

Alguns habitavam fora do concelho de Guimarães mas dentro do distrito de Braga. É o caso dos concelhos de Fafe, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Lanhoso, Braga, Cabeceiras de Basto,

Celorico de Basto e Vila Verde, conforme está demonstrado no quadro. A partir deste distrito, no qual a Ordem estava situada, outros mais distantes lhe seguiam: Porto, Lisboa, Viana do Castelo, Vila Real, Guarda e Coimbra. Igualmente, um irmão vivia no Funchal e seis em terras brasileiras²²⁶.

Uma explicação que poderia estar na base deste ingresso poderia ser a de foro profissional. Os livros de entradas de irmãos concedem-nos alguns dados importantes: no distrito de Braga, Viana do Castelo, Porto, Vila Real e Lisboa habitavam alguns dos terceiros franciscanos vimaranenses cuja actividade profissional era serem negociantes. Outros eram caixeiros, proprietários, fabricantes de cotins, surradores e curtidores, entre outras profissões diversas. É de salientar que todos os que moravam no Brasil eram negociantes. Dado que grande parte destas ocupações diziam respeito ao comércio e negócios, os mesmos poderiam ingressar na Ordem como uma forma de estreitamento das relações com o meio mercantil da cidade, ou como resultado da influência dos terceiros do mesmo ramo profissional que viviam em Guimarães.

Se por um lado, os que viviam fora do concelho vinham fazer parte de uma instituição vimaranense, por outro lado, e pelos mesmos motivos profissionais, vários irmãos viajavam para fora, alguns com dispensa de acabarem o noviciado, e lá permaneceram até o fim da vida. São muitos os casos de terceiros de Guimarães que faleceram fora, com especial destaque para a cidade do Porto e para o Brasil. De qualquer modo, quer no caso dos de fora que ingressaram na Ordem, quer no dos que ingressaram aqui e saíram para fora, parecem ter, na maior parte dos casos, mantido um conjunto de afinidades, contactos e relações com a Ordem ao longo da sua vida, pois os livros da mesma registam a sua data e local de falecimento.

Não sabemos se as relações familiares incentivaram o ingresso desses indivíduos que viviam fora do concelho, dado que as informações de que dispomos nada nos elucidam acerca desse assunto.

Concluimos, depois de tudo, que a maior parte dos irmãos que ingressaram na Ordem Terceira vimaranense eram habitantes da cidade e concelho respectivo, não invalidando que em alguns casos tenham saído do mesmo. Os restantes provinham de fora, e geralmente mantinham um contacto com a instituição até ao seu falecimento, mesmo que não tenham desempenhado nenhum cargo administrativo.

²²⁶ Igualmente, dez irmãos inscritos na Ordem eram brasileiros, a maior parte deles a viverem em Guimarães no momento da sua admissão. Não tratamos especificamente dos mesmos na presente investigação devido à sua pequena representatividade na instituição.

CAPÍTULO XI

AS “MAIS-VALIAS” SOCIAIS PRESENTES NA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO

Tal como já foi referido no capítulo dedicado à admissão dos irmãos, os mesmos passavam por um rigoroso processo de selecção, o qual obedecia aos vários critérios expostos nos Estatutos.

A existência de alguns elementos na vida do requerente, para além dos requisitos obrigatórios, poderia favorecê-lo diante da avaliação da Mesa no seu processo de admissão. Certamente, e dado as informações que obtemos através dos registos dos vários secretários, era mencionada pelos candidatos a existência de familiares que já fossem terceiros, de laços profissionais com os mesmos ou a habitação na casa de irmãos. Elementos haviam, de índole social, que poderiam contribuir para impressionar os mesários de quem dependeria a admissão. Referimo-nos àqueles que para a sociedade constituía uma espécie de “mais-valia” social: elementos da nobreza.

Todos estes aspectos considerados importantes no ingresso do requerente eram anotados pelo secretário, para além de um simples registo do nome, morada, data de admissão, de profissão e de falecimento, e jóia paga.

Estes indivíduos pertencentes às elites nobiliárquicas poderiam fazer parte da nobreza hereditária ou da nobreza política ou civil, sendo esta última uma “ (...) qualidade concedida pelo príncipe expressa ou tacitamente, ou adquirida por prescrição em consequência de riquezas antigas”²²⁷. Nesta última estavam presentes militares (a partir de capitão, e postos equivalentes nas milícias e nas ordenanças), juízes, procuradores, vereadores, doutores, licenciados, bacharéis, os que possuíam riquezas antigas e avultadas, entre outros. Da mesma estavam excluídos os “ofícios mecânicos”, cujo trabalho se baseava mais na força do corpo do que na do espírito. A nobreza estava, assim, associada a uma grande variedade de funções e cargos.

A noção de nobreza era usada, durante o período de revolução liberal, como um sinónimo de fidalguia, no entanto a definição jurídica da primeira era diferente e mais ampla do que a da segunda. A fidalguia, concedida pelo rei ou comprada pelo pretendente a partir de 1800, era uma categoria bem distinta e delimitada dentro da nobreza, não deixando, por isso, de estar associada a um grande prestígio e à existência de vários e importantes privilégios. Entre eles estava “(...) a dispensa do arrolamento nos livros de ordenanças (circunscrições de recrutamento e treino milicial), o acesso directo ao posto de cadete no Exército e a (...) dispensa do pagamento do direito senhorial da jugada ou oitavo.”²²⁸.

Em Portugal a nobreza titular constituía, em proporção à população total, um grupo bastante mais reduzido, o qual quase que monopolizava as mercês de família real. A atribuição de títulos e posterior utilização estava dependente da concessão régia, algo diferente do que acontecia em outras monarquias da Europa²²⁹. Nos finais do Antigo Regime, os seus elementos constituintes residiam quase todos na capital lisboeta e nos arredores, fazendo parte da chamada “aristocracia da

²²⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “A nobreza na revolução liberal”, in *Portugal Contemporâneo*, direcção António Reis, volume 1, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 245.

²²⁸ *Op. cit.*, p. 246.

²²⁹ *Op. cit.*, p. 248.

corte”, distinta das outras categorias nobiliárquicas. Tendo funções nos cargos mais altos da administração central e militar, eram cada vez mais colocados em lugares de natureza consultiva.

Nos inícios do século XIX o número das casas tituladas aumentou quase em dobro, constituídas por famílias de ministros que acompanharam a regência de D. João VI, pela elite militar que combateu nas invasões francesas, e por parte dos contra-revolucionários da revolta do segundo conde de Amarante em 1823. Em pleno período de lutas liberais, a nobreza dividia-se entre os apoiantes de D. Pedro e os de D. Miguel. A maior parte encontrava-se do lado miguelista, basicamente constituída pelas categorias inferiores da nobreza titular, isto é, os viscondes e barões. As categorias superiores da hierarquia, alguns duques, os condes e os marqueses, os quais auferiam maior quantidade de rendimentos de bens da coroa e comendas, e provavelmente os mais afectados pelas medidas liberais, combatiam do lado de D. Pedro.

No período pós-revolução a nobreza titulada antiga, constituída apenas por algumas dezenas de famílias, foi abrangida por um conjunto de disposições legislativas e entrou num declínio incontornável, vítima directa da abolição das comendas e dos bens da coroa (não havendo, na maior parte dos casos, direito a indemnização), dos quais era a principal beneficiária. Paralelamente foi, na sua maior parte, afastada da Câmara dos Pares e da elite política, e afectada na década de sessenta pela abolição dos vínculos. Neste contexto, surgia uma aristocracia de “raízes” mais recentes, em pleno processo de mobilidade e ascensão económica e social, a qual se valorizava ao lado de uma nobreza mais antiga. Um grupo considerável das famílias pertencentes à fidalguia provincial antiga fez parte do conjunto das casas recém-tituladas.

Apesar de continuar a conter o grande privilégio da posse da terra, a elite aristocrática antiga, nos seus vários escalões, começou a aburguesar-se face à ascensão desta nova nobreza, à perda do suporte jurídico, económico e social que há séculos a sustentava como classe privilegiada, e à extinção definitiva dos morgados na referida década de sessenta do século XIX.

Depois de 1834 a concessão de títulos e de distinções nobiliárquicas cresceu impressionantemente. Em 1855 quase triplicara desde o triunfo da revolução liberal, dando uso ao ditado “foge, ladrão, que te fazem barão! Para onde, se me fazem visconde?”²³⁰. Os títulos de viscondes e de barões aumentaram em relação ao dos condes, enquanto que as casas dos duques e dos marqueses conheceram uma diminuição no seu número. Os principais beneficiados foram as elites militares e políticas liberais, assim como as económicas e sociais do liberalismo vitorioso, a burguesia próspera.

Vejamos a presença de alguns elementos desta elite aristocrática na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.

Ao longo do período em estudo a Ordem teve incluídos no seu rol de membros alguns indivíduos possuidores de títulos nobiliárquicos. Parte deles desempenharam o seu papel unicamente como irmãos terceiros e outros chegaram a ocupar os cargos mais altos da administração da instituição. Entre os primeiros estava o Conde da Azenha, Bernardo de Moraes Correia de Castro, cujo título foi criado em 1852. Tinha sido segundo visconde em 1823, e igualmente capitão de cavalaria, comendador da Ordem de Cristo e da de São Bento de Avis, e senhor do morgado da Parada de Infanções. Ingressou como irmão da Ordem Terceira franciscana

²³⁰ *Op. cit.*, p. 256.

vimaranense em 1855, sendo fidalgo da casa real, e quando faleceu, em 1869, foi sepultado na igreja do convento de São Francisco, na capela de Azenha.

O Visconde de Lindoso, D. João Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho (depois conde e marquês de Lindoso), foi admitido na Ordem em 1865, tendo adquirido o título apenas dois anos antes. Era comendador da Ordem de Cristo, da de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e da de Carlos III de Espanha, assim como fidalgo de casa real com exercício. A sua entrada na Ordem foi acompanhada pela dos seus filhos, embora em anos diferentes. A sua filha, D. Maria da Piedade de Bourbon Peixoto, foi admitida como irmã em 1866 e nomeada para Vice-Ministra em 1885. Leocádia Semiana de Bourbon Peixoto, também sua descendente directa, tornou-se terceira em 1872. Gonçalo Manuel Peixoto e Gaspar Tomás Peixoto tornaram-se irmãos terceiros em 1860, Joaquim Manuel Peixoto em 1866, Fernando Afonso Peixoto e Francisco de Paula Peixoto em 1872, todos ainda pupilos. Em 1895 foi Ministra a Condessa de Lindoso, não havendo conhecimento da nossa parte de qual seria a sua relação familiar com o Visconde de Lindoso, dado que o seu nome não foi referido pelo secretário.

Isidoro Tomás Moura Carvalho, Visconde de Carriche, era negociante e foi agregado à Ordem por determinação da Mesa em 1866. Em 1878 Maria Bastos de Moura Carvalho, Viscondessa de Carriche, não sabemos se esposa ou descendente directa do anterior, também agregada na instituição em 1878, anteriormente professa na Ordem Terceira de São Francisco do Arco de Baulhe, foi eleita Ministra em 1881.

Praticamente todos aqueles que ocuparam cargos na Mesa da Ordem foram Ministros e Ministras, com excepção da filha do Visconde de Lindoso, a qual foi Vice-Ministra, tal como referimos atrás, e do filho do Conde de Vila Pouca, Sacristão do Culto Divino, como veremos.

Desde o ano de 1855 até 1857 foi Ministro o primeiro Conde de Vila Pouca, Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado. Tinha sido segundo barão desde 1805, primeiro Visconde em 1845 e ascendido a primeiro Conde em 1848. Era Par do Reino, comendador de Ordem de Cristo, alcaide-mor de Lordelo e senhor da Casa da Calçada na cidade de Vila Real, foi governador civil de Braga durante vários anos e coronel do regimento de milícias de Guimarães²³¹. O seu filho D. Rodrigo de Sousa e Silva Alcoforado, segundo conde de Vila Pouca e fidalgo da casa real, foi eleito Ministro desde 1861 até 1863. Em 1867 foi nomeado comendador da Ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. A sua primeira esposa, D. Margarida Cândida de Araújo Martins, admitida na Ordem em 1857, foi Ministra nesse mesmo ano, e a segunda, D. Francisca Emília Teixeira de Barros de Faria e Castro, irmã terceira a partir de 1877 e Ministra nesse ano. Seus filhos, Diogo Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado e Duarte Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado, foram admitidos em 1858, sendo o último Sacristão do Culto Divino em 1859.

O fidalgo cavaleiro com exercício no Paço, Visconde, depois conde, de Santa Luzia, José Joaquim Machado Ferraz, proprietário, comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa desde 1863, recebeu o título de visconde em 1861, sendo admitido em Maio de 1865. Passados quatro meses começava a sua função de Ministro da Ordem até 1866, de 1871 até 1872 e de 1883 a 1884. Acompanhou-o na admissão a sua esposa, D. Carolina Cândida de

²³¹ CASTRO, Domingos Leite de, “Os nossos Sócios Honorários - II” in *Revista de Guimarães*, n.º 1, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1884, p. 81.

Sousa Pereira Magalhães, Ministra em 1866, 1871 e 1872. Como se pode ver, durante vários anos esposo e esposa ocuparam o cargo de Ministro e Ministra em simultâneo.

Em 1892 foi eleito Ministro o Conde de Margaride, Luís Cardoso Martins da Costa, bacharel formado em Filosofia, detentor do título desde 1877, mas rejeitou o cargo. Os seus filhos Alberto Cardoso Martins de Meneses, Henrique Cardoso Martins de Meneses, João Cardoso Martins de Meneses, José Cardoso Martins de Meneses e Luís Cardoso Martins de Meneses, todos solteiros e estudantes, foram admitidos gratuitamente (excepto o segundo, do qual não temos nenhuma referência quanto à jóia que pagou ou não na sua entrada) em 1887. No ano de 1891 foi Ministra a Condessa de Margaride, capitalista, tendo sido admitida gratuitamente quatro anos antes.

A Viscondessa de Pindela, D. Eulália Estelita de Freitas Melo e Castro, segunda esposa do primeiro Visconde de Pindela, João Machado Pinheiro Correia de Melo, foi Ministra no ano de 1855. A sua admissão ocorreu antes do início da nossa observação, ano de 1850, assim como no caso daqueles cuja data de ingresso não nos é possível apresentar. O filho Vicente Correia Pinheiro de Melo e Castro tornou-se terceiro quatro anos depois da sua mãe ter sido eleita Ministra.

A Baronesa de Almargem, D. Joaquina Libânia Pinto de Saldanha, esposa de segundas núpcias do primeiro barão de Almargem, Mariano José Barroso de Sousa Garcez Palha, ocupou o cargo feminino mais alto em 1856.

Nesse mesmo ano foi admitida a Viscondessa de Roriz e no de 1861 eleita para Ministra. Manuel Marinho Falcão de Castro Morais Sarmento e António Marinho Falcão de Castro Morais Sarmento, ambos pupilos e filhos da mesma, ingressaram como membros da instituição em 1864.

Sabemos ainda que a Baronesa de Pombeiro, D. Maria Henriqueta Freire de Andrade, esposa do primeiro Barão de Pombeiro, Paulo de Melo Sampaio Freitas do Amaral, terceira desde 1864, professa na instituição com dispensa do noviciado, desempenhou a mesma função das anteriores, sete meses após a sua entrada²³².

A maior parte dos nomes destes nobres foram obtidos não através dos livros de entradas de irmãos mas através de outras fontes. O Secretário limitava-se a registar o título ou títulos do admitido, dada a importância que os mesmos representavam para a instituição, ocultando o nome. Este facto certamente se devia ao bom conhecimento que a população vimaranense tinha de quem eram esses indivíduos, conhecidos pelos seus títulos, sendo estes representativos da simbologia das famílias em causa e clarificadores das hierarquias sociais existentes.

O número de elementos da nobreza portuguesa era relativamente pequeno em relação ao universo dos irmãos e ainda menos abundante quanto àqueles que pertenciam à alta nobreza. Alguns permaneceram ligados à Ordem durante vários anos, dado que nos é dada a conhecer a data do seu óbito.

A presença da aristocracia na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães poderia dever-se a mais do que um motivo. Paralelamente à devoção de cada um dos seus elementos, podemos acrescentar a necessidade e conveniência de obtenção de contactos com os detentores do poder económico – comerciantes e negociantes em ascensão no contexto citadino -, assim como a

²³² Todas as informações que apresentamos acerca destas individualidades foram obtidas através dos livros de entradas de irmãos e irmãs números 3 e 4, de entrada de pupilos e pupilas, de eleições números 2 e 3, e de CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, pp. 198-202.

possibilidade de adquirirem capital através de empréstimos, prática esta frequente na instituição²³³. O recurso às confrarias, instituições eclesiásticas e irmandades como fontes de crédito tinha já uma longa história no seio das famílias nobres²³⁴.

A admissão dos mesmos traria benefícios para os próprios e para a instituição. Provavelmente alguns deles teriam sido convencidos a entrarem neste novo círculo de sociabilidade pela própria Ordem, pois a presença dos mesmos representava prestígio social para a referida irmandade. Como verificamos atrás, na apresentação dos aristocratas ingressos, alguns ocuparam o cargo de Ministro ou Ministra pouco tempo depois da sua admissão, levando-nos a supor que a mesma seria efectuada com um interesse subjacente. Noutros casos, há uma relativa proximidade cronológica entre a obtenção de um determinado título e a nomeação para o cargo de Ministro. Possivelmente havia um interesse recíproco: por parte da Ordem, na busca de prestígio, e do lado do aristocrata, caso se tratasse de um elemento da nobreza emergente, na busca de afirmação social do seu *status* nobiliárquico face aos seus pares.

Para além desse estatuto, vários irmãos no momento de entrada na instituição, faziam apelo a outro tipo de títulos: os fidalgos da casa real e os membros de ordens militares²³⁵.

A obtenção do hábito de cavaleiro das ordens militares poderia ser feita através da capacidade financeira do candidato, tornando-a relativamente acessível. A utilização das insígnias da Ordem de Cristo, por exemplo, foi tão generalizada no século XVII e XVIII, presente desde a família real até aos bacharéis, que chegou a ser ironizada pelos contemporâneos²³⁶. “A obtenção do grau de cavaleiro constituía apenas uma via, porventura a mais frequente, para a obtenção de uma distinção dentro da nobreza; não conferia privilégios importantes, mas era a mais acessível (...)”²³⁷.

No que respeita à fidalguia, comprada ou concedida pelo rei, no fim do Antigo Regime as matrículas na casa real, as quais possibilitavam o acesso às várias categorias de fidalgos da casa real, revelaram uma determinada abertura. Dentro do grupo da fidalguia existiam várias subcategorias hierárquicas: os fidalgos da casa real, de solar, de linhagem, por mercê especial do monarca, de cota de armas, por privilégio, entre outras. A influência que a monarquia exercia sobre estes era notória, permitindo que, através da concessão de novos títulos, a base da hierarquia nobiliárquica se alargasse progressivamente, ao mesmo tempo que controlava o topo da mesma utilizando um processo idêntico. “Se a integração na fidalguia constituía o ponto culminante e desejado das estratégias familiares de mobilidade social ascendente, a coroa possuía um instrumento decisivo de poder ao dispor da capacidade de gerir o acesso às diversas distinções nobiliárquicas.”²³⁸.

Alguns fidalgos e cavaleiros ingressaram na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães. De entre os primeiros, em menor número do que os segundos, conta-se António Marinho Falcão de

²³³ Ver capítulo “A concessão de crédito”.

²³⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *A Casa e o Património dos Grandes Portugueses (1750-1832)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995 (policopiada), p. 485. Cf. COSTA, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, Edição da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

²³⁵ Cf. COSTA, Paula Cristina de Oliveira, *Os Terceiros Carmelitas...*, pp. 150-159.

²³⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”, in *História de Portugal. O Antigo Regime*, direcção José Mattoso, volume IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 336.

²³⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “A nobreza na revolução...”, p. 246.

²³⁸ *Ibidem*.

Castro e Morais – não sabemos exactamente se era o Visconde de Roriz -, moço fidalgo da casa real, Ministro em 1851 e 1852. A sua admissão foi anterior a 1850, dado que os livros de entradas de irmãos a partir desse mesmo ano não a relatam.

Em 1865 foi admitido o fidalgo cavaleiro da Casa Real, Gaspar Pinto de Carvalho Sousa da Silva, proprietário e falecido em Braga passados trinta anos.

Do lado dos cavaleiros das Ordens Militares estava Francisco José Gonçalves de Oliveira, da Ordem de Cristo. Foi Ministro em 1850, ano em que desempenhou o cargo de Vice-Ministro o cavaleiro de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Francisco Joaquim Ferreira dos Santos. Em 1856 e 1857 esta última função foi desempenhada por Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu, professo na Ordem de Cristo, tendo o mesmo sido Ministro no ano seguinte. Seguiu-o em 1859 e 1860 o comendador de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa Luís Martins da Costa.

Cristóvão José Fernandes da Silva, o qual já tivemos oportunidade referir no decurso deste trabalho, conhecido e bem sucedido industrial e negociante vimaranense, foi eleito para o cargo máximo da Ordem desde 1873 até 1882, tendo recebido o título de comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa em 1879. Detentor do título de cavaleiro das Ordens Militares de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa foi António Mendes Ribeiro, Síndico de São Lausperene em 1851 e 1852 e Síndico da Ordem em 1857 e 1858, rejeitando no ano de 1884 a eleição para Vice-Ministro.

Apenas com a referência de comendador foi registado o indivíduo Manuel José Teixeira, na nomeação e aceitação para o desempenho dos seguintes cargos: Zelador da Cera (1858), Definidor Secular (1865 e 1866), Síndico da Testamentária (1867 e 1868), Síndico do Hospital (1880 e 1881), Síndico da Ordem (1884 até 1897), Secretário (1891) e Vice-Ministro (1892 até 1897). Sendo este um bom exemplo do processo de ascensão social dentro da instituição, e apesar de ser referido o título de comendador apenas a partir de 1895, enquanto era Vice-Ministro, não conseguiu alcançar o topo da hierarquia dos cargos.

Igualmente com a referência de comendador foi admitido em 1861 Luís José Fernandes, curtidor, morador na Rua de Couros. Zelador da Cera em 1866 e Definidor Secular em 1871, desempenhou a função de Vice-Ministro em 1898²³⁹.

Tal como no caso dos duques, viscondes, condes e barões também os cavaleiros das ordens militares e os fidalgos da casa real se mostraram activos no seio da instituição, tendo a maior parte deles ocupado os mais altos cargos da administração.

Para além destas individualidades a Ordem contou ainda com a presença de altas autoridades eclesiásticas do arcebispado de Braga: o próprio arcebispo. D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa foi agregado nesta Ordem, depois de ter sido ingresso na Ordem dos Regulares de São Francisco, em 1877. Em 1850 tinha-se doutorado em Teologia na Universidade de Coimbra e onze anos depois foi confirmado como arcebispo de Goa. Depois de ter regressado a Portugal, ocupou o cargo de arcebispo de Braga desde 1876 até 1883, ano em que resignou ao mesmo²⁴⁰.

²³⁹ Informações obtidas através do *Livro de entrada de irmãos* n.º 3...; *Livro de entrada de irmãos* n.º 4...; *Livro de entrada de irmãs* n.º 3...; *Livro de entrada de irmãs* n.º 4...; *Livro de eleições* n.º 2...; e *Livro de eleições* n.º 3...

²⁴⁰ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume II, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, pp. 410-411.

D. António José de Freitas Honorato foi o seu substituto, permanecendo neste cargo até o ano de 1898. Em 1845 tinha-se doutorado em Teologia na Universidade de Coimbra, e passado um ano foi prior de Santa Cruz. Foi elevado a cônego honorário da Sé de Coimbra e exerceu, igualmente, as funções de examinador sinodal, provisor e vigário geral do patriarcado e, em 1873, arcebispo de Mitilene. Em 1883 foi eleito arcebispo de Braga²⁴¹ e agregado gratuitamente na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães quatro anos depois.

Ainda fazendo parte das autoridades eclesiásticas, desta vez do concelho vimaranense, estiveram presentes na Ordem representantes da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. A mesma teve a sua origem no templo de Santa Maria, hoje com o nome de Nossa Senhora da Oliveira, mandado construir pelo conde D. Hermenegildo Mendes e sua esposa a condessa D. Muma, tia de Ramiro II de Leão. Quando ficou viúva, a condessa mandou construir em 927 um mosteiro junto ao templo, o qual foi elevado pelo conde D. Henrique, em 1103, a capela real. A Colegiada foi instalada sobre as relíquias do referido mosteiro por D. Afonso Henriques, provavelmente no ano de 1139. Em tempos mais antigos os seus priores habitavam nos seus paços, pertencentes a essa Colegiada, mas, nos anos mais próximos do início do período cronológico tratado por este trabalho, viviam normalmente em Lisboa, visitando a mesma apenas nas festas mais solenes do ano.

José Francisco de Paula Almeida, sexagésimo primeiro D. Prior da Colegiada, por decreto da rainha D. Maria II em 1854, morador em Lisboa, foi admitido na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães em 1862, com a observação interessante de que o tinha sido devido aos serviços relevantes prestados à Ordem. Anteriormente tinha alcançado o título de moço fidalgo com exercício no Paço e tinha sido cônego na igreja patriarcal de Lisboa. Depois da sua nomeação para o priorado teve diploma de comendador da Ordem Militar de São Bento de Avis²⁴². A presença daquele que ocupava o cargo máximo da Colegiada parecia mostrar que entre as duas instituições existiam relações de amizade, embora não excluamos que entre elas pudessem ocorrer divergências.

Para além do Prior, conta-se entre os irmãos terceiros três cônegos da Colegiada: António Joaquim Alves Pereira de Sousa, Manuel Luís de Gouveia, Francisco Rodrigues Cardoso de Assis, admitidos em 1852, 1859 e 1861 respectivamente. Os dois últimos foram, de igual modo, admitidos em atenção aos serviços que tinham prestado à Ordem, reforçando essa ideia de concessão de ajuda, por parte dos mais altos representantes da Colegiada, aos terceiros vimaranenses.

Entre os terceiros, contavam-se, por fim, dois representantes máximos da autoridade civil do distrito: o governador civil. Referimo-nos ao Marquês de Valada, Conde da Caparica - professo da Ordem Terceira de São Francisco de Lisboa - agregado na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães em 1877, e a Jerónimo da Cunha Pimentel, admitido em 1882. O primeiro chamava-se D. José de Meneses da Silveira e Castro, era o segundo marquês de Valada, par do Reino, oficial-mor da casa real, comendador das Ordens de Cristo e de Santiago, décimo terceiro senhor do morgado da Caparica e décimo quinto da Patameira. Foi duas vezes governador civil de Braga (1877 e 1884) e interino do distrito de Lisboa²⁴³.

²⁴¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume XIII, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, pp. 361-362.

²⁴² CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, p. 292.

²⁴³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume XXXIII, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, pp. 707-708.

PARTE IV

BREVE REFERÊNCIA À ACTIVIDADE INTERVENTIVA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO NA CIDADE DE GUIMARÃES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX ATÉ 1910

Antes da década de 30 do século XIX não havia no país nenhum plano que organizasse nacionalmente a assistência. Esta era desenvolvida, na sua maior parte, pelas Misericórdias desde o século XVI, altura em que começaram a espalhar-se por Portugal. Tendo sempre como modelo a primeira das Misericórdias, a de Lisboa, as posteriores desenvolveram no território nacional um quadro assistencial de linhas bastante uniformes, o qual tendia a abarcar todos os aspectos da assistência: pobres, doentes, presos, expostos, entre outros.

Com o surgimento do liberalismo o conceito de assistência foi inovado, passando esta a ser encarada, em grande medida, como tarefa do Estado, pública. Se na teoria assim se defendia, na prática funcionava de outra forma. Dado que o governo e as autoridades municipais não tinham possibilidades económicas nem meios logísticos para levar a cabo um plano assistencial de âmbito nacional, não prescindiram dos serviços de instituições pré-existentes e que já há muitos anos desenvolviam obras assistenciais.

Desta maneira, verificamos a coexistência de várias entidades promotoras de uma série de programas de índole assistencial: os poderes municipais, as modalidades tradicionais da Igreja Católica, os particulares, as Misericórdias, as Ordens Terceiras, as irmandades e as confrarias, as quais o poder central se esforçava por controlar e fiscalizar²⁴⁴. Paralelamente, o Estado incentivava a criação de associações de entreaajuda e o desenvolvimento da filantropia por parte de particulares. Neste âmbito as mulheres assumiram um papel relevante e indispensável, quer estivessem inseridas em associações laicas quer em agrupamentos de índole religiosa.

Várias motivações poderiam estar na génese destas actuações: misericórdia pelo próximo necessitado e/ou um sentimento de amor por Deus materializado através da caridade.

Vejamos quais as medidas tomadas pela Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães no plano assistencial citadino.

²⁴⁴ Cf. LOPES, Maria Antónia da Silva Figueiredo, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999 (policopiada), pp. 115-126 e LOPES, Maria Antónia da Silva Figueiredo, “Os pobres e a assistência pública”, in *História de Portugal. O Liberalismo*, direcção José Mattoso, volume 5, Editorial Estampa, 1998, p. 427.

ATIVIDADE ASSISTENCIAL

CAPÍTULO XII

O HOSPITAL DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

A vila de Guimarães, e depois cidade em 1853, teve durante o período de 1850 a 1910 poucos hospitais para abrigo dos enfermos. O primeiro foi o da Santa Casa da Misericórdia, já em actividade desde o século XVII, seguindo-se o da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães em 1815, e o da Ordem Terceira de São Domingos, aberto solenemente no ano de 1840. Para além destes hospitais permanentes, e em tempos de propagação de alguma epidemia, improvisaram-se outros com uma rapidez impressionante. Assim aconteceu em 1855, com a existência de alguns casos de cólera na cidade, originando a fundação de um hospital para coléricos, nas Casas dos Coutos, Largo da Misericórdia, por iniciativa da Câmara Municipal e com as participações da Santa Casa da Misericórdia, da Ordem Terceira de São Francisco e de São Domingos. Igualmente, durante o estacionamento de corpos militares em Guimarães, o convento extinto de São Francisco (sem estar ainda na posse dos irmãos terceiros) e o do Carmo, nomeadamente durante as lutas liberais dos anos trinta do século XIX, serviam de local de instalação de hospital para os mesmos.

A partir de um determinado momento da sua existência, a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães fez da luta pela obtenção de um hospital próprio (como tinham as ordens terceiras de outras cidades, tal como o Porto), destinado a tratar os irmãos terceiros doentes, um ponto fulcral na sua actuação. Se no fim do século XVIII surge a menção da hipótese dessa construção, foi nos inícios do século posterior que encetaram junto do príncipe regente, D. João VI, todos os esforços para concretizar esse objectivo, o que de facto conseguiram. Vejamos as origens deste processo.

Os frades franciscanos, desde o início da sua estadia em Guimarães no século XIII, dedicavam especial atenção e cuidado aos enfermos da vila. Estavam presentes em todos os locais destinados a recolher e tratar doentes, e igualmente nas gafarias, não na sua governação mas no seu serviço, executando todo o trabalho necessário, tal como varrer as enfermarias, fazer as camas, tratar do curamento das chagas dos enfermos, cozinhar, entre outras tarefas relacionadas com a limpeza, higiene e saúde. A par disto, contribuíam para o consolo da alma através de palavras e actos de amor ao próximo, inclusivé acompanhando os mortos até serem sepultados²⁴⁵.

Em 23 de Novembro de 1271, como tivemos oportunidade de verificar no capítulo relacionado com o surgimento do convento franciscano em Guimarães, aquando da mudança de local do mesmo convento para um lugar mais próximo das muralhas da vila, junto à Torre Velha (isto é, na construção da segunda casa), foi doado aos Frades Menores, pelo juiz Mem Martins, um hospital. Este tinha o nome de Albergaria - na qual os pobres que por ali passavam se podiam recolher - e de Hospital do Concelho - por estar a cargo da administração da vila²⁴⁶. Era também chamado do Anjo, situado na rua de seu nome, o qual passou a ser mais tarde o Recolhimento de Beatas da Ordem de São Francisco, admitidas pelo Padre Comissário dos irmãos terceiros.

²⁴⁵ ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica...*, p. 140.

²⁴⁶ *Op. cit.*, p. 141, e TEIXEIRA, Fernando José, *Convento de São Francisco...*, p.10.

A actividade dos religiosos franciscanos tornou-se de tal maneira intensa, que precisavam da colaboração de todos aqueles que mostravam disponibilidade em ajudar os que precisavam. Entre estes estiveram os irmãos terceiros seculares, pertencentes à mesma ordem seráfica, e os irmãos da confraria de Nosso Padre Seráfico Francisco²⁴⁷.

Em relação aos terceiros seculares, os mesmos assumiram a responsabilidade de tratar dos leprosos. Pelo que nos é transmitido por Frei Manuel da Esperança, em Guimarães existiam duas gafarias: uma dos homens, com o nome de “Santo André”, e outra das mulheres, chamada de “Santa Luzia”, mencionadas no testamento de Afonso Pires, redigido a 10 de Agosto de 1467, em favor das quais deixou dez soldos em cada ano²⁴⁸. Para além de assistirem nas gafarias, serviam, do mesmo modo, na confraria de Nosso Padre Seráfico Francisco, administrando a fazenda que lhe estava anexa, e ainda geriam na Rua da Caldeiroa uma albergaria, a qual acolhia alguns pobres. Estes factos encontram-se relatados em duas escrituras, uma escrita em 1 de Julho de 1427, e outra no ano seguinte²⁴⁹.

Estando comprometidos com uma série de tarefas caritativas, e não podendo sustentar tantos encargos, os frades delegaram nas mãos dos confrades de Nosso Padre Seráfico Francisco o cuidado dos pobres e peregrinos viandantes, restringindo a sua acção unicamente ao tratamento dos enfermos²⁵⁰. Assim, os pobres de Guimarães tinham comida em determinados dias do ano – especialmente nos dias de comemoração da festa de São Francisco, servindo os homens no claustro, e às mulheres no adro -, e os que passavam podiam acolher-se numa das quatro albergarias, que eram a da Rua da Caldeiroa, na Perrota, na Rua do Gado, e perto da igreja de São Paio²⁵¹.

Passados alguns anos, em 9 de Junho de 1619, a caridade seráfica foi renovada quando o abade de Santa Comba de Regilde, Lucas Rebelo, instituiu como sua herdeira universal a Irmandade das Chagas de São Francisco, da qual era irmão, deixando os seguintes encargos: “Hum hospital pera cura de enfermos, o qual ella administra: o dote de duas orfans cada anno, em cuja eleição concorre o guardião: hua esmola de pão, que por ordem do juiz da irmandade, e d’hum frade do conuento se distribue pelos pobres.”²⁵². O hospital foi instituído para curativo de eclesiásticos que não tinham meios suficientes de subsistência em geral, e para os pobres da referida freguesia, e ficou a ser conhecido como o Hospital de São Dâmaso, por estar erigido junto à igreja do mesmo nome.

Através destas breves referências históricas acerca do importante papel assistencial dos frades franciscanos e dos terceiros seculares de São Francisco em Guimarães, podemos concluir

²⁴⁷ De acordo com as informações contidas na História Seráfica, esta confraria usufruiu de vários privilégios, recebeu vários legados através de doações e testamentos – tal como o de Francisco Geraldês, que em 13 de Março de 1389 mandou aos juizes da confraria de São Francisco o cumprimento de um legado seu em favor da mesma -, e a ela se uniram as confrarias de Santo André, de São Torcade, entre outras. Este constituiu um momento de auge bem diferente daquele vivido em 1656, quase trezentos anos depois, aquando da edição da *História Seráfica*, estando nesse ano “(...) como tão velha, ou decrepita, parece, que vai já acabando os seus dias.” (ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica...*, p. 174). Relembramos que nesta investigação citamos o relato de Frei Manuel da Esperança com alguma reserva, devido ao facto de que o mesmo poderia ter sido influenciado pela simpatia que possuía para com os franciscanos.

²⁴⁸ *Op. cit.*, p. 172.

²⁴⁹ *Op. cit.*, p. 173.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ *Op. cit.*, p. 174.

²⁵² *Ibidem*.

que estes últimos inspiraram a sua acção na vida e caridade dos primeiros. O primeiro gesto da conversão a Deus de Francisco foi o beijo a um leproso. Depois, juntamente com ele, os frades assistiam aos leprosos à beira dos caminhos de Umbria, serviam os enfermos nos hospitais, tratando-lhes as feridas, ajudavam na sua alimentação e na administração dos remédios, confortavam-nos e animavam-nos, e nos últimos momentos encomendavam-nos a Deus. Inspiradas nesta piedade cristã, quase todas as Ordens Terceiras edificaram hospitais ou ajudavam no tratamento dos doentes recolhidos nos hospitais das terras em que assistiam. Nelas os pobres encontravam esmola, comida, e nas suas albergarias o aconchego que necessitavam.

Vejamos quais foram os esforços empreendidos pela Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães para conseguir edificar o seu hospital.

Em acta de Sessão da Mesa Administrativa da Ordem Terceira, de 20 de Janeiro de 1792, foi apresentada a ideia da construção de um hospital, onde havia referência à “(...) fundação do Hospital para serem curados os nossos Irmãos pobres nas suas enfermidades, e (...) determinarão uniformemente que estas se satisfizem *quando precisas* fossem (...)”²⁵³.

Todavia, só passada mais de uma década é que encontramos novamente demonstrada nas actas das sessões a intenção de edificar essa casa de saúde para os irmãos terceiros. Assim, em 1804 a Ordem Terceira, face a um legado a ela deixado há cerca de cinquenta anos por Manuel Fernandes de Oliveira, estando em todos estes anos a cumprir todas as condições impostas pelo testador, solicitou autorização ao Papa Pio VII para que pudesse utilizar a terça parte da sua renda anual para “(...) estabelecer um hospital para n’elle serem curados e soccorridos os irmãos pobres da sua Ordem, assim por n’ella haver muitos como porque no hospital publico o não fazer com aquella precisa circunstancia em resão de ser hospital que está empenhado por se lhe não satisfazerem os rendimentos.”²⁵⁴

O hospital público a que o excerto se refere é o Hospital da Misericórdia de Guimarães, e dele deduzimos que o mesmo estaria a passar por dificuldades financeiras, não podendo acolher todos os enfermos da vila. Em 1811, após as invasões francesas, esteve até em perigo de fechar por falta de meios, tendo de rendimento apenas seiscentos mil reis²⁵⁵. Não lhes prestando a assistência necessária, precisava de ajudas pecuniárias externas. De facto, em sessão de Junta Magna da Ordem Terceira de 24 de Fevereiro de 1811, foi aprovado contribuir com a quantia de cinquenta mil reis para a Santa Casa da Misericórdia, em resposta a uma carta do seu Provedor Definitório, na qual representava a “(...) neçessidade extrema em que se conciderava a Santa Caza, rogando porisso huma esmolla para ajudar ao Curativo e Sustento da pobreza enferma (...)”²⁵⁶. Em 15 de Fevereiro de 1813 a situação repetiu-se, sendo doada uma quantia “(...) em atemção ha ser hua hobra tam pia (...)”²⁵⁷.

Não querendo ver os seus irmãos a padecerem das suas enfermidades, sem hipóteses de tratamento, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, ainda em relação ao

²⁵³ *Livro de termos n.º 2...*, p. 7.

²⁵⁴ Dado que só o Papa e a Sé Apostólica podiam mudar e alterar as últimas vontades pias, segundo a *Ledis Apostolica* se assim o exigir a necessidade pública ou a utilidade dos fiéis (FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 268 A).

²⁵⁵ CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, p. 388.

²⁵⁶ *Livro de Termos n.º 2...*, p. 52.

²⁵⁷ *Op. cit.*, p. 57.

legado de Manuel Fernandes de Oliveira, pediu ainda ao Papa, para o mesmo fim, as duas partes das missas do referido legado, cujo dinheiro estava até a data a ser aplicado "(...) em missas pela alma do testador e das pessoas a quem devesse alguma restituição e a outra também seria satisfeita em missas pelas Almas do Purgatorio."²⁵⁸.

Devido aos argumentos apresentados pela Ordem Terceira, e tendo em conta que "São as Ordens Terceiras umas corporações instituídas e perseverantes por virtude da Religião: o Culto Divino e virtuosos exercicios da piedade forma todo o objecto dos seus interesses" e que "O caritativo exercicio da cura dos enfermos é um dos mais recommendaveis actos da humanidade e da caridade"²⁵⁹, obteve da Sé Apostólica um breve de comutação de legados em 31 de Maio de 1804, com vista à edificação de um hospital destinado aos terceiros pobres.

Apesar desta autorização, o Núncio Apostólico, Arcebispo de Nijibi, em 18 de Setembro do mesmo ano negou a execução do breve, expressando não ver necessidade e utilidade na criação do hospital, dado que a vila já tinha um hospital para cura dos irmãos pobres, o da Misericórdia, e que a Ordem Terceira não tinha rendas suficientes para a sua edificação e manutenção.

Em resposta ao primeiro elemento justificativo do Núncio, a Ordem reforçou os argumentos apresentados anteriormente e respondeu que no Hospital da Misericórdia "(...) não se acham todas as commodidades que se requerem para o necessario curativo dos pobres enfermos por se achar presentemente em muita indigencia, por falta dos juroes que há muitos annos se lhe não pagam e por se não poderem arrecadar alguns dos capitaes que vulgarmente já se reputam perdidos; que por causa d'esta indigencia que o dito Hospital experimenta já há muitos annos; não tem havido curas geraes; e que para os irmãos da Misericordia haverem de fazer uma n'este presente anno se viram precisados a implorar a caridade dos Fieis, fazendo um peditorio por esta villa (...) "²⁶⁰. Devido a esta insuficiência na assistência aos doentes, tornou-se mais do que evidente a necessidade da erecção de um novo hospital para o curativo dos terceiros enfermos.

Em relação ao segundo elemento apresentado pelo Núncio, a Ordem Terceira defendeu que para dar principio ao hospital havia já uma casa edificada, na qual o mesmo puderia funcionar, e, igualmente, não faltavam irmãos terceiros a oferecerem dinheiro, camas e roupas para essa obra piedosa. Aliás, a Ordem já tinha perdido avultadas esmolas, devido ao mesmo ainda não estar edificado.

Apesar da opposição do Núncio Apostólico, o breve do Papa Pio VII prevaleceu, assim como o breve de comutação de outros legados, pedidos pela Ordem Terceira para o mesmo fim²⁶¹.

Nascendo assim o propósito da instituição de edificar o seu próprio hospital, teve ainda que esperar outros dez anos para que o projecto fosse tornado realidade, devido à turbulência e instabilidade das invasões francesas, desde 1807 a 1811.

A ocupação do território português pelos soldados de Napoleão Bonaparte ameaçou, de uma forma drástica, o espólio e riqueza do país e das suas instituições. Junot impôs uma contribuição de guerra, e consequentemente grande parte dos valores foram confiscados. A Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães foi uma das suas vítimas. Em 21 de Março de 1808, obedecendo a uma carta do Juiz de Fora, o qual estava a executar as determinações dos invasores franceses, a Ordem

²⁵⁸ FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p.268 A.

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ *Op. cit.*, pp. 269 A e 269 A verso.

²⁶¹ Tal como o de Diogo Torres, no mesmo ano de 1804.

fez entregar ao tesoureiro geral da décima de Guimarães toda a prata da igreja, com excepção dos cálices, paternas, colheres, peicidas, custódias, cofres onde se depositava o Santíssimo Sacramento na Semana Santa, coroas, resplendores e os relicários, cujo peso não excedesse os dois marcos de prata. Contabilizando todos os objectos reunidos, pesavam sete arráteis e cinco onças.

A este confisco acrescentou-se o vandalismo e o saque, sendo igrejas, conventos e palácios roubados de tudo o que tinham de valor. Igualmente, o comércio interno teve grandes quebras na quantidade das transacções, tendo vários locais de produção, nomeadamente fábricas, sido arruinados. Uma das unidades fabris atingidas foi a que produzia os panos dos hábitos pardos que os irmãos terceiros de Guimarães usavam, elemento essencial nas suas aparições públicas. Em 23 de Outubro de 1813 o Delegado Apostólico Vicente Macchi concedeu aos mesmos licença para poderem utilizar hábitos pretos, em lugar de pardos, desde que houvesse uniformidade na cor e na qualidade, e não se retomasse a produção dos outros panos²⁶².

Vencidas as tropas francesas²⁶³, a Mesa da Ordem Terceira retomou os esforços de levar em frente o projecto de edificação do seu hospital, e escreveu ao príncipe regente D. João VI, que se encontrava no Brasil, para dele obter a respectiva aprovação régia.

Assim, após ter recebido informações do Provedor da Comarca de Guimarães, por provisão de 20 de Dezembro de 1814, registada na Chancelaria Mor da Corte no Livro dos Ofícios e Mercês, o governante concedeu-lhes a licença solicitada. Impôs a condição de que esse hospital se regesse a nível económico pelo regulamento da Ordem Terceira de São Francisco do Porto, seguido desde 1743, ano de fundação do seu hospital, no que lhe fosse aplicável, e de que as contas de receita e despesa, juntamente com as dos outros fundos da Ordem Terceira, fossem inspecionados pelos Provedores da Comarca²⁶⁴. Foi-lhe permitido que pudesse efectuar a pretendida edificação “(...) servindo-se os Supelicanos para o referido estabelecimento das Cazas que pessuim e que fazem hum só corpo com a Igreja da Sobre dita Ordem Terceira (...)”²⁶⁵, autorizando-a, igualmente, a comprar os terrenos adjacentes para ampliarem o edifício do hospital desejado.

Em obediência a estas condições, a Ordem, em sessão de Junta Magna de 17 de Janeiro de 1815, logo aprovou que se comunicasse à Ordem Terceira da cidade do Porto a concessão do pedido, e se lhe solicitasse a cópia dos Estatutos que regiam a administração da Ordem, e do Regulamento do Hospital, aproveitando a oportunidade para pedir uma esmola para ajuda do fundo

²⁶² Dado que muitos hábitos já estavam “(...) rotos e remendados, causando estas circunstancias o desprezo e irrisão d’uma corporação alias respeitavel e de muita utilidade naquela vila” (*op. cit.*, p. 195).

²⁶³ Tendo contribuído a Ordem Terceira para que Guimarães fosse uma das primeiras povoações a livrar-se do jugo estrangeiro. O clero da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, o clero secular e regular, as associações e irmandades deram o exemplo de doar, em grande parte, os subsídios para tal feito. Em 24 de Julho de 1808, ano da sua confiscação, já a Ordem contribuiria com a quantia de quatrocentos mil reis, entregue sob a inspecção do Governo da Junta da cidade do Porto, para “(...) ajuda do Exército que se derige para restaurar este Reino do poder dos Franceses.” (*Livro de Termos* n.º 2..., p. 48 verso), e ainda com ajuda pecuniária para as fardas, mochilas, sapatos, entre outros adereços, dos soldados portugueses (BRAGA, Alberto Vieira, “Curiosidades de Guimarães, Instrução e Irmandades”, in *Revista de Guimarães*, volume 56, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Tipografia Minerva Vimaranesse, 1946, p. 48), assumindo este acto como parte integrante da defesa da causa pública e da sua actividade pia. Como forma de manifestação do regozijo sentido pelo povo vimaranense, em Maio de 1814 o cabido mandou iluminar, várias noites, a torre da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (*Guimarães O Labor da Grei, Publicação Comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia realizada em Agosto de 1923*, Guimarães, Tipografia Minerva Vimaranesse, 1928, p. 24).

²⁶⁴ O hospital da Ordem Terceira do Porto foi fundado passados treze anos depois de iniciar a sua assistência hospitalar (EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa, *Os Terceiros Franciscanos...*, p. 154).

²⁶⁵ *Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano...*, p. 108.

do hospital a criar²⁶⁶. A resposta veio do Porto em 6 de Abril do referido ano, com a cópia dos documentos pedidos, e com a descrição do regimento do hospital²⁶⁷.

Na sessão anteriormente referida, de 17 de Janeiro de 1815, a Ordem decidiu ainda, devido a não possuir os fundos suficientes para as despesas das obras necessárias para a construção e conservação do futuro hospital, que se efectuasse um peditório pelos negociantes do Porto, assim como pelos irmãos de Guimarães e aldeias vizinhas, solicitando ajudas pecuniárias e madeiras para as obras. Essas ajudas ficaram sob a responsabilidade do novo Síndico que iria ser eleito para a nova repartição da Ordem que estava prestes a nascer. Na mesma sessão foi decidido negociar com a comunidade da vila a forma de abastecer de água o futuro hospital.

O peditório teve bons resultados, pois de muitos indivíduos chegaram doações e esmolas. Como exemplo, em 5 de Maio de 1815 Custódia Maria, viúva, da Rua de São Francisco, irmã terceira, doou à Ordem uma morada de casas. No dia 9 do mesmo mês declarou-se em sessão de Mesa que havia ofertas no valor de nove mil cruzados que, juntamente com quatro mil do fundo da Ordem, resultariam em treze mil cruzados²⁶⁸. A estes capitais acrescentar-se-iam oitenta mil reis da terça que à Ordem deixou Diogo Torres, e cem mil reis das sobras da Repartição do Sagrado Lausperene. Outra ajuda veio da corporação de Santo Eloy dos ourives de Guimarães, no valor de quatrocentos mil reis, com a condição de que a Ordem aceitasse para seus irmãos vinte ourives pobres.

No livro das *Velharias da Irmandade de S. Pedro e das outras Ordens* 3.^{as} encontramos descrita, em cinco páginas, uma listagem das “Offertas promettidas em fevereiro, março e abril e seguintes de 1815 para a abertura do hospital que havia de ter lugar em 31 de Julho, 1.º e 2.º d’ Agosto do mesmo anno”²⁶⁹. A maior parte delas vinha dos irmãos da Ordem Terceira, mas também de pessoas particulares não irmãs, irmandades e confrarias vimaranenses (Irmandade de Santo Bom Homem, de São Crispim, de Nossa Senhora da Misericórdia, da Senhora da Agonia, das Chagas de São Francisco, de Nossa Senhora da Conceição, de Santo António, e Confraria do Santíssimo Sacramento da Real Colegiada), e foram entregues ao Síndico do Hospital.

A Ordem resolveu, no entanto, que não abriria o hospital se não tivesse trinta mil cruzados. Não sabemos se conseguiu reunir este montante. Em Julho resolveu preparar e mobilar o hospital (enfermarias, casa de dispensa e cozinha) com todos os materiais, utensílios, roupas e empregados necessários, assim como mandar fazer os retratos dos membros da Mesa²⁷⁰ e dos benfeitores²⁷¹ que contribuíram para tornar realidade tão piedosa e importante obra.

²⁶⁶ *Livro de Termos* n.º 2..., p. 66 verso.

²⁶⁷ Esses documentos existem, ainda hoje, no arquivo da Ordem Terceira de Guimarães, e foram por nós consultados. O regimento do hospital tratava de assuntos variados: questões do pessoal e instalações, salários, admissão de irmãos no hospital, eleição de irmãos de probidade e caridade, obrigações dos mordomos, enfermeiros, serventes, o livro de assento dos doentes, acréscimo de enfermarias, o asilo de entrevados, entre outros.

²⁶⁸ *Op. cit.*, p. 68 verso.

²⁶⁹ FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 259 verso.

²⁷⁰ Foram eles: Comissário Visitador Frei Manuel da Conceição Guimarães; Ministro Gaspar Leite de Azevedo e Araújo, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e Avis, alcaide-mor e senhor de Lindoso, coronel de infantaria e governador da Praça de Monção; Vice-Ministro Manuel de Sousa, manjor de Malta; Vice-Ministro imediato José António Ribeiro dos Santos; secretário capitão Manuel José Coelho Rodrigues Pires; Síndico da Ordem António José Alves de Abreu; Vigário do Culto Divino, religioso da terceira ordem, João do Monte Olivete e Faria; Síndico do Hospital Manuel Moreira Lopes; Síndico da Testamentária capitão João Manuel da Silva; Síndico da Sagrado Lausperene João António Fernandes; Definidores José Carvalho

Assim aconteceu, “(...) com tanto zelo se houve neste seu louvável empenho, que conseguiu abrir o mesmo hospital para serviço dos enfermos a 31 de Julho (...)”²⁷² de 1815, num conjunto de festividades que decorreram por três dias²⁷³. A este acto solene de inauguração assistiram magistrados, cônegos, clérigos, religiosos de todas as ordens, nobres, povo, “(...) de maneira que na igreja (...), Capella da Nossa Ordem, enfermarias do nosso Hospital e casas do Despacho d’ella, era tanto o concurso de povo, que um impedia o outro sem poderem ver com o desejo e vontade que apeteçiam (...)”²⁷⁴. Completou a festa um coro de música e luminárias à noite, e na noite do dia um de Agosto houve fogo de artifício e música instrumental, executada pelo Regimento 3 da Infantaria, estacionado na vila.

Em 3 de Março do ano seguinte, de 1816, num termo mandado fazer pela Junta Magna, acerca da festividade de abertura do hospital, onde foram apresentadas as contas das receitas arrecadadas e das despesas feitas, deliberou-se que em todos os anos posteriores comemorar-se-ia o seu aniversário, à custa dos fundos do hospital. Houve anos, porém, que não possibilitaram a saída de dinheiro para tal fim, dado que escasseava, ou saía em pequena dimensão - permitindo não muita pompa, mas simplicidade nos festejos - e outros em que a 2 de Agosto de cada ano somente se abriu ao público as instalações da Ordem, incluindo o hospital e suas dependências, tal como consta do artigo 209.º do capítulo 22.º do *Regulamento do Hospital e Asilo dos Entrevados*, de 1866: “No dia 2 d’Agosto de cada anno, o Hospital e Asylo dos Entrevados estarão abertos e expostos ao publico. A Casa do Despacho, Secretaria, galerias, corredores, Enfermarias, camas dos doentes e dos Entrevados, Despensa, Rouparia, Cosinha, e todas as mais dependencias d’estes estabelecimentos, se apresentarão com todos os arranjos compativeis com as condições de um estabelecimento de caridade, para o fim de fazer-se conhecer qual tem sido o zêlo dos seus administradores no desenvolvimento dos seus melhoramentos.”²⁷⁵.

Os primeiros doentes entraram em 14 de Julho de 1815, e eram assistidos em enfermarias modestas, anexas à capela da Ordem, cuja fachada se compunha apenas por seis janelas. Aqueles que saíram do hospital até Agosto de 1816 foram socorridos com cento e vinte reis e alguns com duzentos e quarenta reis para a ceia do dia da saída. Desde 1 de Junho de 1817 que o tratamento deles começou a ser pago alternadamente ao mês pelos irmãos terceiros. Quanto aos médicos e cirurgiões, esses não exigiam pagamento pelos seus serviços, oferecendo-os ao hospital, e só a

Peixoto, João de Sousa Nogueira, António José Mendes de Oliveira, Joaquim José Peixoto da Costa e Manuel Luís de Sousa (*op. cit.*, p. 264 A).

²⁷¹ Entre outros: João Baptista da Silva Areias, José Lopes da Cunha Velho, Domingos José Alves de Abreu e sua mulher, o Doutor Provedor da Comarca, Custódia Maria de Sá, José Moreira Lopes, Manuel Joaquim Areias, António de Melo e Francisco José Gonçalves de Oliveira (*Livro de Termos* n.º 2..., p. 70 verso).

²⁷² CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, pp. 391 e 392.

²⁷³ Todas as despesas destas festividades foram pagas pela Ordem, no entanto, ficou registado que as mesmas seriam retribuídas logo que excedesse o fundo do hospital.

²⁷⁴ FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 191 verso.

²⁷⁵ *Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 71.

partir de 1825 lhes foi estipulado um vencimento pela Mesa²⁷⁶. Já os hospitaleiros, desde o início da criação do hospital, tinham o seu ordenado combinado pela mesma²⁷⁷.

Em 1834 as ordens religiosas foram extintas, e os seus bens foram confiscados; porém, a rede assistencial do país não foi significativamente alterada pelo liberalismo, dado que, não tendo alternativa para ela, a manteve nas instituições que a desenvolviam até então.

Neste contexto, a Ordem Terceira, querendo continuar com a sua actividade caritativa, mesmo sem a ajuda dos frades franciscanos expulsos, deliberou ampliar o espaço do seu hospital em sessão de 18 de Agosto de 1837 da Junta Magna, já que este se mostrava pequeno para as necessidades existentes. Para poder recolher e tratar com melhor comodidade um maior número de enfermos adquiriu-se, por compra, uma morada de casas na Rua de São Francisco, a Francisca Rosa, por trezentos e cinquenta mil reis. A Mesa ficou, igualmente, autorizada, pelos seus membros e conjuntamente com os da Junta Magna, a comprar outras casas que julgasse indispensáveis para ampliar as enfermarias²⁷⁸.

Assim, quase um ano depois, em 25 de Junho de 1838 a Ordem rematou em hasta pública, para o mesmo fim, uma parte da cerca do convento por duzentos e vinte mil reis, e em 26 de Outubro obteve licença, por portaria do Ministério do Reino, para adquirir três prazos adjacentes ao seu actual hospital²⁷⁹. Em 23 de Janeiro do ano seguinte comprou por quatrocentos e cinquenta mil reis algumas casas na Rua de São Francisco, junto ao hospital, a Francisco Joaquim Ferreira dos Santos²⁸⁰.

Passados uns dias, no dia 1 de Março de 1839, a Mesa aprovou construir-se novas instalações para o hospital e nomear-se uma comissão de irmãos para mandarem fazer um risco adicional ao espaço já existente do mesmo, incluindo já as casas compradas, cuja despesa ficaria a cargo da repartição do hospital. Esta comissão combinou com o “pedreiro” José Tilde o início dos trabalhos de alargamento das enfermarias, pagando por cada braça de parede onze mil reis. Em Agosto desse ano começaram a alargar-se as enfermarias, no sentido da Rua de Couros²⁸¹.

Posteriormente, em 12 de Julho de 1852, a Mesa deliberou mandar vir um arquitecto do Porto, José Luís Nogueira (depois admitido graciosamente como irmão terceiro), para elaborar o risco do novo edifício, e em 1853 o Síndico do Hospital, padre António José Ferreira Caldas, despedia os caseiros da cerca e mais casas que se julgassem necessárias para principiar a ampliação. Em Setembro desse ano, dia 23, foi lançada a primeira pedra, iniciando uma obra realizada por fases, e somente concluída em 1877. Mais tarde, em 1868 o Ministério da Guerra (que estava em posse do convento extinto) autorizou a Ordem a encostar a fachada posterior do hospital à parede do edifício do convento²⁸².

²⁷⁶ O médico António José de Sousa Basto passou recibo de dezanove mil reis do seu salário de nove meses e meio, desde 1 de Março a 15 de Dezembro de 1826, quando acabou os serviços do curativo do hospital (FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 287 verso).

²⁷⁷ Em 12 de Setembro de 1815 a hospitaleira Rufina Maria recebeu vinte e quatro mil reis (*Livro de Termos n.º 2...*, p. 73), “(...) pelo seu trabalho e lenhas (...)” (*Op. cit.*, p. 192).

²⁷⁸ *Op. cit.*, p. 240.

²⁷⁹ *Op. cit.*, p. 271 verso.

²⁸⁰ *Op. cit.*, p. 299.

²⁸¹ CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, p. 392.

²⁸² FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 271 verso.

A aquisição de casas para ampliação do hospital prosseguiu até 1867, contabilizando-se os gastos em oito contos de reis com o acrescento à fachada de mais três janelas, do lado da Rua de São Francisco, e cerca de dez contos de reis com a compra de onze moradas de casas.

Foram muitos os donativos e legados que a Ordem recebeu de irmãos terceiros e de não irmãos para o fundo da repartição do hospital²⁸³. Também em Abril de 1841 o Conselho do Distrito tinha autorizado a Mesa a utilizar a quantia de três contos e setecentos mil reis para a edificação e ampliação do mesmo. Mesmo assim, as obras arrastaram-se por mais de vinte anos, devido à falta de capital²⁸⁴, resultado, em parte, das despesas das compras das casas contíguas ao hospital, do encarecimento da mão-de-obra, das despesas inerentes ao funcionamento do próprio hospital²⁸⁵, e das repetidas cotizações e contribuições exigidas pela Câmara Municipal, para prestar socorro aos presos, expostos, coléricos²⁸⁶, vítimas da peste, da fome²⁸⁷, e da febre amarela, que atingiu Lisboa em 1857, e à instrução pública²⁸⁸.

Por estes motivos, as obras fizeram-se lentamente, sendo suspensas por várias vezes, até que o comendador Cristóvão José Fernandes da Silva (então Ministro e Pai da Ordem), custeando grande parte das despesas, ajudou na sua conclusão, em 25 de Maio de 1877.

A obra foi concluída, mas a sustentação dos enfermos acarretava, ainda, avultadas despesas para a repartição do hospital, pelo que os donativos continuavam a ser bem-vindos²⁸⁹. Exemplo destas ofertas foi a da Vice- Ministra dona Rosa de Jesus Almeida, em Dezembro de 1897, de dezasseis colchas brancas de algodão. Consequentemente, a Mesa resolveu exarar-lhe um voto de louvor e agradecimento²⁹⁰. Foram também ofertados para uso dos doentes do hospital peças de pano, guardanapos de linho, toalhas de rosto, fronhas, cobertas, cobertores, camisas, saias brancas e mais peças de vestuário, peças de mobiliário - camas, banca, lavatório de pedra, cadeiras, entre outras -, colchões, castiçais de prata, talheres, louças, cortinas bordadas, entre outros objectos de grande variedade e utilidade. Com atitude de gratidão a Ordem Terceira mandava fazer os retratos de muitos benfeitores que de alguma forma importante a ajudaram.

²⁸³ João Lopes de Faria descreveu, nas *Velharias...*, pp. 262 a 263, uma lista de nomes de indivíduos que contribuíram para as obras, desde 1830 até 1872.

²⁸⁴ Em acta de sessão de 8 de Agosto de 1853 a Junta Magna aprovou que para as obras não se desviassem fundos alguns das diferentes repartições da Ordem, mas se lhes desse andamento com as sobras dos rendimentos dessas repartições (*Livro de termos n.º 5* (1841-1858), Livro n.º 129, p. 94 verso). Na de 8 de Maio de 1856 deliberou-se que poder-se-ia contrair um empréstimo em qualquer uma das repartições, recorrendo-se, primeiramente à do Hospital, e não o havendo, às outras pela sua ordem, o qual seria amortizado pelas sobras das repartições logo que acabassem as grandes despesas (*op. cit.*, pp. 117-117 verso).

²⁸⁵ Entre outros gastos, havia o sustento diário dos doentes que recorriam às suas enfermarias para cura das suas moléstias. João Lopes de Faria escreveu que por volta de 1850 o hospital sustentava entre dez a vinte doentes por dia (FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 213 verso).

²⁸⁶ Em acta de sessão de Junta Magna de 4 de Julho de 1854, aprovou-se que, diante do pedido da Câmara à Ordem para ajudar, conforme as suas possibilidades, que nesta cidade fosse montado um hospital de coléricos - para prevenção, no caso da doença aí chegar - se contribuisse com cem mil reis, enquanto que a referida Ordem iria preparar, em paralelo, salas dentro da sua casa para cura dos irmãos terceiros atacados pela epidemia. Em 1883 e 1885 a Ordem contribuiu novamente para ajuda dos coléricos.

²⁸⁷ No ano de 1855 a epidemia da peste esteve presente em Guimarães, havendo nesse mesmo ano seca e fome.

²⁸⁸ O Estado lançava para os municípios a resolução de vários problemas, e estes aproximavam-se das irmandades e confrarias, às quais pediam auxílios, e sobrecarregavam os menos abastados através do aumento dos impostos.

²⁸⁹ Em Janeiro de 1893, dia 16, em acta de sessão, a Mesa considerou que o hospital absorvia não só todos os seus rendimentos como também os saldos de outras repartições (*Livro de Termos n.º 8...*, p. 167).

²⁹⁰ Em acta de 20 de Dezembro de 1897 (*op. cit.*, p. 256).

Parece-nos relevante mencionar breve e sucintamente neste capítulo, relativo à criação e vida do hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, o surgimento de um conjunto de mulheres que, em vários países, demonstraram a sua utilidade nas unidades hospitalares: as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras.

Vejamos, sucintamente, o aparecimento desta congregação e o seu percurso até 1910. A história da congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição está ligada à das Irmãs Franciscanas de Calais, de quem adoptaram, em 1871, a regra, as constituições, o costumeiro e o hábito, sendo embora uma congregação autónoma de acordo com o projecto inicial dos fundadores: o padre Frei Raimundo dos Anjos Beirão e a Madre Maria Clara do Menino Jesus.

Em 1857 chegavam de França as Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, para tratar os doentes e órfãos de uma epidemia de cólera-morbo e de febre amarela que atingiu a população de Lisboa. Cinco anos depois, com base na legislação de 1834, e num contexto de grandes protestos liberais, foram expulsas do país por serem religiosas e francesas. A partir daí o padre Beirão começa a alimentar a hipótese de fundar uma congregação portuguesa, que suprimisse a lacuna deixada pelas religiosas francesas. Tal aconteceu em 3 de Maio de 1876, enviando para Calais algumas irmãs que professaram, já que em Portugal era proibido o noviciado e as profissões religiosas, começando a serem designadas popularmente como “Trinas”, pois instalaram a sua casa principal e o noviciado no antigo convento das trinas do Mocambo.

A congregação teve a aprovação pontifícia em 27 de Março de 1876, e cresceu no número de casas e de religiosas. Em 1910 a instauração da República afectou o grupo, e, apesar de extintas por decreto do Governo, muitas delas, vestidas como seculares e em grupos de três, continuaram o seu trabalho, sobretudo no norte do país. Em 1911 generalizou-se a perseguição às mesmas e transferiram para Tui a casa principal e o noviciado, e em 1936 para Caminha. O carisma da congregação era principalmente inspirado no ideal franciscano, especialmente na prática da hospitalidade e acolhimento, e reflectia-se em trabalhos a nível da saúde, educação, promoção social, assistência a crianças e idosos, catequese e ministérios eclesiais²⁹¹.

Em sessão de 11 de Julho de 1859, o Ministro Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu chamou a atenção dos membros da Mesa para o facto de que se tornava urgente uma reforma radical no funcionamento do hospital. Esta renovação só seria possível com a admissão de três irmãs franciscanas hospitaleiras, que já tinham demonstrado serviços importantes no tratamento de enfermos, e porque daí viriam inúmeras vantagens económicas para a Ordem, já que muitos estabelecimentos geridos por elas tinham obtido bons resultados económicos. Entre estes estava o hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto²⁹². Depois de larga discussão, e por escrutínio secreto, decidiu-se positivamente quanto a essa admissão²⁹³. Assim, em 11 de Fevereiro de 1862 relatou-se em reunião da Mesa que as irmãs hospitaleiras acabavam de se oferecer voluntariamente para o serviço do hospital, o que a mesma aceitou.

²⁹¹ VIEIRA, Maria do Pilar S. A., “Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção Carlos Moreira Azevedo, volume A – C, Círculo de Leitores, 2000, pp. 472-474.

²⁹² Em 29 de Novembro de 1855 o seu secretário oficiou à Ordem Terceira da cidade de Guimarães que a sua congénere do Porto tinha requisitado de Paris seis irmãs de caridade para serem as enfermeiras daquele hospital.

²⁹³ *Livro de Termos* n.º 6..., p. 14.

Com esta decisão não concordou o governador civil de Braga, argumentando que tal corporação não existia em Portugal²⁹⁴. E de facto não existia, nem era oficial no nosso país. Porém, depois de serem reconhecidas legalmente, as suas professoras começaram a espalhar-se por Portugal, e Guimarães foi um dos locais escolhidos para prestar auxílio aos que precisavam, mais precisamente dentro das várias repartições da Ordem Terceira franciscana. Em 22 de Outubro de 1882 foram admitidas para substituir os enfermeiros do hospital três irmãs hospitaleiras, e passados quatro dias mais quatro irmãs²⁹⁵. Várias estiveram presentes no hospital e no asilo dos entrevados em Junho de 1883, e mais tarde como professoras de instrução primária e de labores, dentro das aulas de sexo feminino integradas nas escolas da Ordem.

O seu trabalho foi muito apreciado entre os terceiros, e em Junho de 1894 foi consignado um voto de louvor à irmã superiora, a três professoras, a uma cozinheira e a duas enfermeiras, uma no asilo dos entrevados e a outra no hospital, em especial para a primeira, pela óptima administração que efectuavam nestas duas valências e nas aulas do sexo feminino²⁹⁶.

Com a instauração da República, em 1910, e pelos decretos redigidos pelo Governo Provisório da mesma, foram as instituições de caridade privadas dos relevantes serviços que lhes prestavam com toda a disponibilidade as Irmãs Hospitaleiras Franciscanas Portuguesas. Daí em diante só era possível se empregarem ao serviço dos hospitais e asilos três religiosas devidamente secularizadas, mediante autorização do governo. Foi o que sucedeu na Ordem Terceira, para conservar neste estabelecimento de beneficência três ex-irmãs no hospital, asilo dos entrevados e creche, passando as mesmas a ser remuneradas com cinco mil e quatro mil reis mensais, consoante o cargo que exerceriam²⁹⁷.

A repartição do hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, ainda que parte integrante da mesma, funcionava separadamente, com administração e finanças próprias. Ao seu bom funcionamento era essencial a existência de um regulamento que gerisse a sua administração e capitais. Para o período a que nos reportamos no presente trabalho, desde 1850 até 1910, existiram três regulamentos: o primeiro foi o do Hospital da Venerável Ordem Terceira da cidade do Porto, de 1743, por imposição do príncipe regente D. João VI – como já analisamos anteriormente, no presente capítulo -, o segundo foi o de 1858, e o terceiro de 1866.

Em Fevereiro de 1851 deliberou-se a nomeação de uma comissão para reformar o regulamento do hospital, em prática desde 1 de Janeiro de 1851²⁹⁸. No entanto, nas actas das sessões posteriores não se referiu o resultado do trabalho dessa comissão, nem se encontra no arquivo da Ordem nenhum regulamento datado de 1851. Pela investigação efectuada, concluímos que até à data a administração do hospital se baseava no regulamento do Hospital da Ordem Terceira da Cidade do Porto, estando esse mesmo inscrito num livro que continha, igualmente, os Estatutos da Ordem dessa cidade, de 1751 (tendo sido os dois documentos enviados a pedido da Ordem Terceira de Guimarães, como já referimos), e só em 1858 esta última elaborou o seu próprio

²⁹⁴ FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, pp. 267 A e 267 A verso.

²⁹⁵ *Op. cit.*, p. 267 A verso.

²⁹⁶ Em acta de 24 de Junho de 1894 (*Livro de Termos* n.º 8..., p. 199).

²⁹⁷ Segundo a acta da sessão de 8 de Dezembro de 1910 (*Livro de termos* n.º 9 (1907-1922), Livro n.º 132, p. 20).

²⁹⁸ *Livro de Termos* n.º 5..., p. 64 verso.

regulamento interno escrito. De qualquer forma, o regulamento do hospital da sua congénere do Porto parece ter sido adoptado como modelo durante muitos anos, desde a fundação em 1815.

Quando a Junta Magna estava reunida em Agosto de 1863, o Ministro Conde de Vila Pouca, fidalgo da Casa Real, referiu que o regulamento do hospital seguido até ao momento não estava legalmente aprovado e autorizado pelo Governo, e não continha um grande número das prescrições necessárias para o bom funcionamento da repartição do hospital e do asilo dos entrevados, tornando-se, dessa maneira, necessário organizar-se um novo conjunto de regras. Este foi aprovado em 23 de Julho de 1866²⁹⁹.

Vejamos em traços gerais os elementos constitutivos destes regulamentos, para que melhor os possamos compreender e comparar.

Como já referimos anteriormente, o primeiro regulamento, não sendo uma obra própria da Ordem Terceira de Guimarães, resultou da adopção de um já praticado no Porto. A maior parte das suas disposições foram formuladas para corresponderem às necessidades específicas desse estabelecimento hospitalar, embora em termos gerais se pudessem aplicar em unidades do mesmo género iniciadas noutras Ordens Terceiras, como é o caso em análise.

No seu primeiro capítulo, relativo à função dos mordomos, refere-se ao necessário bom funcionamento do hospital: “A melhor e única forma, que pode arbitrar-se ao cuidado dos nossos Carissimos Irmãos Mordomos do nosso Hospital, e mais Irmãos, que nelle servem, he hum eficaz zelo, e huma fiel consciência tanto para a nossa Ordem, como para os nosso Irmãos Enfermos: com cujas virtudes serão desnecessarias todas as Leis, e sem ellas não poderá haver instrucção, que persuada ao recto, justo, e pio. Porem como a esta Meza pertence a obrigação da intendencia de todas as occupaçoens da nossa Ordem; e supposto que na realidade tenham só hum uniforme objecto, que he o serviço de Deos, e do nosso Serafico S. Francisco: rogamos por isso, e encarregamos no modo possivel a inteira, e exacta obediencia ás seguintes Dispoziçoens.”³⁰⁰. De seguida, são desenvolvidas em pormenor as funções dos mordomos, capelão, médico e cirurgião, enfermeiros e cozinheira, as quais eram expostas de forma semelhante às do regulamento posterior do hospital da Ordem Terceira de Guimarães, de 1858, excepto na relativa ao capelão, cargo não mencionado neste último.

Quanto ao regulamento interno de 1858 começa, no seu primeiro capítulo, por enunciar um conjunto de disposições gerais concernentes ao seu rigoroso horário de abertura ao exterior. Depois de fechado não era permitida a entrada e saída de qualquer pessoa, mesmo que moradora no hospital, sem licença do mordomo responsável, excepto em casos de urgente necessidade e de essa pessoa ser o Padre Comissário³⁰¹.

Foram abordadas, igualmente, as condições de saída dos entrevados, a proibição da circulação de alimentos do interior para o exterior, e vice-versa, questões sobre a entrada de roupa, quais os dias e horas de visita aos enfermos e entrevados, e disposições acerca da admissão de doentes particulares, irmãos ou não. Dentro das instalações do hospital havia uma enfermaria

²⁹⁹ O asilo dos entrevados, fundado quatro meses depois do regulamento de 1858, ainda não estava nele contemplado, e somente encontramos referências dispersas acerca dos doentes entrevados. Acta de sessão de Mesa e Junta Magna de 26 de Agosto de 1863 (*Livro de Termos* n.º 6..., p. 60).

³⁰⁰ Regimento para o Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto, *s/ data*, livro n.º 120, p. 93.

³⁰¹ *Regulamento interno do Hospital da Veneravel Ordem Terceira Seraphica d'esta Cidade de Guimaraens*, 1858, livro n.º 120, p. 110.

pequena onde eram tratados doentes particulares, que gozavam de determinadas regalias estipuladas nos contratos que faziam com a Mesa da Ordem. No ano posterior de 1908, em 27 de Dezembro, estipulou-se que haviam quartos de primeira, segunda e de terceira classe, e enfermaria para doentes particulares estranhos à corporação. Os doentes aí tratados tinham direito a quarto, alimentação e médico, tendo para isso que pagar o dobro, ou mais, do que era exigido aos irmãos terceiros, sendo os medicamentos, conferências, sangrias locais, e operações pagos em separado³⁰².

São apresentadas, de igual modo, regras quanto à quantia diária exigida aos terceiros e aos que não o eram, à sujeição dos doentes à dieta alimentar existente, à não admissão de enfermos que não fossem mentalmente saudáveis (aplicável também aos irmãos terceiros), ou que sofressem de doenças contagiosas e incuráveis, pois este não era um estabelecimento próprio para o seu tratamento. Todavia, poderiam ser socorridos fora do hospital com esmolas ou medicamentos. De acordo com esta norma, em cópia de correspondência avulsa do arquivo da Ordem Terceira, há referência de que em 10 de Novembro de 1869 se confirmava que neste hospital não eram admitidos para tratamento doentes com sífilis, por tal contrariar o regulamento de 1866³⁰³.

Os irmãos pobres para poderem ser admitidos teriam que fazer um requerimento ao Ministro, comprovando a sua ligação à Ordem (apresentando a sua carta patente), a sua pobreza e necessidade de tratamento. Esta disposição não era, contudo, aplicável quando chegasse ao hospital algum irmão pobre em perigo de vida ou vítima de alguma situação desastrosa. Este requisito de pobreza na admissão de doentes no hospital, e a mencionada excepção, estava, igualmente, presente no regulamento posterior de 1866, capítulo 18.º, artigo 163.º, acrescentando que, para além de serem pobres, deviam sofrer de moléstias que permitissem ser tratados somente com dieta, ou estar de cama, e no artigo 167.º, no qual se impedia de serem admitidos todos os irmãos que possuíssem meios para se tratarem em casa ou como particulares nas enfermarias respectivas. Sendo o mesmo transgredido, teria o paciente que pagar toda a despesa que fizesse desde a sua entrada até à sua saída³⁰⁴. A única alteração efectuada a estes artigos deu-se em Junho de 1902, dia 6, em sessão de Mesa, liberando os enfermos de, na sua entrada, apresentarem requerimento, desde que mostrassem as suas patentes ou fosse confirmado pela secretaria que eram irmãos³⁰⁵.

Seguidamente vinham os capítulos referentes às funções exercidas pelos mordomos, Padre Comissário Visitador, facultativos (médico e cirurgião), enfermeiros, cozinheira e lavadeira da roupa, assim como às condições que teriam de obedecer para exercerem esses cargos. Seguem-se as regras de limpeza, do tratamento e passadio (isto é, a alimentação diária dos doentes).

³⁰²*Op. cit.*, p. 110 e 110 verso e *Livro de Termos* n.º 9..., p. 13, tudo em obediência ao artigo 168.º, capítulo 18.º do Regulamento de 1866 (Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital..., pp. 63 e 64).

³⁰³*Regulamento Interno do Hospital...*, p. 110 verso, e Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital..., p. 63. Pelo contrário, a ordem irmã da cidade do Porto refere em anos muito anteriores, quando enviou os seus Estatutos e regulamento do seu hospital para Guimarães, isto é, em 1815, que tinha efectuado o acrescento de algumas enfermarias: para males contagiosos, venéreos e para partos (*Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano...*, p. 106 verso).

³⁰⁴*Regulamento Interno do Hospital...*, pp. 110 verso-111, e Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital..., pp. 62 e 63. E foi o que de facto aconteceu numa situação desmascarada em sessão de Mesa de 18 de Junho de 1891, em que um irmão tratado no hospital era possuidor de uma morada de casas, sita na Rua da Caldeiroa (*Livro de Termos* n.º 8..., p. 113).

³⁰⁵*Op. cit.*, p. 312.

Passados oito anos foi elaborado um novo regulamento do hospital da Ordem Terceira, com a inclusão de uma nova valência inaugurada solenemente em 4 de Outubro de 1858, e também contemplada nos novos Estatutos de 1866: o Asilo dos Entrevados. A partir desse momento os doentes entrevados iriam ser tratados num local próprio, especialmente dedicado a eles, e com regras específicas.

Neste novo regulamento, ao contrário do anterior - que começou logo de início a citar as disposições referentes ao funcionamento do hospital -, registou, em primeiro lugar, o regulamento da Ordem, base de toda a orgânica da corporação. Já em Junta Magna de Agosto de 1863 o Conde de Vila Pouca, então Ministro da Ordem, demonstrava a necessidade da elaboração de, para além de novos Estatutos, um novo regulamento para o hospital da Ordem Terceira, já que o mesmo se encontrava desajustado em relação às circunstâncias e necessidades do hospital e asilo dos entrevados, e não continha nenhuma prescrições relativas à administração da instituição³⁰⁶.

Esta lacuna foi depressa preenchida com a exposição dos preceitos relativos aos cargos de Padre Comissário Visitador, Ministro, escriturário, padres capelães e mais funcionários do Sagrado Lausperene, sacristão da capela e da igreja, servo, sineiro e coveiro, e à execução de penas para quem não cumprisse o presente regulamento.

Seguidamente, eram apresentados os preceitos relativos ao hospital e asilo dos entrevados. Era descrita a posição do Ministro dentro dessas repartições, e as funções que deveria exercer, assim como a do Padre Comissário Visitador, do Mordomo³⁰⁷, do Zelador da Roupa, do fiscal, da lavadeira e do porteiro. Quanto aos facultativos³⁰⁸, enfermeiros, cozinheira, criado, barbeiro, parteira e boticário são expostas as atribuições que deveriam ter para poderem preencher o cargo, e quais as suas competências nesse mesmo exercício.

Posteriormente, desenvolviam-se as questões da polícia e higiene e da limpeza das enfermarias e suas dependências. Haveriam seis enfermarias gerais: duas de medicina, duas de cirurgia e as restantes que constituiriam o asilo dos entrevados (duas pois era uma para cada sexo). Neste regulamento estavam, igualmente, presentes elementos acerca da aceitação de doentes³⁰⁹, do seu espólio e do dos entrevados, das dietas e rações, das visitas e das penas.

³⁰⁶ Sessão de Mesa de 26 de Agosto de 1863 (*Livro de Termos n.º 6...*, p. 60).

³⁰⁷ Tal como é referido no regulamento de 1858, também aqui no de 1866 o cargo de mordomo do hospital era ocupado por cada um dos membros da Mesa, rotativo mensalmente – começando o Ministro em Julho, início do ano económico, e seguindo-se na ordem hierárquica, conforme a pauta elaborada pela mesma, no início do seu exercício -, com excepção do Vigário do Culto Divino, competindo-lhe a administração, governo e fiscalização do bom funcionamento da repartição, devendo obediência somente à Mesa.

³⁰⁸ Haveria no hospital um médico e um cirurgião, segundo o regulamento de 1858, e acrescentado outro cirurgião no de 1866, trabalhando o médico todo o ano e os cirurgiões – que deveriam ter um curso legal da Escola Médico-Cirúrgica do Porto ou Lisboa, e preferencialmente serem irmãos terceiros - três meses alternadamente. Contudo, a Junta Magna de 19 de Maio de 1873, tendo em conta razões económicas e que o serviço clínico estava há quatro anos a ser efectuado somente por dois facultativos - à semelhança dos hospitais do Porto, os quais até tinham maior movimento -, aprovou que passasse a haver somente esses dois, sendo o serviço feito todo o ano por ambos, auxiliados por um supranumerário não remunerado. Mais tarde, em 1886, passaram a haver dois supranumerários não remunerados, de acordo com as alterações do regulamento em 26 de Dezembro desse ano (*Livro de Termos n.º 7...*, pp. 130-130 verso).

³⁰⁹ Aquando da exposição do regulamento anterior de 1858 foram já expostas as exigências da Ordem quanto aos critérios dessa admissão, idêntica neste. Apesar disto, o presente acrescenta que podiam ser admitidos os irmãos que não estivessem doentes, e que queriam viver no hospital como particulares, estabelecendo um contrato com a instituição (*Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital...*, p. 64).

Cada um destes regulamentos, uma vez aprovados pela Mesa e Junta Magna, seriam a base teórica dos serviços e administração dos dinheiros da repartição do hospital, e depois do asilo dos entrevados. Se a prática trouxesse algum tipo de dificuldade à execução dos seus capítulos, o Ministro convocaria os mesmos órgãos de decisão para, em conjunto, procederem às modificações necessárias.

Sem podermos analisar cada um deles de forma pormenorizada, pois levaria a uma exposição exaustiva de algo que se pode encontrar com toda a clareza nos próprios documentos, verificamos que o regulamento de 1866 fornece elementos mais completos da administração do hospital. O mesmo abrangiu um maior número de situações, de novos cargos e de funcionários – confirmando o aumento do número de doentes e a crescente especialização do seu tratamento e da administração do hospital -, e incluiu uma repartição nascida pouco tempo depois (quatro meses) do de 1858, mas por ele não contemplada.

Vários preceitos e normas encontram-se repetidos num e no outro, embora dispostos de maneira diferente. Parece, todavia, haver no último um maior cuidado no delineamento das funções e atribuições de cada cargo, pois algumas disposições gerais de 1858 são tratadas aí em capítulos específicos. De igual modo, a inserção do regulamento da Ordem Terceira no mesmo leva-nos a pensar que se pretendia olhar o hospital e asilo dos entrevados como uma parte integrante e indispensável de um todo mais extenso e complexo, submisso ao mesmo espírito de caridade e amor ao próximo, e a uma regra geral que servia de base a todos os regulamentos específicos.

CAPÍTULO XIII

O ASILO DOS ENTREVADOS DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

A fundação do Asilo dos Entrevados da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, resultado da necessidade de os irmãos terceiros alargarem os seus cuidados aos irmãos entrevados, deu-se num contexto especial da referida instituição, no qual se lutava pela obtenção gratuita do edifício do extinto convento de São Francisco, contíguo à capela e hospital da Ordem. Estes esforços tinham como objectivo ampliar os espaços destinados a tratar dos seus irmãos enfermos e desvalidos, construir um cemitério e efectuar outras obras úteis. Em 1844 iniciou-se esta solicitação ao Governo, porém sem frutos imediatos. As instalações continuavam exíguas, contudo, a Ordem Terceira, não desanimando face às recusas dos deputados, e estando o hospital em pleno funcionamento, iniciou uma outra parte da sua actividade caritativa, prestando, a partir de 1853, auxílio domiciliário aos seus irmãos entrevados, e lançando, nesse mesmo ano, a primeira pedra do novo edifício hospitalar.

Devido à necessidade de economizar, o mais possível, os rendimentos da Ordem, e para com mais facilidade se dar princípio às obras projectadas do hospital, e não querendo anular os socorros aos irmãos necessitados e doentes, a Mesa deliberou no referido ano que as esmolas e ajudas que se costumavam dar aos mesmos deixassem de ser avulsas e se limitassem aos casos de quem: precisasse de se recolher no hospital, sofrendo de uma enfermidade comprovada pelo médico; precisasse de tomar banhos nas Caldas de Vizela ou das Taipas, com a mesma comprovação; se achasse entrevado e impossibilitado de trabalhar; fosse irmão pobre de outras terras, que transitasse pela cidade, e apresentasse a sua carta patente³¹⁰.

Já em 1852 a Ordem tinha recebido dois legados com o objectivo de se criar um estabelecimento para entrevados, logo que se proporcionasse. Um foi do benemérito António Joaquim de Carvalho, seu instituidor, o qual deixou em testamento toda a sua mobília e a quantia de 18 000\$000 reis, acrescentada àquela que tinha dado em vida de 2 000\$000 reis³¹¹. O outro foi de Domingos José Alves de Abreu, com o donativo de 1 686\$685 reis. Contudo, só passados cinco anos, em Outubro de 1858, se realizou a cerimónia solene de inauguração do hospital dos entrevados, sendo o seu regulamento aprovado em 1866.

Esse dia de celebração foi determinado em sessão de Julho de 1858, em razão de se comemorar o dia de São Francisco, conjuntamente com outras decisões importantes para o novo estabelecimento, nomeadamente os critérios de admissão de entrevados. Assim, seriam admitidos todos os irmãos pobres necessitados e desvalidos, de ambos os sexos, que fossem entrevados,

³¹⁰ *Livro de Termos n.º 5...*, pp. 93 e 93 verso.

³¹¹ É curiosa a ressalva presente nessa doação: “(...) dous contos de reis em dinheiro de metal para ser dado a juro com as precisas seguranças, cujo capital he applicado para fundo e instituição d’um Pio estabelecimento para Entrevados da nossa Veneravel Ordem, a que se dará principio logo que as forças dos rendimentos o premitão, e a Veneravel Ordem, ou suas fucturas Mezas o julgarem conveniente; porem esta quantia e outras quaesquer que porventura der ou applicar para um tal fim he com a condicao restricta de ter aquella santa applicação, pois que no Cazo de qualquer Governo lançar mão dos fundos deste Estabelecimento, não serão considerados da Veneravel Ordem, mas sim delle Antonio Joaquim de Carvalho sendo vivo, a quem serão entregues, e sendo falecido seguirão o destino marcado em seo testamento (...)” (*op. cit.*, p. 84).

cegos e aleijados, e portanto fisicamente impedidos de adquirir os seus meios de subsistência. Para isso teriam de efectuar um requerimento à Mesa Administrativa da Ordem, comprovando a sua pobreza e incapacidade para trabalhar, e depois de aceites seriam devidamente vestidos com o hábito³¹².

Estes critérios também tinham sido adoptados pela Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto, pois estavam já presentes num documento anexo ao seu Estatuto e Regimento do Hospital que a mesma enviou à sua congénere de Guimarães em 1815, o qual referia que a dita “(...) erigio mais Enfermerias para os Irmaons, e Irmans pobres entrevados, que por aleijoens, cegueira, ou avançada idade não podem ganhar a sua sustentação, os quaes se conservão athe a morte (...)”³¹³.

Para o dia solene da inauguração as enfermarias designadas no risco, como fazendo parte do asilo, foram preparadas e apetrechadas com camas, roupas, mais utensílios e empregados necessários. As mesmas estariam situadas nas dependências do hospital, ocupando uma parte do rés-do-chão, e constavam de dois dormitórios, um para o sexo masculino e outro para o feminino, e de um refeitório comum. Todas as enfermarias estavam decoradas luxuosamente, assim como a igreja, sendo colocado na Casa do Despacho “(...) no seu respectivo throno o retrato de S. M. F. El. Rei o Snr. D. Pedro V, bem como se achava convenientemente exposto na enfermaria de Entrevados, en respalde de damasco carmezim o retrato do N. C. Irmão e grande bemfeitor António Joaquim de Carvalho, instituidor d’este pio estabelecimento.”³¹⁴. Nesse acto foram recebidos os primeiros cinco entrevados, um homem e quatro mulheres, com idades entre os sessenta e três e os noventa anos, cada um na respectiva enfermaria, de acordo com o sexo.

Em 1859 continuaram a ser admitidos entrevados no asilo, assim como continuamente se receberam donativos³¹⁵. Em 1881 o asilo possuía de capital 22 779\$595 reis, e dava abrigo a doze entrevados de ambos os sexos, aos quais forneciam dormida, vestuário e alimentação com abundância, gastando anualmente com isso, em média, 466\$810 reis.

Segundo António José Ferreira Caldas a Ordem tratava magnificamente os seus entrevados, nomeadamente na sua alimentação, como se poderia ver nas tabelas de distribuição das rações, expostas na secretaria. Para o autor esta abundância e variedade de alimentos no almoço, jantar e ceia, a que os entrevados tinham direito, não se encontravam em mais nenhum estabelecimento do mesmo género, no país inteiro. Vejamos, por curiosidade, em forma de tabela, a ração diária de cada entrevado, e em dias especiais no ano de 1881³¹⁶.

³¹² Sessão de Mesa de 10 de Julho de 1858, *op. cit.*, p. 141.

³¹³ *Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano...*, p. 106 verso.

³¹⁴ FARIA, João Lopes de, *Velharias...*, p. 190.

³¹⁵ João Lopes de Faria apresenta-nos uma lista de doadores desde 1858 até 1870 (*op. cit.*, p. 291 verso), e os livros dos termos das sessões da Mesa também nos dão conta deles durante muitos anos, e dos respectivos votos de louvor a eles consignados.

³¹⁶ Citação de CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos...*, pp. 395 e 396, por nós adaptada em forma de quadros.

Gêneros de substituição	Quantidade
Peixe em lugar de bacalhau	229,46 gr
Feijão para ensopar em lugar de arroz	57,36 »
Farinha de pau em lugar de arroz	57,36 »

Dias de magro	Quantidade
Pão de trigo	57,36 gr.
Pão de mistura	459 »
Bacalhau	114,73 »
Batatas	114,73 »
Feijão para o caldo do jantar e ceia	57,36 »
Arroz	57,36 »
Unto para os caldos, jantar e ceia	10,75 »
Vinho verde	0,176 lit.
Azeite	0,036 »
Vinagre	0,036 »
Hortaliça a que fôr necessária	

Dias de gordo	Quantidade
Pão de trigo	57,36 gr.
Pão de mistura	459 »
Carne de vaca	143,41 »
Carne de porco	28,68 »
Arroz	57,36 »
Unto	3,58 »
Feijão para o caldo da ceia	28,68 »
Vinho verde	0,176 lit.
Azeite	0,060 »
Hortaliça a que for necessária	

Extraordinário	Quantidade
Os entrevados que tomarem rapé, se lhes dará aos domingos e quintas-feiras	7,17 gr.
Aos domingos terão uma ração de fruta do tempo, sendo barata. Nos dias 2 de Agosto, 4 de Outubro, domingo de Páscoa da Santíssima Trindade, 229,46 gramas de assado. Véspera de Natal, um prato de mexidos – dia de Natal, serrabulho e lombo de porco – dia de desobriga e quinta-feira maior, um prato de arroz doce.	

Já em 1862 esta abundância de alimentos se verificava dentro do asilo, e em sessão de Mesa mostrou-se a urgência de reformar a tabela do passadio dos irmãos entrevados, pois não faziam exercício e vários faleceram com ataques apopléticos – o que, segundo a opinião do médico, seria devido ao excesso de comida -, enquanto outros distribuíam para o exterior parte das suas rações³¹⁷.

Em 23 de Julho de 1866 a Mesa e Junta Magna aprovaram o *Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital e do Asylo dos Entrevados*, e nele ditaram uma série de regras a cumprir dentro desses estabelecimentos, embora já anteriormente houvessem referências ao tratamento de entrevados.

Em acta de 1850, quando a Junta Magna recusou contribuir anualmente com a quantia de 20\$000 reis para melhoramento do Asilo de Entrevados e Inválidos da cidade de Braga, pedida pelo governador civil, alegou as grandes despesas que tinha na beneficência que praticava, nas quais se incluía “(...) o tratamento de alguns dos seus Irmãos entrevados fora do Hospital dando-lhe mensalmente, a 1200,-1600-2400 r.s (...)”³¹⁸.

Já no regulamento do hospital de 1858 se enunciaram algumas, mas poucas, normas referentes aos entrevados, o que nos leva a supor que dentro do edifício hospitalar, ainda antes da inauguração do asilo, haveriam alguns deles. Contudo, só após o mês de Outubro do mesmo ano passaram a ser tratados em enfermarias próprias, e, portanto, num local específico para a sua circulação. Nesse regulamento de 1858 somente são referidas informações relativas à proibição da circulação de alimentos do interior para o exterior, e vice-versa, aos dias de visita, e à passagem dos entrevados, se necessário, para a enfermaria do curativo. Do mesmo modo, em actas de sessões de 1862 a Mesa tomou decisões acerca da saída dos entrevados do asilo³¹⁹ e dos seus espólios.

No conjunto de regras de 1866, atendendo às necessidades e circunstâncias vividas, a Ordem desenvolveu, com maior pormenor, as normas de procedimento a adoptar dentro desse local: a existência de duas enfermarias, uma para cada sexo; a obrigatoriedade de silêncio por parte dos entrevados, dos funcionários e das visitas; a proibição de venda ou cedência das rações no interior, para os outros doentes, entrevados ou funcionários, e para o exterior; a obediência aos enfermeiros, ao Ministro, ao Vice-Ministro, ao Padre Comissário, ao secretário, ao mordomo do mês, ao fiscal e aos facultativos; e as condições de admissão³²⁰.

Tratou-se, igualmente, de assuntos relacionados com o número de entrevados a receber – o qual dependeria do rendimento do fundo desta repartição; a passagem deles para as enfermarias do hospital, em caso de enfermidade; a admissão de irmãos que, não sendo pobres e quisessem lá viver como particulares, estabelecessem um contrato com a instituição; a obediência à dieta e passadio determinados; e o tratamento do seu espólio aquando da sua entrada. Quando o entrevado

³¹⁷ Sessão de Mesa e Junta Magna de 18 de Maio de 1862, *Livro de Termos n.º 6...*, p. 42 verso.

³¹⁸ Sessão de Mesa e Junta Magna de 15 de Junho de 1850, *Livro de Termos n.º 5...*, p. 53.

³¹⁹ Aos entrevados não era permitido sair do asilo, sob qualquer pretexto que fosse, e se quisessem ouvir missa fã-lo-iam no coro da capela (aqueles que o quisessem e pudessem fazer). Exemplo de um caso de saída do asilo, mas de forma definitiva, foi o de Marcelina Rosa em 1862, pois deixou de fiar para a casa, argumentando que não podia fiar mais, mas não deixando de o fazer para fora. Não querendo entregar o linho à Ordem, manifestou querer sair, ficando sem a possibilidade de ser novamente admitida (sessão de 16 de Outubro de 1862, *Livro de Termos n.º 6...*, p. 46 verso).

³²⁰ As quais já foram referidas anteriormente.

era admitido e dava entrada era feito um registo da especificação do seu espólio, o qual seria vendido a favor do fundo da repartição, excepto se se tratasse de roupa branca e de cor, ou de outra que pudesse ser utilizada no asilo ou no hospital, entregues ao zelador da roupa.

Foram, do mesmo modo, delineadas regras concernentes aos dias de visita - os quais se limitavam aos dias de domingo, terça e sexta-feira, ou em outro dia se houvesse urgência, com autorização do mordomo e do fiscal - e à proibição de os visitantes levarem aos entrevados algum alimento ou objecto. Por fim, estipularam-se as penas a que estavam sujeitos se não obedecessem ao regulamento. Na primeira e segunda vez seriam punidos com redução da ração para metade durante dois dias, na terceira com o mesmo por tempo de quatro dias, e na quarta com a redução da mesma a pão e caldo, durante oito dias. Em 1886 foi referido em sessão de Mesa que alguns deles eram rebeldes e incorrigíveis, tendo sido corrigidos e castigados por terem saído para o exterior sem licença e desrespeitado os superiores, e se assim continuassem seriam expulsos, passando a receber esmola ³²¹.

Neste regulamento, como já se mencionou atrás, foi determinado que o número de entrevados a admitir dependia da situação económica da repartição. Nos finais do século XIX viveu-se em Portugal um incontestável crescimento demográfico e uma grave crise financeira, originando uma economia precária e obrigando o Estado a limitar as despesas do Tesouro. Paralelamente, a viticultura passou por um período de decadência, e pesavam os tributos e os encargos hipotecários que oneravam a maior parte das propriedades, situação esta que incentivava a emigração, especialmente para o Brasil.

Tendo como pano de fundo este contexto, a Ordem Terceira igualmente passava por dificuldades económicas para poder sustentar o seu hospital e asilo, pois o número de doentes era grande e os géneros alimentícios diminuíram. Desta maneira, e para solucionar parte dos problemas, solicitou a redução dos legados, pois era mais o dinheiro que se perdia para se satisfazerem do que o rendimento do capital legado para esse fim. De igual modo, fixou em quinze o número de entrevados a sustentar e aumentou o preço a pagar pelos doentes particulares internados no hospital.

O próprio regulamento de 1866, prevendo já esse tipo de situações, determinou que, se o estabelecimento não tivesse rendimento para admitir todos os indivíduos que estivessem nas circunstâncias de serem admitidos, dar-se-ia preferência àqueles que nem mendigar pudessem ³²². Havendo, assim, um número fixo, somente por vaga (de falecimento, fuga, saída do entrevado por livre vontade, entre outras razões) se admitiriam novos entrevados, segundo a ordem cronológica que os pedidos de admissão fossem feitos, admitindo-se primeiro os mais antigos da lista de espera, ou de acordo com a situação de miséria em que se encontrava o suplicante ³²³.

Em Janeiro de 1880 foi aceite o irmão António José Paredes para o lugar que deixou o irmão António Joaquim Fernandes, que se tinha evadido do asilo, não podendo ser novamente admitido no mesmo, não deixando, no entanto, de receber esmolas da Ordem para ajudar a sua sobrevivência no exterior. Puderiam, também, haver casos em que a admissão de entrevados dever-se-ia aos serviços

³²¹ Sessão de Mesa de 10 de Março de 1886 (*Livro de Termos n.º 7...*, p. 120 verso).

³²² *Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital...*, p. 65.

³²³ Sessão de Mesa de 2 de Janeiro de 1880 (*Livro de Termos n.º 7...*, p. 49 verso).

que os requerentes tivessem prestado anteriormente à Ordem ou à esmola que os mesmos tivessem oferecido no acto da sua entrada³²⁴.

³²⁴ Em 1889 um indivíduo pretendia a sua admissão no asilo, tendo a Mesa, face a este pedido, mandado recolher informações acerca do pretendente a respeito dos seus bens e qualidades, tendo como determinação de que não poderia ser admitido por menos de quinhentos mil reis (sessão de Mesa de 22 de Dezembro de 1889, *Livro de Termos n.º 8...*, pp. 70-71). Em 1900 a quantia pedida já tinha subido para um conto de reis. No caso daqueles que quisessem residir no asilo, em quarto particular, e serem por ele sustentados, teriam que pagar de entrada, de uma só vez, um conto e duzentos mil reis (*Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866..., p. 64), quantia essa que poderia ser reduzida atendendo a factores como a idade do pretendente, os serviços prestados à instituição, ou outros, mas sempre com a autorização da Junta Magna.

CAPÍTULO XIV

A CRECHE DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

Num momento mais recente da história da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães foi demonstrado que a mesma soube dar continuidade à actividade caritativa tradicional deixada pelos frades franciscanos. Referimo-nos à criação da creche em 1907.

Nesse período vivia-se em Guimarães um importante desenvolvimento industrial, o qual provocou uma numerosa população operária. Muitos desses operários eram mulheres, dado que os salários dos homens não eram suficientes para o sustento das famílias, tornando, assim, exíguo o tempo de acompanhamento dos seus filhos. Sensibilizado com esta situação, da falta de cuidado das crianças, quer tivessem os pais a trabalhar todo o dia, quer fossem expostas, o benemérito industrial António Francisco da Costa legou à Ordem em 1902, após o seu falecimento, a quantia de dois contos de reis. Em contrapartida a mesma teria que cuidar do seu jazigo e, além disso, com o remanescente da sua herança, o qual rondaria os dez contos de reis, teria a obrigação de gastar os juros correspondentes com as amas dos expostos deste concelho. Em alternativa, se os rebatedores dos recibos das amas se aproveitassem desses mesmos juros, criar-se uma creche perto do local mais fabril da cidade.

Em 27 de Junho de 1904 deu-se início à distribuição dos juros do remanescente da herança do testador, determinando-se que só se abrangeriam as amas que tivessem expostos até à idade de sete anos, idade esta também estabelecida pela Câmara Municipal. A referida distribuição foi feita durante seis fases semestrais, durante cerca de dois anos e meio, tendo sido a primeira delas revestida de uma certa solenidade, devido à importância do legado. A ela assistiram os membros da Mesa da Ordem Terceira, as autoridades administrativas, os testamenteiros do instituidor e o encarregado do hospício dos expostos. A Câmara forneceu uma relação de todas as amas a quem esse legado interessava, e na Casa do Despacho da Ordem foram contempladas trinta e nove amas, distribuindo-se doze mil e quinhentos reis a cada uma e impondo-se-lhes que proporcionassem a essas crianças um bom tratamento e uma boa educação religiosa e civil.

Contudo, o cumprimento da primeira cláusula do testador não parecia dar o resultado esperado, pois o número de amas diminuiu consideravelmente de semestre para semestre, e a Câmara, aproveitando-se da situação, reduziu a mensalidade de mil para oitocentos reis. Paralelamente, alguns expostos já tinham ultrapassado a idade limite e as respectivas amas apresentavam argumentos relacionados com doença dos mesmos, para que o subsídio fosse prolongado. Por estas razões, e devido à falta de transparência do processo, deveria passar-se para a prática da segunda cláusula, ou seja, a criação de uma creche. A proposta deste estabelecimento foi aprovada unanimemente em Janeiro de 1907, salientando-se que: “(...) a Venerável Ordem completava assim a obra de caridade, pois tendo um hospital onde recolhia enfermos e lhes ministrava os remédios, tendo um asylo d’entrevados onde recolhe velhos e por isso impossibilitados de ganhar o pão quotidiano, tendo umas escolas onde ministrava a instrução a um grande numero d’alunos d’ambos os sexos, precisava com certeza de attender ás criancinhas a quem as mães ou por carencia total dos meios ou porque tinham de ir ganhar com o seu trabalho um salário com o qual poderiam assim ocorrer ás necessidades mais imperiosas da vida, se viam na dura necessidade ou

de deixar os seus filhinhos ao desamparo ou entregal'os a pessoas estranhas que com certeza não lhes prodigalisariam os cuidados precisos nem lhes ministrariam os carinhos necessários. As creches são o antidoto poderosíssimo para estes males e remedeiam estas circunstancias dolorosas em prol da infancia”³²⁵.

Foi nomeada uma comissão para ir ao Porto averiguar a melhor forma de montagem destes estabelecimentos, recolhendo informações, estatutos, regulamentos e outros dados informativos indispensáveis para o cumprimento do objectivo proposto. Os membros constituintes dessa comissão concluíram que o legado não era suficiente para a criação e sustentação de uma creche que satisfizesse as necessidades da classe operária da cidade, pois teria que se despendere dinheiro no edifício (pois no legado dava-se preferência à sua instalação fora do espaço da Ordem Terceira, perto do local mais fabril de Guimarães), no mobiliário e no vestuário próprio para as crianças. Necessário seria contar com a caridade dos grandes industriais, dos proprietários de fábricas, os quais já tinham manifestado o desejo de subsidiarem a sustentação do novo estabelecimento, e das senhoras vimaranenses, já conhecidas por auxiliarem os mais pobres e desprotegidos da fortuna. Desde logo o Ministro Augusto Mendes da Cunha se prontificou a concorrer com toda a despesa que se efectuassem com as peças de mobiliário necessárias para a referida instalação.

Não havendo, ainda, possibilidades de se obter casa própria, mas desejando inaugurar a creche logo que as condições necessárias existissem, optou-se por instalar a mesma provisoriamente no salão novo, ocupado pelas entrevadas, deslocando estas para a dependência que ocupavam anteriormente. O seu quadro de pessoal limitar-se-ia a uma regente, cargo ocupado por uma irmã franciscana hospitaleira, e duas serventes, com a ajuda gratuita de dois médicos.

A creche foi inaugurada a 5 de Maio de 1907, já provida com todo o mobiliário necessário, numa cerimónia solene à qual assistiu o Presidente da Câmara Municipal, o abade de Tagilde, João Gomes de Oliveira Guimarães, todas as autoridades eclesiásticas, civis e militares, representantes das principais corporações de beneficência e caridade, associações, classe médica, imprensa periódica (*Diário de Notícias*, *O Comércio do Porto*, *A Palavra*, *Voz Pública*, entre outros), membros das direcções e proprietários das fábricas, mesários e ex-mesários graduados. A importância de tal estabelecimento, como uma obra pia, foi sublinhada pela quantidade de individualidades e povo aí presentes, e pelas oitenta e oito assinaturas inscritas no auto de inauguração. Como forma de gratidão executaram-se os retratos do instituidor da creche e do Ministro, pelos seus actos de filantropia e benemerência, através do pagamento de todas as despesas de mobiliário e das festividades da inauguração.

Já antes desse acto solene se tinha aprovado o regulamento da creche, no qual se dispunha, de forma específica, todas as normas a obedecer por todos os que nela trabalhavam e circulavam. No seu primeiro capítulo, artigo primeiro, começava por pronunciar-se acerca da razão de ser desse local, referindo que “ (...) A Creche é um estabelecimento de caridade, que tem por fim facilitar o trabalho às classes operarias pobres, que se empreguem em officinas da cidade e nas fabricas situadas nas freguezias suburbanas, recebendo, agasalhando e alimentando durante o dia os seus filhos.”³²⁶. É curioso notar que não foi imposta aqui a exigência de que os pais teriam de pertencer à

³²⁵ Sessão de 21 de Janeiro de 1907, *Livro de Termos* n.º 8..., p. 369.

³²⁶ *Regulamento interno da Creche da V. O. T. de S. Francisco de Guimarães*, Guimarães, Minerva – Typographia Guise, 1907, p. 3.

Ordem, querendo dizer que aí seriam admitidos filhos de irmãos e dos que não o eram, gratuitamente assistidos e alimentados.

Se o primeiro capítulo é dedicado à creche, de uma forma geral, o segundo trata das questões de admissão das crianças. O número de crianças a admitir seria determinado pela Mesa, tendo esta já estipulado que seriam vinte, em atenção às possibilidades económicas e à capacidade do espaço existente. Do seu processo de admissão fazia parte um requerimento dirigido à mesma Mesa, acompanhado de prévia informação do Vice-Ministro, síndico e director da creche. Estariam protegidas durante o dia, excepto nos domingos e dias considerados santificados, exigindo-se que fossem crianças com saúde, baptizadas e vacinadas, entre os oito meses e os três anos, filhos de pais que trabalhassem fora de casa. Na creche não seria conservada qualquer criança que tivesse mais de seis anos “(...) pois que é asylo para criação e não para educação. comquanto nella devam receber os rudimentos da educação maternal.”³²⁷.

Seguidamente, vêm explicitados os deveres das mães, de forma a que os laços que mantinham com os filhos não esmorecessem com a separação diurna³²⁸, das empregadas, regente e serventes³²⁹, e da cozinheira. Também são mencionados questões acerca da alimentação das crianças, da direcção e inspecção da creche, para o bom funcionamento da instituição, e das prescrições higiénicas a obedecer nas instalações e no tratamento das crianças.

Após a inauguração foram inúmeros os requerimentos a solicitarem admissão de crianças na creche. A necessidade das famílias operárias fez com que se ultrapassasse o limite das admissões, estando nos anos seguintes a média mensal próxima de trinta crianças. Com a saída ou falecimento de alguma delas eram abertas novas vagas, situação esta que aconteceu com frequência entre Maio e Dezembro de 1907, quando faleceram dezasseis das trinta e cinco crianças. Apesar dos cuidados médicos que as beneficiavam na creche, algumas delas acabavam por sucumbir, dado à sua maior vulnerabilidade ao contágio de doenças e pouca resistência física. Por proposta do médico, em 1909, começaram, com uma certa regularidade, a banharem-se no mar³³⁰.

Inúmeros foram, igualmente, os donativos dirigidos ao novo estabelecimento, os quais constituíam um sinal de louvor e mérito à sua actividade, consignado pelos indivíduos mais abastados de Guimarães. Podiam chegar em diversas formas, quer através de dinheiro, peças de vestuário, roupa de cama (lençóis, cobertores de algodão, colchas de linho), peças de mobiliário (banheira, lavatórios de madeira, bacias esmaltadas, bancos), e objectos variados (bandejas de prata, bibes, chapéus de palha), entre outros.

O sucesso do estabelecimento foi tal que na década de trinta a média de admissões rondava as sessenta crianças, diminuída posteriormente com a Segunda Grande Guerra Mundial – altura em que não ultrapassou as vinte -, e normalizada nas décadas seguintes. Cuidava-se de um número excessivo de crianças para as instalações existentes, as quais permaneceram as mesmas durante vários anos. Na década de setenta, após o encerramento das escolas primárias, a creche foi convertida, juntamente com elas, em Escola Infantil, permitindo receber-se crianças dos três aos seis anos de idade.

³²⁷ *Op. cit.*, p. 5.

³²⁸ Este capítulo era impresso e distribuído a todas as mães, para terem conhecimento das suas obrigações.

³²⁹ As mesmas deveriam ser solteiras ou viúvas, não serem responsáveis por crianças menores de seis anos. Deveriam obedecer à regente, ao director, como representante da Mesa, e ao presente regulamento.

³³⁰ Sessão de Mesa de 13 de Setembro de 1909, *Livro de Termos n.º 9...*, p. 17.

ACTIVIDADE CULTURAL

CAPÍTULO XV

AS ESCOLAS PRIMÁRIAS DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

A Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães não centrou os seus interesses e preocupações somente na área hospitalar e, pretendendo dar continuidade à tradição secular de instrução, criou duas escolas primárias para ambos os sexos em 1885. Vejamos como tal se processou.

O esforço de criação da instrução primária remonta ao século XVIII, marcando uma fase importante na história do ensino. No ano de 1772 a Real Mesa Censória propôs a formação de um sistema público de ensino elementar, isto é, aquilo que na altura enquadrava o ensino das primeiras letras e o secundário. Esta tentativa pombalina de se criar um sistema de ensino secularizado e de âmbito nacional foi desenvolvida igualmente no reinado de D. Maria³³¹.

Posteriormente, a política do liberalismo foi acompanhada por um conjunto de acções conducentes à garantia de instrução a todos os cidadãos, o que era lógico já que um sufrágio livre e autêntico só a partir dela se constituiria. Luís Mouzinho de Albuquerque, enviando em 1823, da cidade de Paris para as cortes liberais em Portugal, o seu projecto sobre a instrução pública, defendia que os representantes do Governo tinham, como primeiro dever, o desenvolvimento do ensino, salientando-se que: “O vosso primeiro cuidado, depositários da confiança de um povo livre, deve ser dissipar as trevas e fazer raiair o mais cedo e o mais amplamente possível a luz brilhante da verdade própria, para patentear toda a beleza da liberdade e da justiça”³³².

Os liberais atribuíram uma grande importância ao ensino primário – sendo este uma das suas principais preocupações –, respeitante a um período da vida do ser humano onde a educação se exerce de uma forma profunda. Sobretudo depois de 1834 realizaram-se reformas para resolverem questões básicas da instrução primária. Referindo-se ao termo «instrução pública», vulgarizaram e alargaram mais este conceito, estendendo-o a toda a população, e não só aos que tinham possibilidade de usufruírem de ensino doméstico. Na própria Constituição de 1822, artigo 237.º, consignava-se que “Em todos os lugares do Reino onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar (...)”³³³. Desta instrução tirar-se-iam benefícios concretos a nível social e económico.

Nos anos seguintes proclamou-se a liberdade do ensino e promoveu-se a abertura de dezenas de escolas onde se ensinavam as primeiras letras, de forma a combater o analfabetismo da população portuguesa, que rondava os 90%³³⁴.

³³¹ GOUVEIA, António Camões, “Estratégias de interiorização da disciplina”, in *História de Portugal. O Antigo Regime*, direcção José Mattoso, volume IV, Editorial Estampa, 1998, pp. 432-435.

³³² TORGAL, Luís Reis, “A Instrução Pública”, in *História de Portugal. O Liberalismo*, direcção José Mattoso, volume 5, Editorial Estampa, 1998, p. 515.

³³³ *Op. cit.*, p. 518.

³³⁴ Apesar das medidas tomadas, parece-nos que só a longo prazo obtiveram resultados: Émile de Laveleye em *L'instruction du peuple*, refere que, de acordo com as estatísticas oficiais, Portugal continha em 1864 três mil novecentas e setenta e oito freguesias, e cerca de dois mil cento e cinquenta e cinco delas não tinham ensino primário. Igualmente, metade das escolas que existiam eram pouco satisfatórias no que tocava à higiene e

Assim, se Luís Reis Torgal considerou o século XIX como o «século da instrução pública», igualmente António Nóvoa o referiu com sendo o «tempo dos professores»³³⁵, período em que os mesmos se começaram a organizar em associações e viram continuamente melhorada a sua situação económica e moral.

Esta importância atribuída à escola conferiu ao Estado o dever da sua organização e funcionamento, mas alargou, igualmente, essa tarefa às populações, levantando a questão da centralização ou descentralização escolar. O Governo e as reformas que empreendia oscilavam entre o princípio de que o mesmo devia dirigir tudo ou confiar às autarquias e particulares a instrução das primeiras letras. É precisamente neste contexto que se deve compreender a exigência inscrita no acordo de doação do convento extinto franciscano à Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães – a criação de duas escolas de instrução primária. Em cumprimento do compromisso assumido, as escolas foram solenemente inauguradas em 1885. Vejamos, antes de mais, o ponto em que se encontrava o ensino no concelho de Guimarães por esta altura.

O quadro que o concelho apresentava na matéria da instrução pública era desolador. A mesma era deixada para segundo plano nas actividades dos municípios, por falta de dinheiro e interesse. Em 1803 consta-se ter sido criada em Guimarães uma escola régia de instrução primária para rapazes e em 1808, por provisão de D. João VI, abriu-se uma aula de retórica e poética. A extinção das ordens religiosas em 1834 acabou com várias cadeiras de ensino público, sustentadas pelo Governo, originando a que o mesmo em Guimarães – com excepção do ensino particular da filosofia e retórica – se resumisse a uma aula pública de latim, fechada nos anos de 1840 e 1841 por falta de dinheiro para pagar o professor. Em 1846 o administrador do concelho solicitou um subsídio à Ordem Terceira para uma escola de meninas, por não ser suficiente o da Câmara, e esta, em 1866, fez o mesmo para o estabelecimento de uma aula nocturna primária, havendo já uma diurna paga pela Fazenda Pública. Em 1889 o mesmo órgão do município criou uma escola de instrução primária complementar. No ano de 1891 foi instalado, por carta régia, o Pequeno Seminário de Nossa Senhora da Oliveira, o qual compreendia todos os preparatórios do curso eclesiástico e aulas de música e canto, sendo em 1896 transformado em Liceu Nacional. Foi uma imagem funesta para o ensino vimaranense, e que só mais tarde se transformou pela acção de algumas instituições. Valia-lhe o contributo, ainda que irregular, dos professores particulares das primeiras letras, alguns deles servindo gratuitamente, e do ensino secundário, ministrado pelos mestres cónegos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e pelos frades de São Domingos e São Francisco, nas matérias de retórica, poesia, filosofia, latim e gramática.

Em 1878 o Estado transferiu para as Câmaras Municipais o pagamento dos encargos financeiros da instrução primária oficial, havendo nesse ano somente treze escolas em todo o concelho de Guimarães, duas delas no perímetro urbano.

extensão (ALMEIDA, Eduardo de, “A Instrução Popular no Concelho de Guimarães”, in *Revista de Guimarães*, n.º 25, Porto, Sociedade Martins Sarmiento, Typ. A. J. da Silva Teixeira, 1908, p. 69). Em 1878 essa taxa de analfabetismo apresentava-se nos 82,4%, e em 1890 nos 79,2% (TORGAL, Luís Reis, “A Instrução Pública”..., pp. 523-524), valores estes que eram idênticos aos do concelho vimaranense, um dos mais atrasados do distrito, em matéria de instrução.

³³⁵ *Op. cit.*, p. 517.

O ensino particular existia em Guimarães há vários séculos, deficientemente desenvolvido por falta de recursos e de vantagens³³⁶. Vejamos quais as instituições que estavam envolvidas nesse esforço educativo e as tentativas de se desenvolver, em paralelo, um ensino puramente literário e outro de índole técnica.

Desde o século XVI o Colégio de Santa Marinha da Costa conferia, por privilégio de D. João III, os graus de licenciados, bacharéis e mestres em artes. Também a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, desde o século XVII, e talvez antes, oferecia ao público cadeiras de várias matérias. Existem informações do mesmo século de que no Convento de São Domingos se ministravam aulas de gramática, filosofia e teologia. Em 1850 o mesmo oferecia uma aula régia de primeiras letras. No Asilo de Santa Estefânia foi aberta em 1864 uma aula de instrução primária para os filhos dos pobres, e uma outra na Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos em 1877, juntamente com o ensino de costura e bordados para as filhas dos irmãos, regidos por Irmãs Hospitaleiras. Em 1881 foi criado o Colégio das Hortas, de ensino primário e complementar para o sexo masculino. A Sociedade Martins Sarmiento, que se intitulava como promotora da cultura em Guimarães, criou no ano de 1882 o Instituto Escolar, no qual se ministravam aulas correspondentes aos quatro anos do curso geral dos liceus, no mesmo ano um curso nocturno de desenho, no de 1885 uma escola diurna de desenho, para meninas, na Casa da Sociedade Martins Sarmiento, em 1886 um curso de corte de roupa de senhor. Também formou, em 1890, uma escola prática de tipografia, canto e música, uma escola infantil com actividades relacionadas com a ginástica e a instrução militar, no ano de 1892 uma oficina de encadernação, e em 1910 um curso livre de desenho geométrico, mecânico, arquitectónico, e também de geometria descritiva, destinados à classe dos operários. A Escola Industrial surgiu em 1884, depois denominada “Francisco de Holanda”. Em 1889, quando ainda não existia na cidade nenhum estabelecimento de ensino secundário, foi fundado no extinto Convento da Costa o Colégio de São Dâmaso, com aulas para os cursos secundários dos liceus e seminários.

No convento de São Francisco já desde o século XIV eram leccionadas disciplinas de várias matérias. Sendo os seus frades adeptos do movimento dos claustrais, e sendo costume da ordem ter escolas em quase todos os conventos, ministravam o ensino doméstico e público, dada a extrema necessidade de haver locais de ensino, então exíguos. Podendo ser frequentadas por estudantes seculares, nelas se leccionava a cultura teológica, as humanidades e a filosofia por professores que acompanhavam as correntes do pensamento europeu. Acerca do ensino no convento relata-nos, ainda, Frei Manuel da Esperança: “Mais de duas centurias de annos tiuemos escolas publicas, nas quaes se lia Grãmatica, & casos de consciencia sem ordenado, estipendio, ou premio, senão sò o proueito dos discipulos. Erão aulas nesse tempo neste terceiro conuento huas casas com porta pera o adro, em *que* hoje se ve a enfermaria, & dellas falaua a escritura do anno de 1553. Pela qual hum guardião, sendo ainda Claustral, emprazou a Gõnçallo Freire *hua leira de chão, que estaua ó longo do estudo*. O mestre era chamado *Doutor*, não pelo grao de sciencia, mas por rezão do officio, que tinha de ensinar (...)”³³⁷.

³³⁶ Alberto Vieira Braga apresenta-nos nomes de professores particulares desde 1402 (BRAGA, Alberto Vieira, “Curiosidades de Guimarães, Instrução e Irmandades”..., p. 35).

³³⁷ ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica...*, p. 170.

Em 1850 havia no extinto convento uma aula régia de latim, e em 1865 aulas de aritmética e geometria, com aplicação à indústria. No ano de 1885 a Ordem Terceira de São Francisco inaugurou as escolas primárias no referido local, e no de 1887 as oficinas de ensino profissional, de encadernação, tipografia e sapataria. Deixemos estas últimas para a próxima parte do trabalho e detenhamo-nos com a criação das primeiras.

Várias foram as autarquias que promoveram o nascimento de muitas escolas do ensino das letras, contudo, também os particulares se interessaram em financiar a construção das mesmas em vários pontos do país. Um dos mecenas mais importantes desta obra foi o Conde Ferreira que, por testamento, datado de 1866, determinou que fossem construídas cento e vinte escolas. Em Janeiro de 1875 o deputado Jerónimo Pimentel apresentou na Câmara Electiva uma representação do município vimaranense, na qual solicitava parte do extinto convento de São Francisco com o objectivo de se edificar uma escola primária do legado do Conde Ferreira³³⁸. Porém, a posse de todo o edifício do antigo convento foi concedida à Ordem Terceira dois meses depois, após vários anos de pedidos e súplicas.

Inseridos nos documentos de maior importância para a Ordem em poder do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães, estão alguns datados de 1875 e 1876, concernentes à referida doação e concessão. De entre eles destaca-se a carta de Lei de D. Luís, de 4 de Março de 1875, na qual a dita concessão foi estabelecida em troca de dois contos de reis, para alargamento do hospital e estabelecimento, no prazo de dois anos, de duas escolas de instrução primária gratuitas para ambos os sexos, sob a responsabilidade de professores habilitados.

Com o objectivo de dar cumprimento ao estipulado pela carta, a Ordem iniciou um série de providências para a inauguração das ditas escolas, conseguindo que esta somente se concretizasse passada uma década. Conseguiu, para isso, a prorrogação do referido prazo, por motivos de ordem económica, por se lhe exigir que fossem estabelecidas de acordo com novas disposições legais de 1866, e por falta de concordância entre a Mesa Administrativa e os poderes governamentais. Esta última razão era referente à existência de duas plantas hipotéticas para os edifícios nos quais se leccionariam as aulas: uma de aproveitamento do convento, aprovada pela Direcção Geral da Instrução Pública, e modificada ligeiramente pelo Governador Civil, a qual implicava um aumento nas despesas do orçamento das obras; e outra de um edifício novo a construir logo que fosse possível financeiramente. Optou-se pela segunda planta, exigindo a situação que fosse pedida ao Governo uma prorrogação do prazo, já que o limite do mesmo se estava a aproximar, e autorização para utilizar as jóias pagas pelos irmãos no momento da sua entrada, desde 1877 em diante, para facear as despesas³³⁹. O Governador Civil de Braga concordou que o financiamento necessário não saísse das entradas dos irmãos mas do capital da Ordem, ficando o novo edifício como garantia dos capitais.

Para colmatar as dificuldades económicas, a Mesa recorreu em 1884 a uma subscrição entre os irmãos, pedindo-lhes um auxílio pecuniário para as obras e para prover as despesas da contratação de um professor e de uma professora, tendo em conta que “(...) é de rigorosa

³³⁸ FARIA, João Lopes de, *Efemérides Vimaranenses*, volume I, Sociedade Martins Sarmiento, p. 75.

³³⁹ Sessão de Mesa de 18 de Janeiro de 1877, *Livro de Termos* n.º 7..., pp. 24 verso-25 verso.

necessidade promover-se o estabelecimento das escolas, porque a evolução das ideias do século tende mais para a educação e instrução do que para tratar doentes (...)”³⁴⁰.

Finalmente, em 2 de Agosto de 1885 a Mesa, presidida pelo Ministro João António de Almeida, inaugurou as desejadas escolas primárias, uma para o sexo feminino e outra para o masculino, começando, desde logo, a receber donativos para o funcionamento das mesmas. A esse acontecimento assistiram a Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, a Confraria do Santíssimo Coração de Jesus, a Sociedade Martins Sarmento, os alunos das aulas e o sub-inspector escolar do círculo em que as mesmas se inseriam.

A aula masculina começou a funcionar no salão onde anteriormente se ministrava a aula régia de latim, e a feminina na sala situada sobre o pátio principal da entrada do convento extinto³⁴¹. Na primeira leccionava o Padre Comissário João Severino Dias, e na segunda duas irmãs hospitalleiras, as quais se tinham vindo juntar às quatro já presentes noutras repartições da Ordem. Vê-se, assim, a clara preferência da Mesa, nos cargos em que tal era possível, por ter nos serviços da instituição pessoas pertencentes ou ligadas a congregações religiosas.

Tal como no hospital e no asilo dos entrevados, também para o bom funcionamento desta valência se elaborou um regulamento interno, aprovado em Junta Magna de 26 de Dezembro de 1886. Deles constam elementos acerca das admissões, das faltas, dos feriados, dos prémios³⁴² e castigos, do horário lectivo, da divisão dos estudos, dos deveres dos alunos, dos professores e professoras, dos ajudantes, do inspector das escolas³⁴³, do conselho escolar³⁴⁴, e uma série de disposições gerais. Deles vamos expor os que achamos de maior relevância.

As referidas aulas destinavam-se, preferente e gratuitamente, aos filhos dos irmãos, contudo, aqueles que eram estranhos à Ordem podiam-nas frequentar mediante um pagamento, e até que estivesse completo o número de alunos estipulado. As crianças deviam ter a idade compreendida entre os seis e os doze anos, e não podiam padecer de nenhuma doença contagiosa. Os pais, tutores ou representantes das mesmas deveriam requerer à Mesa a respectiva admissão. Apesar de ser um ensino gratuito, os alunos admitidos, à excepção daqueles considerados indigentes, deveriam contribuir com uma esmola anual de mil reis, paga no acto da matrícula, com o fim de “1.º Fornecer livros e mais aprestes escolares aos alumnos considerados indigentes. 2.º Reformar e aumentar as mobílias e mais objectos precisos ás escolas. 3.º Compra de premios que se tenham a distribuir aos alumnos por bem aproveitamento e conducta.”³⁴⁵.

³⁴⁰ Sessão de Mesa de 23 de Novembro de 1884, *op. cit.*, p. 104.

³⁴¹ Escolheu-se a opção de se construir um edifício próprio, mas esse nunca chegou a existir por falta de capital disponível, ficando as duas escolas a funcionar sempre em salas separadas do convento, por vezes com grandes sinais de decadência.

³⁴² Os alunos e alunas que tivessem bom aproveitamento receberiam prémios (livros religiosos e de estudo, ou objectos necessários para a instrução), em actos assistidos pela Ministra, Vice-Ministra e Mestra das noviças, ou até em acontecimentos mais relevantes, com a presença do Arcebispo Primaz ou do Sub-Inspector da Circunscrição Escolar a que esta escola pertencia. Por várias vezes foi louvado o esforço de professores e respectivos alunos e os bons resultados que obtinham no exame de admissão ao liceu, alguns deles com a classificação de distintos. Na Exposição Industrial e Agrícola Concelhia de 1923 a escola feminina da Ordem recebeu o prémio de menção honrosa na secção de Bordados, Rendas, Trabalhos de fantasia, entre outros, conduzindo a que as escolas da Ordem fossem vistas pelos professores de outras instituições de ensino como uma das melhores do concelho.

³⁴³ Cargo mais alto na direcção das escolas, ocupado pelo Síndico da Testamentária.

³⁴⁴ Constituído pelo Ministro, Vice-Ministro, Secretário e Síndico Inspector.

³⁴⁵ *Regulamento interno das Escolas da V. O. T. de S. Francisco de Guimarães*, Guimarães, Typ. do “Enthusiasta”, 1887, p. 4.

Os estudos estariam divididos em três classes, constando no programa das disciplinas a leitura, a escrita, a aritmética, o sistema métrico, a gramática, a corografia e história portuguesa, o desenho linear, a doutrina cristã e a civilidade. As do sexo feminino, para além destas, compreendiam ainda “(...) os trabalhos de agulha necessarios ás classes menos abastadas.”³⁴⁶, e um curso de labores relacionados com costura. Cada professor não poderia ensinar a mais de quarenta e cinco alunos na sala, mas a grande afluência de aprendizes tornou necessária a contratação de um ajudante de professor.

Seis anos após a abertura das escolas, em virtude dos muitos requerimentos para admissão de alunos, a Mesa deliberou³⁴⁷, para o bom aproveitamento dos mesmos, que se suspendessem as admissões e se fixasse o número em cem alunos, no caso das aulas do sexo masculino, e em cento e trinta nas do feminino, baixando o pagamento da matrícula para metade, pago mensalmente. Esse número manifestava notáveis sinais de crescimento dado que muitos pais de família queriam pertencer à Ordem Terceira como irmãos com o interesse de terem os seus filhos nas escolas da mesma. Dois meses depois, mediante duzentos e cinquenta e sete requerimentos, a Mesa admitiu apenas os irmãos e filhos de irmãos da Ordem, sendo os rapazes cento e vinte e dois e as meninas cento e três³⁴⁸.

Esta grande afluência de alunos nas escolas da Ordem Terceira, com todas as suas implicações, tornou necessária a reformulação do regulamento, o qual se elaborou numa nova versão aprovada em sessão de Mesa de 13 de Janeiro de 1901. Em relação ao anterior, acrescenta que os alunos que quisessem estudar com o intuito de efectuar exame de admissão nos liceus poder-se-iam matricular até aos quinze anos, pagando por mês quinhentos reis, para além da quantia de igual valor no acto da matrícula, paga por todos os alunos que frequentavam as escolas. Seriam, igualmente, admitidos alunos que não pertencessem à Ordem, ou seus pais, tendo de pagar a mesma mensalidade anterior, acontecendo o mesmo com qualquer aluno que pretendesse aprender piano³⁴⁹. Exceptuavam-se do pagamento da matrícula todos os que apresentassem atestado de pobreza.

Cada professor não poderia ter mais de cinquenta alunos, reflectindo esta regra o contínuo aumento dos alunos durante vários anos, já desde o regulamento de 1886. As raparigas passaram a ter a possibilidade de frequentar as aulas até aos dezoito anos.

Nas restantes normas os dois regulamentos eram, em geral, idênticos.

A revolução de 1910 repercutiu-se na actividade das escolas primárias da Ordem, tal como na repartição do hospital e do asilo dos entrevados. Como referimos anteriormente, em consequência da política do novo governo, que defendia intransigentemente a supremacia do Estado

³⁴⁶ *Op. cit.*, p. 8.

³⁴⁷ Em sessão de Mesa de 19 de Agosto de 1892, *Livro de Termos n.º 8...*, p. 156.

³⁴⁸ Sessão de 1 de Outubro de 1892, *Livro de Termos n.º 8...*, p. 159. Em 1919 relatou-se que desde 1901 as escolas da Ordem tinham sido frequentadas por dois mil e novecentos e quatro rapazes e por dois mil duzentas e oitenta e oito meninas, dos quais fizeram exame quinhentos e trinta e cinco e duzentas e quatorze respectivamente (*Defendendo o património dos pobres. A Irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães e a Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco perante a herança de José Bento Alves de Carvalho*, I, Guimarães, Papelaria e Tipografia Minerva Vimaranesense, 1919, p. 16).

³⁴⁹ Já em 1892 se tinha deliberado criar uma escola de piano, a qual continha um regulamento específico, sujeito ao das escolas. Um ano depois, dos três pianos existentes dois foram vendidos, ficando na Ordem o mais novo, parecendo que, aquando da elaboração do presente regulamento, era ainda usado na aprendizagem da arte de o saber tocar.

sobre a Igreja e a secularização da sociedade e da cultura, retomou-se a lei de 28 de Maio de 1834, e declarou nulo o decreto de 18 de Abril de 1901, que autorizava, de uma forma indirecta, a constituição de congregações religiosas em Portugal, desde que se dedicassem ao ensino, à beneficência ou à divulgação da fé e da civilização nas posses portuguesas ultramarinas. Como resultado, as irmãs franciscanas hospitaleiras, enquanto professoras nas escolas da Ordem, foram abrigadas a secularizarem-se, restando poucas delas na instituição.

As dificuldades financeiras do início do século XX, em paralelo com a crise provocada pela Primeira Guerra Mundial, fizeram-se sentir na referida Ordem. Sendo o pagamento da matrícula um obstáculo para muitos, o número de alunos inscritos diminuiu, apesar dos votos de louvor dados aos métodos de ensino dos professores, perdendo esses estabelecimentos o estatuto que ostentaram durante anos de serem os mais frequentados no concelho vimaranense. Simultaneamente, o salário dos professores foi subindo gradualmente, especialmente os das aulas do sexo masculino, já que as do feminino eram ministradas por irmãs hospitaleiras secularizadas, que receberiam uma pequena gratificação. Posteriormente, na década de cinquenta, com a mudança das escolas para novas instalações, as quais possuíam melhores condições do que as anteriores, o número de inscritos subiu novamente para os limites máximos, que era de cento e vinte. Contudo, a falta de capital manteve-se e, juntamente com o facto de haver uma lacuna na cidade em estabelecimentos pré-primários, as escolas primárias foram suspendidas em 1974 e transformadas no ano seguinte numa Escola Infantil, com o apoio dos serviços da Acção Social do Estado.

CAPÍTULO XVI

AS OFICINAS DE ENSINO PROFISSIONAL DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

A criação das oficinas de ensino profissional por parte da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães esteve relacionada com a evolução do sistema de produção industrial português, inclusivé o vimaranense, que se verificou ao longo do século XIX, e com a necessidade de preparação profissional dos mais jovens para se integrarem no mundo do trabalho, e de combate à elevada taxa de analfabetismo presente no concelho e no país.

Aquando da implantação do liberalismo, logo nos primeiros anos, várias medidas foram tomadas em Portugal para melhoramento da indústria, mas só a partir da década de setenta o processo da industrialização mostrou sinais de aceleração, ainda que com um visível desfasamento em relação a outros países que se encontravam numa posição de extremo avanço no desenvolvimento industrial.

Deu-se cada vez mais a substituição de máquinas alimentadas hidraulicamente pela máquina a vapor, a introdução de recentes tecnologias, e a instalação de novas e modernas indústrias. Fizeram-se exposições de índole industrial, a nível internacional, nacional e regional, as quais constituíam acontecimentos característicos da civilização industrial - especialmente a partir de meados do século -, efectuadas com o objectivo de promover o desenvolvimento industrial, a investigação científica e tecnológica e reforçar a posição no seio da concorrência. Aderindo ao movimento das exposições desde o princípio, Portugal enviou delegações e representações a várias exposições internacionais e incentivou a promoção de diversas nacionais, como a do Porto (1861 e 1865), Lisboa (1863 e 1882) Coimbra (1869 e 1884) e Guimarães (1884), sendo esta última a primeira concelhia no país³⁵⁰.

Quanto à formação dos recursos humanos para o sector industrial, já em 1852 o ensino técnico tinha sido regulamentado, e criavam-se escolas industriais. Salientava o relatório ministerial de apresentação do decreto de 30 de Dezembro de 1852, o qual criava em Lisboa um instituto industrial e no Porto uma escola industrial, que "O ensino industrial e a sua organização devem ter um effeito directo e poderoso no desenvolvimento da riqueza publica. A protecção concedida á industria fabril, de que não fizer parte a educação profissional (...) será sempre incompleta, e talvez mais arriscada da que proveitosa"³⁵¹.

Apesar de se dizer que "(...) ninguém cujo espirito seja dominado pela indole progressiva e liberal da época em que vivemos, deixará de reconhecer e proclamar que a instrução publica é um dos mais indispensaveis elementos, não só do desenvolvimento moral da humanidade, mas tambem do processo constante das forças productivas de qualquer nação (...) "³⁵², o conjunto das novas medidas e normas de instrução e organização do ensino profissional adoptadas não tiveram frutos imediatos. Um decreto de 1864 que dispunha que se iriam estabelecer escolas industriais em

³⁵⁰ MENDES, J. Amado, "Etapas e Limites da Industrialização", in *História de Portugal. O Liberalismo*, direcção José Mattoso, volume 5, Editorial Estampa, 1998, p. 312.

³⁵¹ ALMEIDA, Eduardo de, "A Instrução Popular no Concelho de Guimarães", in *Revista de Guimarães*, n.º 25, Porto, Sociedade Martins Sarmento, Typ. A. J. da Silva Teixeira, 1908, p. 99.

³⁵² *Op. cit.*, pp. 99-100.

Covilhã, Portalegre e Guimarães, no caso da última cidade só foi cumprido passados vinte anos, em consideração pelo seu notável desenvolvimento industrial - manifestado na exposição industrial do mesmo ano de 1884 - e pelo apelo constante da Sociedade Martins Sarmento, guardião da promoção do ensino das escolas e institutos de instrução popular, a nível primário, secundário e profissional. A essa escola foi dado o nome de “Francisco de Holanda”, na qual se leccionavam as disciplinas de aritmética, geometria elementar, contabilidade, desenho e química industrial.

A indústria vimaranense encontrava-se num período áureo, da qual faziam parte as indústrias de ferro, tecidos de linho e algodão, fundição, serralharia, moagem, fabricação de curtumes (principal riqueza industrial da cidade), cotins de algodão e de tintos em fio, segundo os dados fornecidos pelo inquérito industrial de 1881.

A Ordem Terceira mais uma vez demonstrou estar a par das circunstâncias e manter-se como defensora dos mais jovens e desfavorecidos³⁵³, preparando-os para a concorrência do mundo de trabalho que os esperava, propondo em 1886 duas oficinas de ensino profissional, uma de tipografia e outra de encadernação, e no ano seguinte a terceira, de sapataria. Sob a presidência do Ministro João António de Almeida - o qual ocupava o mesmo cargo já em 1885, aquando da criação das escolas primárias - foram inauguradas oficialmente em 14 de Novembro de 1887, com a assistência do Arcebispo Primaz de Braga, que visitava a cidade, autoridades administrativas e judiciais, Pais e mesários da Ordem, representantes de várias irmandades e outras pessoas distintas da cidade.

Recorrendo-se a um peditório entre os irmãos terceiros, para não pesar nos rendimentos da instituição, e a um pedido de empréstimo de 120\$000 reis à Repartição da Testamentária, foram inauguradas com o objectivo de “(...) dar o ensino profissional d’artes e officios aos Terceiros menores ou filhos de Terceiros, podendo na falta d’estes serem admitidos ao ensino, menores indigentes, legalmente auctorizados por seus paes ou quem os represente.”³⁵⁴.

As mesmas tiveram o seu regulamento aprovado em Junta Magna de 26 de Maio de 1888. No mesmo constava que estas três oficinas seriam seguidas por outras, engrandecendo, assim, o nome da Ordem pelos benefícios que proporcionava à sociedade a nível económico e cultural³⁵⁵. Igualmente, referia que cada oficina seria composta por doze alunos, dividida em dois grupos, os quais frequentariam semanalmente, de forma alternada, três dias de ofício e três de escola, delineando, para além disso, qual a composição e funções da comissão directiva das oficinas³⁵⁶, a forma de administração dos lucros obtidos com os produtos das oficinas, as competências dos mestres e dos discípulos, o horário, a existência de uma caixa económica, e uma série de disposições gerais.

³⁵³ “O ensino profissional é uma consequencia da generosa propaganda de protecção á infancia. Esta propaganda tem por fim evitar o desleixo das familias e a vadiagem das crianças (...)” (ALMEIDA, João António de, *As Oficinas de Ensino Profissional da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia António José da Silva Teixeira, 1891, p. 6).

³⁵⁴ *Regulamento das Oficinas d’ensino profissional da V. Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Typ. das oficinas de ensino profissional da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, 1888, p. 3.

³⁵⁵ Porém, não houve a formação de mais nenhuma oficina e suprimiram-se as existentes, como se verá adiante.

³⁵⁶ Essa comissão que regia e administrava este estabelecimento era composta por um presidente, cargo eleito somente entre as pessoas zelosas pela prosperidade da instituição, o qual teria assento na Mesa, junto ao Ministro – ocupado, nos dois anos e meio de existência das oficinas, por duas pessoas, João António de Almeida, Pai da Ordem, e Francisco Martins Fernandes, -, um director - que seria o Síndico da Testamentária, simultaneamente director das escolas primárias -, e três vogais.

Os mestres das oficinas e respectivos ordenados foram confirmados por aprovação da sessão de Mesa de 6 de Maio de 1888, assim como se começaram a utilizar, dentro da própria Ordem, alguns produtos saídos das oficinas de tipografia e encadernação, nomeadamente os quinhentos e cinquenta exemplares de Regra e Cerimonial da Ordem Terceira, distribuídos a todos aqueles que fossem admitidos na mesma, recebendo-se por eles a esmola de 68\$720 reis. Nesse mesmo ano, por carta do Arcebispo Primaz, sabemos que as oficinas se tinham desenvolvido modestamente, contando com trinta meninos, alguns dos quais já com a aprendizagem de um labor que os levaria a encontrar um bom emprego³⁵⁷.

Porém, apenas passados dois anos e meio, em 5 de Maio de 1890, as oficinas de ensino profissional foram extintas, por proposta do então Ministro Doutor Caetano Mendes Ribeiro, baseando-se em três razões: a sua despesa era maior do que a sua receita e ultrapassava o limite que a Ordem podia pagar; os alunos não aprendiam quase nada, tirando pouca utilidade da sua frequência; e as oficinas não permitiam aos alunos terem uma boa aprendizagem a nível da instrução primária.

A sua extinção e as razões subjacentes à mesma acenderam fortes polémicas entre o ministro que propôs essa supressão e o que instituiu as oficinas, João António de Almeida, fortalecidas pela imprensa local e pela existência de três publicações escritas pelos mesmos entre 1891 e 1892.

Este último lamentou a referida supressão, chamando-a de injusta e precoce, pois não se tinham empregue os esforços suficientes para derrotar os obstáculos que iam surgindo, exigindo delas resultados incompatíveis com a sua curta duração. Salientou que: "São assás reconhecidos os benefícios que a sociedade auferir com a propagação de instituições d'esta natureza; o ensino profissional, ainda que rudimentar, junto à instrução religiosa e litteraria é, sem contestação de boa fé, para a infancia indigente e desvalida, e por esta razão para a sociedade em geral, um bem de incommensuravel alcance, pois que com elle se combatem a idéas, que em nossos dias trazem em constante oscillação o bem-estar dos povos."³⁵⁸

Do mesmo modo, afirmou que, sendo as oficinas um estabelecimento tão caritativo e necessário como eram o hospital, o asilo dos entrevados e as escolas, não deveriam ser suprimidas devido às dificuldades que entretanto surgiram - pois essas mesmas valências também passaram por elas no seu início - e porque já tinham ganho o apreço de vários benfeitores que para elas dirigiam os seus legados e doações.

Rebatendo cada uma das razões expostas por Caetano Mendes Ribeiro, quis fazer publicamente conhecido que "Extinctas as oficinas, fica a Veneravel Ordem sem essa instituição de caridade, tão necessaria aos filhos do pobre, que não encontra n'outra parte quem lh'os eduque sem sacrificio de suas economias, producto muitas vezes de infatigaveis e penosos trabalhos (...) Converte-se o património do pobre em pedras sem reconhecida necessidade. Se amparassem e dirigissem as oficinas até que se robustecessem, como se fez com outras instituições da casa, prestariam um beneficio de alcance reconhecido para a Ordem e seus confrades, e para a sociedade. Descurrou-se, porém, tudo quanto as pudesse engrandecer; tomou-se como resultado

³⁵⁷ Arquivo avulso da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães.

³⁵⁸ ALMEIDA, João António de, *As Oficinas...*, p. 6.

definitivo o que apenas era um principio, exigindo-se d'ellas, que estavam apenas em começo, resultados incompatíveis com a sua curtíssima existencia.”³⁵⁹.

Como se verifica, não foi unânime a extinção das oficinas, continuando a haver, após a mesma, conflitos públicos através destes panfletos impressos. Certamente existiam elementos positivos e negativos no funcionamento desta obra tão recente. Se havia acusações e cartas dirigidas a Caetano Mendes Ribeiro acusando o produto das mesmas de má qualidade, igualmente havia correspondência, dirigida a João António de Almeida, de pessoas ligadas a vários ramos comerciais, como a tipografia, encadernação e sapataria (correspondentes às áreas de ensino das oficinas) que afirmavam a boa confecção e qualidade dos mesmos. Não podendo atribuir a razão a uns e a outros, o que é certo é que o material das oficinas foi vendido através de arrematação em hasta pública da imprensa³⁶⁰, e delas restam apenas memórias, folhetos e livros impressos pelas oficinas de tipografia e encadernação.

A par desta supressão, a indústria vimaranense, nomeadamente a de cutelaria, ourivesaria, confeitaria e curtumes, vivia, em fins da década de oitenta e no ano de 1890, uma decadência evidente devido a, na opinião de Eduardo de Almeida, apologista do ensino profissional da Ordem, dificuldades do mercado interno e externo português e à miséria do ensino profissional na cidade de Guimarães³⁶¹.

³⁵⁹ *Op. cit.*, p. 33.

³⁶⁰ Tal como o “Vimaranense”, “Religião e Patria” e “Primeiro de Janeiro” (Porto).

³⁶¹ ALMEIDA, Eduardo de, “A Instrução Popular...”, p. 109.

CAPÍTULO XVII

O MUSEU DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE GUIMARÃES

Na segunda metade do século XIX o acréscimo do número das pesquisas arqueológicas em Portugal originou um profundo despertar das consciências para a noção de património, a qual se foi consolidando continuamente e se foi transformando em matéria de opinião pública. Foi fortalecida a vontade de procura da génese da identidade nacional - sendo este um ideal romântico compartilhado por vários países da Europa, incluindo Portugal -, e de todos os traços marcantes da sua identidade.

Era reconhecida, paulatinamente, a necessidade de se criarem espaços próprios onde se guardassem, conservassem e expusessem as peças consideradas de interesse, isto é, os museus, ainda pouco frequentes no nosso país, e de se preservar o património deixado ao abandono depois da extinção das ordens religiosas.

Neste contexto viveu Albano Bellino³⁶², irmão da Ordem Terceira de Guimarães, que fez parte da sua Mesa Administrativa e ocupou os cargos de zelador da cera em 1888, e de definidor secular entre 1889 e 1891. Aproveitando a sua possibilidade de intervenção nas sessões da Mesa, em Dezembro de 1889 revelou o seu desejo de criar na Ordem um museu de arte ornamental, no qual pudesse reunir todas as antiguidades do convento extinto de São Francisco, nessa altura propriedade da Ordem Terceira, e das demais corporações que aí as quisessem expor. Revelou-se sensível ao descaminho que muitos objectos de valor artístico e histórico estavam a levar, e solicitou autorização para a fundação do referido museu³⁶³.

A Mesa disponibilizou-lhe os salões do edifício do convento para que escolhesse o que mais conviesse, e autorizou-o a efectuar as diligências necessárias para a sua concretização, assim como a adquirir os objectos futuramente expostos. Após a aprovação das disposições regulamentares, foi em Agosto do ano seguinte inaugurado o pequeno museu sobre a portaria do convento, onde estavam expostas algumas peças, entre as quais se destacava um grande quadro pintado a óleo sobre madeira, chamado de “Milagre de São Francisco”, e outro representando a “Rainha D. Mafalda”, esposa de D. Afonso Henriques e fundadora do Convento da Costa. Este último quadro foi concedido pelo Visconde de Sendelo, proprietário do referido convento, onde se encontrava desamparado, com a condição de ser devolvido se o museu não fosse criado³⁶⁴.

Em 1891 Bellino expôs à Mesa que já tinha conseguido reunir mais peças, entre elas um púlpito-calix de madeira, emprestado pela irmandade de Santa Catarina da Serra. Do mesmo modo, deu contas da sua responsabilidade dizendo: “Senhores - D’há muito que está demonstrada a

³⁶² Albano Ribeiro Bellino (1863-1906), arqueólogo autodidacta, e vogal da Comissão dos Monumentos Nacionais contribuiu para a conservação de vários valores arqueológicos e epigráficos, de grande utilidade para a história local e para a da diocese de Braga. Criou na mesma cidade um pequeno museu no paço episcopal, no qual reuniu uma colecção de achados que foi recolhendo nas explorações efectuadas nos montes de Santa Marta e de São Mamede (Guizande), na cidade e arredores. Muitas das peças que lhe pertenciam foram oferecidas, posteriormente, ao Museu Martins Sarmiento e ao Museu Etnológico de Belém (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume IV, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, p. 482). Tomou o hábito na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães em 24 de Junho de 1886, identificado com a actividade profissional de caixeiro de outro irmão, e professou um ano depois (*Livro de entradas de irmãos n.º 4...*).

³⁶³ *Livro de Termos n.º 8...*, p. 71.

³⁶⁴ Este quadro encontra-se hoje, depois de restaurado, nas escadas da antiga entrada do convento.

necessidade de crear junto das corporações relegiosas Museus destinados a conservar o que outr'ora, nos felises tempos de sua florescencia, constituiu o seu engrandecimento artistico, e que hoje, no seu valor (artistico digo) archeologo deve merecer a veneração de todos nós; e isto manifesta-se exuberantemente na colaboração d'esse livro intitulado – Impressões³⁶⁵, onde openiões abalisadas applaudem com extraordinario louvor, a criação do Museu por nós fundado n'esta Veneravel Ordem. Desde a data da sua fundação até hoje não me tenho poupado a esforços na aquisição d'objectos proprios para este fim, embora pouco tenha feito, resta-me a consolação de ter concorrido para a veneração desse pouco que lá existe”³⁶⁶.

Constituiu este o primeiro passo para a criação do museu da Ordem Terceira, tendo-se, mais tarde, convertido a sacristia da igreja³⁶⁷ e a antiga sacristia da capela nos principais pólos deste museu, com todo o seu recheio de peças de ourivesaria e escultura, e uma colecção notável de quadros. Em 1999 foi decidido retribuir moralmente a dívida que a Ordem tinha para com Albano Bellino, mandando pintar-lhe o retrato, ficando ele próprio a fazer parte da obra que iniciou um século antes.

Esta obra foi amplamente suplantada, podendo afirmar-se que todo o edifício da Ordem Terceira constitui um grande museu, pois, não só a sua fachada é uma obra de valor arquitectónico, como as suas salas e corredores estão decorados com variados objectos artísticos, alguns deles elaborados por conceituados artistas nacionais e estrangeiros, como é o caso de João Glama Stroberle (século XVIII) e de Roquemont (século XIX). Das mãos desse conjunto de pintores saíram representações, em madeira e em tela, de santos franciscanos, cenas de temática religiosa, ex-votos, retratos dos reis D. João VI, D. Pedro V, D. Luís e D. Carlos, e mais de duzentos retratos dos benfeitores da Ordem, cuja qualidade de conservação tem sido louvada por muitos.

³⁶⁵ Estava a referir-se ao seu livro *Impressões do Museu, Igreja e Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães*.

³⁶⁶ Sessão de Mesa de 2 de Abril de 1891 (*Livro de Termos n.º 8...*, p. 107).

³⁶⁷ A igreja foi classificada Monumento Nacional através do decreto número 735/74.

A CONCESSÃO DE CRÉDITO

CAPÍTULO XVIII

A CONCESSÃO DE CRÉDITO

Ao longo desta investigação decidimos tecer algumas considerações acerca daquela que constituía, para além das esmolas e donativos, doações testamentárias e rendas das propriedades, uma das fontes de receita da Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães – o empréstimo de dinheiro a juros.

Embora saibamos que a administração financeira desenvolvida pelas Mesas sucessivas tenha influenciado a acção da Ordem, nomeadamente a assistencial, as anotações aqui apresentadas não pretendem chegar a conclusões significativas, dado que o objectivo deste trabalho não se centra numa análise económica da instituição, mas sim social e institucional. Para além disto, as fontes existentes no arquivo da Ordem, as poucas referentes a este assunto, mereceriam um estudo mais aprofundado e baseado numa sequência cronológica mais completa do que aquela que existe. Assim, tendo como base algumas informações dispersas e diminutas contidas nos livros dos termos das sessões da Mesa e da Junta Magna, tentaremos dar uma imagem geral, e não específica nem pormenorizada, acerca desta prática.

Juntamente com as ordens religiosas e irmandades do século XVII, XVIII e XIX, as ordens terceiras, dado que viviam principalmente de capitais próprios, encontraram na concessão de crédito um mecanismo para investir e aumentar os seus fundos face à necessidade de proverem os serviços que se comprometiam oferecer aos seus membros. Tudo isto porque as jóias pagas no momento de admissão dos irmãos e as várias esmolas e doações não eram suficientes para suprir completamente as necessidades e os projectos que intentavam realizar.

Sendo as Ordens Terceiras do Brasil um desenvolvimento do modelo das da metrópole, ainda que adaptado às circunstâncias autóctones, o referido mecanismo esteve, igualmente, presente nessa região ao longo do século XVIII. O empréstimo a juros atingiu dimensões tais que, para além de ser efectuado a particulares, era com frequência concedido às autoridades locais e da administração metropolitana aí residente³⁶⁸.

No que diz respeito propriamente à de Guimarães, durante o período investigado a concessão de empréstimos dependia da decisão da Mesa. Todos os livros de termos das sessões da Mesa continham referências a esta prática, uns mais do que outros. Se naqueles referentes aos anos que medeiam 1850 e 1887 as informações eram dispersas, a partir desse último ano eram apresentados em praticamente todas as sessões pedidos de empréstimos por parte de particulares.

A concessão de dinheiro a juros seria feita somente mediante escritura pública garantida pela existência de fiadores. De acordo com José Aníbal da Costa Eiras, os mesmos seriam dispensados caso o requerente fosse uma comunidade religiosa³⁶⁹.

O “juro de lei” foi definitivamente fixado em 5% através do alvará de dezassete de Janeiro de 1756, favorecendo a conversão de dívidas contraídas anteriormente com juros mais altos³⁷⁰. No

³⁶⁸ BOSCHI, Caio César, “A religiosidade laica”, in *História da Expansão Portuguesa, Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 423.

³⁶⁹ EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa, *Os Terceiros Franciscanos...*, p.318.

entanto, os registos dos secretários manifestam que este mandado nem sempre foi obedecido, sendo variável de acordo com as necessidades da Ordem, e que era costume verificar-se um aumento do juro quando o seu pagamento não era efectuado nos prazos estipulados e previstos.

Um caso exemplificativo de tal inflação foi apresentado em sessão de Junta Magna de 28 de Janeiro de 1872, onde se deliberou que os devedores que não pagassem os juros de 5% no prazo de trinta dias depois do dia seu vencimento, fossem obrigados a pagar mais 1%, isto é, 6%, desde esse dia em diante. Esta condição deveria estar lavrada na escritura respectiva e ser comunicada a todos os devedores. Esta mudança foi anunciada como sendo temporária, devido à necessidade de capital para financiar as obras da igreja, da capela, do claustro e do hospital, nas quais seriam aplicadas, igualmente, as jóias de entradas dos irmãos desde 1872 até 1880 e o dinheiro recolhido através de uma subscrição entre os terceiros³⁷¹.

Este aumento suscitou oposição por parte de alguns devedores, no entanto a Ordem não recuou na sua medida e ordenou que se quisessem destratar os capitais, os mesmos seriam investidos na compra de acções do Banco de Guimarães³⁷².

Situações existiam em que a ameaça de uma elevação da taxa do juro não constrangia o devedor a acelerar o pagamento da dívida, certamente por falta de capital. No ano de 1881 a Mesa tornou-se conhecedora de um indivíduo que devia à Ordem dois anos de juro, para cujo pagamento tinha sido já várias vezes notificado pelo secretário. Dado que nenhum devedor poderia estar em falta mais de dois anos, sob pena de a instituição credora perder os juros correspondentes, o indivíduo deveria, urgentemente, efectuar o dito pagamento, mesmo que fosse só em parte³⁷³.

Cerca de dez anos depois da medida de elevação do juro para 6% para todos os devedores, deliberou-se que o mesmo se situasse na taxa dos 5% caso os tomadores fossem do concelho vimaranense. A dos 6% manter-se-ia se passassem trinta dias depois do vencimento do pagamento, ou se os devedores fossem de fora do concelho³⁷⁴.

Cada vez que era pedido um empréstimo, o requerente teria que oferecer à Ordem uma segurança do pagamento posterior desse capital creditado, passando a mesma, na maior parte das vezes, pela hipoteca de propriedades, casas, entre outros bens. Não temos notícias de que se oferecessem penhores como garantias do pagamento do empréstimo, por exemplo sob a forma de jóias, objectos de ouro ou de prata. Na Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, em anos anteriores, existia esta prática, sendo a mesma abolida em 1656 por não convir à instituição guardar esses objectos devido à falta de segurança. Consequentemente, os penhores foram reduzidos a escrituras de hipotecas³⁷⁵.

As confrontações das propriedades oferecidas para hipoteca eram averiguadas com exactidão por um indivíduo de confiança da Mesa, dado que “os tomadores dão ordinariamente confrontações á toa indistincta e indiscretamente, - confrontações ficticias que não teem realidade objectiva, o que pode dar causa a grandes embarços e difficuldades nas cauzas de preferencias que tenham de se promover contra os devedores, quando estes tenham a mesma propriedade

³⁷⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *A Casa e o Património...*, p.486.

³⁷¹ *Livro de Termos n.º 6*, p. 125 verso.

³⁷² Sessão de Mesa de 30 de Abril de 1874, *op. cit.*, pp. 145-145 verso.

³⁷³ Sessão de Mesa de 19 de Junho de 1881, *op. cit.*, pp. 58 verso-59 verso.

³⁷⁴ Sessão de Mesa de 26 de Dezembro de 1882, *op. cit.*, p. 75 verso.

³⁷⁵ COSTA, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia...*, p.114.

hypothecada a diversos e estes tenham confrontações exactas e reaes ao passo que esta Ordem as tenha ficticias e inverosímeis, podendo d'est'arte affirmar-se que os terrenos a que alludem estas confrontações não existem em virtude de serem ficticias as suas confrontações, e assim perder-se o litigio e com elle os capitaes dados sobre taes hypothecas³⁷⁶.

Caso o valor dos bens apresentados não equivallesse ou fosse inferior ao valor do capital emprestado, o requerente era notificado para que procedesse ao acréscimo de bens para que tal concessão de crédito fosse viável. Tal aconteceu com o Barão de Ribeira de Pena, o qual solicitava à Mesa a quantia de sete contos de reis a juros. Depois de examinar os valores e rendimentos de cada propriedade apresentada, e não julgando sufficiente a hipoteca, a Mesa resolveu officiar-lhe para que reforçasse a mesma com mais propriedades³⁷⁷.

Uma resposta diferente, positiva, foi dada pela Mesa ao bacharel e juiz numa vara cível do Porto, Eduardo Martins da Costa, residente em Guimarães. Solicitando seis contos de reis, hipotecou para a sua garantia todos os seus bens em geral, especialmente a Quinta dos Cascos, o Casal da Ribeira de Baixo, o Casal da Silva e o Casal do Arnado, e respectivas pertenças, todos situados na freguesia de São João de Ponte, do dito concelho. O Sindico do hospital José Lopes da Cunha confirmou que o valor destes bens era superior a onze contos e quinhentos mil reis, além da produção de vinho, fundamentando a deliberação da Mesa em mutuar-lhe a quantia pedida através das repartições da Testamentária, do Sagrado Lausperene e do Hospital³⁷⁸.

Alguns indivíduos, antes de efectuarem o pedido de empréstimo, informavam-se junto da instituição para saber quais eram os fundos de cada repartição que se encontravam disponíveis à concessão de crédito. Porém, dado a grande quantidade de requerimentos que a Mesa recebia, sendo alguns deles referentes a avultadas quantias, seria possível que não fosse emprestado o montante pretendido mas somente uma parte, consoante as importâncias existentes nesses fundos.

Outra medida tomada pela Ordem para salvaguardar o pagamento correcto da dívida que com ela contraíam vários indivíduos, diz respeito ao registo, nas escrituras de mútuo sobre hipotecas em prédios urbanos, de uma condição especifica: que os mesmos fossem vistoriados periodicamente para que, caso manifestassem uma deterioração sensível, a Mesa providenciasse, a tempo, o que julgasse conveniente³⁷⁹.

Em tempos de dificuldades a Ordem recebeu capital emprestado dos seus irmãos. Certamente estes casos aconteciam com muito menos frequência do que aqueles em que era a instituição a emprestar. Não obstante, em momentos de necessidade de dinheiro para continuar as necessárias obras no hospital, a mesma chegou a adquirir um empréstimo de quatrocentos mil reis pelo período de dois anos, com juro gratuito, concedido pelo irmão Francisco António Alves para que as ditas obras prosseguissem, sendo-lhe passado, para sua segurança, o título legal do empréstimo.

Praticando-se, assim, a concessão de crédito a partir do fundo geral da Ordem ou do das inúmeras valências, a instituição certamente efectuaria um acompanhamento constante da segurança dos devedores e fiadores, assim como das condições de conservação dos bens hipotecados, caso se tratassem de casas e prédios. Os administradores da Ordem, fazendo circular

³⁷⁶ Sessão de Mesa de 30 de Outubro de 1873, *Livro de Termos n.º 6...*, p. 121.

³⁷⁷ Sessão de Mesa de 4 de Dezembro de 1894, *Livro de Termos n.º 8...*, pp. 203-204.

³⁷⁸ Sessão de Mesa de 18 de Maio de 1896, *op. cit.*, p. 227.

³⁷⁹ Sessão de Mesa de 9 de Fevereiro de 1903, *op. cit.*, p. 320.

o capital disponível, tinham a obrigação de zelar pela sua segurança, como se estivessem a tratar da sua própria fortuna.

Não sabemos se aos mesários era possível efectuar empréstimos, nem se os mesmos poderiam ser fiadores, dado que os livros de termos das sessões de Mesa e Junta Magna nada nos referem acerca desta matéria.

Como referimos no início do presente capítulo, tecemos apenas algumas considerações gerais sobre a questão do crédito financeiro encetado pela Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães entre 1850 e 1910, dado que o seu aprofundamento exigiria um estudo de índole económica mais aprofundado, o qual não se enquadra no objectivo principal da presente investigação. Para prosseguirmos neste trabalho seria muito importante saber qual era a identificação dos indivíduos que recorreram aos empréstimos, a sua proveniência geográfica - de modo a vislumbrar, concretamente, a projecção da Ordem na região -, a sua caracterização socio-profissional, a evolução da concessão do crédito, a contabilização do capital total e do concedido a juro, a amortização das dívidas, o destino dos capitais mutuados, os terceiros devedores à Ordem, as hipotecas, as dívidas de elementos da nobreza, entre outros aspectos que permitiriam desenvolver uma análise económica da instituição.

OBSERVAÇÕES FINAIS

OBSERVAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como principal objectivo contribuir para o conhecimento de uma instituição religiosa pouco estudada até ao momento – a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães. A mesma é chamada indistintamente de Ordem Terceira, Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, Irmandade de São Francisco, ou apenas Ordem pelos habitantes mais próximos do seu edifício.

Tendo-se estabelecido balizas temporais bem definidas pretendeu-se, através do recurso a várias fontes documentais guardadas no seu arquivo, demonstrar a importância de tal irmandade no contexto citadino e incentivar a realização de novos estudos acerca da mesma. Procurámos o motivo pelo qual foi dito que “(...) esta irmandade era a corporação mais completa em fundações de caridade ou beneficência, e que, por isso, era uma das coisas mais notáveis que os forasteiros desejavam ver e os filhos de Guimarães se orgulhavam de mostrar (...)”³⁸⁰.

As Ordens Terceiras derivaram das ordens primeiras, delas dependiam, com elas estavam estritamente relacionadas, e o seu principal objectivo era viver segundo os princípios do ideal franciscano e da vida cristã. A relação entre frades e terceiros estava presente em várias cidades portuguesas, assim como na vila de Guimarães desde o século XV – de acordo com a opinião da maior parte dos que se debruçaram sobre o assunto. Na sua generalidade, as Ordens Terceiras foram fundadas em locais onde já existia um convento franciscano - os quais eram preferencialmente urbanos - reflectindo a existência de uma ligação profunda dos frades com a população local. Esta relação amigável originava a que os leigos quisessem participar, no que lhes era possível, na prática dos ideais da vida franciscana, formando Ordens Terceiras, as quais constituíam, tal como a ordem fundadora, fenómenos tipicamente urbanos.

Mantendo com os franciscanos laços de amizade e entre-ajuda, a igreja e sacristia do convento franciscano, após a extinção das ordens religiosas em 1834, foi entregue à respectiva Ordem Terceira. De aí em diante esta última não poupou esforços no sentido de adquirir todo o edifício conventual de maneira a que o mesmo deixasse de servir de quartel e de hospital militar e através dele fosse expandida a sua actividade assistencial e social, tendo sempre como referência o ideal franciscano.

Os membros das Ordens Terceiras, homens e mulheres, viviam um modo de vida intermédio entre o estado religioso e o leigo, continuando a habitar com a sua família e a manterem as suas ocupações profissionais. Não efectuando votos sagrados, faziam noviciado e profissão no processo de entrada na instituição, declarando a partir daí obediência a uma Regra. Apesar da conotação religiosa da instituição e da presença constante de clérigos nas suas fileiras e nos quadros da sua administração, era fundamentalmente servida por leigos para assistir a uma comunidade laica.

Sendo um estilo de vida criado por Francisco de Assis para os seguidores franciscanos, igualmente se alastrou por outras ordens religiosas, principalmente as dominicanas e carmelitas,

³⁸⁰ *Defendendo o património dos pobres. A Irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães e a Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco perante a herança de José Bento Alves de Carvalho, II, Guimarães, Papelaria e Tipografia Minerva Vimaranesense, 1921, p.13.*

possibilitando uma grande proliferação de Ordens Terceiras pela Europa. Com a criação do império ultramarino, os portugueses levaram para África, América e Ásia a sua linguagem, valores, religião, sistemas de governo e estas instituições. Estas últimas vieram a fazer parte integrante da vida metropolitana dessas regiões devido a serem encaradas como âncora e abrigo numa terra estranha caracterizada pela insegurança e instabilidade.

Em Portugal a Ordem Terceira Franciscana antecipou-se a todas as outras, gozando, em relação a estas, de um sucesso mais evidente nas várias camadas sociais, tal como acontecia na admissão de frades.

Também em Guimarães a primeira Ordem Terceira foi a franciscana, suspeitando-se ser uma das primeiras do país. No período em estudo, desde meados do século XIX até à instauração da República, nesta cidade de vida religiosa activa, pelo número de igrejas e de conventos, os terceiros franciscanos obtiveram o apreço de benfeitores que lhes patrocinaram as várias actividades de foro assistencial e caritativo em curso, através de esmolas concedidas em vida ou nas disposições testamentárias. Para essa actividade contribuíam, igualmente, muitos vimaranenses e habitantes de fora do concelho, convencidos a ingressarem na instituição e em grande parte dos casos a permanecerem em contacto com ela até falecerem.

Nestes sessenta anos investigados foram registados na Ordem quatro mil quinhentos dois indivíduos admitidos ou agregados, num equilíbrio razoável entre homens e mulheres. Por ano ingressavam na Ordem, em média, cerca de setenta e cinco indivíduos. A média anual de novos terceiros demonstra a força e influência da instituição no meio circundante.

Nas Ordens Terceiras, ao contrário do que acontecia na Santa Casa da Misericórdia, onde era feita a distinção entre irmãos maiores e menores, não havia separação de pessoas quanto à ocupação, nascimento ou riqueza. Do mesmo modo, a elegibilidade para os cargos da administração da instituição estava ao alcance de qualquer terceiro, desde que possuísse os requisitos necessários para cada cargo.

Não havendo a limitação de *numerus clausus*, os candidatos a terceiros eram submetidos a um conjunto variado de critérios de admissão. Depois de aprovados e admitidos, de efectuarem o noviciado e a profissão e de terem pago a jóia de entrada, passavam a ter de cumprir uma série de deveres e obrigações e a poder usufruir de vários benefícios. Aliás, eram estes mesmos benefícios que levaram alguns deles a pretenderem a sua entrada na Ordem.

Para além daqueles indivíduos que ingressavam na instituição como resultado da sua devoção e procura de um aperfeiçoamento cristão, outros manifestavam querer colher uma outra espécie de frutos com a sua admissão. Poderia tratar-se da busca de uma ascensão social mais rápida do que, por exemplo, acontecia na Misericórdia vimaranense, ou da obtenção de reconhecimento público por parte de quem já tinha riquezas e uma posição social bem considerada. Não podemos excluir a possibilidade de quererem ser admitidos no hospital ou no asilo dos entrevados quando o necessitassem, de concederem aos seus filhos a frequência nas escolas primárias e nas oficinas profissionais, e de, quando falecessem, terem o serviço fúnebre assegurado. Muitos dos terceiros foram sepultados na igreja do convento franciscano extinto. Igualmente, se se tratasse de um indivíduo pobre, poderia usufruir do apoio monetário da Ordem, através de esmolas. Para além disto, e de acordo com a regra da Ordem Terceira, teriam, do mesmo modo, benefícios espirituais: uma série de indulgências concedidas pelo papa.

Todos estes benefícios seriam acompanhados pelo cumprimento de vários deveres, entre eles o de acompanharem todos os actos públicos da instituição decentemente trajados com o hábito da Ordem, o pagamento da jóia de entrada, a obediência aos Estatutos e aos vários regulamentos internos das várias valências, assim como o de aceitarem os cargos da administração para os quais fossem eleitos. O não cumprimento destas obrigações poderia implicar a aplicação de penas ou simples admoestações da Mesa.

As eleições para a constituição da Mesa, órgão que tomava todas as decisões relacionadas com a administração e governo da Ordem, ajudada pela Junta Magna - sendo esta última um expediente administrativo extraordinário -, eram efectuadas anualmente e de acordo com etapas determinadas. Cada irmão considerado apto para ocupar uma determinada função e nomeado pelos mesários para tal propósito, deveria aceitar essa eleição, excepto se tivesse algum motivo considerado justo que o impedisse de começar ou continuar a exercer um cargo na administração da instituição.

Os cargos da Mesa com direito a voto não poderiam ser ocupados por mulheres. O espaço de devoção e de participação pública concedido às mesmas estava sempre e claramente submetido ao domínio masculino, constituindo esta situação um reflexo do que se passava em tantas outras áreas da sociedade, especialmente no quadro familiar. Quando uma mulher casada era admitida na Ordem fazia-o juntamente com o marido ou com a autorização do mesmo. Se era solteira fazia-o com seus pais ou devido à sua situação de dependência e de necessidade de protecção. Esta situação acompanhava de igual modo as viúvas que mostravam pretensão em serem terceiras. Caso exercessem algum cargo na instituição, o mesmo nunca chegaria a ser o da administração, vedado às mulheres, mas restringir-se-ia aos relacionados com a assistência e a caridade.

Não quisemos deixar de referir uma matéria que consideramos indispensável para esta nossa investigação, e que diz respeito a uma abordagem social da instituição. Na Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães não havia limite mínimo de idade para se ser admitido. Não sabemos se como causa ou efeito desta permissão cerca de 30% até 1887 e de metade desse ano para a frente dos homens e mulheres ingressos eram pupilos, isto é, tinham entre zero e quatorze anos. Notamos, desta maneira, que a Ordem encontrava nas camadas jovens uma grande aderência, quer a mesma se devesse a iniciativa própria, quer, e mais provavelmente, fosse por influência directa dos pais que já eram terceiros. Esta suposição deve-se ao facto de que a maior parte dos pupilos eram filhos de irmãos, denotando, desde logo, uma intervenção paternal activa na vida dos filhos ainda muito jovens.

A representação etária mais significativa influenciou directamente aquela referente ao estado civil dos admitidos. O facto de que uma grande percentagem deles serem crianças ou adolescentes fazia prevalecer o estado civil dos solteiros, no conjunto dos ingressos, em relação ao dos casados e viúvos. A influência dos pais de família terceiros não se verificava somente em relação aos filhos: também se estendia às respectivas esposas, pois praticamente metade das mulheres, no momento da sua admissão, eram referidas como mulheres de irmãos. Através da inserção dos pais, filhos, outros familiares e criados, alargava-se a representação de família, fazendo da Ordem uma instituição de claro enquadramento familiar. Para muitas famílias, o ingresso na Ordem Terceira fazia parte da tradição das mesmas.

Se o ingresso na instituição reflectia uma série de afinidades familiares entre os irmãos, estas poderiam existir, igualmente, noutras dimensões: na actividade profissional ou no local de habitação.

A irmandade traduzia o quadro global das actividades profissionais apresentadas na cidade. O conjunto de ofícios registado pelos secretários à medida que os indivíduos iam sendo admitidos como terceiros franciscanos vimaranenses reflectia a forte actividade comercial e industrial da cidade na segunda metade do século XIX. Estando incluídos nesta referida actividade uma grande variedade de ofícios, destacavam-se, no caso da indústria, os trabalhadores dos couros e dos curtumes, e no do comércio, os negociantes e caixeiros, os quais contribuíam para que Guimarães constituísse um importante entreposto comercial entre o litoral e o interior do país. No caso das mulheres, as ocupações profissionais mais representadas eram incluídas no ramo dos serviços, mais propriamente no caso das criadas.

Para além destas actividades profissionais outras eram representadas na Ordem, umas mais do que outras, desde aquelas relacionadas com a agricultura, os transportes, os serviços e outros cujos elementos registados pelos secretários pouco esclareciam acerca do ramo a que pertenciam.

Muitos dos irmãos declaravam trabalhar para terceiros, informação esta que nos leva a corroborar a existência de influência nas relações profissionais, dos terceiros sobre os que não eram e que em muitos casos eram convencidos a fazer parte da Ordem.

Igualmente, no que se refere à distribuição geográfica dos irmãos estas afinidades podem ter contribuído para os resultados obtidos: na freguesia de São Sebastião, onde estava localizada a Ordem Terceira de São Francisco e prevalecia o trabalho dos couros e curtumes, habitavam 41% do universo total dos terceiros. Apesar de a instituição exercer um raio de acção intenso nas ruas mais próximas do seu edifício, 39% provinham de Nossa Senhora da Oliveira e de São Paio, e os restantes 20% das freguesias suburbanas e do resto do concelho. Uma forte coesão socioprofissional era demonstrada pela forma como os irmãos se distribuíam por determinadas ruas e como estavam representadas as várias actividades profissionais presentes na instituição.

Motivos profissionais poderiam, igualmente, estar subjacentes à intenção de vários indivíduos que viviam fora do concelho vimaranense de ingressarem nas fileiras da Ordem. O mesmo se pode aplicar aos brasileiros, profissionais do comércio e negócios. Poderemos até dizer que as afinidades existentes entre os profissionais dos vários sectores de actividade se reflectiam no universo terceiro franciscano, um novo círculo de sociabilidade, potencial proporcionador de novas oportunidades sociais e profissionais.

Verificamos, desta maneira, que a par da família e do local de habitação, as motivações profissionais provavelmente incentivaram à vida comunitária, aos relacionamentos de foro social, os quais se situavam no plano principalmente devocional, devido à mentalidade da época.

Não deixamos de referenciar uma outra característica de índole social da Ordem, embora tivesse uma pequena representação. Referimo-nos à presença das consideradas “mais-valias” sociais, isto é, os membros da nobreza - entre eles condes, viscondes, viscondessas, baronesas e condessas -, da fidalguia, tal como os fidalgos da casa real, e os representantes de várias ordens militares.

Esta presença trazia benefício tanto para os próprios como para a instituição, conferindo aos primeiros a afirmação do seu estatuto e à segunda um prestígio social reconhecido. Alguns deles ocuparam cargos na administração da instituição, na generalidade dos casos o de Ministro ou Vice-

Ministro, as funções dos mais altos dirigentes da Ordem. Estas últimas, quer fossem ocupadas por detentores de títulos nobiliárquicos ou não, seriam-no sempre por indivíduos altamente considerados e com algum poder económico para poder, em várias ocasiões, efectuar doações à instituição e respectivas valências.

Estando estes indivíduos inscritos na Ordem num período marcado pelo espírito e princípios liberais, a instituição reflectiu os movimentos de ascensão social característicos dessa época histórica, assim como o surgimento de novos grupos sociais urbanos que nesse momento tinham a oportunidade de se apresentarem e interrelacionarem com os seus pares dentro de um círculo de sociabilidade específico e muito próprio.

Para além destas individualidades a Ordem contou ainda com a presença de altas autoridades civis e eclesiásticas do arcebispado de Braga e do priorado vimaranense, e com indivíduos que se destacavam no campo dos negócios. A combinação entre a proeminência social, a presença de líderes eclesiásticos e civis e a posse de recursos financeiros acautelavam o futuro da Ordem Terceira.

Os dados fornecidos pelos sucessivos secretários não são completos no que se refere a todos os aspectos que tratamos até ao momento, nem abarcam a totalidade dos indivíduos, não nos permitindo efectuar uma observação sistemática de todos os elementos característicos dos terceiros. Apenas ficamos com amostras da realidade vivida, difícil de captar integralmente se não for registada de forma completa.

A Ordem Terceira de São Francisco em geral gozava de uma excelente reputação pelos serviços de caridade que prestava às comunidades nas quais estava instituída. O prestígio da mesma originou a que fizesse parte integral das referidas comunidades. No período histórico estudado os membros que constituíram a Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães empreenderam uma série de actividades de cariz assistencial e educativo muito significativas dentro do contexto citadino. Desde há vários séculos colaboradores com os frades franciscanos na assistência efectuada nas unidades hospitalares da vila, e à semelhança do que aconteceu nas Ordens Terceiras franciscana e carmelita do Porto - com a edificação de hospitais, a primeira em 1743 e a segunda em 1801 - em 1814 alcançaram autorização régia para construir um hospital próprio, inaugurado no ano seguinte, no qual iriam ser tratados os seus irmãos doentes.

Nos anos posteriores foram efectuando diligências para que a assistência hospitalar dos terceiros fosse progressivamente aperfeiçoada, sendo para isso necessário que as enfermarias exíguas fossem aumentadas. Consequentemente, compraram-se várias moradas de casas vizinhas às mesmas, sempre com a ajuda de benfeitores apreciadores do seu empenho e objectivos. Em 1907 Victor Ribeiro considerou o hospital dos terceiros franciscanos de Guimarães um dos melhores de todo o país³⁸¹.

As sucessivas obras nas enfermarias arrastaram-se durante inúmeros anos devido a dificuldades financeiras, as quais não impediram a inauguração de uma nova valência assistencial em 1858: o asilo dos entrevados, para acolhimento daqueles que já não tinham condições para ganharem o seu próprio sustento.

³⁸¹ RIBEIRO, Victor, *Historia da Beneficencia Publica em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907, p. 322.

A assistência secular dispensada aos terceiros não incidiu somente no plano material. A instituição não tardou, igualmente, em auxiliar os seus membros mais jovens a nível da instrução.

A obtenção do extinto convento franciscano, no ano de 1875, abriu novos horizontes aos projectos de assistência da instituição. Concedido o edifício por D. Luís para ampliação do hospital e criação de duas escolas de instrução gratuita para os filhos dos irmãos, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, fez surgir na irmandade uma nova esperança de extensão da obra até aí realizada. Parte das salas do convento foram ocupadas por enfermarias e outras pelas referidas escolas em 1885. No ano de 1887 foram inauguradas as oficinas profissionais de sapataria, encadernação e tipografia, extintas, no entanto, cerca de dois anos e meio depois, e em 1907 uma creche. A satisfação dos serviços assistenciais e educativos implicava a existência de equipas de trabalho eficazes, cujos códigos de conduta estavam delineados nos vários regulamentos.

Desta maneira, ao longo dos anos a Ordem promoveu o aumento do número das suas valências, chegando a serem cinco: a da Ordem, do Hospital, da Testamentária, do Sagrado Lausperene e a dos Entrevados. O sucesso que usufruiu ao longo dos anos constitui um reflexo da proeminência que gozou enquanto guardiã da fé católica e promotora do alívio do sofrimento humano através de programas de assistência social.

No topo do governo da Ordem estava a Mesa, detentora do poder legislativo, enquanto que as várias valências estavam enquadradas no lado do executivo, com regulamentos internos próprios e administração separada da da instituição. Com efeito, tornava-se muito difícil governar um organismo tão grande se não se delegasse em repartições particulares a gerência administrativa das suas várias parcelas. Sendo separadas, não tinham, no entanto, qualquer autonomia, pois em todas as matérias teriam de se sujeitar à Mesa, e dela estavam dependentes – verificando-se, assim, um predomínio do legislativo sobre o executivo. A Mesa era o órgão que tomava as decisões mais importantes e graves da Ordem, e fiscalizava, em todos os sentidos, a sua administração.

Uma forma de a Ordem Terceira rentabilizar os capitais disponíveis nos fundos das inúmeras valências foi a concessão de dinheiro a juro tanto a irmãos como àqueles que não pertenciam à irmandade, sendo esta uma parte importante da organização económica da instituição e das estratégias que adoptou ao longo da sua história. Constituindo o empréstimo de dinheiro a juros uma prática comum a várias instituições suas contemporâneas, também a Ordem a ela recorreu de maneira a, com os rendimentos obtidos através da cobrança dos juros, adquirir mais capital para suportar a prossecução dos seus projectos e obras.

A partir desta investigação concluímos que a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães pode ser encarada como uma espécie de microcosmos dentro da sociedade vimaranense e, de um modo mais alargado, minhota. Embora as várias Ordens Terceiras se guiassem pelos mesmos princípios orientadores, tivessem em comum aspectos relacionados com os critérios de admissão, os procedimentos, a administração da instituição, os privilégios, as funções e as responsabilidades, e enfrentassem muitos problemas comuns, cada uma delas acabava por ser influenciada pela região em que estava inserida e por reflectir o contexto social em que se enquadrava.

Com este trabalho pretendemos fornecer dados que contribuam para o conhecimento do quadro económico, social e mental da cidade de Guimarães na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX. Não encerramos aqui a questão e somente uma parte da totalidade

das dúvidas tem agora resposta. O caminho do conhecimento terá ainda muitos passos a serem percorridos por outros investigadores.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. Fontes Manuscritas

Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães

Compermisso que hão de observar os irmaos da irmandade da senhora Santa Ana situada no convento de S. Francisco desta villa de guimarães, 1737, cota número 246, p. 13.

Estatutos Da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia Do Seráfico Patriarca S. Francisco Da Villa de Guimaraens, 1791, Livro n.º 239.

FARIA, João Lopes de, *Efemérides Vimaranenses*, volume I, Sociedade Martins Sarmento.

FARIA, João Lopes de, *Velharias da Irmandade de S. Pedro e das Ordens 3.ªs*, volume II, Sociedade Martins Sarmento, pp. 158-301 verso.

Livro de eleições n.º 2 (1804-1853), Livro n.º 94.

Livro de eleições n.º 3 (1854-1902), Livro n.º 97.

Livro de entrada de irmãos n.º 3 (1821-1863), Livro n.º 205.

Livro de entrada de irmãos n.º 4 (1863-1910), s/ n.º.

Livro de entrada de irmãs n.º 3 (1830-1863), s/ n.º.

Livro de entrada de irmãs n.º 4 (1863-1903), Livro n.º 199.

Livro de entrada de pupilos e pupilas (1888-1926), s/ n.º.

Livro de índice alfabético de irmãos, Livro n.º 115.

Livro de termos n.º 1 (1734-1790), Livro n.º 90.

Livro de termos n.º 2 (1790-1820), Livro n.º 91.

Livro de termos n.º 3 (1820-1836), Livro n.º 92.

Livro de termos n.º 4 (1836-1841), Livro n.º 128.

Livro de termos n.º 5 (1841-1858), Livro n.º 129.

Livro de termos n.º 6 (1858-1875), Livro n.º 130.

Livro de termos n.º 7 (1875-1887), Livro n.º 131.

Livro de termos n.º 8 (1887-1907), Livro n.º 98.

Livro de termos n.º 9 (1907-1922), Livro n.º 132.

Liuro que hade servir para os termos da entrada dos Irmaãos desta Irmandade da Senhora Santa Anna, que principiou neste Anno de 1735, pp. 3-4, s/n.º.

Regulamento interno do Hospital da Veneravel Ordem Terceira Seraphica d'esta Cidade de Guimaraens, 1858, Livro n.º 120.

2. Fontes Impressas

ALMEIDA, João António de, *As Oficinas de Ensino Profissional da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia António José da Silva Teixeira, 1891.

ALMEIDA, João António de, *As Oficinas de Ensino Profissional da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia A. J. da Silva Teixeira, 1892.

Defendendo o património dos pobres. A Irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães e a Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco perante a herança de José Bento Alves de Carvalho, I, Guimarães, Papelaria e Tipografia Minerva Vimaranesense, 1919.

Defendendo o património dos pobres. A Irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães e a Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco perante a herança de José Bento Alves de Carvalho, II, Guimarães, Papelaria e Tipografia Minerva Vimaranesense, 1921.

ESPERANÇA, Frei Manoel da, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portvgal*, Livro I, Lisboa, Officina Craesbeekiana, 1656.

Estatuto de Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866, s/n.º.

Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano O Glorioso Patriarcha S. Francisco da Cidade do Porto, Lisboa, Officina de Manoel Soares Vivas, 1751, Livro n.º 120.

GONÇALVES, Aloysio Thomaz, *Exposição da Regra da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis*, Braga, Empresa do “Boletim Mensal”, 1929.

MAGALHÃES, Francisco Joaquim da Costa, *Accordão do Tribunal Administrativo de Braga sobre a assistencia dos irmãos da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco às sessões da Mesa e da Junta Magna da mesma Ordem em 11 de Maio de 1891*, Porto, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1891.

Regimento para o Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto, s/ data, livro n.º 120.

Regulamento da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, do seu Hospital e do Asylo dos Entrevados, Porto, Typ. Manoel José Pereira, 1867.

Regulamento das Officinas d'ensino profissional da V. Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães, Guimarães, Typ. das officinas de ensino profissional da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, 1888.

Regulamento interno da Creche da V. O. T. de S. Francisco de Guimarães, Guimarães, Minerva – Typographia Guise, 1907.

Regulamento interno das Escolas da V. O. T. de S. Francisco de Guimarães, Guimarães, Typ. do “Enthusiasta”, 1887.

Regulamento interno das Escolas da V. O. T. de S. Francisco de Guimarães, Guimarães, Typ. Silva Caldas, 1901.

RIBEIRO, Caetano Mendes, *A Extinção das Officinas de Ensino Profissional da Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães*, Coimbra, Typographia Operaria, 1891.

BIBLIOGRAFIA

1. Dicionários e Enciclopédias

ARAÚJO, António de Sousa, “Ordens Terceiras”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção Carlos Moreira Azevedo, volume J – P, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 348-354.

BARBOSA, Pedro Gomes, “Franciscanos”, in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, coordenação José Costa Pereira, volume I, Publicações Alfa, 1985, p. 270.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume II, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, pp. 410-411.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume IV, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, p. 482.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume XIII, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, pp. 361-362.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume XXXIII, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, pp. 707-708.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874.

LOPES, Fernando Félix, “Franciscanos” in *Dicionário de História de Portugal*, direcção Joel Serrão, volume III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, pp. 71-73.

MOREIRA, António Montes, “Franciscanos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção Carlos Moreira Azevedo, volume C – I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 273-280.

Pequeno Dicionário de História de Portugal, direcção Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, 1976, p. 143.

PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal. Diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*, volume III, Lisboa, João Romano Torres e C.^a - Editores, 1907, p. 570.

VIEIRA, Maria do Pilar S. A., “Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção Carlos Moreira Azevedo, volume A – C, Círculo de Leitores, 2000, pp. 472-474.

2. Estudos

ALMEIDA, Eduardo de, “A Instrucção Popular no Concelho de Guimarães”, in *Revista de Guimarães*, n.º 25, Porto, Sociedade Martins Sarmento, Typ. A. J. da Silva Teixeira, 1908, pp. 57-74 e 99-112.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, volume I, Porto, Portucalense Editora, 1967.

_____, *História da Igreja em Portugal*, volume II, Porto – Lisboa, Editora Livraria Civilização, 1968.

_____, *História da Igreja em Portugal*, volume III, Porto – Lisboa, Editora Livraria Civilização, 1970.

ALVES, José Maria Gomes, *Património Artístico e Cultural de Guimarães*, volume I e II, Guimarães, 1981.

AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Guimarães, 1580-1819, Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 29-35.

AZEVEDO, Torquato Peixoto de, *Memórias Resuscitadas da Antiga Guimarães*, Guimarães, 2.ª edição, Gráfica Vimaranesense, 2000.

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Edições Afrontamento, 2000.

BOSCHI, Caio César, “A religiosidade laica”, in *História da Expansão Portuguesa, Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 419-428.

_____, “Ordens religiosas: clero secular e missionação no Brasil”, in *História da Expansão Portuguesa, O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 294-318.

_____, *Os leigos e o poder*, São Paulo, Editora Ática, 1986.

BRAGA, Alberto Vieira, “Curiosidades de Guimarães, Teatro Vimaranesense”, in *Revista de Guimarães*, volume 46, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Tipografia Minerva Vimaranesense, 1936, pp. 231-252.

_____, “Curiosidades de Guimarães, Teatro Vimaranesense”, in *Revista de Guimarães*, volume 47, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Tipografia Minerva Vimaranesense, 1937, pp. 30-74.

_____, “Curiosidades de Guimarães, Instrução e Irmandades”, in *Revista de Guimarães*, volume 56, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Tipografia Minerva Vimaranesense, 1946, pp. 5-84.

CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães, Apontamentos para a sua história*, Guimarães, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento, 1996.

CARVALHO, Amadeu da Silva, “Convento de S. Francisco em Guimarães”, in *Gil Vicente, Revista de Cultura e Actualidades*, n.º 32, Janeiro – Dezembro, Guimarães, 1997/98, pp. 3-35.

CARVALHO, Sérgio Luís de, *Assistência e Medicina no Portugal Medieval*, Lisboa, edição do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.

CASTRO, Domingos Leite de, “Os nossos Sócios Honorários - II” in *Revista de Guimarães*, n.º 1, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1884, pp. 81-91.

COSTA, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, Edição da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica*, volume I, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868.

COSTA, Paula Cristina de Oliveira, “A Ordem Terceira do Carmo do Porto: Uma abordagem preliminar”, in *Cadernos do Noroeste – Misericórdias, Caridade e Pobreza em Portugal no Período Moderno*, volume 11(2), Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998, pp. 197-222.

_____, *Os Terceiros Carmelitas da Cidade do Porto (1736-1786)*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1999 (policopiada).

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*, volume I, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1992.

DIAS, “Os irmãos terceiros nos hospitais de Guimarães”, in *Boletim Mensal da Ordem Terceira e Missões Franciscanas Portuguesas*, n.º 10, Braga, Tipografia do “Boletim Mensal”, 1929, pp. 304-306.

EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa, *Os Terceiros Franciscanos da Cidade do Porto. Elementos para o seu estudo*, dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1972 (policopiada).

FARIA, Francisco Leite de, “Presença Franciscana em Guimarães”, in *Separata do Vol. XCV da “Revista de Guimarães”*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1988.

FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, “A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto”, in *Revista da População e Sociedade*, n.º 1, Porto, CEPFAM, 1995, pp. 177-208.

FONSECA, Fernando Taveira da, “Elites e Classes Médias”, in *História de Portugal. O Liberalismo*, direcção José Mattoso, volume 5, Editorial Estampa, 1998, pp. 393-407.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha, *Memória Histórica da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da cidade do Porto*, Porto, 1956.

GÉLIS, Jacques, “A individualização da criança », in *História da Vida Privada – Do Renascimento ao Século das Luzes*, direcção de Philippe Ariès e Georges Duby, volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, pp. 311-331.

GIORGIO, Michela de, “O modelo católico”, in *História das Mulheres no Ocidente*, direcção de Georges Duby e Michelle Perrot, volume IV, Edições Afrontamento, 1991, pp. 199-237.

GONÇALVES, Aloísio Tomás, *S. Gualter de Guimarães – ensaio biográfico*, Braga, Edição de A. Sousa Fernandes, 1986.

GOUVEIA, António Camões, “Estratégias de interiorização da disciplina”, in *História de Portugal. O Antigo Regime*, direcção José Mattoso, volume IV, Editorial Estampa, 1998, pp. 432-435.

GUIMARÃES, Avelino da Silva, “Caridade social e christã pela instrucção popular”, in *Revista de Guimarães*, n.º 2, Porto, Sociedade Martins Sarmento, Typographia Silva Teixeira, 1885, pp. 94-108.

Guimarães do Passado e do Presente, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1985.

Guimarães O Labor da Grei, Publicação Comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia realizada em Agosto de 1923, Guimarães, Tipografia Minerva Vimaranesense, 1928.

Guimarães. *Património Cultural da Humanidade*, volume I, Guimarães, edição da Câmara Municipal de Guimarães, Gabinete Técnico Local, 2002.

JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810 – 1913*, volume I, Vega, Lisboa, 1988.

LARA, António de Sousa, “Para uma análise sócio-geográfica do povoamento de Guimarães”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, volume III, Guimarães, 1981, pp. 105-110.

LINO, António, *Monografia de Guimarães e seu termo*, Lisboa, Instituto Fontes Pereira de Melo, 1984.

Livro de Ouro do Centenário da Cidade de Guimarães, Guimarães, Edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1954.

LOPES, Frei Fernando Félix, *Colectânea de Estudos de História e Literatura. A Ordem Franciscana na História e Cultura Portuguesa*, volume II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997.

_____, *Colectânea de Estudos de História e Literatura. Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa*, volume I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997.

LOPES, Maria Antónia da Silva Figueiredo, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999 (policopiada).

LOPES, Maria Antónia da Silva Figueiredo, “Os pobres e a assistência pública”, in *História de Portugal. O Liberalismo*, direcção José Mattoso, volume 5, Editorial Estampa, 1998, pp. 427-437.

MAGALHÃES, Justino Pereira de, “A Sociedade Martins Sarmento, ma instituição secular ao serviço da educação e da cultura – Um apontamento sobre sua fundação”, in *Revista de Guimarães*, n.º 105, Sociedade Martins Sarmento, 1995, pp. 271-288.

MARQUES, José, *Os Franciscanos no norte de Portugal nos finais da Idade Média*, Separata do Boletim do Arquivo Distrital do Porto, volume I, Porto, 1982.

Memória Histórica e Descritiva da Ordem Terceira de S. Francisco no Porto com as vidas dos Santos, Porto, Livraria Portuense, Typographia Occidental, 1880.

MENDES, J. Amado, “Etapas e Limites da Industrialização”, in *História de Portugal. O Liberalismo*, direcção José Mattoso, volume 5, Editorial Estampa, 1998, pp. 307-317.

MEYRA, João Monteiro de, *O concelho de Guimarães – estudo de demographia e nosografia*, 1907.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *A Casa e o Património dos Grandes Portugueses (1750-1832)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995 (policopiada).

_____, “A nobreza na revolução liberal”, in *Portugal Contemporâneo*, direcção António Reis, volume 1, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 243-256.

_____, “O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos”, in *Análise Social*, vol. XVII (116-117), 1992, pp. 263-283.

_____, “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”, in *História de Portugal. O Antigo Regime*, direcção José Mattoso, volume IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 333-379.

MORENO, Humberto Baquero, “A protecção régia aos frades do Convento de S. Francisco do Porto no Século XV”, in *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, volume I, Porto, 1982, pp. 43-50.

OLIVEIRA, Manuel Alves de, “Guimarães numa resenha urbanística do século XIX”, Separata do *Boletim de Trabalhos Históricos*, volume XXXVII, Guimarães, 1986, pp. 34-35.

OLIVEIRA, Miguel, *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, 1994.

PERROT, Michelle, “Personagens e papéis”, in *História da Vida Privada – Da Revolução à Grande Guerra*, direcção Philippe Ariés e Georges Duby, volume IV, Lisboa, Edições Afrontamento, 1990, pp. 121-186.

PINTO, Maria Elisabete de Sousa, *Curtidores e Surradores de S. Sebastião (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Guimarães, 2002 (policopiada).

PROENÇA, Maria José, *A Ordem Terceira Franciscana em Braga e a sua Igreja. Património e História*, Braga, Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Braga, 1998.

RIBEIRO, Bartolomeu, *Guia de Portugal Franciscano Continental e Insular*, Residência de Leixões, 1946.

_____, *Os Terceiros Franciscanos Portugueses, Sete Séculos da sua História*, Braga, Tipografia “Missões Franciscanas”, 1952.

RIBEIRO, Victor, *História da Beneficência Pública em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907, pp. 309-324.

RUSSELL-WOOD, A. J. R., “Prestige, Power, and Piety in Colonial Brazil: the Third Orders of Salvador”, in *Society and Government in Colonial Brazil, 1500-1822*, Hampshire, Variorum, 1992, pp. 61-89.

SÁ, Isabel dos Guimarães, “A assistência: as Misericórdias e os poderes locais”, in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, direcção César de Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 136-143.

_____, “As Confrarias e as Misericórdias”, in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, dir. César de Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 55-60.

_____, “As Misericórdias” in *História da Expansão Portuguesa – Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, direcção Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 350-360.

_____, “As Misericórdias” in *História da Expansão Portuguesa – O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*, direcção Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 280-291.

_____, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, volume V, direcção, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 426-427.

SILVA, António Martins da, “A Desamortização”, in *História de Portugal. O Liberalismo*, direcção José Mattoso, volume 5, Editorial Estampa, 1998, pp. 291-305.

TEIXEIRA, Fernando José, *Convento de S. Francisco. Guimarães (História e Arte)*, Guimarães, 1999.

_____, *Convento de S. Francisco. Guimarães*, Porto, Marca – Artes Gráficas, 2000.

TORGAL, Luís Reis, “A Instrução Pública”, in *História de Portugal. O Liberalismo*, direcção José Mattoso, volume 5, Editorial Estampa, 1998, pp. 515-550.

TORGAL, Luís Reis e VARQUES, Isabel Nobre, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984.

VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1886.

3. Internet

<http://www.di.uminho.pt/~jcr/PROJS/bb/BBOOnline/bbcts.html>

<http://www.ordemsaofrancisco.org/arte.php?id=1>

<http://www.newadvent.org/cathen/02443a.htm>

<http://www.newadvent.org/cathen/07543a.htm>

<http://www.newadvent.org/cathen/12249a.htm>

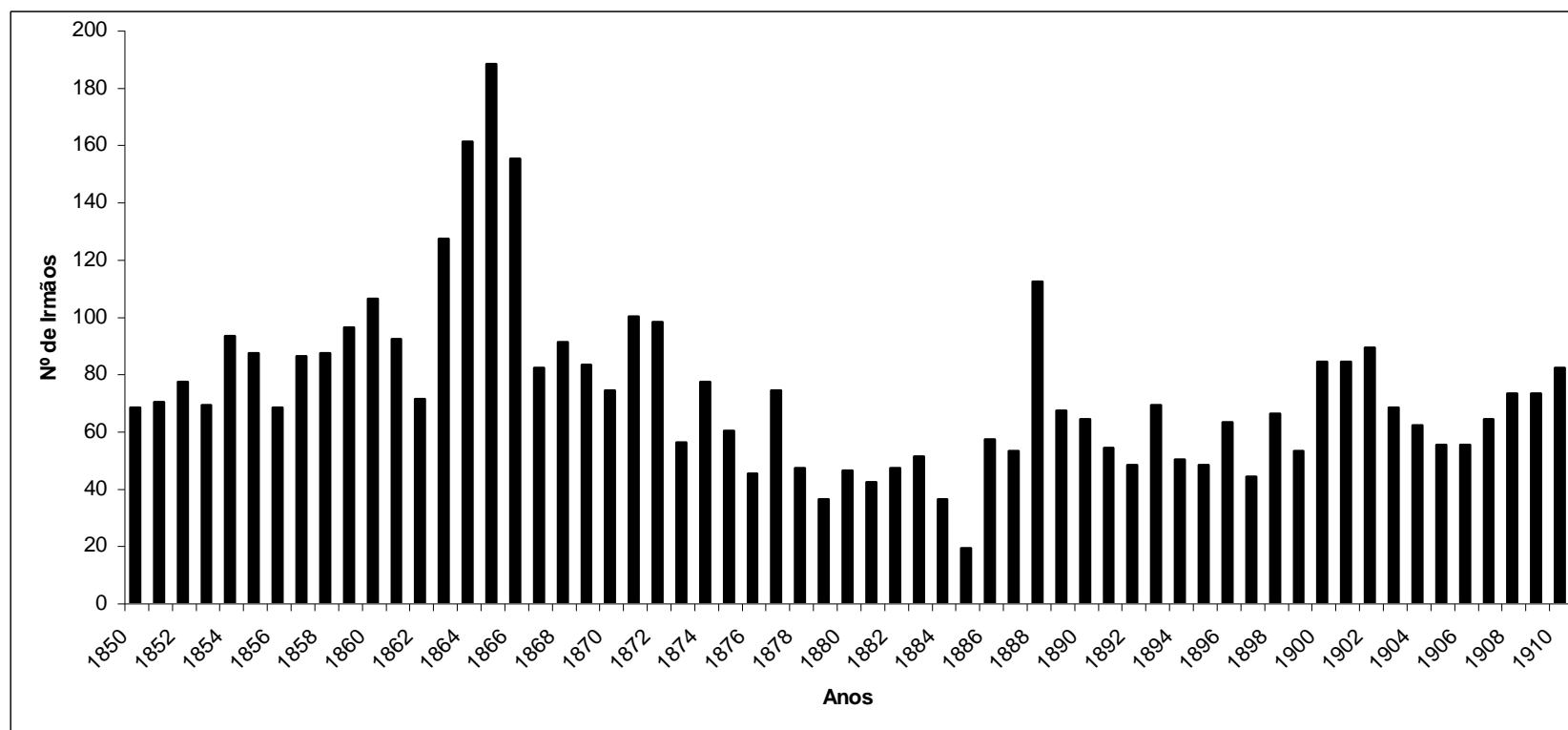
<http://www.newadvent.org/cathen/13508b.htm>

PARTE V

ANEXOS – GRÁFICOS, LISTAGENS, QUADROS E TEXTOS

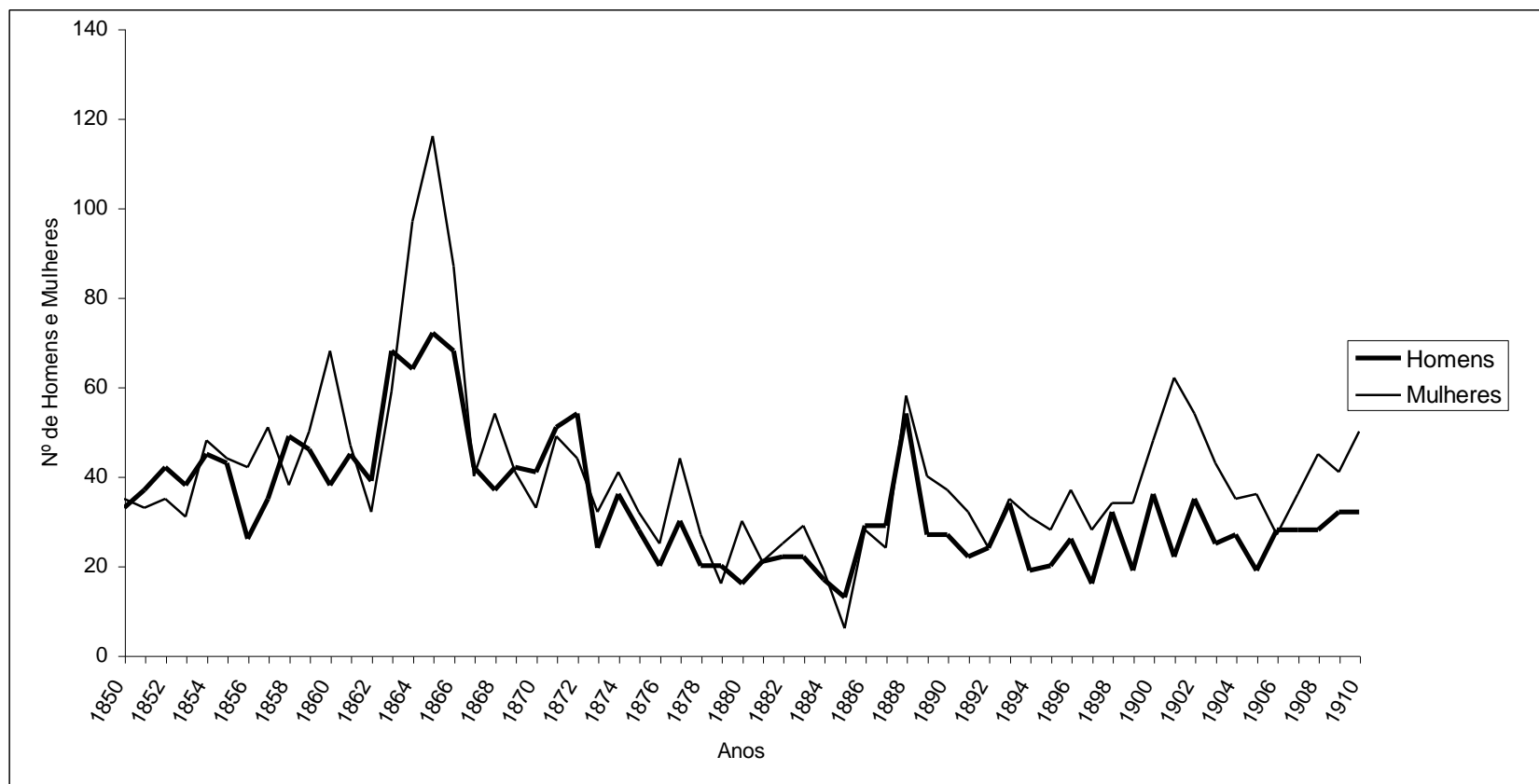
ANEXO I – GRÁFICOS

1. A entrada anual de irmãos na Ordem Terceira (1850-1910)



Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de índice alfabético de irmãos*, livro n.º 115; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãos*, livros n.º 205 e s/ n.º; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãs*, livros s/ n.º e n.º 199; *Livro de entrada de pupilos e pupilas*, livro s/ n.º.

2. A entrada anual de homens e mulheres na Ordem Terceira (1850-1910)



Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de índice alfabético de irmãos*, livro n.º 115; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãos*, livros n.º 205 e s/ n.º; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãs*, livros s/ n.º e n.º 199; *Livro de entrada de pupilos e pupilas*, livro s/ n.º.

ANEXO II – LISTAGENS

1. As ocupações profissionais dos irmãos (1850-1910)

Agricultura	Indústria	Comércio e transportes	Serviços	Outros/Indeterminados	Totais
174	474	263	304	81	1296

Sector Primário	
Feitor	4
Hortelão	4
Jornaleiro	14
Lavrador	32
Lavrador caseiro	23
Lavrador proprietário	2
Proprietário	95
Total	174

Sector Secundário	
INDÚSTRIA	
MADEIRAS	
Carpinteiro	21
Ensamblador/Marceneiro	7
Mestre carpinteiro	3
Mestre tanoeiro	1
Tanoeiro	1
Total	33
CONSTRUÇÃO CIVIL	
Aprendiz de pedreiro	1
Caiador	17
Cantoneiro	1
Cascalheiro	1
Empreiteiro	1
Estucador	2
Mestre pedreiro	3
Pedreiro	16
Pintor	3
Total	45
TÊXTEIS	
Alfaiate	29
Fabricante de cotins	1
Fabricante de tecelagem	1
Fabricante de toalheiros	1
Mestre alfaiate	1
Modista	1

Tecelão	2
Tintureiro	1
Total	37
CALÇADO	
Mestre sapateiro	6
Sapateiro	51
Tamanqueiro	6
Total	63
METALURGIA	
Cutileiro	12
Ferrador	4
Ferreiro	6
Funileiro	2
Latoeiro	1
Mestre cutileiro	3
Mestre ferrador	1
Mestre ferreiro	1
Mestre latoeiro	1
Serralheiro	9
Total	40
OURIVESARIA	
Ourives	31
Relojoeiro	2
Total	33
PANIFICAÇÃO	
Moleiro	3
Padeiro	8
Total	11
COUROS E CURTUMES	
Aprendiz de curtidor	1
Correeiro	2
Curtidor	77
Fabricante de couros	1
Mestre seleiro	3
Seleiro	5
Surrador	97
Total	186
OLARIA	
Oleiro	9
Total	9
OUTROS	
Escultor	1
Fogueteiro	1
Penteeiro	13

Refinador	2
Total	17

Sector Terciário	
COMÉRCIO	
Pequeno Comércio	
Botequineiro	1
Cortador de carnes verdes	3
Empregado comercial	9
Estalajadeiro	1
Farrapeiro	1
Livreiro	1
Marçano	1
Peixeiro	3
Sarreiro	1
Vendeiro	2
Pregoiro	1
Total	24
Negociantes	
Negociante	95
Brasileiro	7
Caixeiro	88
Capitalista	12
Negociante de calçado	3
Negociante de carnes	3
Negociante de couros	1
Negociante de tecidos	7
Negociante de ferragens	4
Negociante de madeiras	1
Negociante de mercearia	1
Negociante de ourives	4
Negociante de sabão	1
Negociante tamanqueiro	1
Proprietário de hotel	1
Total	229
TRANSPORTES	
Almocreve	1
Cocheiro	4
Alquilador	2
Liteireiro	1
Estafeta	1
Carregador	1
Total	10
SERVIÇOS	
Eclesiásticos	
Abade	9
Arcebispo de Braga	2
Bispo	1

Capelão	6
Cónego	4
Diacono	1
Eclesiástico	56
Minorista	1
Padre	32
Padre Comissário	2
Padre mestre	1
Presbítero secular	2
Prior	6
Total	123
Militares	
Capitão	1
Caserneiro	1
Militar	2
Total	4
Profissões liberais	
Agente de causas	2
Armador	2
Arquitecto	1
Bacharel em direito	1
Barbeiro	11
Cirurgião	3
Cirurgião Mor	1
Director de banco	1
Doutor	4
Empregado	7
Enfermeiro	6
Escriturário	1
Escrivão	1
Escrivão de direito	2
Farmacêutico	6
Gerente de banco	1
Governador Civil	2
Juiz de direito	1
Jurisconsulto	1
Médico	2
Mestre barbeiro	3
Mestre de música	2
Músico	1
Procurador	1
Professor de ensino primário	5
Professor régio de latim	1
Retratista	1
Secretário	2
Solicitador	2
Tabelião	4
Total	78
Criados	
Criado	79
Criado de lavoura	5

Criado de servir	10
Escudeiro	5
Jardineiro	1
Total	100

Outros	
Ajudante de sacristão	2
Carteiro	1
Chefe de Estação Telegráfica	1
Condutor de correio	2
Contínuo	1
Coveiro	1
Distribuidor de correio	1
Educando	1
Estudante	42
Mestre de fábrica de sabão	1
Oficial de diligências	1
Polícia Civil	1
Sacristão	8
Sacristão mor	1
Seminarista	1
Sineiro	2
Total	67

Indeterminados	
Aprendiz	2
Colcheiro	1
Fabricante	4
Forrador	1
Industrial	5
Mecânico	1
Total	14

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de índice alfabético de irmãos*, livro n.º 115; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãos*, livros n.º 205 e s/ n.º.

2. As ocupações profissionais das irmãs (1850-1910)

Agricultura	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Totais
74	138	31	384	187	814

Sector Primário	N.º de terceiros
Caseira	1
Jornaleira	4
Lavradeira	20
Lavradeira caseira	2
Proprietária	47
Total	74

Sector Secundário	
INDÚSTRIA	
TÊXTEIS	
Bordadeira	1
Costureira	100
Dobradeira	1
Engomadeira	4
Modista	5
Tecedeira	6
Assedadeira	1
Total	118
PANIFICAÇÃO	
Moleira	1
Padeira	11
Total	12
OUTROS	
Doceira	2
Operária	6
Total	8

Sector Terciário	
COMÉRCIO	
Pequeno Comércio	
Contratadeira de fruta/Fruteira	2
Galinheira	1
Marchante de carnes verdes	1
Peixeira	3
Sardinheira	1
Taberneira	1
Vendedeira	6
Botequineira	1
Louceira	1
Tendeira	3

Toucinheira	1
Total	21
Negociantes	
Capitalista	9
Total	9
Outros	
Proprietária de estafeta	1
Total	1
SERVIÇOS	
Clero regular	
Abadessa	1
Irmã hospitaleira	2
Recolhidas em conventos ou recolhimentos	23
Religiosa	3
Total	29
Profissões Liberais	
Enfermeira	4
Professora	2
Total	6
Criadas	
Cozinheira	1
Criada	178
Criada de servir	160
Empregada doméstica	10
Total	349
Outros	
Contra-mestra	1
Educanda	1
Estudante	2
Doméstica	23
Mulher de casa	160
Total	187

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de índice alfabético de irmãos*, livro n.º 115; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãs*, livros s/ n.º e n.º 199.

3. Distribuição dos terceiros pelo local de residência (1850-1910)

São Sebastião	
Local	N.º de terceiros
Alvim	2
Arco de São Francisco	1
Arquinho	1
Asilo de Entrevados da Ordem Terceira de São Francisco	1
Avenida da Indústria	2
Avenida do Comércio	2
Barroca	2
Buraco da Rua de Couros	1
Campo de Baixo	4
Campo de Baixo	5
Campo, Praça, Lages, Largo do Toural (mieira com São Paio)	58
Capuchas	2
Capuchinhas	2
Casa de Vila Pouca	2
Casa do Guardal	1
Centro	2
Convento de São Francisco	2
Estação de Vila Flor	1
Largo da Cidade	22
Largo de São Sebastião, Rua de Trás de São Sebastião, Rua do Guardal	58
Largo do Pelourinho, Largo do Trovador	38
Olival	1
Olival da Caldeiroa	1
Pardejas	2
Pegada	1
Praça de Dom Afonso Henriques	54
Quinta do Relho	1
Rua Além do Rio	5
Rua da Alegria, Rua das Molianas, Rua da Madroa, Cruz de Pedra (mieira com Creixomil)	67
Rua da Caldeiroa	160
Rua da Cancela	12
Rua da Ramada	69
Rua de Alcobaça, Torre Velha (mieira com São Paio)	8
Rua de Couros	204
Rua de Santa Rosa de Lima, Rua Travessa	19
Rua de São Dâmaso, Rua de Trás do Muro	118
Rua de São Francisco	44
Rua de São Sebastião, Rua de Trás dos Oleiros	48
Rua de Trás das Oliveiras	1
Rua de Vila Flor, Rua do Relho	59
Rua de Vila Pouca, Rua das Pretas	52
Rua de Vila Verde, Além do Rio	91
Rua do Quintal	17
Rua dos Terceiros, Rua de Soalhães, Carvalhas de São Francisco	89
Rua Nova das Oliveiras, Rua das Lages, Rua de Camões	85
Rua Nova de São Sebastião	9
Terreiro de São Francisco	31
Trapola	1
Travessa de Camões	4
São Sebastião (freguesia)	13
Total	1475

Santa Maria de Oliveira	
Local	N.º de terceiros
Asilo de Santa Estefânia	21
Atrás do Muro	4
Campo da Feira	2
Campo da Misericórdia, Terreiro da Misericórdia (mieira com São Paio)	42
Campo da Oliveira	1
Campo do Salvador, Senhora do Amparo (mieira com Azurém)	2
Campo Longo	2
Cano de Cima	8
Canto	8
Carmo	2
Casa das Hortas	1
Casa de Facto	1
Casa do Arco	1
Colégio de São Nicolau	1
Convento de Santa Clara	6
Couto	1
Fato	3
Fonte do Abade	4
Hortas	4
Largo da Cadeia, Rua da Cadeia, Rua do Serralho (mieira com São Paio)	8
Largo da Pipa	1
Largo das Hortas	2
Largo de Martins Sarmiento	2
Largo de Nossa Senhora da Guia	2
Largo de Nossa Senhora da Oliveira	26
Largo de Santa Clara	5
Largo do Carmo	3
Largo do Retiro	5
Largo dos Trigais	4
Leiras	1
Moinhos	1
Monte de Trás	1
Pequeno Seminário de Nossa Senhora da Oliveira	1
Picoto	2
Portelo das Hortas	1
Praça de Santiago	21
Priorado	1
Pupa	7
Rio	4
Roma	2
Rua da Arcela, Rua do Cano de Cima (mieira com Azurém)	14
Rua da Costa	3
Rua da Rainha, Rua dos Mercadores, Rua Sapateira, Porta da Vila (mieira com São Paio)	72
Rua da Senhora da Guia, Postigo da Guia	14
Rua das Hortas	18
Rua das Lamelas, Rua Escura, Rua dos Fornos, Lamelas	25
Rua das Oliveiras	4
Rua das Oliveiras do Cano	1
Rua de Donães	20
Rua de Francisco Agra	5

Rua de Santa Cruz	52
Rua de Santa Luzia	31
Rua de Santa Maria, Infesta, Rua do Conde D. Henrique	40
Rua de São Bento	4
Rua de São Paio, Rua da Tulha, Postigo de São Paio (mieira de São Paio)	35
Rua de São Tiago	1
Rua do Cano	5
Rua do Carmo	1
Rua do Espírito Santo	4
Rua do Postigo	3
Rua do Retiro, Rua do Ourado do Forno	23
Rua Dom Luís I, Largo de São Bento, Rua do Gado, Rua do Poço	41
Rua dos Laranjais	1
Rua dos Pombais	1
Rua dos Trigais	16
Rua Dr. José Sampaio	5
Rua Fonte da Barrela	3
Rua Nova	2
Rua Nova do Carmo, Rua do Sabugal	6
Rua Nova do Muro, Rua Nova do Comércio	85
Sardoal	1
Terreiro do Carmo	1
Torre dos Cães	1
Vielha do Esterpão	1
Santa Maria da Oliveira (freguesia)	7
Total	760

São Paio	
Local	N.º de terceiros
Albergaria de São Paio	1
Albergue de São Crispim	1
Ao pé da Capela de Santa Luzia	1
Beatério das Freiras	1
Campo da Misericórdia, Terreiro da Misericórdia (mieiro com S. M. Oliveira)	7
Campo, Praça, Lages, Largo do Toural (mieira com São Sebastião)	43
Capuchinhas	1
Hospital de São Domingos	1
Largo da Cadeia, Rua da Cadeia, Rua do Sarralho (mieira com S. M. Oliveira)	1
Largo de Franco Castelo Branco	9
Largo de São Paio	20
Largo do Anjo	1
Praça do Mercado	2
Recolhimento do Anjo, Largo de São Paio	6
Rua Anjo, Rua dos Açougues	35
Rua da Fonte Nova	1
Rua da Rainha, Rua dos Mercadores, Rua Sapateira, Porta da Vila (mieira com S. M. Oliveira)	43
Rua da Torre Velha	2
Rua de Alcobaça, Torre Velha (mieira com São Sebastião)	66
Rua de Paio Galvão	20
Rua de Santa Luzia	32
Rua de Santo António	13
Rua de São Paio, Rua da Tulha, Postigo de São Paio (mieira com S. M. Oliveira)	56
Rua de Trás	1

Rua de Trás dos Açougues	1
Rua do Picoto	6
Rua Dom João I, Rua de São Domingos	88
Rua Entre os Regatos	12
Rua Nova de Santo António, Rua da Fonte Nova	65
Rua Nova do Mercado, Rua de Gil Vicente	14
Rua Nova do Muro, Rua Nova do Comércio (mieira com S. M. Oliveira)	74
Rua Trás de São Paio	2
Sabacho	1
Trás dos Oleiros	1
São Paio (freguesia)	10
Total	638

São Miguel de Creixomil	
Local	N.º de terceiros
Alto da Cruz de Pedra	2
Arquinho	5
Atouguia	1
Boavista	1
Bouça	1
Casa dos Laços	3
Casa dos Pombais	3
Cruz de Pedra	17
Honra	1
Laços	1
Lameiras	7
Largo da Estrada Nova	2
Largo de São Lázaro	1
Miradouro	18
Montinho	1
Paço de Cima	1
Ponte da Pisa	1
Rua da Alegria, Rua das Molianas, Rua da Madroa, Cruz de Pedra (mieira com S. Sebastião)	24
Rua da Pedra	1
Rua das Lameiras	9
Rua de São Lázaro	12
Rua de Trás Gaia	29
Rua do Sabacho	9
Rufina	2
Salgueiral	6
Selho	3
Souto dos Mortos	1
Torre	1
Tranquilhos	2
São Miguel de Creixomil (freguesia)	29
Total	194

São Pedro de Azurém	
Local	N.º de terceiros
Amorosa	1
Azurém	11
Bargas	1
Benlhevai	4
Berdeilhe	1
Bornaria	8
Campo do Salvador, Senhora do Amparo (mieira com S. M. Oliveira)	3
Capuchos	1
Casa da Bornaria	1
Casa do Bom Retiro	1
Casa do Salvador	5
Entre as Vinhas	3
Espinho	1
Espinhosa	4
Fonte da Pipa	3
Monte Largo	1
Oliveiras do Cano	2
Pousada	1
Quintã	1
Quinta do Belhevai	5
Rua da Arcela, Rua do Cano de Cima (mieira com S. M. Oliveira)	10
Rua de Santa Margarida	2
Rua de São Torcato	13
Rua de Trás da Cadeia	2
Terreiro do Cano	1
Vargas	2
São Pedro de Azurém (freguesia)	1
Total	89

Santo Estevão de Urgeses	
Local	N.º de terceiros
Arquinho	9
Bom Retiro	3
Cachada	1
Campo	4
Castanheiro	2
Cavalinho	2
Covas de Baixo	2
Covas de Cima	1
Estrada Nova	6
Fonte Santa de Baixo	1
Lage	1
Largo da Cerca	1
Madroa	1
Presa	1
Privilégios	1
Quinta da Eira	1
Quinta do Sardoal	1
Remédios	1
Rua da Caldeiroa	2
Sardial	1
Vaca Negra	5

Vila Chão	3
Santo Estevão de Urgeses (freguesia)	13
Total	63

Santa Eulália de Fermentões	
Local	N.º de terceiros
Baranda	1
Cano	1
Casa da Pereira	1
Conceição	9
Mata	1
Selho de Cima	1
Santa Eulália de Fermentões (freguesia)	12
Total	26

São Torcato	
Local	N.º de terceiros
Assento	1
Campos	2
Casa das Quintãs	1
Chorios	1
Corredoura	13
Formigosa	1
Grilé	2
Laginhas	1
Outeiro	1
Poveiras	1
Quinta do Gilde	1
Quintas	1
São Torcato (freguesia)	18
Total	44

Santa Marinha da Costa	
Local	N.º de terceiros
Alvim de Além	3
Beçadas	1
Beçadas de Cima	1
Carvalhal	3
Casa da Azenha	5
Colégio de São Dâmaso	1
Espariz	2
Largo do Logarinho	3
Pinheiro	4
Vilar	2
Santa Marinha da Costa (freguesia)	8
Total	33

Outras freguesias do concelho de Guimarães		N.º de terceiros
São Miguel de Caldas de Vizela		
Aldeia		2
Aldeia de Cima		1
Casa do Aidro		1
São Miguel de Caldas de Vizela (freguesia)		5
São Salvador de Pinheiro		
Assento		1
Gontelo		1
Linhares		2
Linhario		1
Vila Chão		1
Vinha do Monte		1
São Salvador de Pinheiro (freguesia)		4
São Vicente de Mascotelos		
Assento		1
Leça		1
São Vicente de Mascotelos (freguesia)		1
Santa Maria de Atães		
Herdade		1
Renda		2
Santa Maria de Atães (freguesia)		3
São Tomé de Abação		
Barroca		1
São Tomé de Abação (freguesia)		1
São Romão de Mesão Frio		
Basseiro		1
Cruz da Argola		2
São Romão de Mesão Frio (freguesia)		3
São Cipriano de Tabuadelo		
Batoucos		1
Santa Eulália de Nespereira		
Bouça		2
Estrada Nova		1
Sezins		1
Santa Eulália de Nespereira (freguesia)		4
São Paio de Moreira de Cónegos		
Bouça		1
Campelo		1
Pereira		2
São Paio de Moreira de Cónegos (freguesia)		2
São João de Brito		
Castelo		1
Pena		1
São João de Brito (freguesia)		3

São Tomé de Caldelas	1
São Cláudio de Barco	
Lagoa	1
São Tiago de Lordelo	
Lobarim	4
São Lourenço de Cima de Selho	
Louredo	1
Ponte de Selho	1
São Lourenço de Cima de Selho (freguesia)	3
São João das Caldas de Vizela	
Monte	1
Soutinho	1
Santa Maria de Gémeos	
Quinta de Vila Verde	1
São Bento de Donim	5
São Cosme e São Damião de Lobeira	1
São Cristóvão de Abação	1
São Cristóvão de Selho	1
Santa Cristina de Serzedelo	
São Miguel	1
Santa Cristina de Serzedelo (freguesia)	3
São João Baptista de Castelões	
Casa da Figueira	1
São João Baptista de Castelões (freguesia)	2
São Mamede de Aldão	3
São Martinho de Sande	1
São Paio de Vizela	3
São Vicente de Oleiros	
São Romão	1
São Tiago de Candoso	
Santo Amaro	1
São Tiago de Candoso (freguesia)	1
Santa Maria de Silvares	
Casa do Campo	1
Ponte	2
Santa Maria de Silvares (freguesia)	1

São Martinho de Candoso	
Casa do Carvalho	1
Outeiro	1
Penedo	1
Veiga	1
São Martinho de Candoso (freguesia)	4
São Pedro de Polvoreira	
Casa do Foja	1
Malhadoira	1
Monte de Além	1
Soutelo	1
Valinha	1
São Pedro de Polvoreira (freguesia)	3
Santa Maria de Matamá	
Casa do Ribeiro	1
Rua de Camões	1
Santa Maria de Vila Nova das Infantas	
Castinha	1
Covo	1
Hortinha	1
Pinheiral	1
Pupa	1
Santa Maria de Vila Nova das Infantas (freguesia)	6
São Jorge de Cima de Selho	
Crasto	2
Pevidém	3
São Jorge de Cima de Selho (freguesia)	8
São João de Ponte	
Devesa	1
Lameirão	1
São João de Ponte (freguesia)	2
São João de Pencelo	
Galtar	1
Vinha Velha	1
São João de Pencelo (freguesia)	1
Divino Salvador de Gandarela	
1	
São Pedro Fins de Gominhões	
3	
São João Baptista de Gondar	
Ponte de Serves	1
São João Baptista de Gondar (freguesia)	4
Santo Tirso de Prazins	
Lage	1
Porta	1
São Martinho de Gondomar	

Lages	1
São Tiago de Ronfe	1
Santa Maria de Souto	1
Vila Nova de Sande	1
Santo Adrião de Vizela	1
Santa Maria de Infias	
Cãos	1
Santa Maria de Infias (freguesia)	3
Concelho de Guimarães	68
Total	237

Restantes freguesias do distrito de Braga	
Concelho de Fafe	N.º de Terceiros
Moreira de Rei	
Areal	1
São Romão de Arões	
Basseiro	1
São Martinho de Silveiras	
Campo	1
São Pedro da Queimadela	
Ribeira	2
Santa Maria de Ribeiros	2
São Bartolomeu de Vila Cova	2
São Martinho de Fareja	1
Santo Estevão de Vinhós	
Casa Nova	1
Santa Eulália de Revelhe	
Cortegaça	1
Santa Eulália de Revelhe (freguesia)	1
São Tomé de Travassós	
Costeira	1
São Tomé de Travassós (freguesia)	2
Fafe (concelho)	
Rua de Baixo	1
Fafe (concelho)	2

São Mamede de Cepães	1
São Gens de Gervide	1
São Lourenço de Golães	
Sangedes	1
São Lourenço de Golães (freguesia)	1
São Vicente de Felgueiras	1
Santa Cristina de Arões	1
Santo Estevão de Regada	1
Santa Eulália	2
Total	28
Concelho de Vila Nova de Famalicão	6
São Pedro de Riba de Ave	
Cabanelas	1
Santa Marinha de Mugege	2
São Cosme do Vale	1
São Martinho do Vale	1
Concelho de Póvoa de Lanhoso	
São Martinho de Travassos	
Aldeia de Baixo	1
Divino Salvador de Louredo	
Quinta do Sobrado	1
Divino Salvador de Louredo (freguesia)	1
São Bartolomeu da Esperança	2
São João de Rei	1
São Martinho de Monsul	1
São Cosme e São Damião de Garfe	2
Santa Maria de Souto de Sobradelo da Goma	
Igreja Velha	1
Braga	
Campo de Santa Ana	1
Rua da Ponte	1
Braga (distrito)	5
Concelho de Cabeceiras de Basto	
Casa Raposeira	1

Raposeira	2
Cabeceiras de Basto (concelho)	1
São Sebastião de Passos	1
São Pedro de Brotelo	
Freixieiro	1
Santa Marinha de Pedraça	1
Concelho de Celorico de Basto	
São Miguel de Carvalho	
Pousada	1
São João Baptista da Arnóia	1
São Miguel de Gémeos	1
Concelho de Vila Verde	
São Paio de Vila Verde	1
São Miguel de Soutelo	1
Distrito do Porto	
Concelho de Felgueiras	
Santa Comba de Regilde	
Montinho	1
São Martinho de Penacova	1
Ribeiro Novo	1
São Salvador de Vila Cova da Lixa	
Casa do Rego, Campelo	1
São Tomé de Friande	
Estradinha	1
São Tomé de Friande (freguesia)	2
São Pedro de Jugueiros	
Funde de Vila	1
São Pedro de Jugueiros (freguesia)	1
Santa Maria de Idães	1
São Tiago de Rande	1
Santa Quitéria	2
Santa Maria de Vila Fria	
Talhoz	1

Porto	
Rua do Bonfim	1
Rua Nova de São João	1
Porto (distrito)	7
Concelho de Lousada	
Santiago Maior da Lustosa	
Casa da Lage	1
Margaride	1
Queirós	1
Santiago Maior da Lustosa (freguesia)	2
Concelho de Amarante	
São Tiago de Figueiró	
Cachada	1
Concelho de Marco de Canaveses	
São Martinho de Soalhães	
	3
Concelho de Santo Tirso	
São Martinho do Campo	
	1
São Tomé de Negrelos	
Casa do Codeçal	1
Concelho de Vila Nova de Gaia	
Rua Direita	1
Distrito de Lisboa	
	5
Distrito de Vila Real	
Concelho de Vila Pouca de Aguiar	
Alfarela de Jales	
	1
Concelho de Mondim de Basto	
	1
Distrito de Viana do Castelo	
Concelho de Valença do Minho	
Cerdal	1
Santa Maria dos Anjos de Valença do Minho (freguesia)	1
Distrito de Coimbra	
	1
Distrito da Guarda	
Concelho de Celorico da Beira	
	1
Distrito da Região Autónoma da Madeira	

Concelho do Funchal	1

Brasil	
Baía	2
Praça do Maranhão	1
Rio de Janeiro	1
Brasil	2

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de índice alfabético de irmãos*, livro n.º 115; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãos*, livros n.º 205 e s/ n.º; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãs*, livros s/ n.º e n.º 199; *Livro de entrada de pupilos e pupilas*, livro s/ n.º.

ANEXO III – QUADROS

1. A entrada de noviços na Ordem Terceira (1850-1910)

meses ano	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1850	7	3	4	14	5	4		1	5	5	3			1	1	3	1		4	3	3			1
1851	5	4			7	4		6		2	8	4	6	2	2	5			4	1	3	2	2	3
1852	10	5	1	1	3	5	3	1	1		12	6			3	7	4	1	1	2	4	5		2
1853	3	3		2	3	2		4	12	7	1		1	2	9	3	4	2	3	2	1		1	4
1854	6	7	1		5	6	9	8	1	2	17	10	1	2	2	6			2	5	1	2		
1855	11	14	7	4	4	1	1				7	12			4	7	1	2	4	1	2	3	2	
1856	2	2	1	3		3	2	3	13	7		3	1	4	5	9		1	2	6				1
1857	8	8	1	5	3	8	2	3	3	1	8	7	1	2	5	11	1	1		2	1	1	2	2
1858	3	10	4	5	3	4	4	1	11	2	4		1		7	2	2	1	3	7	6	6	1	
1859	6	7	4	1	6	7	6	1		3	12	8	1		4	6		3	5	10	2	2		2
1860	2	6	4	10	3	2	2	1	1	3	9	11		5	6	10	1	5	3	7	1	5	6	3
1861	5	10	5	4	2	3	4	1	10	8	3		1		11	13	2	1		1	1	1	1	5
1862	3	9			2	2	2	2	1	3	13	6		1	5	3	3	3	7	2	2	1	1	
1863	8	7	2	3	3	2	4		21	20	8	4	4	1	7	8	1		4	5	3	7	3	2
1864	4	8	8	14	10	5	3	5	15	14	1		9	22	7	18	1	1	1	5	3	2	2	3
1865	6	14	3	3	9	7	2	9	2	10	16	23	6	4	10	24	4	7	7	7	4	5	3	3
1866	9	12	2	1	7	6	8	2	8	11	1	3	24	41	3	6	2		2	1	1	2	1	2
1867	4	3		2	2	6	1	3	3	3	11	8	5	1	10	9	1		2	2	2	1	1	2
1868	4	7	5	6	5	16	2	2	3	3	5	5			4	6			3	5	4	3	2	1
1869	5	5	5	1	5	1	3	9	5	8	2	2	1		8	4	1		4	5	2	2	1	4
1870	6	2	5	2	13	6	1		6	6		4	4	2	2	1			2	5	1	3	1	2
1871	2	7	2	7	6	2	6	3	7	2	15	10	1	1	2	5	5	2	2	4	1	3	2	3
1872	6	8	9	4	7	7	4	3	14	7	4	1	1	1	2	2	1	1	1	6	1	2	4	2
1873	6	7	2	1	2	1	3			2	1	3	2	1	3	5		2	1	2		1	4	7
1874	5	7	6	2	4	3	2	1	8	6	3	2		2	5	5		2		5	1	3	2	3
1875	5	8	2		5	7	3	3	3	2	2	2	1	2	1	4			1	1	2	1	3	2
1876	3	6	2	3	4	7	3	1		1	4	1		1	1		1	1	1	2			1	2

1877	5	1	2	7			4	1	2	15	1				1	2	1	3	4	7	6	7	4	1
1878	3	3		1	2	2	3	2		3	5	4		2	3	4			1	2	3	3		1
1879	1	5			4	1	1		1		6	2	1	1	1	2	1	2	1	2	3			1
1880			3	7	1	3	1	1	3	3	1	2	1		2	8		1	2	2	2	2		1
1881	2	3			6	5		1		4	4	3	1		2			1		3	2		4	1
1882	1	1	2	2	2	2	4		2	1	9	10		3	1	5		1	1					
1883	2	7	3	3	1	2	1	1	7	4	2	2		3	4	4	2	1		1		1		
1884	3	2	1		2	4	2	1	1	4	8	7												1
1885							1														2		10	6
1886	5	7	1	2	1	3	2		4	2	4	3	1	1	4	4		2	4	2	1	1	2	1
1887	2	5	1	1	3	3	3	3	2		4	5		1	1				2	2	10	3	1	1
1888	6	1	1	3	7	2	4	2	20	16	7	10	1	2	5	11	3	3		2		3		3
1889	3	4	1	3	2	2	5		4	1	2	7		4	5	7	2	1	1	7		3	2	1
1890	5	6	6	3	5	2	1	3		2	2	5	2	3	2	5			1	3	2	3	1	2
1891	2	3	3	4				1	7	9		3	1	1		2	4	3	2	3		2	3	1
1892	4		1		3	1	3	5	4	6	1		1	2	2	6		1	1		2	1	2	2
1893	2	7	3	2	5	5	1		11	10	1				4	7		1	4	3			3	
1894		5	2	3	5			1	3	4	3	3		1	1	5	1		1	3			3	6
1895	2	3	2	2	1	4	4	1		1	1	3			6	4	2	1		7	1		1	2
1896	2	5	1		6	5			5	13	1	2		1	2	7		1	5	1			4	2
1897	2	6	1		2	4	1	1	2	1	4	7	1	1	1	2		1		3	1		1	2
1898	4	4	5		8	5	2		2	4	3	5	3	1	2	6	1	2		6	1		1	1
1899	2	2	2	4	6	3		3	5	8	1	1		1		4			1	6	1	1	1	1
1900	10	8	4	5	3	4	6	5	2	2	6	9		1	2	6	2	2	1	4		1		1
1901	4	8		4	8	8	1	2		2	4	14		5	1	5		1	1	8	2	2	1	3
1902	5	9	1	1	5	14			7	12	2	2	4	3	2	1	2	1	4	3		3	3	5
1903	5	23	3	1	2	8	1	6		1	6	1	1		1		1	1	3	2	1		1	
1904	2	27	2	1	7	1			3		2	3		1	3		1	2	2		2		3	
1905	1	30	1		1		5		3		3			1	2		1	1	1	3	1	1		
1906	3	21	1		5		3	1	1		3	4			6		1		1		2	1	2	
1907	1	28	2	1	3		3		5			3		1	1		4	2	3	1	3		3	
1908	3	34	3		2	3	4	1	1	1	3	3			1		2	1	4	1	3	1	2	
1909	3	26	2		6		3	1	2	1	5	3	2	4	2		3	2	1	2		2	3	

1910	17	41	1	1	6	1	1		3				3	6			1	1						
TOTAL	256	524	146	159	248	224	150	116	265	268	274	261	94	148	199	289	71	75	121	193	103	104	107	107
TOTAL	Jan	780	Fe v	305	Mar	472	Abr	266	Mai	533	Jun	535	Jul	242	Ago	488	Set	146	Out	314	Nov	207	Dez	214

Total de Terceiros: 4502

Total de Homens: 2034

Total de Mulheres: 2468

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de índice alfabético de irmãos*, livro n.º 115; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãos*, livros n.º 205 e s/ n.º; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãs*, livros s/ n.º e n.º 199; *Livro de entrada de pupilos e pupilas*, livro s/ n.º.

2. Estado civil dos terceiros aquando da sua admissão na Ordem Terceira (1850-1910)

Anos	Solteiro	Solteira	Casado	Casada	Viúvo	Viúva	Total
1850	21	7	4	4	1	3	40
1851	19	6	7	7	2	2	43
1852	25	7	11	11	0	2	56
1853	22	12	12	6	0	3	55
1854	28	19	11	9	1	2	70
1855	22	22	11	10	2	2	69
1856	15	22	6	9	0	2	54
1857	22	24	6	10	2	2	66
1858	26	23	12	8	4	3	76
1859	26	29	14	10	1	3	83
1860	25	32	10	10	0	6	83
1861	30	23	14	12	1	2	82
1862	28	13	7	11	2	2	63
1863	49	36	13	7	2	2	109
1864	34	37	22	26	3	8	130
1865	44	56	27	31	0	7	165
1866	44	49	18	22	3	2	138
1867	26	24	11	11	2	1	75
1868	24	30	10	7	1	2	74
1869	36	24	3	6	0	2	71
1870	26	17	9	5	3	2	62
1871	38	26	8	8	0	1	81
1872	44	26	16	10	1	1	98
1873	10	13	14	6	0	3	46
1874	19	17	12	13	0	3	64
1875	19	15	5	9	1	1	50
1876	9	11	11	6	0	4	41
1877	21	19	5	10	0	2	57
1878	11	11	6	3	0	2	33
1879	17	12	3	2	0	0	34
1880	11	20	3	6	0	1	41
1881	17	10	4	3	0	0	34
1882	14	17	5	4	0	1	41
1883	16	17	3	3	2	2	43
1884	14	6	2	1	0	3	26
1885	7	4	5	1	0	0	17
1886	14	10	11	11	0	2	48
1887	22	14	5	6	0	1	48
1888	17	24	20	21	2	0	84
1889	12	27	8	7	2	5	61
1890	16	22	10	11	0	1	60
1891	8	19	9	11	1	1	49
1892	15	13	8	8	0	1	45
1893	16	19	15	12	1	1	64
1894	8	23	6	3	1	1	42
1895	13	13	6	5	1	1	39
1896	19	23	4	8	2	0	56
1897	11	12	4	6	1	2	36
1898	18	19	12	6	1	1	57
1899	12	14	5	9	1	2	43
1900	23	21	9	12	0	3	68
1901	14	31	6	15	0	1	67
1902	20	22	9	9	1	3	64
1903	14	16	6	9	1	1	47
1904	12	11	12	7	1	2	45
1905	7	10	6	8	1	1	33
1906	17	9	4	6	0	0	36
1907	15	5	4	5	0	4	33
1908	11	14	7	7	1	3	43
1909	15	14	7	3	0	1	40
1910	18	20	3	7	0	0	48
Total	1226	1161	536	529	52	122	3626

Pupilos: 663

Filhos família: 6

Minorita: 1

Não identificados: 70

Pupilas: 626

Filhas família: 59

Minorita: 0

Não identificadas: 196

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro de índice alfabético de irmãos*, livro n.º 115; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãos*, livros n.º 205 e s/ n.º; *Livro n.º 3 e 4 de entrada de irmãs*, livros s/ n.º e n.º 199; *Livro de entrada de pupilos e pupilas*, livro s/ n.º.

3. A Mesa desde 1850 até 1865

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Definidor (eclesiástico e secular)
1850	Francisco José Gonçalves de Oliveira (Cavaleiro Professo na O . Cristo)	Francisco Joaquim Ferreira dos Santos (Cavaleiro de N. S. ^a da Conceição de Vila Viçosa)	Francisco da Costa Sampaio e Castro	Manuel Joaquim Rebelo	Fr. Bento José de Freitas Guimarães	Padre Custódio Pinto Veiga; Manuel António de Almeida; Domingos Gonçalves Lobo; Francisco José Ferreira Ribeiro; José de Faria
1851	António Marinho Falcão de Castro e Morais (Moço Fidalgo da Casa Real)	João Baptista Leite de Lemos e Castro	José António de Macedo Rocha	Manuel José Ferreira Simões	Fr. Bento José de Freitas Guimarães	Padre Custódio José Pinto Veiga; António José de Matos Chaves; António da Costa Guimarães; Raimundo Alves Torres; Pedro Lopes Guimarães
1852	António Marinho Falcão de Castro Morais (Fidalgo da Casa Real)	João Baptista Leite de Lemos	Raimundo Alves Torres	José Joaquim Gonçalves de Faria	Rd.º Custódio José Pinto Veiga	Rd.º José Leite de Faria Sampaio; António da Costa Guimarães; Gaspar António dos Guimarães Sozana; Manuel Ferreira de Abreu
1853	Doutor António Alves Carneiro	Fr. Manuel dos Prazeres e Silva	António José da Costa Guimarães	José Joaquim Gonçalves de Faria	José Leite de Faria Sampaio	Rd.º Francisco Lopes de Oliveira; Manuel Joaquim da Cruz; Domingos António de Freitas; Jerónimo de Castro Salgado; Adriano Gaspar Pinto de Saldanha
1854	Conde de Vila Pouca	Miguel Fernandes da Silva Vitela	José de Freitas Guimarães	Jerónimo Francisco de Abreu	Rd.º Francisco José Lopes de Oliveira	Joaquim José Marques; José Maria da Costa; José Ferreira de Abreu; Luís Machado Gonçalves; Manuel Francisco da Silva
1855	Conde de Vila Pouca, Par do Reino, Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado	Miguel Fernandes da Silva Vilela	José de Freitas Guimarães	Jerónimo Francisco de Abreu	Rd.º José Leite de Faria Sampaio	Rd.º Joaquim José Marques (def. ecles.); José Maria da Costa; Luís Machado Gonçalves; Manuel Francisco da Silva
1856	Conde de Vila Pouca, Par do Reino, Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado	Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu	José de Freitas Guimarães	Jerónimo Francisco de Abreu	José Soares Machado	Rd.º Joaquim José Marques (def. ecles.); José Maria da Costa; Luís Machado Gonçalves; Manuel Francisco da Silva
1857	Conde de Vila Pouca, Par do Reino, Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado	Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu	Manuel José Ferreira Simões	António Mendes Ribeiro	Fr. António da Soledade Ruivães	Rd.º José Cardoso de Menezes (def. ecles.); João António Coelho Guimarães; José António Pereira; António Ribeiro Vaz Moreira
1858	Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu, professo na O . Cristo	Francisco José da Costa Guimarães	Manuel José Ferreira Simões	António Mendes Ribeiro	Rd.º José Cardoso Ribeiro de Menezes	Rd.º José António Teixeira (def. ecles.); José Joaquim de Lemos; António Ribeiro Vaz Moreira; José António Pereira

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Definidor (eclesiástico e secular)
1859	Luís Martins da Costa, Comendador da O. de N. S.ª da Conceição de Vila Viçosa	Francisco José da Costa Guimarães	Custódio José Gomes	João Manuel de Melo	Rd.º José Leite de Faria Sampaio	Rd.º Manuel José Martins Gonçalves (def. ecles.); Manuel José de Freitas; José Mendes Ribeiro; João Pereira da Costa Carvalho
1860	Luís Martins da Costa, Comendador da O. de N. S.ª da Conceição de Vila Viçosa	Francisco José da Costa Guimarães	Rd.º José Leite de Faria Sampaio	João Manuel de Melo	Rd.º Manuel José Martins Gonçalves	Rd.º António Ferreira de Abreu (def. ecles.); Manuel José de Freitas; José Mendes Ribeiro; João Pereira da Costa Carvalho
1861	Conde de Vila Pouca, Fidalgo da Casa Real	Rd.º José Leite de Faria Sampaio	António José de Matos Chaves	Manuel Joaquim da Cruz	Rd.º Manuel José Martins Gonçalves	Manuel Joaquim Duarte Coelho (def. ecles.); Francisco Pedro da Costa Rocha Viana; Augusto Mendes da Cunha; José Maria Leite
1862	Conde de Vila Pouca, Fidalgo da Casa Real	Rd.º José Leite de Faria Sampaio	António José de Matos Chaves	Manuel Joaquim da Cruz	Rd.º Manuel José Martins Gonçalves	António Ferreira de Abreu (def. ecles.); Manuel José de Freitas; Augusto Mendes da Cunha; José Maria Leite
1863	Conde de Vila Pouca, Fidalgo da Casa Real	Dr. João Ribeiro cda Costa Sampaio	João António da Silva Areias	Pedro Lopes Guimarães	Rd.º António Ferreira de Abreu	Rd.º António José Lopes Vaz (def. ecles.); José Martins da Silva; António Joaquim Ribeiro de Sousa Guimarães; António Maria Duarte Ribeiro de Carvalho
1864	Doutor João Ribeiro da Costa Sampaio	Fr. Francisco Luís Fernandes Pinto (n/ aceitou) Substituto: Cônego Manuel Luís de Gonoia	João António da Silva Areias	Pedro Lopes Guimarães	Rd.º António Ferreira de Abreu	Rd.º António José Lopes Vaz (def. ecles.); António Joaquim Ribeiro de Sousa Guimarães; José Martins da Silva; António Maria Duarte Ribeiro de Carvalho
1865	Visconde de Santa Luzia, Fidalgo Cavaleiro com exercício no Paço, Comendador da O. Militar de N. S.ª da Conceição de Vila Viçosa	António José de Matos Chaves	José Ferreira de Abreu	Jerónimo de São Carlos Fernandes da Silva Ribeiro	Rd.º António José Lopes Vaz	Sebastião da Costa Vieira Leite (def. ecles.); Inácio Deloripes Afonso Barbosa; Manuel José Teixeira; Domingos Martins Fernandes

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro das Eleições n.º 2 e 3, Livros n.º 94 e 97.*

4. Os cargos existentes fora da Mesa entre 1850 e 1865

Ano	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Enfermeiro	Procurador dos Presos	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)
1850	Francisco José da Silva Basto	António Ferreira de Carvalho e Almeida	António José Ferreira Caldas		José Maria Leite; Bento de Faria	Rd.º João Gomes dos Santos; Rd.º Clemente José de Melo	António Martins	Manuel José Alves; João Pereira	Manuel Ferreira da Costa	José António de Macedo e Rocha
1851	Francisco António de Abreu	António José Ferreira Caldas	António Mendes Ribeiro		José Mendes Ribeiro; Bento Mendes	Rd.º Sebastião José Leite; Rd.º José da Costa Nogueira e Sousa; António da Silva	António Lopes; Manuel dos Santos	Joaquim Salgado	Domingos Gonçalves Lobo	
1852	Francisco António de Abreu	António José de Matos Chaves	António Mendes Ribeiro		José António Henriques; António Luís Carneiro	Rd.º Simão Caetano da Silva; Rd.º Domingos António da Silva	José Joaquim Simões	Jerónimo de Castro Salgado; Tomás Pedro da Rocha	Manuel José Luís	Francisco da Costa Sampaio e Castro
1853	António José Ferreira Caldas	João Manuel de Melo	António José Leite		José Ribeiro; José António Ribeiro	Rd.º Roque Teixeira de Araújo Pereira; Rd.º Domingos José de Faria	Luís Machado Gonçalves	António Pereira de Oliveira; Manuel António de Magalhães	José António de Araújo	Rd.º Custódio José Pinto Veiga
1854	Domingos Gonçalves Lobo	Pedro Lopes Guimarães	António Francisco de Abreu		Francisco José Dias de Oliveira Guimarães; José Martins da Silva	José Ferreira Mendes dos Santos; João Gomes dos Santos Portela	João Baptista Coutinho	André Ferreira Guimarães; Fortunato José Antunes Pereira	Domingos José da Silva Neves	Albino Francisco de Abreu Guimarães
1855	Domingos Gonçalves	Pedro Lopes Guimarães	António Francisco de Abreu	José Ferreira de Abreu	José Joaquim Lemos; José de Campos da Silva Pereira	Rd.º António Ferreira de Abreu; Rd.º António José Ribeiro Guimarães	João Pereira da Costa Carvalho	Bernardo da Silva; António Henriques	Manuel José de Carvalho	António José de Matos Chaves
1856	Domingos Gonçalves Lobo	Pedro Lopes Guimarães	António Francisco de Abreu	José Ferreira de Abreu	José Luís Dias; Joaquim José da Silva Vieira	José António Leite Guimarães; Joaquim Gonçalves da Silva	João Teixeira	Miguel José Ribeiro; José Rodrigues Pedro	José António de Sousa	António José de Matos Chaves

Ano	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Enfermeiro	Procurador dos Presos	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)
1857	António José de Matos Chaves	Manuel Joaquim da Cruz	António da Costa Guimarães	Gonçalo Lopes Moreira	Custódio Fernandes Lopes; José Joaquim da Mota	António Joaquim Rebelo; Augusto Mendes da Cunha	José António Vieira	António Teixeira de Aguiar; Francisco José de Sousa	Manuel José Barbosa	Pedro Lopes Guimarães
1858	António José de Matos Chaves	Manuel Joaquim da Cruz	António da Costa Guimarães	Gonçalo Lopes Moreira	Manuel José Teixeira; José António Leite	Bento José Ferreira; Manuel de Araújo Lino	Rd.º Francisco Pinto Pereira Cardoso	Francisco José Pinto Guimarães; José Gonçalves	Fortunato José Pereira	Pedro Lopes Guimarães
1859	Pedro Lopes Guimarães	Manuel Vieira Reis	José Joaquim de Lemos	Domingos António de Freitas	Manuel de Almeida; José Gonçalves	Rd.º Duarte Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado; Rd.º António de Pádua Ferreira de Abreu	José António Vieira	José Teixeira de Carvalho; Francisco José Ribeiro	António José da Silva	Domingos Gonçalves Lobo
1860	Pedro Lopes Guimarães	Manuel Vieira Reis	Francisco José Ferreira Ribeiro	Domingos António de Freitas	Manuel de Almeida; José Gonçalves	Joaquim Gomes dos Santos Portela; João Luís Gomes Guimarães	António Joaquim Leitão	Bernardo António Dias; João Mendes Ribeiro	António José de Abreu Campo Santo	Domingos Gonçalves Lobo
1861	António da Costa Guimarães	Jerónimo de São Carlos Fernandes da Silva Ribeiro	Francisco José Ferreira Ribeiro	João António da Silva Areias	Manuel de Almeida; Domingos José Ribeiro Guimarães	Rd.º António Afonso de Carvalho; Rd.º Joaquim José Pereira	Vitorino José da Silva	Narciso Pereira; António José de Passos	António José da Silva	Domingos Gonçalves Lobo
1862	António da Costa Guimarães	Jerónimo de São Carlos Fernandes da Silva Ribeiro	Francisco José Ferreira Ribeiro	João António da Silva Areias	Domingos José Ribeiro Guimarães; Manuel de Almeida	Rd.º Caetano Mendes Ribeiro; Rd.º José Francisco Teixeira de Carvalho	António Pinto Bento	Domingos Martins; António Martins da Silva	Francisco Leite	Domingos Gonçalves Lobo
1863	José Ferreira de Abreu	Manuel José de Freitas	António Ribeiro Vaz Moreira	José Maria da Costa	José António Leite Guimarães; Francisco José de Faria	António Lopes Camelo e Silva; Domingos Martins Fernandes	António José de Abreu	Manuel Fernandes da Silva; Nazário da Silva	José Francisco Mendes	Domingos Gonçalves Lobo
1864	José Ferreira de Abreu	Manuel José de Freitas	António Ribeiro Vaz Moreira	José Maria da Costa	Francisco José de Faria; José António Leite Guimarães	Rd.º Augusto de Matos Chaves; Rd.º Manuel Vieira Reis Júnior	Rodrigo Pinto Mouriz	António José de Abreu; Luís José Rodrigues	Luciano Joaquim da Costa	Domingos Gonçalves Lobo
1865	Albino Francisco de Abreu Guimarães	José Joaquim de Lemos	Manuel Ferreira de Abreu	José Maria Leite	António Martins da Silva; António José de Faria	António Mendes; Francisco Martins Fernandes	José Joaquim da Cruz	António de Faria; António José Mendes	Manuel José Pereira Guimarães	Domingos Gonçalves Lobo

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro das Eleições n.º 2 e 3*, Livros n.º 94 e 97.

5. A Mesa desde 1866 até 1910

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1866	Visconde de Santa Luzia (mesmo anterior)	Antônio José de Matos Chaves	José Ferreira de Abreu	Jerônimo de São Carlos Fernandes da Silva Ribeiro	Rd.º Antônio José Lopes Vaz	Albino Francisco de Abreu Guimarães	José Joaquim de Lemos	Manuel Ferreira de Abreu	José Maria Leite	Rd.º Sebastião da Costa Vieira Leite (def. ecles.); Inácio Deloripes Afonso Barbosa; Manuel José Teixeira; Domingos Martins Fernandes	Antônio Martins da Silva; Luís Fernandes	Francisco Martins Fernandes; Diogo Correia de Oliveira Neves	Joaquim José Vieira	José Martins da Silva	Custódio José Correia
1867	Francisco José da Costa Guimarães	Rd.º Antônio José Lopes Vaz	Domingos Antônio de Freitas	Manuel Vieira Reis	Rd.º Sebastião da Costa Vieira Leite	Francisco José Ferreira Ribeiro	Manuel José Teixeira	José Antônio de Faria	Augusto Mendes da Cunha	Rd.º João Gomes dos Santos Portela (def. ecles.); Augusto Casemiro de Abreu; Francisco Martins Fernandes; Francisco Antônio Alves	José Pereira Ribeiro; João Mendes Guimarães	José de Sousa Palheiros; Manuel Pereira da Silva	Joaquim Pereira	José Martins da Silva	Custódio José Gomes
1868	Francisco José da Costa Guimarães	Rd.º Antônio José Lopes Vaz	Domingos Antônio de Freitas	Manuel Vieira Reis	Rd.º Sebastião da Costa Vieira Leite	Francisco José Ferreira Ribeiro	Manuel José Teixeira	José Antônio de Faria	Augusto Mendes da Cunha	Rd.º João Gomes dos Santos Portela (def. ecles.); Augusto Casemiro de Abreu; Francisco Martins Fernandes; Francisco Antônio Alves	José Pereira Ribeiro; João Mendes Guimarães	José Maria de Freitas Carneiro; Avelino Salgado de Miranda	Cristóvão José Coelho Rodrigues	José Martins da Silva	Custódio José Gomes

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1869	Fr. José Gabriel Peixoto de Magalhães (n/aceitou cargo) Substituto: Abade Francisco José Rodrigues de Carvalho	José Antônio de Macedo e Rocha	Francisco José Ferreira Ribeiro	Manuel Joaquim de Almeida	Rd.º João Gomes dos Santos Portela	Antônio Joaquim Ribeiro de Sousa Guimarães	Francisco Antônio Alves	Inácio Doloripes Afonso Barbosa	João José de Sousa Aguiar	Rd.º Antônio Joaquim Teixeira (def. ecles.); Antônio Peixoto de Matos Chaves; Manuel Luís Carreira; Antônio José de Faria	Bento Mendes de Oliveira; Paulo Antônio da Silva	Antônio Joaquim de Meira; Daniel da Conceição Carvalho e Silva	José Alves da Silva Guimarães	José Martins da Silva	Custódio José Gomes
1870	Abade Francisco José Rodrigues de Carvalho	José Antônio de Macedo e Rocha	Francisco José Ferreira Ribeiro	Manuel Joaquim de Almeida	Rd.º Antônio Joaquim Teixeira	Antônio Joaquim Ribeiro de Sousa Guimarães	Francisco Antônio Alves	Inácio Doloripes Afonso Barbosa (falecido) Substituto: Manuel Joaquim Afonso Barbosa	João José de Sousa Aguiar	Joaquim Domingues Rodrigues de Barros (def. ecles.); Antônio Peixoto de Matos Chaves; Manuel Luís Carreira Guimarães; Antônio José de Faria	Paulo Antônio da Silva; Bento Mendes de Oliveira	Luís Leite de Castro; Francisco Antônio da Silva	José Luís da Silva	José Martins da Silva	Custódio José Gomes
1871	Visconde de Santa Luzia (mesmo de ano 1865)	José Ferreira de Abreu	Antônio da Costa Guimarães	Manuel Ferreira de Abreu	Rd.º Joaquim Domingues Rodrigues de Barros	José Maria Leite	Antônio Maria Duarte Ribeiro de Carvalho	Manuel Joaquim Afonso Barbosa	Antônio Serafim Afonso Barbosa	Rd.º José Joaquim Ribeiro de Castro Meireles (def. ecles.); Manuel José da Silva Miranda; Antônio Joaquim de Melo; Luís José Fernandes	Damião José de Faria; João Luís de Araújo Gomes	Francisco Joaquim da Costa Magalhães; José Joaquim Gomes da Silva	Antônio José Guimarães	Urbano da Conceição	Custódio José Gomes
1872	Visconde de Santa Luzia (mesmo anterior)	José Ferreira de Abreu	Antônio da Costa Guimarães	Manuel Ferreira de Abreu	Rd.º Joaquim Domingues Rodrigues de Barros	José Maria Leite	Antônio Maria Duarte Ribeiro de Carvalho	Manuel Joaquim Afonso Barbosa	Antônio Serafim Afonso Barbosa	Rd.º José Joaquim Ribeiro de Castro Meireles (def. ecles.); Manuel José da Silva Miranda; Antônio Joaquim de Melo; Luís José Fernandes	Damião José de Faria; João Luís de Araújo Gomes	Rd.º Francisco José Pereira; Rd.º Domingos José Leite	Francisco Pereira de Mesquita	Urbano da Conceição	Custódio José Gomes

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1873	Cristóvão José Fernandes da Silva	Francisco da Costa Sampaio e Castro	Rd.º António Ferreira de Abreu	António Joaquim Ribeiro de Sousa Guimarães	Rd.º José Joaquim Ribeiro de Castro Meireles	José António de Faria	Domingos Martins Fernandes	Adriano Gaspar Pinto de Saldanha	António José de Faria	Rd.º José Alves da Cunha (def. ecles.); Eugénio José da Silva; José Maria de Almeida; Francisco José de Sousa	Manuel Luís Carreira; António José Ribeiro e Silva	Rd.º Francisco José Pereira; Rd.º Domingos José Leite	António Fernandes Prado	Manuel José da Silva Miranda	
1874	Cristóvão José Fernandes da Silva	Francisco da Costa Sampaio e Castro	Rd.º António Ferreira de Abreu	António Joaquim Ribeiro Sousa Guimarães	Rd.º José Joaquim Ribeiro de Castro Meireles	José António de Faria	Domingos Martins Fernandes	Adriano Gaspar Pinto de Saldanha	António José de Faria	Rd.º José Alves da Cunha (def. ecles.); Eugénio José da Silva; José Maria de Almeida; António Mendes Guimarães	Manuel Luís Carreira; António José Ribeiro da Silva	Rd.º Francisco José Pereira; Domingos José Leite	Simão Fernandes do Prado	Bento de Faria	José Ferreira de Abreu
1875	Cristóvão José Fernandes da Silva	Custódio José Gomes	Rd.º António Ferreira de Abreu	Augusto Mendes da Cunha	Rd.º José Alves da Cunha	António Peixoto de Matos Chaves	António Francisco de Abreu	Luís José Fernandes	Eugénio José da Silva	Rd.º António José Ferreira Caldas (def. ecles.); Domingos José Ribeiro Guimarães; Manuel Ribeiro Germano Guimarães; António Pereira da Silva	Bento José Leite; António José Ribeiro	Manuel José Ribeiro; José Mendes Ribeiro de Freitas	José Teixeira de Carvalho	Bento de Faria	José Ferreira de Abreu
1876	Cristóvão José Fernandes da Silva	Custódio José Gomes	Rd.º António Ferreira de Abreu	Augusto Mendes da Cunha	Rd.º José Alves da Cunha	António Peixoto de Matos Chaves	António Francisco de Abreu	Luís José Fernandes	Eugénio José da Silva	Rd.º António José Ferreira Caldas (def. ecles.); Domingos José Ribeiro Guimarães; Manuel Ribeiro Germano Guimarães; António Pereira da Silva	José Joaquim Gomes da Silva; Albino José Teixeira	António de Pádua Abreu Almeida; Eduardo Manuel de Almeida	Francisco Caetano	Joaquim Teixeira de Carvalho	José Ferreira de Abreu

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1877	Cristóvão José Fernandes da Silva	Custódio José Gomes	Rd.º António Ferreira de Abreu	José Maria Leite	Rd.º António José Ferreira Caldas	Francisco António Alves	Nicolau José Gonçalves	António Mendes Guimarães	António Joaquim de Melo	Rd.º António Afonso de Carvalho (def. ecles.); António José Fernandes; João José Pinheiro; Manuel Pinto Mouriz	Bento António Portela; José Teixeira de Carvalho	Francisco de Assis Abreu Almeida; José Ferreira Ribeiro	João Garcia	José António de Sousa	José Ferreira de Abreu
1878	Cristóvão José Fernandes da Silva	Custódio José Gomes	Padre António Ferreira de Abreu	José Maria Leite	Padre António José Ferreira Caldas	Francisco António Alves	Nicolau José Gonçalves	António Mendes Guimarães	António Joaquim de Melo	Padre António Afonso de Carvalho (def. ecles.); António José Fernandes; João José Pinheiro; Manuel Pinto Mouriz	José Luís da Silva; Manuel de São Boaventura	José Teixeira da Silva; Augusto Henriques da Costa	António de São Boaventura	Fortunato da Silva	José Ferreira de Abreu
1879	Comenda dor Cristóvão José Fernandes da Silva	Custódio José Gomes	Rd.º António Ferreira de Abreu	José Maria Leite	Rd.º António José Ferreira Caldas	Francisco António Alves	Nicolau José Gonçalves	António Mendes Guimarães	António Joaquim de Melo	Rd.º António Afonso de Carvalho (def. ecles.); António José Fernandes; João José Pinheiro; Manuel Pinto Mouriz	Manuel José Ribeiro; Manuel Moreira	Silvino da Ascensão Almeida Aguiar; Gaspar Meira de Miranda	Manuel Fontão	Fortunato da Silva	José Ferreira de Abreu
1880	Comenda dor Cristóvão José Fernandes da Silva	António da Costa Guimarães	Rd.º António Ferreira de Abreu	José António de Faria	Rd.º António Afonso de Carvalho	Manuel José Teixeira	Manuel Joaquim Afonso Barbosa	José Joaquim Gomes da Silva	António Pereira da Silva	Rd.º Francisco António Peixoto de Lima (def. ecles.); António de Pádua Abreu Almeida; Bento José Leite; Manuel Luís Carreira	Rodrigo Pinto Mouriz; Bento de Oliveira Machado	António Mendes Leite; João Lopes de Faria	Joaquim Mendes da Silva	Fortunato da Silva	José Ferreira de Abreu
1881	Comenda dor Cristóvão José Fernandes da Silva	António da Costa Guimarães	Rd.º António Ferreira de Abreu	José António de Faria	Rd.º António Afonso de Carvalho	Manuel José Teixeira	Manuel Joaquim Afonso Barbosa	José Joaquim Gomes da Silva	António Pereira da Silva	Rd.º Francisco António Peixoto de Lima (def. ecles.); António de Pádua Abreu Almeida; Bento José Leite; Manuel Luís Carreira	José da Costa Pereira; Francisco Caetano	Rd.º João Lopes de Faria; Rd.º António Mendes Leite	Rd.º José Mendes Salgado	Manuel Ferreira de Abreu	José Ferreira de Abreu

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1882	Cristóvão José Fernandes da Silva, Comendador da Ordem Militar de N. S.ª da Conceição de Vila Viçosa	José Ferreira de Abreu	António Maria Duarte Ribeiro de Carvalho	Domingos Martins Fernandes	Rd.º Francisco António Peixoto de Lima	Francisco Martins Fernandes	Luís José Fernandes	José Rodrigues da Silva	Bento José Leite	Rd.º António Garcia Guimarães (def. ecles.); José Mendes da Cunha; António José Ribeiro; António Bento Portela	Domingos da Silva Gonçalves; António José de Oliveira	José Maria Leite Júnior; Emiliano de Faria e Sousa Abreu	Gaspar Pereira de Sousa	José Joaquim Alves	José Maria Leite
1883	Visconde de Santa Luzia, Fidalgo Cav.º com exercício no Paço, Comendador da Ordem Militar de N. S.ª da Conceição de Vila Viçosa	José Ferreira de Abreu	António Maria Duarte Ribeiro de Carvalho	Domingos Martins Fernandes	Rd.º Francisco António Peixoto de Lima	Francisco Martins Fernandes	Luís José Fernandes	José Lopes da Cunha	Bento José Leite	Rd.º António Garcia Guimarães (def. ecles.); José Mendes da Cunha; António José Ribeiro; António Bento Portela	Domingos da Silva Gonçalves; António José de Oliveira	Emiliano de Faria e Sousa Abreu; José Maria Leite Júnior	Gaspar Pereira de Sousa		José Maria Leite

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1884	Visconde de Santa Luzia, Fidalgo Cav.º com exercício no Paço, Comendador da Ordem Militar de N. S.ª da Conceição de Vila Viçosa	António Mendes Ribeiro, Cavaleiro das Ordens Militares de Cristo e de N. S.ª da Conceição de Vila Viçosa (n/ aceitou) Substituto : Padre António José Ferreira Caldas (faleceu); Substituto : Rd.º José Joaquim Ribeiro de Castro Meireles	Augusto Mendes da Cunha	Manuel José Teixeira	Rd.º António Garcia Guimarães	António José Fernandes	José Joaquim Gomes da Silva	Manuel Luís Carreira	José Mendes da Cunha	Padre António de Freitas Sousa Coutinho (def. ecles.) (foi eleito Padre Comissário Visitador desta O.) Substituto: Rd.º Domingos António Antunes (def. ecles.); Roberto Victor Germano; Eduardo Manuel de Almeida; Damião José de Faria	José Mendes; José Teixeira dos Santos	José Mendes Salgado; João Gomes dos Santos	Luís José de Abreu	José Mendes Ribeiro de Freitas	José Ferreira de Abreu
1885	João António de Almeida	Rd.º José Joaquim Ribeiro de Castro Meireles	José Maria da Costa (n/ aceitou); Substituto: Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Manuel José Teixeira	Rd.º Domingos António Antunes	José Joaquim Gomes das Silva	Eduardo Manuel Almeida	António Ferreira Ramos	António José Ribeiro	Rd.º Domingos José de Freitas (def. ecles.); Roberto Victor Germano; José de Oliveira; Damião José de Faria	José Maria de Oliveira; António José da Silva Ferreira	Avelino Ribeiro de Faria; José Valério Ribeiro	António de Sousa Pinto	Bento Mendes	José Ferreira de Abreu

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1886	João António de Almeida	Rd.º José Joaquim Ribeiro de Castro Meireles	Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Manuel José Teixeira	Domingos António Antunes	José Joaquim Gomes das Silva	Eduardo Manuel Almeida	António José Pereira Martins	Roberto Victor Germano	Rd.º Domingos José de Freitas (def. ecles.); António José da Silva Ferreira; José de Oliveira; Damião José de Faria	Jerónimo António Félix; Bento José de Araújo	Domingos José da Silva; José Valério Ribeiro	Luís José de Abreu	Bento Mendes	João Bernardino Teixeira de Abreu
1887	João António de Almeida	Rd.º José Joaquim Ribeiro de Castro Meireles	Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Manuel José Teixeira	Domingos António Antunes	José Joaquim Gomes das Silva	Eduardo Manuel Almeida	António José Pereira Martins	Roberto Victor Germano	Rd.º Domingos José de Freitas (def. ecles.); António José da Silva Ferreira; José de Oliveira (faleceu; Substituto: Domingos da Silva Gonçalves); Damião José de Faria	Jerónimo António Félix; Bento José de Araújo	Domingos José da Silva; José Valério Ribeiro	Luís José de Abreu	Domingos António Lopes	João Bernardino Teixeira de Abreu
1888 ³⁸²	Caetano Mendes Ribeiro, Bacharel em Direito pela Univ. Coimbra	Rd.º António Joaquim Teixeira	José António de Faria	Luís José Fernandes	Rd.º Domingos José de Freitas	António Pereira da Silva	Custódio José de Freitas	António José da Silva Ferreira	Joaquim Martins de Oliveira Costa	Rd.º Manuel Custódio de Sousa Gonçalves (def. ecles.); Domingos da Silva Gonçalves; Jerónimo António Félix; Bento José de Araújo	Albano Ribeiro Bellino; António Ribeiro Varandas	Domingos José da Silva; José Mendes Salgado	Luís José de Abreu	José Mendes de Oliveira	João Bernardino Teixeira de Abreu
1889 ³⁸³	Doutor Caetano Mendes Ribeiro	Rd.º António Joaquim Teixeira	José António de Faria	Manuel Ribeiro Germano Guimarães	Rd.º Domingos José de Freitas	António Pereira da Silva	Custódio José de Freitas	Domingos da Silva Gonçalves	Jerónimo António Félix	Rd.º Manuel Custódio de Sousa Gonçalves (def. ecles.); Bento José de Araújo; Albano Ribeiro Bellino; António Ribeiro Varandas	Augusto de Sousa Passos; Luís Manuel Fernandes	Domingos José da Silva; José Mendes Salgado	José Leite da Cruz	José Mendes de Oliveira	João Bernardino Teixeira de Abreu

³⁸² Neste ano é referido um cargo inexistente anteriormente: Presidente das Oficinas, exercido por João António de Almeida, Pai da Ordem. Igualmente, ao habitual título do cargo de Síndico da Testamentária são acrescentados os termos “e Escolas”.

³⁸³ Neste ano ao habitual título do cargo de Síndico da Testamentária são acrescentados os termos “e Escolas e Director das Oficinas”. Do mesmo modo é acrescentado um cargo que não foi referido nos registos anteriores: o de Presidente das Oficinas de Ensino Profissional, exercido por João António de Almeida. Após a sua eleição, este mesmo recusou o cargo e foi substituído, por maioria de votos, por Francisco Martins Fernandes.

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1890	Doutor Caetano Mendes Ribeiro	Rd.º António Joaquim Teixeira	José António de Faria	Manuel Ribeiro Germano Guimarães	Rd.º Manuel Custódio de Sousa Gonçalves	António Pereira da Silva	Domingos da Silva Gonçalves	Jerónimo António Félix	Bento José de Araújo	Rd.º Casemiro Machado de Faria Oliveira (def. ecles.); Albano Ribeiro Bellino; António Ribeiro Varandas; José Teixeira de Carvalho	Augusto de Sousa Passos; Luís Manuel Fernandes	Domingos José da Silva; José Mendes Salgado	José Leite da Cruz	Alfredo de Araújo Nobre	João Bernardino Teixeira de Abreu
1891	Doutor Caetano Mendes Ribeiro, bacharel em Direito, pela Univ. Coimbra	José António de Faria	Manuel José Teixeira	Manuel Ribeiro Germano Guimarães	Rd.º Manuel Custódio de Sousa Gonçalves	António Pereira da Silva	Manuel Luís Carreira	Jerónimo António Félix	Bento José de Araújo	Rd.º Casemiro Machado de Faria Oliveira (def. ecles.); Albano Ribeiro Bellino; António Ribeiro Varandas; José Teixeira de Carvalho	Augusto de Sousa Passos; Luís Manuel Fernandes	Luís Gonzaga Pereira; José Maria Valério Ribeiro	José Leite da Cruz	José Fernandes	João Bernardino Teixeira de Abreu
1892	Conde de Margaride (n/aceitou); Substituto: Augusto Mendes da Cunha	Manuel José Teixeira	Rd.º Francisco António Peixoto de Lima	Francisco Martins Fernandes	Rd.º Eugénio da Costa Araújo Mota	Manuel Joaquim Afonso Barbosa (n/aceitou); Substituto: António Bento Portela	Manuel Luís Carreira	Cândido José de Carvalho	Bento Joaquim de Oliveira	Rd.º António Augusto Monteiro (def. ecles.); António José Passos; João Luís de Araújo Gomes; Domingos António Lopes	Francisco António Alves Mendes; José Joaquim Alves	Luís Gonzaga Pereira; Domingos Francisco da Silva	José Leite da Cruz	José Fernandes	João Bernardino Teixeira de Abreu
1893	Augusto Mendes da Cunha	Manuel José Teixeira	Rd.º Francisco António Peixoto de Lima	Francisco Martins Fernandes	Rd.º Eugénio da Costa Araújo Mota	José Lopes da Cunha	Manuel Luís Carreira	Cândido José de Carvalho	Bento Joaquim de Oliveira	Rd.º António Augusto Monteiro (def. ecles.); António José Passos; João Luís de Araújo Gomes; Domingos António Lopes	Francisco António Alves Mendes; José Joaquim Alves	Domingos José da Silva; Domingos Francisco da Silva	Ricardo Leite	Fortunato da Silva	João Bernardino Teixeira de Abreu

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1894	Augusto Mendes da Cunha	Manuel José Teixeira	Rd.º Francisco António Peixoto de Lima	Francisco Martins Fernandes	Rd.º António Augusto Monteiro	José Lopes da Cunha	Manuel Luís Carreira	Cândido José de Carvalho	Bento Joaquim de Oliveira	Rd.º António Mendes Leite (def. ecles.); António José Passos; João Luís de Araújo Gomes; Domingos António Lopes	Francisco António Alves Mendes; José Joaquim Alves	Domingos José da Silva; Luís Gonzaga Pereira	José Pinto da Rocha	Fortunato da Silva	João Bernardino Teixeira de Abreu
1895	Augusto Mendes da Cunha	Comendador Manuel José Teixeira	Rd.º Francisco António Peixoto de Lima	Francisco Martins Fernandes	Rd.º António Augusto Monteiro	José Lopes da Cunha	Manuel Luís Carreira	Cândido José de Carvalho	Bento Joaquim de Oliveira	Rd.º António Mendes Leite (def. ecles.); António José Passos; João Luís de Araújo Gomes; Domingos António Lopes	Francisco António Alves Mendes; José Joaquim Alves	Domingos José da Silva; Rodrigo António de Sousa Barbosa	Ricardo Leite	Fortunato da Silva	João Bernardino Teixeira de Abreu
1896	Augusto Mendes da Cunha	Comendador Manuel José Teixeira	Francisco Martins Fernandes	Domingos da Silva Gonçalves	Rd.º António Augusto Monteiro	António José de Faria	Manuel Martins Barbosa de Oliveira	Rodrigo José Leite Dias	José Augusto Ferreira da Cunha	Rd.º António Mendes Leite (def. ecles.); José Pinto Teixeira de Abreu; Augusto de Sousa Passos; António Virgem dos Santos	José da Silva; José Fernandes da Costa	Domingos José da Silva; José Mendes Salgado	Casemiro Urbano	Fortunato da Silva	João Bernardino Teixeira de Abreu
1897	Augusto Mendes da Cunha	Comendador Manuel José Teixeira	Francisco Martins Fernandes	Domingos da Silva Gonçalves	Rd.º António Augusto Monteiro	António José de Faria	Manuel Martins Barbosa de Oliveira	Rodrigo José Leite Dias	José Augusto Ferreira da Cunha	Rd.º António Mendes Leite (def. ecles.); José Pinto Teixeira de Abreu; Augusto de Sousa Passos; José Francisco Martins Mira	José da Silva; José Fernandes da Costa	Domingos José da Silva; José Mendes Salgado	António José Martins	Fortunato da Silva	Domingos José Leite Mendes
1898	António Maria Duarte Ribeiro de Carvalho	Comendador Luís José Fernandes	Francisco Martins Fernandes	Domingos da Silva Gonçalves	Rd.º António Mendes Leite	António José de Faria	Manuel Martins Barbosa de Oliveira	Rodrigo José Leite Dias	José Augusto Ferreira da Cunha	Padre Abílio Augusto de Passos (def. ecles.); José da Silva; Augusto de Sousa Passos; José Fernandes da Costa	António José Vieira Pinto; José Maria dos Santos	José Mendes Salgado; Domingos José da Silva	Boaventura Pereira de Melo	Fortunato da Silva	Domingos José Leite Mendes

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testaméntaria	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1899	José Ferreira de Abreu	Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Rodrigo José Leite Dias	Cândido José de Carvalho	Padre António Mendes Leite	Jerónimo António Félix	Padre Abílio Augusto de Passos	António Lopes Martins (n/aceitou); Substituto: António José de Oliveira	António José de Passos	Padre Francisco Leite de Faria (def. ecles.); Joaquim Luciano Guimarães; António José Vieira Pinto; José António dos Santos	Joaquim Mendes Guimarães; José Pinheiro da Costa	Domingos José da Silva; José Mendes Salgado	Fernando do Nascimento Pereira Pavão	Fortunato da Silva	Domingos José Leite Mendes
1900	José Ferreira de Abreu	Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Rodrigo José Leite Dias	Cândido José de Carvalho	Padre António Mendes Leite	Jerónimo António Félix	Padre Abílio Augusto de Passos	António José de Oliveira	António José de Passos	Padre Francisco Leite de Faria (def. ecles.); Joaquim Luciano Guimarães; António José Vieira Pinto; José António dos Santos	António Luís Carreira; José Pinheiro da Costa	Domingos José da Silva; Manuel Ferreira Salgado	Francisco Freitas	Fortunato da Silva	Domingos José Leite Mendes
1901	José Ferreira de Abreu	Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Rodrigo José Leite Dias	Cândido José de Carvalho	Padre António Mendes Leite	Jerónimo António Félix	Padre Abílio Augusto de Passos	António José de Oliveira	António José de Passos	Padre Francisco Leite de Faria (def. ecles.); Joaquim Luciano Guimarães; António José Vieira Pinto; José António dos Santos	António Luís Carreira (faleceu; Substituto: José Henriques Dias); José Pinheiro da Costa	Domingos José da Silva; Manuel Ferreira Salgado	Francisco de Freitas	Fortunato da Silva	Domingos José Leite Mendes
1902	José Maria Leite (faleceu); Substituto: Augusto Mendes da Cunha (Pai da Ordem)	Francisco Martins Fernandes	António Augusto Monteiro	Cândido José de Carvalho	Rd.º Francisco Leite de Faria	Jerónimo António Félix	Francisco António Alves Mendes	Joaquim Pereira Mendes	António José Pinheiro	Rd.º Manuel Ferreira Ramos (def. ecles.); Joaquim Luciano Guimarães; António Ribeiro Varandas; José Joaquim Alves	José Henriques Dias; Elísio Teixeira de Carvalho	Domingos José da Silva; José Mendes Salgado	Francisco de Freitas	Fortunato da Silva	Domingos José Leite Mendes

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1903	Augusto Mendes da Cunha	Francisco Martins Fernandes	Padre António Augusto Monteiro	Cândido José de Carvalho	Padre Francisco Leite de Faria										
1904	Augusto Mendes da Cunha	António José de Faria	Padre António Augusto Monteiro	Manuel Luís Carreira	Padre Francisco Leite de Faria	Roberto Victor Germano	Francisco António Alves Mendes			Manuel Ferreira Ramos (def.. ecles.)					
1905 ³⁸⁴	Augusto Mendes da Cunha	António José de Faria	Padre António Augusto Monteiro		Padre Francisco Leite de Faria		Francisco António Alves Mendes (também Sínd. das Aulas)								
1906	Augusto Mendes da Cunha	António José de Faria	Padre António Augusto Monteiro		Padre Francisco Leite de Faria										
1907	Augusto Mendes da Cunha	António José de Faria	Bento José Leite		Padre Manuel Ferreira Ramos		José de Freitas Costa Soares (também Sínd. das Aulas)		José António dos Santos						
1908	Augusto Mendes da Cunha	António José de Faria	Bento José Leite		Padre Manuel Ferreira Ramos		José de Freitas Costa Soares (também Sínd. das Aulas)								

³⁸⁴ Nos anos de 1905, 1907, 1908, 1909 e 1910 ao habitual título do cargo de Síndico da Testamentária são acrescentados os termos “e Aulas”.

Ano	Ministro	Vice Ministro	Secretário	Síndico da Ordem	Vigário de Culto Divino	Síndico de Hospital	Síndico da Testamentária	Síndico de São Lausperene	Síndico dos Entrevados	Definidor (eclesiástico e secular)	Zelador (mordomo) da Cera	Sacristão do Culto Divino	Mestre dos Noviços	Zelador da roupa para devoção (roupa do Hospital)	Tesoureiro dos hábitos
1909	Francisco Martins Fernandes	Padre Abílio Augusto de Passos	Bento José Leite		Padre António Teixeira de Carvalho		José de Freitas Costa Soares (também Sínd. das Aulas)								
1910	Francisco Martins Fernandes	Padre Abílio Augusto de Passos	Bento José Leite		Padre António Teixeira de Carvalho		José de Freitas Costa Soares (também Sínd. das Aulas)								

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro das Eleições n.º 2 e 3*, *Livros n.º 94 e 97*.

6. Os cargos femininos (1850-1865)

Ano	Ministra	Vice Ministra	Sacristã do Culto Divino	Enfermeira	Mestra das Noviças
1850	Dona Angélica Rosa Monteiro de Carvalho	Dona Maria da Guia Mendes da Paz Ferreira	Josefa Rosa; Ana Maria de Jesus Pinheiro	Rosa Maria de Jesus (mulher de João Leite); Rosa da Trindade (mulher de irmão Joaquim José da Cunha); Josefa Joaquina de Oliveira (filha de irmão José Coelho de Oliveira); Josefa Emília (filha de irmão Manuel Joaquim de Passos)	Joaquina Maria da Silva
1851	Dona Luísa Rosa Martins da Costa	Dona Antónia Narcisa	Maria de Oliveira; Rosa Leite de Jesus	Gracia Clara e Silva; Margarida dos Prazeres e Silva	Maria Maximina da Silva Ferreira
1852	Dona Luísa Rosa de Araújo Martins	Dona Antónia Narcisa	Dona Mariana Mendes da Silva; Dona Cecília Máxima de Belém Peixoto	Maria da Guia; Rita Clementina da Silva Neves	Dona Ana Joaquina
1853	Dona Rita de Cássia Gomes Guimarães	Dona Josefa Maria	Teresa Jacinta (mulher de irmão Jacinto Oliveira); Maria da Conceição (mulher de irmão José António de Faria)	Maria Joaquina (mulher de irmão António Joaquim Torcato); Maria Rosa Teixeira (mulher de Luís Ribeiro)	Engrácia Clara de Vasconcelos
1854	Dona Rosa Maria da Costa Leite de Azevedo Araújo	Dona Maria Rosa Gomes	Maria da Conceição (mulher de irmão José Mendes Ribeiro); Joana Cândida Ribeiro (mulher de irmão Bento de Faria)	Maria José (filha de irmão Manuel Joaquim de Passos); Maria Leite (filha de irmão António Leite de Sousa)	Dona Maria Oliveira
1855	Viscondessa de Pindela D. Eulália Estelita de Freitas Melo e Castro	Dona Antónia Maria de Araújo	Maria da Conceição Leite; Luísa Rosa	Maria da Piedade; Engrácia da Conceição	Maria Josefa Miquelina
1856	Baronesa do Almargem, D. Joaquina Libânia Pinto de Saldanha	Dona Rosa Casemira de Araújo Alves	Dona Maria da Conceição Ferreira de Abreu; Dona Antónia Leite de Faria Sampaio	Dona Carlota Joaquina do Carmo; Dona Maria de Belém Freitas	Dona Engrácia Maria Leite
1857	Condessa de Vila Pouca, Dona Margarida Cândida de Araújo Martins	Dona Isabel Maria da Cunha Berrance	Dona Maria Amália Ferreira Mendes; Dona Eulália Amélia de Jesus	Maria Rosa Lopes; Joana Maria	Antónia Cândida dos Prazeres
1858	Dona Maria Constância Pinto de Queirós Montenegro	Dona Maria dos Prazeres Ribeiro Gomes	Dona Maria Jacinta da Conceição; Dona Maria de Belém Freitas	Dona Carolina da Trindade Freitas; Dona Rosa Clara do Nascimento	Antónia Cândida dos Prazeres
1859	Dona Margarida de Jesus Sousa Lobo	Dona Maria Elvira Ferreira Leão e Cruz	Dona Maria José do Nascimento; Dona Custódia Margarida Peixoto	Dona Maria de Oliveira; Dona Maria Mendes de Freitas	Antónia Cândida dos Prazeres
1860	Dona Maria José da Silva e Costa	Dona Ana Elvira de Freitas Rangel e Quadros	Dona Rosa de Belém Pereira da Silva; Dona Ludovina de Jesus Freitas	Dona Ana Emília da Silva; Dona Antónia Maria	Dona Maria de Jesus Vieira de Faria
1861	Viscondessa de Roriz	Dona Maria José da Cunha Berrance	Dona Maria da Conceição Gomes Pereira; Dona Maria Rosa de Sousa	Dona Maria Emília Martins; Dona Francisca Rosa	Dona Florinda Rosa da Conceição
1862	Dona Rosa Leocádia da Silva Peixoto	Dona Claudina Máxima Viegas Leão e Costa	Dona Florinda Rosa da Conceição Machado; Dona Felicidade Augusta Ferreira	Dona Ana Emília das Neves; Dona Maria da Conceição Matos;	Dona Maria Doroteia Correia
1863	Dona Joana Carolina Martins	Dona Rosa Maria de São João de Deus Abreu	Dona Antónia Leite de Faria Sampaio; Dona Filomena de Jesus Gomes e Oliveira	Dona Maria Emília de Matos; Dona Francisca Rosa	Dona Ana Miquelina de Sousa Lixa

1864	Dona Joana Carolina Martins de Gouveia Morais Sarmiento	Dona Rosa Maria de São João de Deus	Dona Rosa Mendes Alves; Dona Antónia Maria de Faria	Dona Maria de Belém; Dona Maria Rosa Lopes	Dona Maria Emília das Dores
1865	Baronesa de Pombeiro, D. Maria Henriqueta Freire de Andrade	Dona Maria da Conceição Ferreira de Abreu Almeida	Dona Carolina Rosa do Nascimento Barbosa; Dona Luísa Ludovina das Neves;	Dona Maria Rosa; Dona Rosa Maria de Jesus	Dona Margarida Metildes da Silva Ribeiro

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, ***Livro das Eleições n.º 2 e 3, Livros n.º 94 e 97.***

7. Os cargos femininos pertencentes à Mesa (1866-1910)

Ano	Ministra	Vice Ministra	Sacristã do Culto Divino	Mestra das Noviças
1866	Viscondessa de Santa Luzia, Dona Carolina Cândida de Sousa Pereira Magalhães	Dona Maria da Conceição Ferreira de Abreu	Dona Maria da Madre de Deus e Sousa; Dona Ana Emília Ferreira; Dona Maria de Oliveira Pacheco Barbosa; Dona Maria de Oliveira Ferreira	Dona Rosa Ludovina da Costa Meira
1867	Dona Maria Clara Sameiro de Carvalho	Dona Matilde Clementina da Cunha Berrance	Dona Maria Máxima de Almeida; Dona Carolina da Trindade Freitas; Dona Luísa Rosa Lopes; Dona Joana Rosa de Sousa	Dona Maria da Conceição Penha
1868	Dona Teresa Emília de Oliveira Cardoso	Dona Custódia Margarida Peixoto	Dona Maria Emília dos Anjos; Dona Margarida Rosa; Dona Rosa Inês de Sousa Peixoto; Dona Maria Teresa de Sá Cardoso	Dona Maria de Jesus
1869	Dona Maria Inácia de Meireles	Dona Margarida Joaquina de Jesus Ferreira Caldas	Dona Emília Mendes das Neves; Dona Francisca Cândida de Assunção; Dona Maria Joaquina de Sousa; Dona Francisca Rosa de Sousa	Dona Ana Ricardina Leite Sampaio
1870	Dona Rita Carolina de Macedo	Dona Josefa Maria Vaz Moreira	Dona Maria de Freitas e Costa; Dona Luísa Rosa de Andrade; Dona Maria de Oliveira; Dona Maria do Rosário e Sousa	Dona Maria de Jesus
1871	Viscondessa de Santa Luzia, Dona Carolina Cândida de Sousa Pereira Magalhães	Dona Teresa Alexandrina da Cunha Berrance	Dona Rosa Joaquina de Oliveira Perfeita; Dona Maria de Oliveira Correia; Dona Ana Joaquina da Conceição Barbosa; Dona Emília de Jesus Ferreira	Dona Maria de Jesus Vieira
1872	Viscondessa de Santa Luzia, Dona Carolina Cândida de Sousa Pereira Magalhães	Dona Maria José do Nascimento Simões Dona Joaquina Rosa; Dona Rosa Maria das Neves Pessoa; Dona Maria de Belém de Faria Carvalho; Dona Maria da Conceição Passos	Dona Joaquina Rosa; Dona Rosa Maria das Neves Pessoa; Dona Maria de Belém de Faria Carvalho; Dona Maria da Conceição Passos	Filomena de Jesus Gomes Oliveira
1873	Dona Matilde Clementina da Cunha Berrance	Dona Emília Ribeiro da Costa Salgado	Dona Rosa Clara de Oliveira Cascais; Dona Joana Delfina de Jesus; Dona Josefa Clara da Conceição; Dona Teresa de Jesus Ribeiro de Faria	Dona Maria de Jesus Vieira

Ano	Ministra	Vice Ministra	Sacristã do Culto Divino	Mestra das Noviças
1874	Dona Custódia Margarida Peixoto	Dona Eulália Amélia de Jesus	Dona Engrácia Rita de Sousa; Dona Joana Rosa de Abreu; Dona Ângela Maria Peixoto; Dona Custódia Rosa de Sousa	Dona Emília Leite de Sousa
1875	Dona Josefa Maria Vaz Moreira	Dona Maria de Belém Carneiro de Saldanha	Dona Adelina Augusta do Carmo Dias; Dona Emília Rosa; Dona Custódia Rosa; Dona Antónia Joaquina de Moraes	Dona Maria Josefa Gonçalves
1876	Dona Margarida Joaquina de Jesus Ferreira Caldas	Dona Josefa Carolina de Matos Chaves	Dona Maria Mendes Júlia; Dona Emília Rosa de Faria; Dona Margarida Ribeiro Pinto Mouriz; Dona Maria Amélia da Conceição Pereira	Dona Maria Emília
1877	Condessa de Vila Pouca, Dona Francisca Emília Teixeira de Barros de Faria e Castro	Dona Josefina Ernestina Coelho Guimarães	Dona Maria da Luz; Dona Francisca do Carmo Vilela; Dona Maria da Conceição Lopes do Nascimento; Dona Angélica Rosa Leite	Dona Maria Luísa Perfeita
1878	Dona Maria da Conceição Ferreira de Abre Almeida	Dona Emília Augusta de Matos Chaves	Dona Joaquina Mendes da Silva; Dona Aurélia Emília dos Santos; Dona Custódia Maria Martins; Dona Josefa Teixeira de Carvalho	Dona Maria Rosa de Andrade
1879	Dona Maria de Belém Carreiro	Dona Rita de Cássia Faria e Sousa Abreu	Dona Maria de Jesus Pereira; Dona Maria Rosa; Dona Maria de Oliveira da Conceição Ribeiro; Dona Maria Teresa	Dona Maria de Belém
1880	Dona Maria de Belém Carreiro	Dona Maria da Natividade Meireles	Dona Ernestina de Sousa Gonçalves e Oliveira; Dona Elísia Leite Ferreira; Dona Emília de Jesus Ferreira; Dona Maria de Jesus Costa e Freitas	Dona Teresa Emília de Jesus
1881	Viscondessa de Carriche, Dona Maria Bastos de Moura Carvalho	Dona Custódia Carmina de Freitas Sampaio e Castro	Dona Maria Amélia de Freitas Basto; Dona Emília Rosa; Dona Joana Rosa de Breu; Dona Deolinda Cândida Teixeira	Dona Francisca Rosa da Silva
1882	Dona Antónia Maria de Sousa Rodrigues	Dona Emília Cândida da Conceição Costa	Dona Maria Emília da Silva; Dona Josefa Teixeira de Carvalho; Dona Maria de Oliveira Sousa Nogueira; Dona Clementina de Jesus Cardoso	Dona Maria Isabel Leal do Carmo

Ano	Ministra	Vice Ministra	Sacristã do Culto Divino	Mestra das Noviças
1883	Dona Maria Josefa da Guia e Sousa	Dona Maria Gomes dos Santos Portela	Dona Bernardina Rosa de Freitas; Dona Praxedes Sousa Marinho; Dona Maria da Piedade Vieira; Dona Luísa Rosa de Andrade	Dona Francisca Rosa da Silva
1884	Dona Maria da Natividade Meireles	Dona Madalena de Bourbon Peixoto	Dona Maria da Luz de Passos Lima; Dona Rosa Ribeiro de Faria; Dona Beatriz da Luz de Passos Lima; Dona Luísa Angélica dos Santos	Dona Francisca Fernandes
1885	Dona Doroteia Teixeira de Menezes	Dona Maria da Piedade Bourbon Peixoto, Filha do Visconde de Lindoso	Dona Emília Rosa; Dona Gracinda de Jesus Silva Neves; Dona Gracinda Rosa de Sousa Pereira; Dona Maria de Jesus Pereira	Dona Filomena Clementina
1886	Dona Maria da Natividade Meireles de Campos Henriques	Dona Ana Joaquina Rebelo	Dona Maria Emília Rosa Gomes Andrade; Dona Maria de Belém Martins; Dona Maria da Conceição Mendes da Cunha; Dona Emília de Sousa Nogueira	Dona Maria de Belém Gonçalves
1887	Dona Maria Gomes dos Santos Portela	Dona Josefa Carolina de Matos Chaves	Dona Margarida Rosa de Sousa; Dona Ana Mendes Martins Fernandes; Dona Rosa Henriques Carreira; Dona Joana Maria de Abreu	Dona Maria de Jesus Costa
1888	Dona Josefa Mendes Teixeira	Dona Maria Virgínia de Oliveira	Dona Sofia Elvira Leão Cruz e Costa; Dona Emília Rosa de Faria; Dona Teresa Jacinta de Oliveira; Dona Adelaide Sofia da Cunha Berrance	Dona Ana de Oliveira e Silva
1889	Dona Esilda Rosa Mendes Teixeira	Dona Maria Virgínia de Oliveira	Dona Sofia Elvira Leão Cruz e Costa; Dona Emília Rosa de Faria; Dona Teresa Jacinta de Oliveira; Dona Emília da Cunha Berrance	Dona Ana de Oliveira e Silva
1890	Dona Esilda Rosa Mendes Teixeira	Dona Ana Mendes Martins Fernandes	Dona Narcisa de Oliveira Pacheco Barbosa; Dona Maria da Madre de Deus Pinto de Queirós; Dona Teresa Fernandes da Silva Passos; Dona Rosa Maria de Belém Leite	Dona Maria Fernandes da Silva

Ano	Ministra	Vice Ministra	Sacristã do Culto Divino	Mestra das Noviças
1891	Condessa de Margaride	Dona Rita Cássia de Faria e Sousa Abreu	Dona Cândida Augusta de Lemos; Dona Amélia da Conceição Ribeiro; Dona Matilde Lopes Cardoso; Dona Maria do Carmo Teixeira de Freitas	Dona Custódia Maria Félix
1892	Dona Ana Soares de Araújo Fernandes	Dona Antónia Maria de Faria	Dona Francisca Fernandes de Almeida; Dona Maria da Guia Ferreira Vieira; Dona Maria da Piedade Silva Basto; Dona Casemira de Sousa Nogueira	Dona Maria de Jesus Leite da Silva
1893	Dona Maria da Conceição de Oliveira Ribeiro de Carvalho	Dona Amélia Baptista Sampaio Peixoto	Dona Francisca Campos da Silva; Dona Ambrosina de Sousa Soares de Oliveira; Dona Maria do Carmo Augusta de Lemos; Dona Augusta Ribeiro da Costa Salgado	Dona Antónia Josefina Afonso Barbosa
1894	Dona Maria da Conceição de Oliveira Ribeiro de Carvalho	Dona Josefina Rosa de Azurém Costa	Dona Ana Mendes da Cunha e Castro; Dona Maria do Espírito Santo; Dona Maria de Jesus Leite da Silva; Dona Amélia Emília dos Santos	Dona Maria de Oliveira da Costa Roriz
1895	Condessa de Lindoso	Dona Maria Joaquina Leite	Dona Deolinda de Faria Sousa Ferreira Abreu; Dona Maria de Oliveira Leão Martins; Dona Joana Rosa de Abreu; Dona Maria de Oliveira da Costa Roriz	Dona Rosa Campos da Silva Pereira
1896	Dona Mafalda Engrácia de Magalhães Neves	Dona Sofia Virgínia da Costa Freitas	Dona Maria da Luz Silva Lima; Dona Maria de Oliveira Leite; Dona Maria das Dores Ribeiro; Dona Maria Josefa Leite de Faria	Dona Maria Augusta de Araújo Gomes
1897	Dona Maria Gomes dos Santos Portela	Dona Rosa de Jesus Almeida	Dona Maria da Luz Silva Lima; Dona Maria de Oliveira Leite; Dona Maria Josefa Leite de Faria; Dona Josefa Maria de Oliveira	Dona Maria Augusta de Araújo Gomes
1898	Dona Maria José da Cunha Berrance	Dona Engrácia dos Anjos Faria e Sousa	Dona Maria do Nascimento Almeida; Dona Joana Rosa de Abreu; Dona Filomena Alves da Costa; Dona Josefa Maria Salgado	Dona Maria de Belém Martins Gonçalves
1899	Dona Delfina Rosa de Oliveira Cardoso	Dona Custódia Maria da Silva	Dona Emília Rosa de Jesus; Dona Antónia Fernandes da Silva Passos; Dona Teresa de Jesus Fernandes; Dona Rosa de Carvalho Teixeira	Dona Maria de Jesus Gonçalves

Ano	Ministra	Vice Ministra	Sacristã do Culto Divino	Mestra das Noviças
1900	Dona Maria Joaquina Leite	Dona Custódia Martins Gonçalves	Dona Engrácia Leite de Faria; Dona Antónia Maria de Oliveira; Dona Maria da Glória Carreira; Dona Isabel de Jesus Mendes Ribeiro	Dona Rosa Fernandes da Silva
1901	Dona Maria Joaquina Leite	Dona Custódia Martins Gonçalves	Dona Maria José de Mota Prego; Dona Emília da Natividade Silva Basto; Dona Maria Amélia Mendes de Abreu; Dona Amélia da Conceição Silva Cunha	Dona Rosa Maria Alves
1902	Dona Sofia Virgínia da Costa Freitas	Dona Maria Adelaide Mendes de Abreu	Dona Luísa Júlia de Araújo Gomes; Dona Maria de Jesus Oliveira; Dona Maria de Belém de Sousa Monteiro; Dona Ernestina Passos	Dona Josefa Maria de Freitas
1903				
1904	Dona Antónia Rita Ribeiro Dias	Dona Rosa Joaquina Leite		
1905		Dona Maria Josefa Leite de Faria		
1906				
1907				
1908				
1909				
1910				

Fonte: Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães, *Livro das Eleições* n.º 2 e 3, Livros n.º 94 e 97.

ANEXO IV – TEXTOS

1. Atribuições da Mesa Administrativa estipuladas pelos Estatutos de 1866

“Art. 49.º - À Meza competem as obrigações e attribuições seguintes:

- 1.º - Provêr o lugar do Padre Commissario em um Ecclesiastico Irmão da Ordem, que tenha todas as qualidades necessarias para bem desempenhar lugar tão importante, além de se achar habilitado pelo ordinario.
- 2.º - Convocar a junta Magna nos casos expressos no cap.º 26.º, e em todos os mais que a Meza julgar necessaria a sua convocação.
- 3.º - Nomear todos os empregados para as differentes repartições da Ordem, preferindo em iguaes circumstancias os nossos Irmãos.
- 4.º - Despedir estes mesmos empregados, quando não cumpram com as suas obrigações, e impôr-lhes as penas de censura e de demissão.
- 5.º - Escolher os oradores que se hão-de encarregar dos sermões da Quaresma, da festividade do NOSSO SANTO PATRIARCHA, e da procissão da segunda feira Santa.
- 6.º - Deferir a admissão e aggregação dos Irmãos, em conformidade do cap.º 2.º, e determinar a entrada que tem a pagar o admittido que se achar nas circumstancias do n.º 3.º do §. unico do art. 9.º
- 7.º - Mandar registrar as patentes dos Irmãos da Ordem Terceira de S. Francisco, d’outra terra, que assim o requererem, para os effeitos do art. 12.º
- 8.º - Mandar fazer todas as obras e reparos necessarios em todos os edificios da Ordem.
- 9.º - Mandar fazer o orçamento d’aquella obra, que para fazer-se, dependa da auctorização da Junta Magna, a fim de ser apresentado á mesma Junta.
- 10.º - Comprar todas as alfaias, moveis, roupas, e tudo o mais que fôr necessario para a nossa Igreja, Capella, Hospital, e Asylo do Entrevados.
- 11.º - Mandar fazer os livros necessarios para a regular escripturação da Ordem.
- 12.º - Mandar satisfazer pelo Vigario do Culto todos os legados pios, e pelo Secretario todos os legados profanos a que a Ordem está obrigada, e segundo as instituições dos legatarios.
- 13.º - Mandar satisfazer os suffragios dos Irmãos fallecidos, com a maior brevidade possivel.
- 14.º - Emprestar a juro da lei os fundos da Ordem, mas sempre em conformidade das disposições estatuitas no cap.º 35.º
- 15.º - Dar procuração para todas as pendencias judiarias, e contractos da Ordem.
- 16.º - Aceitar para o Asylo dos Entrevados os nossos Irmãos que a elle quizerem recolher-se, estando nas circumstancias d’esto beneficio.
- 17.º - Tomar no 1.º de Julho entrega de todos os dinheiros e bens da Ordem, á vista das contas prestadas pela Meza anterior, e dos inventarios apresentados, assignando todos os termos necessarios.
- 18.º - Mandar propôr em juizo todas as acções necessarias, tanto para cobrança dos capitaes, como para defeza dos bens e direitos da Ordem.
- 19.º - Confeccionar para o anno seguinte o orçamento de todas as despesas ordinarias e certas, e das extraordinariamente necessarias para obras, reparos, e compra de moveis, ou para outro algum fim, mas de fórmula que o orçamento não exceda o rendimento, mandando-o depois para o Conselho de Districto, por todo o mez d’Abril, para ser aprovado.

- 20.º - Soccorrer com esmolas os Irmãos pobres, conforme as suas necessidades, e promover o ensino primario de seus filhos, estabelecendo dentro do nosso Edificio uma aula regular, quando para isso tenha os meios necessarios.
- 21.º - Mandar lavrar as actas das deliberações da Meza, e da Junta Magnas.
- 22.º - Nomear os membros que hão-de compôr cada uma das Juntas Magnas.
- 23.º - Nomear commissões para se encarregarem de obras, e de quaesquer outros trabalhos ou negocios da casa, que não dependam da auctorisação da Junta Magna.
- 24.º - Fazer nos regulamentos internos as alterações e revogações que se julgarem necessarias, com auctorisação da Junta Magna.
- 25.º - Mandar fazer novos inventarios, ou os addicionamentos que forem necessarios.
- 26.º - Assistir a todas as funções tanto festivaes como funubres, procissões, acompanhamentos, e mais actos publicos da Ordem.
- 27.º - Fazer todas as despezas para satisfação de todos os legados, encargos e mais necessidades da Ordem, mas de fórma que não excedam o orçamento aprovado pelo Conselho de Districto.
- 28.º - Punir com as penas menores os Irmãos que n'ellas incorrerem, em conformidade do cap.º 28.º
- 29.º - Vigiar constantemente pela boa arrecadação dos bens e rendimentos da Ordem, e pela fiscalização das despezas, examinando todos os documentos que as legalisarem.
- 30.º - Preparar até 30 de Junho as contas da sua administração, legalisadas com todos os recibos e documentos necessarios: e fazer no 1.º de Julho seguinte entrega á nova Meza, de todos os dinheiros e bens da Ordem, á vista das mesmas contas, e de todos os inventarios.
- 31.º - Cumprir tudo mais que fôr necessario para a boa administração da Ordem.
- 32.º - Cumprir e fazer cumprir em geral todas as mais obrigações e attribuições consignadas n'estes Estatutos e nos regulamentos internos da Ordem, e do Hospital, e Asylo dos Entrevados.”¹.

¹ *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866, pp. 21-24.

2. Atribuições da Junta Magna estipuladas pelos Estatutos de 1866

“1.º - Alterar ou revogar os Estatutos e os Regulamentos, ficando as alterações ou revogações que se fizerem dependentes da aprovação do Governo.

2.º - Despedir o Padre Comissario, quando não cumpra com as suas obrigações, e assim o demande o bem espiritual e temporal da Ordem.

3.º - Revogar ou alterar as decisões d’outras Juntas Magnas.

4.º - Revogar ou alterar os termos e deliberações das Mezas.

5.º - Aceitar ou regeitar os legados deixados á Ordem, com encargos ou sem elles.

Tem voto deliberativo em tudo que sejam attribuições para o bem espiritual e temporal da Ordem, v. gr. acceitação de encargos passivos, e desistencias de direitos activos.

7.º - Auctorisar aquisição e alienação de bens de raiz pertencentes á Ordem, assim como a venda d’alfaias.

8.º - Auctorisar o emprego de fundos da Ordem em inscrições, acções de bancos ou companhias approvadas pelo governo.

9.º - Auctorisar a contracção de alguma divida, á segurança da qual tenham de ficar hypothecados os fundos ou rendimentos da Ordem.

10.º - Auctorisar qualquer obra que importe dar mais espaço aos Edificios da Ordem, ou que importe demolição de parte d’elles.

11.º - Auctorisar a applicação das joias pela admissão e aggregação dos Irmãos, para outro fim diverso d’aquelle que se acha designado no art. 11.º, quando assim convenha por motivos urgentes e extraordinarios, precedendo a auctorisação do Conselho de Districto.

12.º - Auctorisar a creação de novos empregados, e marcar-lhes os seus ordenados.

13.º - Impor as penas maiores aos Irmãos que n’ellas tiverem incorrido.

14.º - Auctorisar o augmento dos ordenados estabelecidos aos empregados da Ordem, quando se torne necessario.

15.º - Aceitar o Irmão que vitaliciamente como particular quizer residir no Hospital, ou no Asylo dos Entrevados, por menor entrada que a estatuida no art. 163.º

16.º - Nomear commissões para aquellas obras ou negocio que obtiverem a sua auctorisação e dissolvêl-as quando deixem de satisfazer ao fim para que foram nomeadas.

17.º - Resolver ou auctorisar qualquer outro negocio que a Meza entenda que deve sujeitar á sua approvação.”².

² *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Guimarães*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1866, 1866, pp. 46-47.